



VILAREALSTºANTONIO

Assembleia da República - Deputados e Grupos
Parlamentares do Algarve - PSD
A/C Exmo. Sr. Dr. Mendes Bota
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

01-10-2013

Saída/2013/7456

ASSUNTO: Envio de Requerimento à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Em resposta ao solicitado no requerimento nº 11/XII (3.ª9-AL de 2013-09-16, via Requerimentos.Perguntas@ar.parlamento.pt, somos a enviar o DIAGNÓSTICO SOCIAL deste Município.

Com os melhores cumprimentos,

A Vereadora do Pelouro

Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira

Anexo: 96.

GAP/ir



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 001

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Diagnóstico Social

de Vila Real de Santo António 2012

Janeiro de 2013

FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico Social de Vila Real de Santo António

Equipa técnica

IERU (redação)

Henrique Albergaria

Carla Teotónio

Câmara Municipal:

Vereadora do Pelouro de Ação Social (Sílvia Madeira) (coordenação)

Equipa técnica da Divisão de Ação Social

Outras entidades

Com a colaboração das entidades que integram a Rede Social de VRSA

Edição

IERU - Instituto de Estudos Regionais e Urbanos

da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3060

3001-401 COIMBRA - PORTUGAL

Internet: www.ieru.pt

E-mail: ieru@ci.uc.pt

Data de edição

Janeiro 2013

Índice

Nota Introdutória	03
I. Caracterização Geral do Município	04
1. Território	04
2. População	05
3. Economia	08
II. A Ação Social da Administração Central	12
4. Emprego	13
5. Segurança Social	21
6. Educação	32
7. Saúde	51
8. Segurança	58
III. A Ação Social da Administração Local	65
9. Habitação	66
10. VRSA Amiga	88
11. Saúde e bem-estar	89
12. Universidade dos Tempos Livres	97
13. Autocarro Social	100
14. AGARRA	102
15. Banco Local de Voluntariado	104
16. Infância e Juventude	106
17. Famílias	114
18. idosos	117
19. Pessoas com deficiência	123
20. Toxicodependentes e população reclusa	129
21. Comunidade Cigana	131
22. Contratos-programa com as instituições do município	135
23. Outros apoios	136
IV. A Ação Social do Terceiro Setor	137
24. IPSS e Associações Locais	138
25. Associações e equipamentos desportivos e recreativos	154
Anexo: Equipamentos Sociais, de Saúde e Educativos	162

Nota Introdutória

O presente relatório, que inclui os contributos dos agentes que integram a Rede Social do município, tem como objetivo traçar um retrato da situação social atual de Vila Real de Santo António que possa servir de base à conceção e implementação das políticas sociais locais.

O documento está organizado em quatro partes e desdobra-se em 25 capítulos.

Na primeira parte procede-se a uma caracterização geral do município, nas vertentes de território, demografia e economia.

Em seguida, analisa-se a ação social da administração central considerando as grandes áreas de intervenção social: emprego, segurança social, educação, saúde e segurança.

A terceira parte, a mais extensa, corresponde à descrição da Ação social da Administração Local, desagregando-se a sua intervenção por várias áreas que vão desde a habitação à saúde, passando pelos idosos e pelas crianças.

Finalmente, a quarta parte é dedicada à Ação social do designado Terceiro Setor e inclui, por um lado, a descrição da atividade das IPSS e, por outro, a análise das associações culturais, recreativas e desportivas do município.

Entidades da Rede Social

ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve - Delegação de VRSA
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARS - Centro de Saúde de Vila Real de Santo António
Associação de Beneficência "A Manta"
Associação de Beneficência "Mão Amiga"
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos - ARPI
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António
Banco Local de Voluntariado de Vila Real de Santo António
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Capitania do Porto de Vila Real de Santo António
COMEÇAR - Associação Sociocultural para o Desenvolvimento de Vila Nova de Cacela
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Real de Santo António
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vila Real de Santo António
Direção Regional de Educação do Algarve - DREALG
Direção Regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e da Juventude - IPDJ
Direção-Geral de Reinserção Social - Delegação Regional de Faro
Escola Hoteleira e Turismo de Vila Real de Santo António
Guarda Nacional Republicana
Instituto da Droga e Toxicoddependência - Unidade de Prevenção - Delegação Regional do Algarve
Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP
Instituto de Segurança Social
Junta de Freguesia de Monte Gordo
Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela
Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António
Liga dos Combatentes - Núcleo de Vila Real de Santo António
MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida
Núcleo Local de Inserção de Vila Real de Santo António (Rendimento Social de Inserção)
ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
Polícia de Segurança Pública
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António
UGT - União Geral dos Trabalhadores Portugueses

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

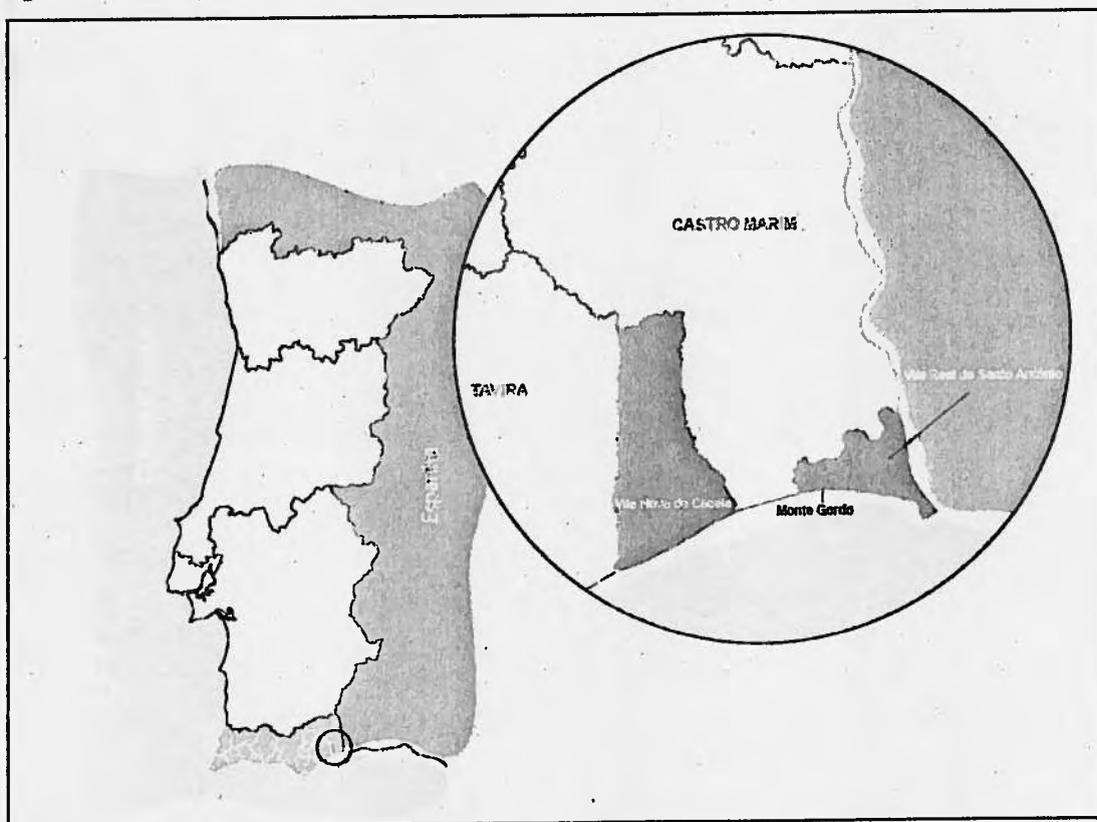
1. Território

O município de Vila Real de Santo António situa-se no extremo Este da região do Algarve, junto à foz do rio Guadiana, e estende-se por uma área de cerca de 61 km², repartida por três freguesias: Vila Real de Santo António (cerca de 11 km²), Monte Gordo (4 km²) e Vila Nova de Cacela (46 km²). Esta última tem a particularidade de estar territorialmente separada do resto do município pela freguesia de Altura, pertencente ao município de Castro Marim, como ilustra a Figura 1.1.

Com um clima de exceção, onde a temperatura média é de 17° e a taxa de precipitação extremamente reduzida, Vila Real de Santo António é um município agradável para habitar e visitar.

O município apresenta grandes diferenças a nível morfológico/paisagístico e é caracterizado por uma biodiversidade que permite preservar o equilíbrio ambiental, paisagístico e patrimonial: a nascente, a Foz do rio Guadiana; a Sul, a Mata Nacional das Dunas Litorais de Vila Real de Santo António; a Norte, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; a poente, a Aldela de Cacela Velha, que marca o limite do Parque Natural da Ria Formosa.

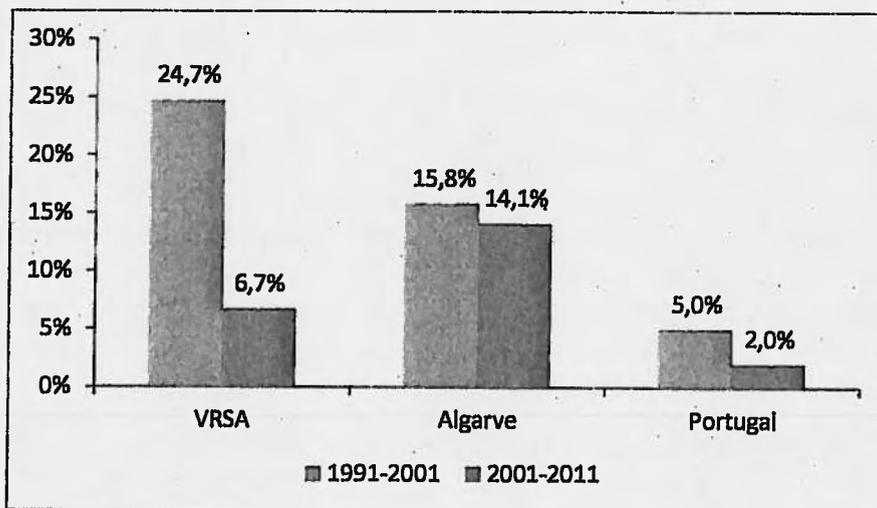
Figura 1.1: Município de Vila Real de Santo António



2. População

O município de Vila Real de Santo António conta atualmente com 19.156 residentes (Censos 2011, Dados Provisórios). Relativamente a 2001, verificou-se um aumento de 6,7%, que corresponde a 1.200 pessoas, um crescimento que, embora significativo relativamente à média nacional (2%), fica aquém do crescimento populacional verificado na região algarvia (14%). Comparando com o que se tinha passado na década de 90, quando VRSA aumentou a população em cerca de 25% (face a 16% no Algarve), há a registar um abrandamento do crescimento demográfico em VRSA na última década.

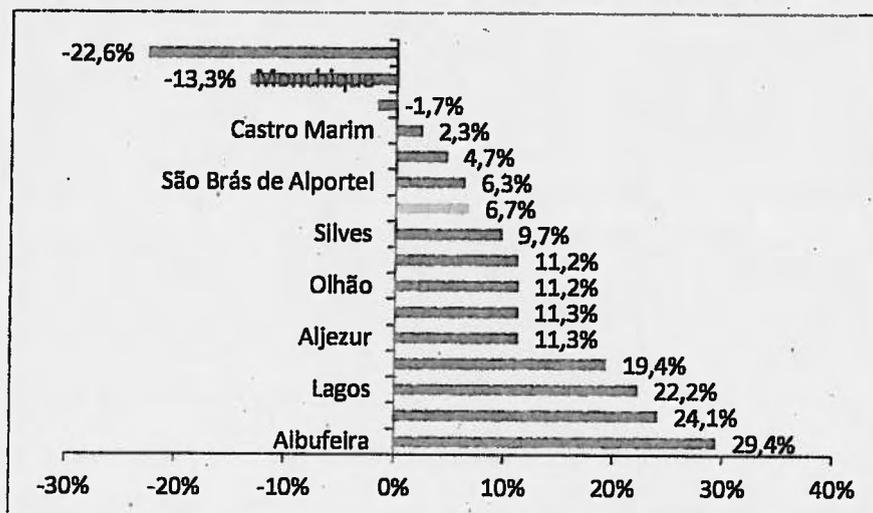
Figura 2.1: Taxas intercensitárias de crescimento da população



Fonte: INE

No contexto dos 16 municípios algarvios, VRSA ocupa o 10.º lugar no que respeita à evolução demográfica entre os recenseamentos de 2001 e 2011.

Figura 2.2: Taxas intercensitárias de crescimento da população nos municípios algarvios



Fonte: INE

A análise por grupos etários (Quadro 2.1) permite constatar que 54% da população residente no município tem entre 25 e 64 anos de idade e que entre 2001 e 2011 ocorreu uma redução

de 18,5% da população na faixa etária dos 15 e 24 anos, bastante mais acentuada do que na região do Algarve (12%), mas abaixo do decréscimo a nível nacional (que ultrapassou os 22%). Apesar disso, a proporção da população jovem residente em VRSA é até ligeiramente superior à média regional e nacional, rondando os 26,1% (contra 24,9% no Algarve e 25,7% no país). Estes valores devem ser encarados como um fator positivo para o desenvolvimento socioeconómico do município, nomeadamente se for estimulado o empreendedorismo, a formação e a melhoria das qualificações desta camada da população que será o futuro de VRSA.

Quadro 2.1: Evolução da população residente por grupos etários

	2011			2001			Variação 2001-2011		
	VRSA	Algarve	Portugal	VRSA	Algarve	Portugal	VRSA	Algarve	Portugal
0 a 14 anos	2.974	66.987	1.572.546	2.753	57.732	1.656.602	8,03%	16,03%	-5,07%
15 a 24 anos	2.030	45.500	1.145.770	2.492	51.926	1.479.587	-18,54%	-12,38%	-22,56%
25 a 64 anos	10.351	250.114	5.820.794	9.616	211.947	5.526.435	7,84%	18,01%	5,33%
≥ 65 anos	3.801	88.404	2.022.504	3.095	73.613	1.693.493	22,81%	20,09%	19,43%
Total	19.156	451.005	10.561.614	17.956	395.218	10.356.117	6,68%	14,12%	1,98%

Fonte: INE

Por outro lado, a análise da evolução da população residente em VRSA através da decomposição das variações populacionais nos saldos natural e migratório permite concluir que os movimentos migratórios têm sido determinantes para a dinâmica demográfica registada, já que a evolução natural ao longo destes anos foi negativa.

No que se refere à população imigrante residente em VRSA (Quadro 2.2) mostram que os fluxos migratórios registados correspondem precisamente à chegada de estrangeiros e não tanto a cidadãos nacionais que mudam a sua residência para o município. A evolução destes residentes no município tem acompanhado o sentido da evolução a nível regional e nacional, isto é, de aumento entre 2008 e 2009 e redução depois desse ano.

Quadro 2.2: Evolução da população residente estrangeira

		VRSA	Algarve	Portugal
2008	N.º	1.944	72.218	440.277
2009	N.º	2.011	73.277	454.191
	Variação anual	3,4%	1,5%	3,2%
2010	N.º	1.983	71.818	445.262
	Variação anual	-1,4%	-2,0%	-2,0%
2011	N.º	1.912	68.953	436.822
	Variação anual	-3,6%	-4,0%	-1,9%

Fonte: SEF

Entre a população imigrante residente distinguem-se dois grupos (Quadro 2.3): um, composto por cidadãos oriundos da Europa de Leste e Brasileiros, jovens e ativos, que imigraram para melhorar as suas condições de vida; outro, composto por estrangeiros oriundos do norte da Europa (maioritariamente britânicos e holandeses), de faixas etárias mais elevadas, que migraram para o Algarve para desfrutar da reforma tirando partido do clima e da tranquilidade da zona.

Quadro 2.3: População residente estrangeira segundo a origem

País de origem	2011	2010	2009	2008
Roménia	343	311	294	282
Bulgária	322	312	315	333
Ucrânia	287	318	349	324
Brasil	200	268	270	260
Reino Unido	131	134	127	116
China	82	78	67	56
Espanha	72	62	59	53
Holanda	60	64	63	56
Moldávia	60	81	131	125
Outros (menos de 50 por país)	355	355	336	339
Total	1.912	1.983	2.011	1.944

Fonte: SEF

Por fim, os dados preliminares dos Censos – 2011 apontam para um decréscimo da dimensão média da família de VRSA, que passou de 2,8, em 2001, para 2,5 membros, aproximando-se da família média algarvia, com 2,4 elementos.

3. Economia

Os dados mais recentes da atividade económica, relativos a 2009, dão conta da existência de 2.292 empresas sediadas no município, ou seja, menos 123 do que em 2008, registando-se uma forte predominância dos setores do comércio, da construção e das atividades hoteleiras (alojamento e restauração) (Quadro 3.1). A comparação com a estrutura setorial do Algarve traduz, aliás, algum grau de especialização do município nestas atividades face à região. Por outro lado, na comparação da realidade do município com o cenário nacional destaca-se o peso relativo dos setores da construção e do alojamento e restauração em VRSA, ambos fortemente relacionados com a vocação turística do município.

Quadro 3.1: Empresas sediadas em VRSA por setor de atividade, 2009

Atividade económica	VRSA		Algarve	Continente
	N.º	%	%	
Pesca e aquicultura	75	3,3%	2,1%	0%
Indústrias transformadoras	85	3,7%	3,5%	7%
Construção	331	14,4%	14,2%	10%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis e motocicletas	592	25,8%	22,0%	24%
Transportes e armazenagem	36	1,6%	1,7%	2%
Alojamento, restauração e similares	369	16,1%	12,9%	8%
Atividades de informação e de comunicação	13	0,6%	0,8%	1%
Atividades imobiliárias	81	3,5%	4,4%	3%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	120	5,2%	8,2%	11%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	65	2,8%	5,1%	4%
Educação	122	5,3%	4,3%	6%
Atividades de saúde humana e apoio social	64	2,8%	5,2%	7%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	65	2,8%	2,9%	3%
Outras atividades de serviços	274	12,0%	12,3%	14%
Total	2.292	100%	100%	100%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve 2010

A importância relativa das atividades de comércio, alojamento e restauração e construção reflete-se, naturalmente, na estrutura do emprego local (Quadro 3.2) e na composição do VAB total gerado no município. Com efeito, estes setores concentram 64% do emprego total de VRSA (contra 58% no Algarve e 41% no Continente) e geram 63% do VAB municipal (contra 56% no Algarve e 35% no Continente). Por outro lado, as atividades da pesca e aquicultura, apesar do reduzido contributo para o VAB total do município (5%), evidenciam, em termos relativos, maior importância do que a nível regional (1%) e nacional (menos de 0,5%).

Quadro 3.2: Emprego por setor de atividade, 2009

Atividade económica	VRSA		Algarve	Continente
	N.º	%		
Pesca e aquicultura	171	3,0%	1,5%	0,3%
Indústrias transformadoras	354	6,1%	5,0%	19,7%
Construção	1.060	18,4%	17,2%	12,5%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis e motociclos	1.205	20,9%	20,8%	21,5%
Transportes e armazenagem	120	2,1%	2,6%	4,5%
Alojamento, restauração e similares	1.432	24,8%	19,9%	7,2%
Atividades de informação e de comunicação	32	0,6%	0,6%	2,1%
Atividades imobiliárias	270	4,7%	3,6%	1,4%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	329	5,7%	5,3%	6,0%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	122	2,1%	6,7%	8,7%
Educação	132	2,3%	2,2%	2,7%
Atividades de saúde humana e apoio social	80	1,4%	5,8%	6,2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	146	2,5%	2,2%	1,1%
Outras Atividades de serviços	310	5,4%	5,3%	4,7%
Total	5.763	100%	100%	100%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve 2010

Por outro lado, e apesar das alterações do tecido económico local nos últimos tempos, fruto do período de crise que o país atravessa, o recenseamento dos estabelecimentos do município efetuado em finais de 2009 (IERU, 2009) permite constatar que estas atividades representavam perto de 3/4 do número total de estabelecimentos (Quadro 3.3). Refira-se ainda que no comércio os estabelecimentos mais numerosos eram os de vestuário e acessórios (81 no total), seguidos dos têxteis para o lar (49), evidenciando a bem conhecida vocação de VRSA para a venda de têxteis, muito procurados pelos espanhóis que visitam o município.

Quadro 3.3: Estabelecimentos por principais setores de atividade

Atividade económica	N.º	%
Comércio	563	39,9%
Restaurantes	195	13,8%
Estabelecimento de bebidas (cafés, pasteleria, etc.)	174	12,3%
Construção Civil e Obras Públicas	49	3,5%
Alojamento turístico	42	3,0%
Subtotal	1.023	72,5%
Outros setores de atividade	389	27,5%
Total de estabelecimentos comerciais recenseados	1.412	100,0%

Fonte: IERU, SIDIM VRSA, 2009

Conforme se disse, a estrutura setorial da economia de VRSA é claramente reveladora da forte especialização no setor turístico. Os dados da atividade hoteleira relativos a 2009 (Quadro 3.4) traduzem uma capacidade de alojamento por 1.000 habitantes bastante superior à do Algarve (327,7 contra 226,2, respetivamente), assim como uma proporção de dormidas em estabelecimentos hoteleiros na população total claramente superior à da região (5309 em VRSA contra 3027 no Algarve).

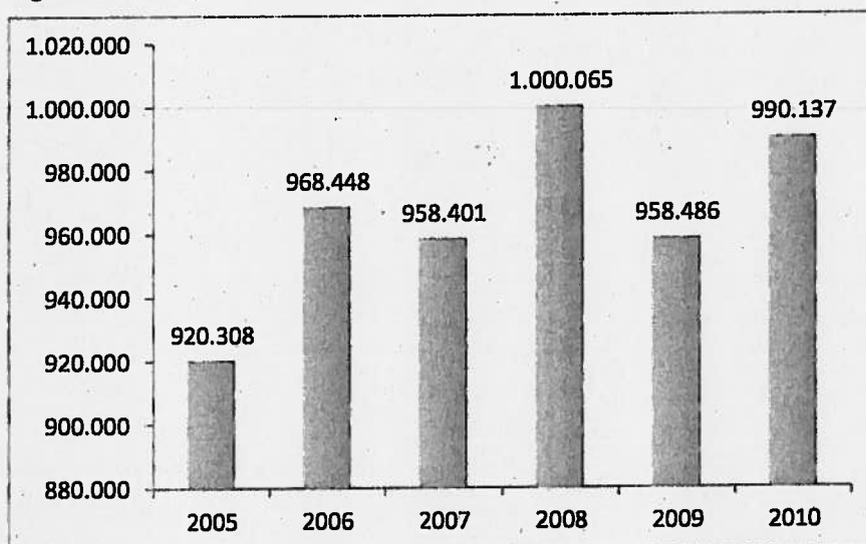
Quadro 3.4: Indicadores do turismo, 2010

Indicador	Unidade	VRSA	Algarve	Portugal
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	N.º	327,7	226,2	26,3
Dormidas em estabelecimento hoteleiros por 1000 habitantes		5.309,0	3.027,0	351,5
Estada média no estabelecimento	N.º de noites	5,8	4,6	2,8
Estada média de hóspedes estrangeiros		7,6	5,2	3,5
Hóspedes por habitante	N.º	9,1	6,6	1,3
Proporção de hóspedes estrangeiros	%	48,3	62,7	50,5
Taxa de ocupação-cama (líquida)		47,8	41,1	38,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve 2010

O total anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros ultrapassa, desde 2006, as 950.000, tendo 2008 registado o valor máximo (Figura 3.1). Os turistas estrangeiros, principalmente holandeses, alemães e britânicos representam, em média, 65% do total das dormidas e são responsáveis pelos elevados números registados fora da época balnear. Nos meses de Verão as dormidas de turistas oriundos destes países descem consideravelmente, devendo-se os elevados índices registados à afluência de turistas nacionais.

Figura 3.1: Evolução das dormidas em Vila Real de Santo António



Fonte: INE

Apesar dos dados satisfatórios que o setor turístico continua a apresentar em VRSA, a verdade é que se mantém ainda demasiado dependente da convencional oferta de "sol e praia", numa lógica de massificação e da prática de preços baixos que conduziu à atual situação de grande pressão urbanística e concentração da atividade nos principais meses do Verão (Julho e Agosto).

Por outro lado, esta forte orientação para o setor do turismo, nomeadamente com a proliferação de atividades económicas com ele diretamente relacionadas, como de restauração, levou a que, ao longo dos tempos, setores tradicionais da economia de VRSA como a construção e reparação naval e a indústria conserveira fossem perdendo importância ou mesmo desaparecendo.

Com efeito, o setor transformador é atualmente dominado pelas indústrias alimentares, fundamentalmente de panificação e pastelaria, muito orientadas para o consumo de turistas, e pela fabricação de produtos metálicos (Quadro 3.5). Já a construção naval (incluída em "fabricação de outro equipamento de transporte"), tem visto o seu peso na economia local diminuir ao longo dos anos, embora atividade tenha ainda alguma expressão à escala local quando comparada com a realidade nacional e regional. Tendo em conta o reconhecido know-how das indústrias de construção e reparação naval de VRSA, reside, neste setor, uma janela de oportunidade para o município, a que acresce a necessidade de um conjunto de atividades económicas fornecedoras que poderiam ser desenvolvidas localmente.

Quadro 3.5: Empresas das indústrias transformadoras, 2010

Indústria transformadora	VRSA	Algarve	Continente	
	N.º	%		
Indústrias alimentares	28	33%	31%	26%
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	17	20%	33%	36%
Indústria madeira e cortiça, exceto mobiliário; Fabricação de cestaria	11	13%	18%	18%
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	9	11%	11%	9%
Impressão e reprodução de suportes gravados	6	7%	7%	9%
Fabricação de outro equipamento de transporte	5	6%	1%	1%
Outras	9	11%	0%	0%
Total	85	100%	100%	100%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve 2010

Por outro lado, considerando os recursos endógenos de VRSA associados ao rio Guadiana, ao mar e ao clima, há um vasto leque de atividades relacionadas como a pesca, a navegação de lazer, os desportos aquáticos, por exemplo, com enorme potencial em VRSA mas que continua por explorar, mas que certamente contribuiria para a diversificação da economia e do produto turístico local e, conseqüentemente, para reforçar a atratividade de VRSA. Do mesmo modo, o setor cultural, pode, num município com forte vocação turística como VRSA, assumir um papel de relevo na estrutura da economia local, principalmente se tivermos em conta que os turistas são cada vez mais exigentes, procurando Atividades de lazer e cultura que combinam com a fruição do sol e praia. Contudo, este é também um setor com pouca expressão em VRSA, sendo a autarquia a principal responsável pela sua dinamização, já que a iniciativa privada neste âmbito é quase inexistente.

Em suma, pode-se dizer que a estrutura económica do município, fortemente dependente do turismo, tem efeitos significativos nas condições de vida da população residente, tornando-a demasiado sujeita à sazonalidade da principal fonte de receitas do município e, por conseguinte, mais exposta a situações de vulnerabilidade social, agravadas em momentos de crise como o que Portugal atravessa.

II - A AÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O papel do Estado na promoção da coesão social e da equidade é indiscutível: em primeiro lugar, porque a ele cabe a responsabilidade pela definição das políticas sociais e económicas que, à escala nacional, orientam a atuação dos setores públicos e privado; em segundo lugar, porque dele provém a maioria dos apoios que, em última instância, concorrem para a prossecução dos objetivos de inclusão, bem-estar e qualidade de vida que devem nortear as sociedades modernas e desenvolvidas.

Para atingir esses objetivos, o Estado intervém na área social a dois níveis, principalmente: a nível da Administração Central, sobretudo através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), e a nível local, através das Câmaras Municipais.

Neste sentido, torna-se importante distinguir as políticas nacionais de emprego, educação e ação social das iniciativas implementadas a nível local pelo poder autárquico que, melhor conhecendo a realidade do território que administra, define ações específicas que visam a promoção do bem-estar e da inclusão social dos munícipes mais desfavorecidos.

Assim, nesta parte do documento procede-se à elaboração do diagnóstico da situação atual do município nas grandes áreas onde a intervenção pública na promoção do bem-estar social da população residente se faz maioritariamente através da administração central, a saber: o emprego, a segurança social, a educação, a saúde e a segurança. No caso da educação, atendendo a que as competências do Estado se repartem entre o poder central e local, nomeadamente no que concerne à ação social escolar, o tema será também abordado no capítulo dedicado às políticas de ação social promovidas pela autarquia.

4. Emprego

4.1. A política de emprego em Portugal

De acordo com a Constituição da República Portuguesa todos têm direito ao trabalho (artigo 58.º). Para garantir a concretização deste direito, o Estado é responsável pela execução de políticas de emprego, pela garantia de igualdade de oportunidades e pela formação (cultural e técnica) e valorização profissional dos trabalhadores.

O Decreto-Lei n.º 132/99 de 21 de Abril - Lei-Quadro da Política de Emprego – define os princípios gerais de enquadramento da política de emprego, em consonância com os princípios constitucionais e das organizações internacionais, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a União Europeia.

De acordo com o referido diploma, a Política de Emprego, da responsabilidade do Estado, “é um instrumento de garantia do direito ao trabalho e tem por objetivo a prevenção e resolução dos problemas de emprego, incluindo a melhoria da qualidade do emprego, a promoção do pleno emprego e o combate ao desemprego no quadro do desenvolvimento socioeconómico, no sentido de melhorar os níveis de bem-estar da população” (artigo 1.º).

Por seu turno, ao nível da administração central, cabe, neste XIX Governo Constitucional, ao Ministério da Economia e do Emprego (MEE), a missão de “Promover políticas potenciadoras da criação de emprego sustentável, da formação e qualificação profissional e da modernização do mercado de trabalho e das relações laborais;” (artigo 1.º, alínea c) da Lei Orgânica do MEE).

Deste modo, tomando como base as áreas de intervenção da administração central no emprego, neste capítulo analisam-se os números do desemprego nos últimos dois anos e apresenta-se a atividade de formação profissional que a Delegação local do Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP) leva a cabo atualmente.

4.2. Desemprego

Atendendo a que o INE, organismo responsável pela produção dos valores oficiais das estatísticas do desemprego, não as estima ao nível do município, salvo por ocasião dos recenseamentos, a análise do desemprego à escala local tem de ser levada a cabo através dos dados disponibilizados pelo IEFP relativos aos valores mensais de desemprego registados a nível municipal.

Assim, no Quadro 4.1 apresenta-se informação relativa ao desemprego registado por género em Setembro de 2011 e 2012. Da análise dos dados conclui-se que o desemprego no município registou um aumento de 31%, ligeiramente acima do aumento verificado na região, e 8 pontos percentuais acima do aumento a nível nacional.

Os dados mostram ainda que a repartição do desemprego por género se manteve entre os dois períodos em análise: 58% de desemprego masculino e 42% de desemprego feminino.

Em relação à duração da situação de desemprego (Quadro 4.2) constata-se que em Setembro de 2012 a maioria (68%) se trata de desempregados inscritos há menos de um ano, em linha com o que acontece a nível regional (69%) e nacional (pese embora neste caso o desemprego de longa duração assuma já uma dimensão mais significativa, ficando pelos 61% a proporção de inscritos há menos de 1 ano). Em relação ao desemprego de longa duração, constata-se que a sua evolução no município foi muito desfavorável nos momentos em análise, com um agravamento de 61%.

Quadro 4.1: Desemprego registado segundo o género

	Set-12	Set-11	Variação %	Set-12	Set-11	Variação %	Set-12	Set-11	Variação %
	Total			Homens			Mulheres		
VRSA	1.404	1.068	31%	808	626	29%	596	442	35%
Algarve	27.661	21.392	29%	15.111	11.616	30%	12.550	9.776	28%
Continente	650.827	529.210	23%	311.105	240.229	30%	339.722	288.981	18%

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

Quadro 4.2: Desemprego registado segundo o tempo de inscrição

	Set-12	Set-11	Variação %	Set-12	Set-11	Variação %
	<1 Ano			> 1 Ano		
VRSA	957	790	21%	447	278	61%
Algarve	19.339	15.236	27%	8.322	6158	35%
Continente	400.017	310.963	29%	250.810	218.247	15%

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

No que se refere à situação face à procura de emprego (Quadro 4.3), 95,7% dos desempregados registados em Setembro de 2012 procuravam um novo emprego, e apenas os restantes 4,3% são relativos a pessoas que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. A comparação com o mês homólogo mostra, em termos relativos, um maior aumento de desempregados à procura do primeiro emprego do que de um novo trabalho (53% contra 31%).

A distribuição do desemprego por grupo etário mostra que entre Setembro de 2011 e 2012 o desemprego se centrou nas pessoas mais velhas, tendo a proporção de desempregados até aos 35 anos baixado de 37,2% para 31,7% (Figura 4.1). No Algarve também se registou esta

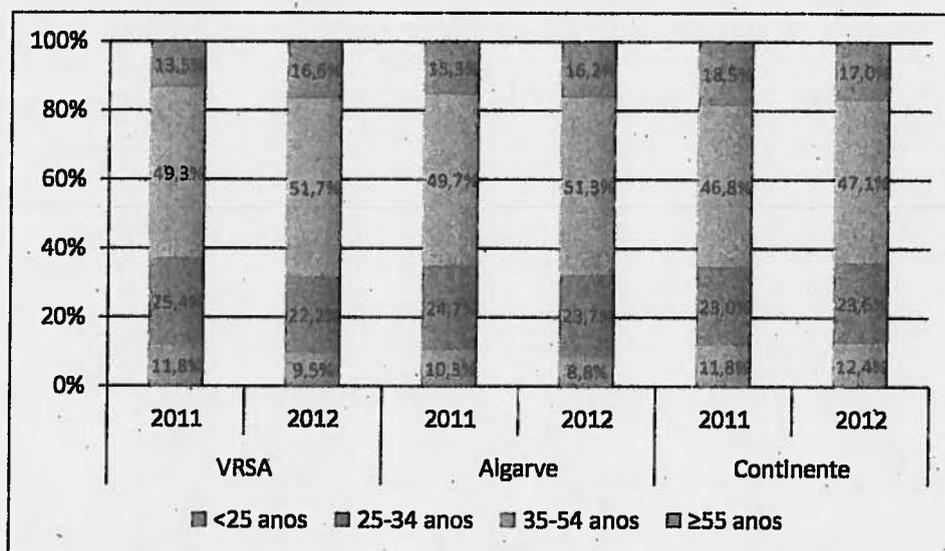
tendência, mas de forma bastante mais ténue, enquanto a nível nacional a evolução foi no sentido contrário, com o agravamento do desemprego jovem (embora ligeiro). Em Vila Real de Santo António, tal como na região do Algarve e no país, o desemprego atinge principalmente a população pertencente à faixa etária dos 35 a 54 anos, e a leitura do gráfico permite ainda constatar que a proporção de desempregados destas idades aumentou a nível local, regional e nacional.

Quadro 4.3: Desemprego registado segundo a situação face à procura de emprego

	Set-12	Set-11	Var. %	Set-12	Set-11	Var. %
	1º Emprego			Novo Emprego		
VRSA	61	40	53%	1.343	1.028	31%
Algarve	1.463	1.233	19%	26.198	20.159	30%
Continente	54.702	42.876	28%	596.125	486.534	23%

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

Figura 4.1: Desemprego registado segundo o grupo etário, Setembro

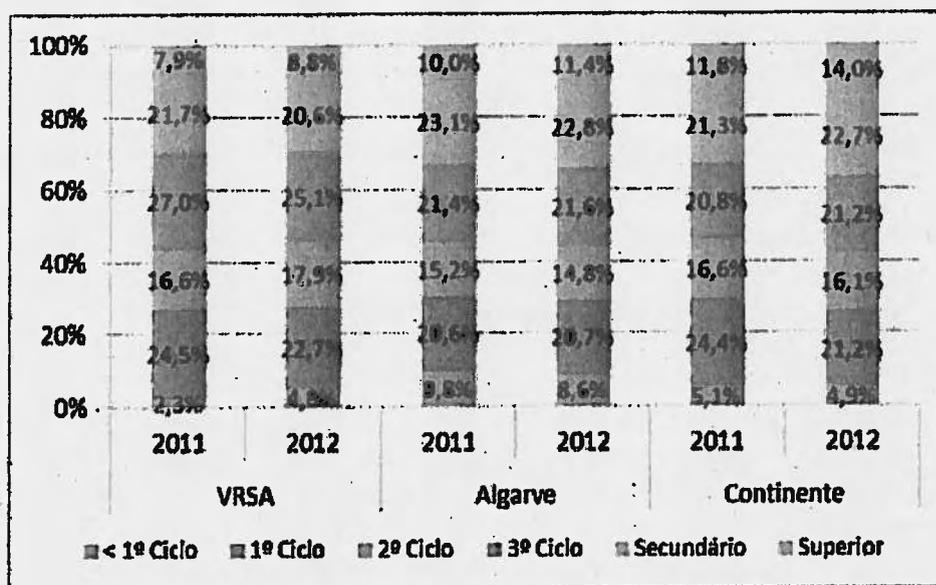


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

No que concerne aos níveis de escolaridade (Figura 4.2), apesar de o desemprego afetar, atualmente, de forma transversal todos os níveis de instrução, os grupos mais afetados continuam a ser os dos trabalhadores menos qualificados (Ensino Básico), embora o desemprego venha também a aumentar entre os indivíduos mais instruídos.

Por fim, a análise dos movimentos do desemprego ao longo do mês de Setembro de 2012 (Quadro 4.4) verifica-se que ocorreram 233 novos registos (redução de 23% face a igual período do ano anterior), que foram recebidas 22 ofertas e colocadas num novo emprego 9 pessoas.

Figura 4.2: Desemprego registado segundo os níveis de escolaridade, Setembro



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

Quadro 4.4: Desempregados inscritos, ofertas recebidas e colocações efetuadas (mov. ao longo do mês)

	Desempregados Inscritos			Ofertas Recebidas			Colocações		
	Set-12	Set-11	Variação %	Set-12	Set-11	Variação %	Set-12	Set-11	Variação %
VRSA	233	302	-23%	22	13	69%	9	6	50%
Algarve	4187	4752	-12%	285	313	-9%	225	203	11%
Continente	71875	77353	-7%	9075	9274	-2%	6069	6418	-5%

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

Por fim, enumeram-se no Quadro 4.5 os motivos para os novos 233 casos de desemprego registados no município em Setembro de 2012. Daqui se conclui que, à semelhança do que acontece em todo o país, a maioria dos casos diz respeito ao fim de trabalho não permanente.

Quadro 4.5: Desempregados inscritos por motivos de inscrição (movimento ao longo do mês), Set. 2012

	VRSA	Algarve	Continente
Ex-Inativos	31	421	11.022
Despedido	20	624	10.757
Despediu-se	7	123	2.589
Despedimento mútuo Acordo	4	90	2.510
Fim de trabalho não permanente	117	2.184	31.840
Trabalhador por conta própria	9	60	1.062
Outros motivos	45	685	12.095
Total	233	4.187	71.875

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

4.3. Formação Profissional

A entidade a quem compete a execução de políticas de emprego e formação profissional é o IEFP, composto por Delegações Regionais distribuídas pelo país, que enquadram os Centros de Emprego, os Centros de Formação Profissional de Gestão Direta, os Centros de Emprego e Formação Profissional, o Centro de Reabilitação Profissional e os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada.

Com efeito, o Estado, através do IEFP, apola a formação profissional, concedendo apoios sociais aos formandos e assegurando diversas modalidades de formação que visam o aumento da empregabilidade da população. Em VRSA vigoram as seguintes:

- Cursos de Aprendizagem
- Cursos de Educação e Formação para Jovens
- Cursos de Educação e Formação para Adultos
- Formação Modular Certificada
- Conclusão do 12.º ano incompleto
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
- Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades
- Programa Português para Todos

Neste capítulo apresentam-se os dados relativos a ações de formação frequentadas por residentes em VRSA, independentemente do município onde a formação tenha tido lugar.

Assim, entre Janeiro de 2006 e Setembro de 2011 decorreram 377 ações de formação nas quais estiveram envolvidos perto de 1.500 formandos residentes no município (Quadro 4.6).

Quadro 4.6: Ações de formação com formandos vila-realenses

Ano	Nº de Ações	N.º de Formandos
2006	64	185
2007	64	185
2008	53	181
2009	61	296
2010	74	383
2011	61	266

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Atendendo a que em Setembro de 2011 já tinham decorrido 61 ações de formação, há a registar um aumento continuado no número de ações desde 2008, ano em que se registou o valor mínimo desde 2006. Do mesmo modo, há a assinalar um aumento significativo no número de formandos, que mais do que duplicou de 2006 para 2010.

No que diz respeito à natureza da formação, as medidas em vigor desde 2006, definidas a nível nacional, têm sido sujeitas a algumas mudanças com o objetivo de garantir uma crescente adequação da formação às necessidades e à realidade do mercado, mas mantendo-se, na essência, os seus grandes objetivos e públicos-alvo. Assim, no que concerne à formação para adultos, por exemplo, as várias modalidades de formação existentes estão hoje reunidas na medida "Cursos de Educação e Formação de Adultos", e o mesmo sucede noutros casos.

Relativamente à formação de adultos em particular, a medida "Cursos de Educação e Formação de Adultos" destina-se a candidatos com idade igual ou superior a 18 anos à data de início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho ou sem a conclusão do ensino básico ou secundário, conferindo a quem o termine com aproveitamento um certificado do 3.º ciclo do Ensino Básico e o nível 2 de formação profissional, ou um certificado do Ensino Secundário e o nível 4 de formação profissional, respetivamente.

Entre Janeiro e Setembro de 2011 já decorreram 18 ações dos Cursos de Educação e Formação de Adultos frequentadas por 105 formandos oriundos de VRSA; desde 2008 já decorreram 61 formações desta natureza nas quais participaram municipais vila-realenses. Comparativamente com as medidas de formação em vigor no passado, esta pode considerar-se equivalente às que constam dos Quadros 4.7 a 4.9, no âmbito das quais foram organizadas, entre 2006 e 2008, 35 ações de formação nas quais participaram 143 formandos residentes em VRSA.

Quadro 4.7: Ações de formação para adultos com a participação de formandos de VRSA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Formação Profissional Desempregados	10	6	1	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos – Desempregados	6	9	0	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos - Desfav. c/Certif.	1	0	0	0	0	0
Formação para Grupos Desfavorecidos	1	1	0	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Adultos	0	0	14	14	16	18

Fonte: IEFPP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Quadro 4.8: Formandos vila-realenses que frequentaram as ações de formação para adultos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Formação Profissional Desempregados	40	19	2	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos – Desempregados	24	54	0	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos - Desfav. c/Certif.	1	0	0	0	0	0
Formação para Grupos Desfavorecidos	2	1	0	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Adultos	0	0	66	77	103	105

Fonte: IEFPP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Quadro 4.9: N.º médio de horas de formação por ação

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Formação Profissional Desempregados	1.424	961	239	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos – Desempregados	3.962	4.531	0	0	0	0
Cursos Educ. Form. Adultos - Desfav.c/Certif.	447	0	0	0	0	0
Formação para Grupos Desfavorecidos	749	565	0	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Adultos	0	0	2.223	4.464	4.910	3.177

Fonte: IEFPP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Também dirigida aos adultos, refira-se o programa de formação em competências básicas. O objetivo é a aquisição de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso das TIC para que depois possam ser integrados em cursos EFA ou em processos de RVCC. O público-alvo desta medida são pessoas com mais de 18 anos que não tenham frequentado o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Até Setembro tinha já decorrido uma formação onde participaram 15 formandos de VRSA.

Em relação à formação dirigida a jovens, a medida "Cursos de Educação e Formação de Jovens" veio, do mesmo modo, substituir, até certo ponto, um conjunto mais vasto de medidas de apoio à

formação disponibilizadas pelo IEFP nos anos anteriores. Estes Cursos destinam-se a jovens entre os 15 e os 23 anos, candidatos ao primeiro emprego ou a novo emprego, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o 6.º ano de escolaridade, ou inferior, e o ensino secundário.

Relativamente às medidas em vigor até 2008, foram organizadas, desde 2006, 27 ações de formação que reuniram 47 formandos residentes em VRSA. Quanto aos “Cursos de Educação e Formação de Jovens”, desde 2008 já decorreram 11 ações que contaram com a presença de cidadãos do município (17 pessoas). Refira-se que até Setembro de 2011 nenhum formando residente em VRSA tinha frequentado ações de formação organizadas pelo IEFP ao abrigo desta medida (Quadros 4.10 a 4.12). Para tal poderá contribuir o caráter residual que estes cursos assumem atualmente no IEFP, já que são essencialmente ministrados nas escolas e nos centros de formação. Assim, em concreto, nas 3 ações previstas para o Algarve para 2011 não houve participantes oriundos de VRSA.

Quadro 4.10: ações de formação para jovens com a participação de formandos de VRSA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Form. Qualif. c/ Vista à Int. no Merc. de Trabalho	6	1	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Primeiro Emprego	6	6	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Novo Emprego	0	4	4	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	0	0	6	4	1	0

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Quadro 4.11: Formandos vila-realenses que frequentaram as Ações de formação para jovens

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Form. Qualif. c/ Vista à Int. no Merc. de Trabalho	9	4	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Primeiro Emprego	13	13	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Novo Emprego	0	4	4	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	0	0	8	8	1	0

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Quadro 4.12: N.º médio de horas de formação por ação

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Form. Qualif. c/ Vista à Int. no Merc. de Trabalho	1.376	1.052	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Primeiro Emprego	1.215	1.465	0	0	0	0
Cursos de Educ. Form. Jovens - Novo Emprego	0	593	1.330	0	0	0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	0	0	1.182	1.646	613	0

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Ainda no âmbito da formação dirigida aos jovens, o IEFP ministra “Cursos de Aprendizagem”, quer diretamente geridos pelo Instituto, quer através de entidades externas. Estes Cursos destinam-se a jovens até aos 25 anos de idade e que possuam o 3.º ciclo do Ensino Básico ou equivalente ou habilitação superior ao 3.º ciclo do Ensino Básico ou equivalente, sem conclusão o Ensino Secundário ou equivalente. Trata-se de uma modalidade de formação profissional inicial em alternância que privilegia a inserção dos jovens no mercado de trabalho permitindo o prosseguimento de estudos. Desde 2006 foram ministrados 89 cursos (84 por gestão direta do IEFP e 5 geridos por entidades externas), com formandos vila-realenses (389 no total) munícipes (Quadro 4.13).

Quadro 4.13: ações de formação e formandos dos Cursos de Aprendizagem

Ano	Gestão Direta			Polos		
	Ações	Formandos	Horas/ação	Ações	Formandos	Horas/ação
2006	15	68	4.168	0	0	0
2007	13	53	3.672	0	0	0
2008	12	52	4.035	0	0	0
2009	16	55	2.161	0	0	0
2010	17	77	2.337	2	4	990
2011	11	75	3.167	3	5	729

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Destinada a imigrantes, está em vigor o "Programa Português para Todos", que visa proporcionar aos estrangeiros residentes no país o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, nomeadamente o domínio da língua, melhorando a sua capacidade de expressão e compreensão. Desde 2008 já decorreram em VRSA 11 Ações de formação desta natureza, frequentadas por 112 imigrantes (Quadro 4.14).

Quadro 4.14: ações de formação e formandos do "Programa Português para Todos"

Ano	Ações de formação	Formandos	Horas/Ação
2008	2	20	500
2009	3	30	167
2010	3	59	443
2011	3	3	8

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

No que respeita à formação contínua tendo em vista o aperfeiçoamento dos conhecimentos e competências da população ativa (empregada e desempregada), ou a reciclagem e a reconversão profissional, o IEFP proporciona a "Formação Modular Certificada" (que pode considerar-se correspondente à "Formação Contínua" em vigor até 2008). Trata-se de uma oferta formativa individualizada composta por unidades de formação de curta duração, de 25 ou 50 horas. Entre 2008 e Setembro de 2011 decorreram 88 formações modulares com a participação de formandos residentes em VRSA (341, no total) (Quadro 4.15).

Quadro 4.15: Ações de formação e formandos de Formação Contínua e Modular

Ano	Formação Contínua			Formação Modular		
	Ações	Formandos	Horas/Ação	Ações	Formandos	Horas/Ação
2006	14	23	87	0	0	0
2007	23	36	89	0	0	0
2008	6	11	67	6	16	101
2009	0	0	0	22	124	156
2010	0	0	0	35	138	189
2011	0	0	0	25	63	81

Fonte: IEFP

Nota: Os dados de 2011 reportam a Setembro

Especificamente destinada a desempregados qualificados, vigorou no passado (até 2008) a medida "Formação Desempregados Qualificados". Com formandos de VRSA houve, entre 2006 e 2008, 4 edições (2 em 2006 e 1 em cada um dos outros anos), mas com apenas 1 formando vila-realense por curso.

5. Segurança Social

O Estado, através da Segurança Social, garante um conjunto de prestações sociais aos cidadãos, cobrindo situações como velhice, invalidez ou morte (com a atribuição de pensões), maternidade, doença e desemprego (concedendo subsídios), doenças profissionais, encargos familiares (com a atribuição de abonos), e até situações de carência económica, através do Rendimento Social de Inserção.

Neste sentido, é essencial perceber a importância que essas diferentes prestações sociais têm na vida dos munícipes, e que se traduz quer pelo número de beneficiários, quer pelos montantes atribuídos.

No município de Vila Real de Santo António os apoios que maior número de pessoas abrange são o subsídio de desemprego e doença, pensões (de velhice, invalidez e sobrevivência), abono de família e pré-natal e Rendimento Social de Inserção.

5.1. Prestações de desemprego

O subsídio de desemprego é, de acordo com a definição da Segurança Social, "é um valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontra inscrito para emprego no centro de emprego" e "destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho".

Esta prestação corresponde a 65% da remuneração de referência, que corresponde ao montante que a entidade empregadora declarou à Segurança Social ter pago, em média, por dia nos primeiros 12 meses dos últimos 14, a que se soma o valor dos subsídios de férias e de Natal declarados e devidos durante estes 12 meses, não podendo, no entanto, situar-se fora dos limites mínimos e máximos definidos por lei.

Assim, a prestação mínima de desemprego corresponde ao valor do Indexante dos Apoios Sociais - IAS¹ (419,22€ desde 2009), exceto nos casos em que esse valor seja superior ao valor líquido da remuneração de referência mensal, uma vez que o montante mensal do subsídio de desemprego não pode nunca ser superior ao valor líquido da remuneração de referência que serviu de base ao seu cálculo. O limite máximo, por seu turno, corresponde a 2,5 vezes o valor do IAS, o que equivale, em 2012, a 1.048,05€.

Já o período de tempo durante o qual se pode receber subsídio de desemprego é determinado em função da idade do requerente e do número de meses com descontos para a Segurança Social desde a última vez que esteve desempregado.

Os dados disponibilizados pela Segurança Social relativamente ao período de 2007 a 2011 revelam não só que o número anual de beneficiários de prestações de desemprego em Vila Real de Santo António ultrapassa sempre o milhar como que tem vindo a aumentar consideravelmente

¹ O Indexante dos Apoios Sociais (IAS) foi instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro. Vêlo substituir a Retribuição Mínima Mensal Garantida enquanto referencial determinante da fixação, cálculo e atualização das contribuições, das pensões e outras prestações sociais. Aplica-se desde 1 de Janeiro de 2007.

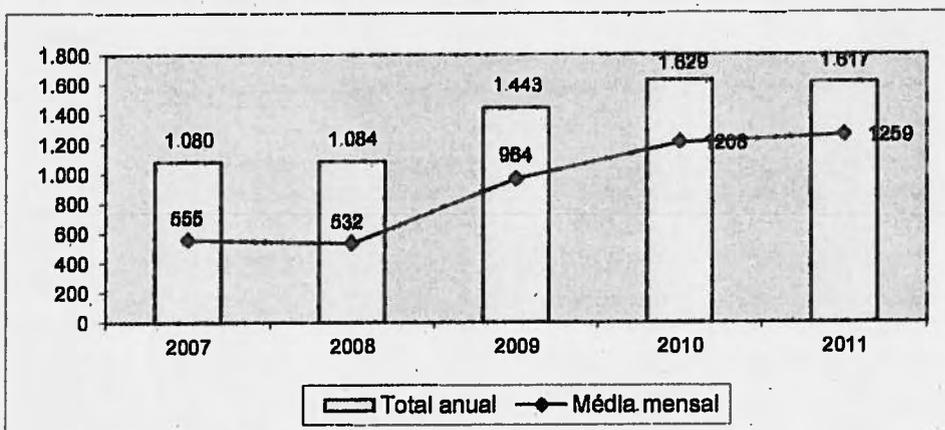
É atualizado anualmente por Portaria dos Ministros das Finanças e da Administração Pública, e do Trabalho e da Solidariedade Social, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano. Para 2009 foi instituído pela Portaria 1514/2008 de 24 de Dezembro.

desde 2008, ano em que a crise começou a sentir-se. Com efeito, entre 2008 e 2011 o total anual de beneficiários desta prestação social aumentou 49% em VRSA.

Quanto ao número médio mensal, constata-se, do mesmo modo, que tem vindo a aumentar de forma significativa, tendo-se registado em 2011 o valor mais elevado desde 2007 (Figura 5.1). É, aliás, impressionante o aumento do número médio mensal de desempregados inscritos de 2008 para 2009, que ultrapassa os 80%.

A análise dos valores mensais traduz, sem surpresas, uma quebra significativa nos meses de Verão, que facilmente se explica pela sazonalidade dos empregos ligados à hotelaria e restauração, e que tão representativos são na economia local. Fora dessa época, os valores elevam-se, e atingem o seu máximo no primeiro e quarto trimestres do ano. Refira-se ainda a este propósito que se até 2008 os números do desemprego aumentavam com o fim da época balnear mas só no primeiro trimestre do ano seguinte voltavam a subir de forma significativa, desde 2009 que os valores registados logo a partir de Outubro são muitíssimo elevados.

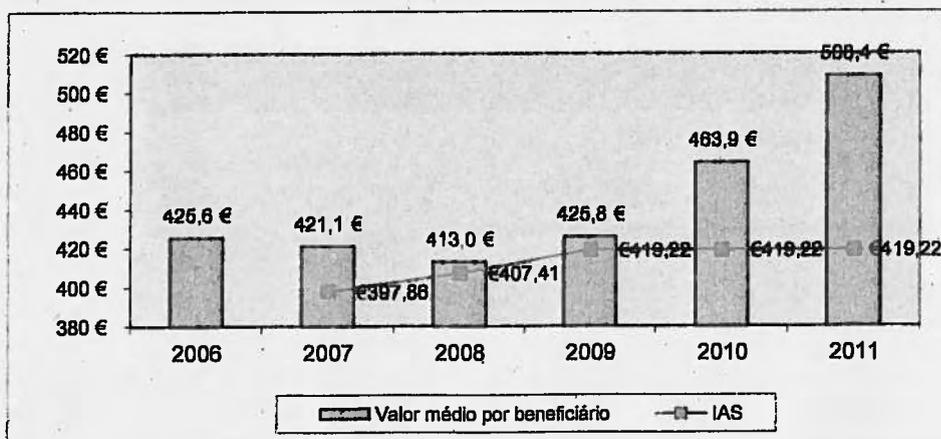
Figura 5.1: Beneficiários de prestações de desemprego



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Já no que diz respeito ao valor médio mensal das prestações, os dados da Figura 5.2 mostram que nos últimos anos aumentou consideravelmente, tendo atingido o valor máximo em 2011.

Figura 5.2: Valor médio mensal das prestações de desemprego



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

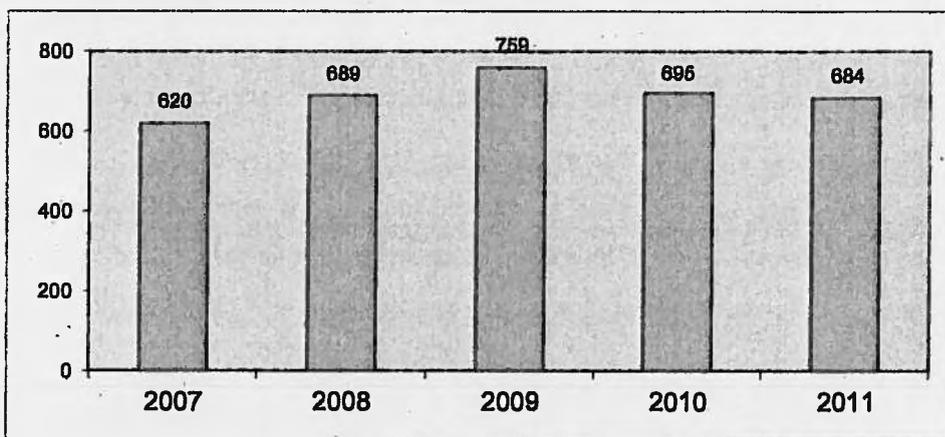
5.2. Subsídio de doença

O subsídio de doença "é um apoio pago em dinheiro para compensar a perda de rendimentos do trabalhador que não pode trabalhar temporariamente por estar doente" (Segurança Social).

No município de VRSA o total anual de beneficiários de subsídio de doença atingiu o máximo em 2009, tendo vindo a decrescer desde então, conforme mostra a Figura 5.3.

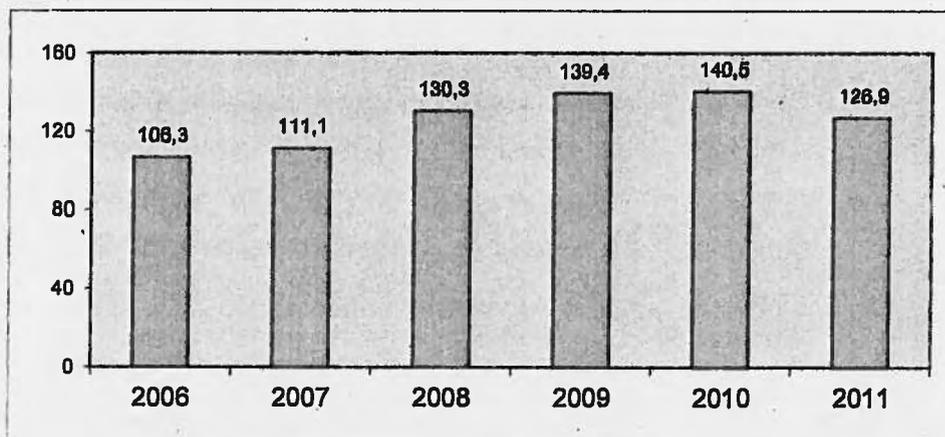
Por seu turno, a Figura 5.4 mostra uma tendência crescente na evolução do número médio mensal de beneficiários deste subsídio, que apenas se inverteu em 2011.

Figura 5.3: Beneficiários de subsídio de doença



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Figura 5.4: Número médio mensal de beneficiários de subsídio de doença



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

5.3. Pensões de invalidez, sobrevivência e velhice

A pensão por invalidez "é um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para proteger os beneficiários em situações de incapacidade permanente para o trabalho" (Segurança Social). Calcula-se com base na remuneração do beneficiário e da sua formação (Remuneração de Referência x Taxa Global de Formação).

A informação disponibilizada pela Segurança Social (Quadro 5.1) mostra que o número de beneficiários desta prestação no município aumentou quase 9% entre 2007 e 2011. Quanto ao valor médio por pensionista, o mesmo quadro mostra que aumentou cerca de 11% nesse período, tendo o acréscimo mais significativo ocorrido de 2009 para 2010 (5%).

Quadro 5.1: Pensionistas e pensões por invalidez

	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011
Pensionistas	N.º	355	359	372	383	386	8,7%
Pensões							
Total anual	€	1.368.380	1.415.423	1.522.836	1.638.515	1.647.044	20,4%
Média anual por pensionista		3.854,6	3.942,7	4.093,6	4.278,1	4.267,0	10,7%
Média mensal por pensionista		321,2	328,6	341,1	356,5	355,6	

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Apesar do acréscimo registado no valor das pensões, o valor médio do município é sempre inferior à média nacional (Quadro 5.2), embora esse diferencial venha a reduzir-se desde 2007. Refira-se, ainda assim, que de 2010 para 2011 voltou a agravar-se.

A pensão de sobrevivência "é uma pensão paga aos familiares do falecido (beneficiário do regime geral da Segurança Social) e destinada a compensá-los pela perda de rendimentos que resulta do seu falecimento" (Segurança Social). O seu valor é calculado tomando como base o valor da pensão que o falecido estava a receber ou teria direito a receber com base nos seus descontos até à data do falecimento.

O número de beneficiários desta prestação social tem vindo a aumentar ligeiramente desde 2008, o que resulta num acréscimo de 3% entre 2007 e 2011, como se lê no Quadro 5.3.

Quanto ao valor das pensões, o mesmo quadro mostra que a tendência tem sido de ligeiro crescimento, à exceção dos anos 2009 e 2010, em que se manteve inalterado.

Quadro 5.2: Diferencial das pensões de invalidez em VRSA face ao país

	2007	2008	2009	2010	2011
VRSA	321,22 €	328,56 €	341,14 €	356,51 €	355,58 €
Portugal	350,23 €	355,67 €	367,50 €	372,57 €	377,76 €
VRSA vs. Portugal	-8,3%	-7,6%	-7,2%	-4,3%	-5,9%

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP e INE, Anuários Estatísticos

Quadro 5.3: Pensionistas e pensões de sobrevivência

	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011
Pensionistas	N.º	1.277	1.263	1.288	1.300	1.316	3,1%
Pensões							
Total anual	€	3.044.307	3.097.243	3.298.983	3.420.463	3.465.578	13,8%
Média anual por pensionista		2.384,0	2.452,3	2.561,3	2.631,1	2.633,4	10,5%
Média mensal por pensionista		198,7	204,4	213,4	219,3	219,5	

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Quando se compara os valores médios de Vila Real de Santo António com os do país (Quadro 5.4), constata-se que o diferencial relativamente à média nacional tem vindo a acentuar-se desde 2008, tendo atingido o seu máximo em 2011 (menos 7%).

Por fim, a pensão de velhice "é um apolo em dinheiro pago às pessoas com mais de 65 anos que tenham descontado durante pelo menos 15 anos para a Segurança Social". O valor da pensão resulta da aplicação da seguinte fórmula: Remuneração de Referência x Taxa Global de Formação x Fator de Sustentabilidade (aplicável às pensões de velhice a partir de 1 de Janeiro de 2008), embora não possa ser inferior a 254€ em 2012².

Em Vila Real de Santo António, o número de pensionistas por velhice tem vindo a aumentar desde 2007, pese embora os aumentos mais significativos tenham ocorrido depois de 2009: 4% entre 2009 e 2010 e outros 4% de 2010 para 2011.

No que se refere ao montante médio das pensões, o Quadro 5.5 mostra que tem vindo a aumentar gradualmente de ano para ano, resultando num crescimento de 8,3% entre 2007 e 2011.

Quadro 5.4: Diferencial das pensões de sobrevivência em VRSA face ao país

	2007	2008	2009	2010	2011
VRSA	198,66 €	204,36 €	213,44 €	219,26 €	219,45 €
Portugal	200,99 €	209,85 €	224,53 €	230,45 €	234,29 €
VRSA vs. Portugal	-1,2%	-2,8%	-4,9%	-4,9%	-6,3%

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP e INE, Anuários Estatísticos

Quadro 5.5: Pensionistas e pensões de velhice

	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011
Pensionistas	N.º	2.948	2.987	3.011	3.132	3.258	9,1%
Pensões							
Total anual	€	13.334.901	14.056.560	14.707.178	15.750.318	16.602.924	18,1%
Média anual por pensionista		4.523,4	4.706,9	4.884,5	5.028,8	5.096,0	8,3%
Média mensal por pensionista		376,9	392,2	407,0	419,1	424,7	

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Ainda assim, os valores das pensões pagas no município ficam bastante aquém dos valores médios nacionais (perto de 9% abaixo), conforme se lê no Quadro 5.6. Para esta diferença contribuem certamente o elevado peso das baixas remunerações de referência no município

² Valor mínimo aplicável às pessoas que descontaram para a Segurança Social por um período inferior a 15 anos.

decorrentes do peso do trabalho em setores fracamente remunerados como o turismo e as indústrias conserveiras (que no passado empregaram uma fatia importante dos residentes que agora estão em idade de reforma) e que, por seu turno, decorrem dos fracos níveis de qualificações que também pesam no cálculo desta prestação social.

Quadro 5.6: Diferencial das pensões de velhice pagas em VRSA face ao país

	2007	2008	2009	2010	2011
VRSA	378,95 €	392,16 €	407,04 €	419,07 €	424,67 €
Portugal	405,65 €	424,44 €	446,04 €	457,97 €	484,00 €
VRSA vs. Portugal	-7,1%	-7,6%	-8,7%	-8,5%	-8,5%

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

5.4. Abono de família

O abono de família, pré-natal e para crianças e jovens, é uma das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social para fazer face aos encargos familiares.

Relativamente ao primeiro, o abono de família pré-natal, "é um apoio em dinheiro pago mensalmente às mulheres grávidas que tenham atingido a 13.ª semana de gravidez."

Quanto ao abono de família para crianças e jovens, "é um valor em dinheiro, pago mensalmente, para ajudar as famílias no sustento e na educação das crianças e jovens". "Têm acesso ao Abono de Família, os agregados familiares cujo valor total do património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de todos os elementos do agregado, seja inferior a € 100.612,80 no ano de 2012 (240 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais)."

Em VRSA, o número anual de beneficiários destas prestações (Quadro 5.7) cresceu até 2009, mas desde esse ano que tem vindo a baixar, tendo-se registado uma redução bastante acentuada (21%) de 2010 para 2011, representando os beneficiários com rendimentos mais baixos (1.º e 2.º escalões), em média, cerca de 72% do total.

Quadro 5.7: Beneficiários de abono pré-natal e de família segundo o rendimento

Escalão	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011
1.º	1.429	1.462	1.504	1.369	1.209	-15,4%
2.º	1.011	1.004	1.197	1.256	1.162	14,9%
3.º	448	510	548	696	641	43,1%
4.º	362	376	449	377	22	-93,9%
5.º	118	153	195	159	12	-89,7%
Total	3.366	3.505	3.893	3.857	3.046	-9,5%

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

Por outro lado, constata-se que os montantes pagos aumentaram entre 2007 e 2009. Em 2010 houve já uma redução, mas em 2011 a quebra nos montantes foi muitíssimo mais acentuada, na ordem dos 29% (Quadro 5.8).

Quadro 5.8: Montantes de abono pré-natal e de família segundo o rendimento

Escalão	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2007-2011
1.º	635.765,73 €	885.982,43 €	1.016.918,45 €	957.908,85 €	725.800,95 €	14,2%
2.º	361.112,50 €	499.355,86 €	668.305,75 €	743.046,86 €	550.577,62 €	52,5%
3.º	147.887,88 €	196.193,02 €	226.480,45 €	293.419,37 €	227.669,59 €	54,0%
4.º	99.107,53 €	119.134,65 €	152.338,80 €	93.238,78 €	2.024,78 €	-98,0%
5.º	15.366,35 €	31.560,63 €	47.477,05 €	20.382,75 €	820,30 €	-94,7%
Total	1.259.219,79 €	1.732.226,59 €	2.111.520,50 €	2.107.996,61 €	1.506.893,24 €	19,7%

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, IP

5.5. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) "É um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente e uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas". (Segurança Social).

O beneficiário de RSI recebe uma prestação mensal igual à diferença entre o valor do Rendimento Social de Inserção, calculado em função da composição do agregado familiar, e o rendimento do agregado familiar (ou do indivíduo, se viver sozinho).

Em Vila Real de Santo António é o Núcleo Local de Inserção de VRSA³ a quem compete aprovar os contratos de inserção⁴ bem como acompanhar o desenvolvimento das ações neles previstas.

O relatório do NLI de VRSA datado de Agosto de 2012 proporciona uma análise atualizada do perfil dos beneficiários do RSI em VRSA.

Assim, em meados de 2012, havia um total de 219 titulares de RSI no município dos quais cerca de 63% na freguesia de VRSA, sendo Vila Nova de Cacela a freguesia que em termos absolutos e em termos relativos (ponderando pelo número de famílias residentes) regista o valor mais baixo de titulares (Quadro 5.9)

Quadro 5.9: Titulares de Rendimento Social de Inserção em VRSA, por freguesia

Freguesia	Famílias residentes		Titulares RSI	
	N.º	%	N.º	%
VRSA	4 660	62,5%	151	68,9%
Vila Nova de Cacela	1 599	21,4%	24	11,0%
Monte Gordo	1 199	16,1%	44	20,1%
Total	7458	100,0%	219	100,0%

Fonte: Relatório NLI de VRSA, Agosto 2012

No entanto, ao contrário do que seria de esperar, tendo em conta o agravamento da crise económica, o número de famílias beneficiárias tem vindo a descer desde Janeiro de 2010.

Esta situação poderá decorrer entre outras causas da entrada em vigor da lei da condição de recursos em Julho de 2010, que redefiniu as condições de acesso às prestações sociais não contributivas, e mais recentemente com a entrada em vigor do Dec.-Lei 133/2012 de 27 de Junho, que revê o regime jurídico do RSI.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela equipa Protocolo RSI permite um acompanhamento de maior proximidade das famílias e ligação com os recursos de Inserção, bem como diferenciar os beneficiários com disponibilidade para iniciar percursos de mudança, e os que manifestamente não a têm, situação que tem como desfecho a saída da medida por incumprimento do contrato de inserção.

Por último, importa realçar o papel das medidas ativas de emprego, designadamente o Contrato Emprego Inserção+ que no presente ano já integrou mais de setenta beneficiários.

³ O NLI inclui representantes do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, da Câmara Municipal de VRSA, do ACES - Sotavento Centro de Saúde de VRSA, da Direção Regional de Educação do Algarve, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Associação Beneficência Mão Amiga e da Santa Casa da Misericórdia de VRSA.

⁴ Contrato de Inserção consubstancia-se num conjunto articulado e coerente de ações, faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar, com vista à plena integração social dos seus membros.

Na verdade, a medida de RSI tem-se revelado bastante volátil na perspetiva da entrada e saída de novas famílias, como o comprova os 125 processos cessados até Agosto 2012 (Quadro 5.10).

Entre os motivos de cessação realce pela positiva para a alteração dos rendimentos das famílias (43,2% dos casos), decorrente especialmente da integração profissional dos beneficiários, o que corresponde pois a saídas de sucesso da medida do RSI.

O segundo motivo de cessação (35,2%) é o de incumprimento do programa de inserção que ocorre na maior parte dos casos por faltas a convocatórias ou recusas de proposta de emprego.

Quadro 5.10: Motivos de cessação do RSI entre Janeiro e Agosto 2012

Motivo	Titulares que cessaram de receber o RSI	
	Nº	%
A pedido do requerente	7	5,6%
Nova escala equivalências	14	11,2%
Incumprimento	44	35,2%
Alteração de rendimentos	54	43,2%
Outros	6	4,8%
Total	125	100,0%

Fonte: Relatório NLI de VRSA, Agosto 2012

Analisando agora o tempo de permanência na medida (Quadro 5.11) é possível constatar que cerca de 1/3 das famílias tem ligação com a medida há pelo menos 5 anos. Todavia importa salvaguardar que na maioria dos casos a atribuição da prestação faz-se de forma intermitente, ou seja, decorrente da alteração de rendimentos dos titulares (por exemplo, trabalho sazonal), ou em consequência de penalizações sofridas no âmbito do incumprimento do programa de inserção.

A este propósito, em que as reincidências na medida são comuns, sinaliza-se o grupo de etnia cigana, que compreende 36 titulares (16,4%), aos quais correspondem 119 beneficiários, para quem a medida surge sobretudo como um complemento de rendimentos à principal atividade desenvolvida por este grupo "Venda Ambulante" e raramente é vista como uma medida com carácter transitório ou instrumento de mudança. Nesta perspetiva a ideia de "acomodação" está presente e convida a refletir os efeitos positivos e negativos desta prestação social.

Identifica-se ainda neste grupo com maior ligação à medida, as famílias numerosas e os indivíduos com problemas de saúde, designadamente de natureza psíquica ou problemas de toxicodependência/alcoolismo.

Quadro 5.11: Titulares do RSI por tempo de permanência na medida

Tempo de permanência	Permanência dos titulares na medida	
	Nº	%
Menos de 1 ano	35	16,0%
De 1 a 2 anos	68	31,1%
De 3 a 4 anos	43	19,6%
Mais de 5 anos	73	33,3%
Total	219	100,0%

Fonte: Relatório NLI de VRSA, Agosto 2012

A análise por grupo etário revela que a grande maioria dos beneficiários é jovem (60% com menos de 35 anos) e que apenas cerca de 10% tem mais de 55 anos (Quadro 5.12).

A distribuição por sexo mostra-se simétrica nos diversos escalões, com exceção do grupo etário entre os 55-64 anos, em que o número de mulheres é cerca do dobro do dos homens.

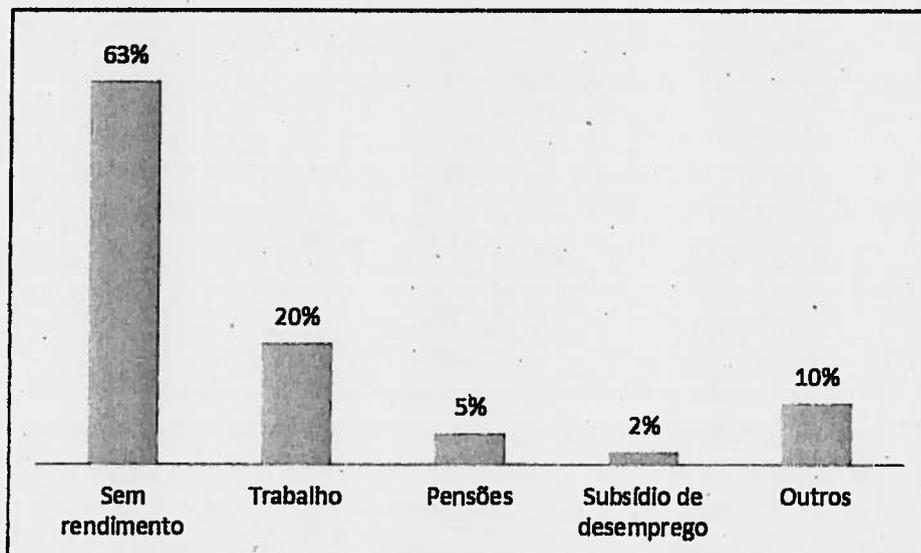
Quadro 5.12: Beneficiários do RSI por grupo etário e sexo

Grupo etário	Beneficiários do RSI			
	Homens	Mulheres	Total	
	Nº	Nº	Nº	%
De 0 a 18 anos	120	125	245	39,4%
De 19 a 24 anos	23	27	50	8,1%
De 25 a 34 anos	41	39	80	12,9%
De 35 a 44 anos	50	47	97	15,6%
De 45 a 54 anos	43	41	84	13,5%
De 55 a 64 anos	40	19	59	9,5%
65 e mais anos	4	2	6	1,0%
Total	321	300	621	100,0%

Fonte: Relatório NLI de VRSA, Agosto 2012

Analisando a estrutura dos rendimentos das famílias beneficiárias do RSI (Figura 5.5), verifica-se sem surpresas, que a maior parte (63%) não tem qualquer rendimento, sendo o trabalho a fonte de rendimento mais importante para os restantes (20% do total de beneficiários).

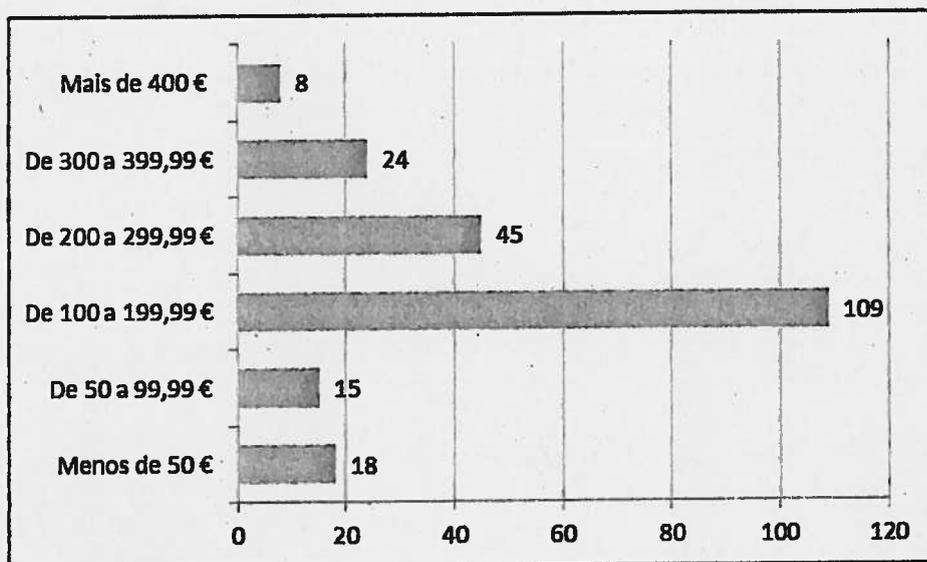
Figura 5.5: Estrutura do rendimento das famílias beneficiárias do RSI



Fonte: Relatório NLI de VRSA, Agosto 2012

Por outro lado, constata-se que metade dos titulares de RSI recebe mensalmente um valor compreendido entre 100 e 200 euros, sendo ainda assim significativo o número de famílias que recebe menos de cem euros mensais (33 famílias) e bastante reduzido o número daquelas que recebem prestações superiores a 400,00€ (Figura 5.6).

Figura 5.6: Valor da prestação mensal do RSI atribuída às famílias



Programas de Inserção

Estão atualmente em vigor 209 contratos de inserção que envolvem 583 beneficiários.

Na distribuição dos beneficiários por áreas de inserção, a área do emprego e educação assumem obviamente maior expressão, agregando diversas ações que visam o aperfeiçoamento ou aquisição de competências dos beneficiários, designadamente as Competências Básicas (escolaridade até ao 4 ano), Revalidação e Validação de Certificação de Competências; EFA; Formação Modular Certificada, entre outros.

Mas também o setor da saúde regista um valor significativo, permitindo afirmar que as situações de pobreza andam a par dos problemas de saúde, bem como normalmente se associam igualmente aos problemas habitacionais. Contudo, no caso da habitação) não atinge valores elevados, isto porque somente estão registadas situações de necessidade de ação de realojamento.

Ação social

No âmbito da ação social as ações centram-se no acesso à proteção e a direitos sociais e no acompanhamento e educação sócio familiar, sobretudo através do trabalho desenvolvido pela equipa Protocolo RSI, que acompanha permanentemente 100 famílias. Esta equipa tem como função dotar as famílias de competências globais que facilitem a inserção sócio profissional dos indivíduos/famílias, tendo para o efeito realizado este ano ações de sensibilização/Informação e ateliers que se destinam à aquisição de competências profissionais, à promoção de cuidados primários de saúde e à promoção de competências parentais abrangendo na totalidade 75 beneficiários.

No domínio da saúde destacam-se as Consultas de Medicina Familiar, num total de 88, na sua maioria destinada aos beneficiários com acompanhamento médico regular por doença crónica.

6. Educação

6.1. Competências da Administração Central na Educação

A Constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 74.º, o princípio que "Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar" e consagra as obrigações do Estado para a prossecução deste objetivo, nomeadamente a criação de condições que garantam o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, e a oportunidade de alcançar níveis mais elevados de ensino. Ao nível da Administração Central, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) "é o departamento governamental que tem por missão definir, coordenar, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, bem como articular, no âmbito das políticas nacionais de promoção da qualificação da população, a política nacional de educação e a política nacional de formação profissional" (artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 213/2006 - Lei Orgânica do Ministério da Educação).

Entre as suas atribuições (artigo 2.º, 1) estão, para além da definição das políticas de educação e formação profissional, assegurar o direito ao ensino e a observância da escolaridade obrigatória, o planeamento e administração dos estabelecimentos escolares públicos e particulares e cooperativos bem como o acompanhamento e fiscalização das suas atividades, o planeamento e administração dos recursos humanos, materiais e financeiros afetos ao sistema educativo, os processos de recrutamento de pessoal docente e não docente e o desenvolvimento de carreiras, entre outras. No entanto, "as atribuições do MEC são exercidas segundo o princípio da subsidiariedade, através da descentralização de atribuições nas autarquias locais e da efetiva participação das comunidades educativas na gestão do sistema educativo" (artigo 2.º, 2). Para dar cumprimento a esse princípio, o Decreto-Lei n.º 144/2008 veio determinar uma efetiva descentralização de competências para os municípios em matéria de educação, com o objetivo de obter avanços claros e sustentados na organização e na gestão dos recursos educativos. Assim sendo, neste capítulo descreve-se o setor da Educação nos domínios em que a competência de gestão é ainda da Administração Central, nomeadamente a estrutura do sistema educativo, a rede escolar do município e a ação social escolar assegurada pelo ME, apresentando-se na parte dedicada à Administração Local a intervenção da autarquia em matéria educativa.

6.2. O sistema educativo português

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro), alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, estabelece o quadro geral do sistema educativo. O artigo 2.º reforça a universalidade do direito de todos os cidadãos à educação num claro respeito pelo “princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis”. Para a efetivação deste direito o Estado tem a responsabilidade de “promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”.

A Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto introduziu algumas alterações na organização do ensino, ao estabelecer o regime da escolaridade obrigatória para 12 anos e a idade de frequência de instituições de ensino ou formação até aos 18 anos e ao consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Em termos genéricos, o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar (artigo 4.º da Lei n.º 49/2005), e está organizado nos seguintes níveis: Educação Pré-escolar, Ensino Básico (1.º ao 9.º ano de escolaridade), Ensino Secundário (10.º ao 12.º ano), Ensino Pós-secundário não superior, Educação e Formação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. A Educação Pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar públicos (em regime de gratuidade) ou privados. O Ensino Básico estrutura-se em três níveis de ensino sequenciais organizados por anos de escolaridade. O 1.º Ciclo abrange os níveis de ensino do 1.º ao 4.º ano de escolaridade e destina-se às crianças dos 6 aos 10 anos de idade. As escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico funcionam no mínimo oito horas por dia, ensinam competências básicas em Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Expressões e proporcionam atividades de enriquecimento curricular. O 2.º Ciclo compreende o 5.º e o 6.º ano de escolaridade, organiza-se por áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e direciona-se às crianças dos 10 aos 12 anos.

O 3.º Ciclo abrange a formação do 7.º ao 9.º ano de escolaridade, abrange as faixas etárias dos 12 aos 15 anos de idade, organiza-se segundo áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e promove a aquisição de conhecimentos e competências essenciais para a prossecução do plano de estudos. Para os casos de insucesso ou de risco de abandono escolar, o Despacho Normativo n.º 1 de 6 Janeiro de 2006, consagra a possibilidade de as escolas promoverem percursos de currículo alternativo.

O Ensino Secundário organiza-se em três níveis de ensino (do 10.º ao 12.º ano) e destina-se aos jovens entre os 15 e 18 anos de idade. O tipo de formação depende se o objetivo dos alunos é a continuação dos estudos ou a entrada no mercado de trabalho. O currículo dos cursos compreende cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos artísticos especializados e cursos profissionais. Destinado à população jovem e adulta que abandonou precocemente os estudos, existe um conjunto de cursos que visam a melhorar o seu nível de formação e proporcionar um ensino profissionalizante, composto pelas seguintes modalidades: Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; Cursos de Educação e Formação; Cursos de Educação e Formação de Adultos e Ações Modulares; Cursos de Alfabetização (maiores de 15 anos) ao abrigo de educação extraescolar, não dando certificação escolar; Ensino secundário (maiores de 18 anos) e Sistema Nacional de Aprendizagem (IEFP). Estas várias modalidades de ensino permitem adquirir uma certificação

escolar e/ou uma qualificação profissional, e até o prosseguimento de estudos de nível pós-secundário não superior ou o ingresso no ensino superior. No Ensino Pós-secundário não superior inserem-se os Cursos de Especialização Tecnológica que proporcionam formação especializada em diferentes áreas tecnológicas, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho ou a continuação de estudos de nível superior. O Ensino Superior organiza-se segundo os princípios da Declaração de Bolonha e garante formação científica, cultural e tecnológica fundamental para o exercício de atividades profissionais e culturais e o desenvolvimento das capacidades de conceção, inovação e análise crítica. Compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, ministrado por instituições públicas, não públicas e cooperativas. No âmbito da garantia de igualdade de oportunidades, tem-se procurado criar um sistema de educação flexível, ajustado à diversidade de características e necessidades dos alunos, assegurando a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE) e a prática de apoios especializados ⁵.

6.3. A rede escolar do município

A rede escolar do município de Vila Real de Santo António assegura todos os níveis de ensino desde o Pré-escolar ao Secundário. No concelho existem dois agrupamentos de escolas os quais compõem a rede escolar pública desde a Educação Pré-escolar até ao Ensino Secundário: o Agrupamento de Escolas D. José I do qual fazem parte a Escola sede com o mesmo nome do agrupamento, a Escola Básica de Monte Gordo, a EB1/JI Professor Caldeira Alexandre, a EB1/JI Santo António e a EB1/JI António Aleixo; o Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António que engloba a Escola Secundária de VRSA, a Escola Básica Infante D. Fernando e a EB1/JI Manuel Cabanas. No município existem ainda dois estabelecimentos de educação pré-escolar privados, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, um estabelecimento de Ensino Profissional (a Escola de Hotelaria e Turismo) e um estabelecimento de ensino particular e cooperativo de ensino especializado, o Conservatório Regional de Vila Real de Santo António. Seguidamente far-se-á uma análise por nível de ensino, caracterizando a rede escolar no que concerne aos equipamentos, alunos e pessoal docente e não docente. Em anexo constam as fichas de caracterização dos equipamentos educativos do município, assim como dos centros de estudo e explicações criados por iniciativa de privados.

6.3.1. Ensino Pré-escolar

A educação pré-escolar no município de Vila Real de Santo António é assegurada por sete jardins-de-infância, dos quais cinco pertencem à rede pública e dois à rede privada, propriedade da Santa Casa da Misericórdia. No ano letivo 2011/2012, 488 alunos frequentaram o ensino pré-escolar no município, o que representa uma ligeira diminuição face ao ano letivo anterior (Quadro 6.1).

Quadro 6.1: Alunos do Ensino Pré-escolar

Setor	Freguesia	Estabelecimento	2010/2011		2011/2012	
			Nº de alunos	Nº de salas	Nº de alunos	Nº de salas
Público	VRSA	EB1JI António Aleixo	45	2	50	2
		EB1JI Prof. Caldeira Alexandre	45	2	50	2
		EB1JI Santo António	120	5	119	5
	Monte Gordo	EB1JI de Monte Gordo	50	2	45	2
	Vila Nova de Cacela	EB1JI Manuel Cabanas	74	3	74	3
Privado	VRSA	Jardim-de-infância "A Borboleta"	100	4	100	4
	Monte Gordo	Jardim-de-Infância "A Cegonha"	74	3	50	2
Total dos Jardins-de-Infância			508	21	488	20

Do total, 338, isto é, 69%, frequentam a rede pública e os restantes 150 a rede privada. Considerando esta repartição constata-se, aliás, que tanto a rede pública como a rede privada tiveram um decréscimo pouco significativo em relação ao ano letivo anterior. O decréscimo do número de alunos é, naturalmente, acompanhado, do decréscimo do pessoal ao serviço, docente e não docente não se observando grandes variações entre os dois anos letivos.

Quadro 6.2: Pessoal ao serviço no Ensino Pré-escolar

Setor	Freguesia	Estabelecimento	Pessoal Docente		Pessoal não Docente	
			2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
Público	VRSA	EB1JI António Aleixo	2	2	1	1
		EB1JI Prof. Caldeira Alexandre	3	2	2	1
		EB1JI Santo António	5	6	1	1
	Monte Gordo	EB1JI de Monte Gordo	3	2	1	1
	Vila Nova de Cacela	EB1JI Manuel Cabanas	3	3	8	8
Privado	VRSA	Jardim de Infância "A Borboleta"	4	8	4	8
	Monte Gordo	Jardim de Infância "A Cegonha"	3	2	5	4
Total dos Jardins de Infância			23	25	22	24

Assim, ao nível do pessoal docente e não docente, no setor público, não se verificaram alterações significativas entre os dois anos letivos. No setor privado houve um aumento significativo de docentes e não docentes no jardim-de-infância "A Borboleta".

No que concerne ao apoio às crianças com necessidades educativas especiais, o Agrupamento de Escolas D. José I está classificado como agrupamento de referência para a intervenção precoce na infância. No âmbito desta atribuição tem como funções garantir a articulação com os serviços de saúde e da segurança social, consolidar as equipas técnicas que prestam serviços no âmbito da intervenção precoce na infância, financiadas pela Segurança Social, e garantir a prestação de serviços de intervenção precoce na infância. A intervenção precoce engloba as crianças apoiadas em jardins-de-infância da rede particular e solidária, amas, creches e domicílio. No ano letivo 2011/2012 estão a ser acompanhadas 11 crianças, das quais 4 frequentam o ensino pré-escolar e 1 recebe apoio no domicílio. O Quadro 6.3 mostra que o apoio se exerce quer ao nível da cognição, quer na comunicação, fala e linguagem e que o universo dos alunos sujeitos à intervenção extravasa as escolas do município.

Quadro 6.3: Alunos abrangidos por intervenção precoce

Setor	Agrupamento de escolas	2010/2011		2011/2012	
		Nº de crianças	Deficiência ao nível de:	Nº de crianças	Deficiência ao nível de:
Público	D. José I	-	-	3	Audição - 1 Linguagem - 1 Neuromuscular esquelética - 1
	VRSA	1	Linguagem -1	1	Linguagem -1
Privado	Jardim de Infância "A Borboleta"	2	Linguagem -2	3	Linguagem -2 Neuromuscular esquelético -1
	Jardim de Infância "A Cegonha"	-	-	4	Psicossocial - 4
Total		3		11	

6.3.2. 1.º Ciclo do Ensino Básico

O ensino básico do 1.º ciclo é ministrado em 7 escolas, passando para 5 no ano letivo 2011/2012, das quais três se localizam na sede de concelho, uma na freguesia de Vila Nova de Cacela e outra em Monte Gordo.

Quadro 6.4: Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Estabelecimento	2010/2011		2011/2012	
		Nº de alunos	Nº de salas	Nº de alunos	Nº de salas
VRSA	EB1 D. José I	45	2	-	-
	EB1 António Aleixo	42	2	41	2
	EB1 Prof. Caldeira Alexandre	372	18	370	18
	EB1 São João	35	2	-	-
	EB1 Santo António	182	8	174	8
Monte Gordo	EB1 de Monte Gordo	170	8	181	8
Vila N. de Cacela	EB1 Manuel Cabanas	95	6	143	6
Total dos alunos do 1º ciclo		941	46	909	42

No ano 2011/2012, o número de alunos ascende a 909, o que representa um ligeiro decréscimo face ao ano letivo anterior. Conforme se depreende da leitura do Quadro 6.4, as escolas do Agrupamento D. José I, localizadas na freguesia de Vila Real de Santo António, absorvem 84,4% do total de estudantes do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com 28 turmas, sendo que as escolas de Monte Gordo e de Vila Nova de Cacela são frequentadas pelos 35,6% restantes (19,9% e 15,7%, respetivamente).

Uma análise por escola permite detetar diferenças significativas ao nível da capacidade dos estabelecimentos, destacando-se a EB1/JI Prof. Caldeira Alexandre, com 370 alunos repartidos por 18 turmas, que concentra 41% dos estudantes deste ciclo no município. Por outro lado, as escolas de menor dimensão são a EB1/JI António Aleixo, a EB1 São João e a EB1 D. José I, ambas apenas com duas salas cada tendo estas duas últimas encerrado no final do ano letivo 2010/2011. No que concerne às variações face ao ano letivo anterior, verificou-se um aumento significativo de alunos na EB1 Manuel Cabanas pelo facto de os alunos da EB1 de São João terem transitado para esta. Quanto aos recursos humanos afetos a este ciclo de ensino, a Informação apresentada no Quadro 6.5 mostra que o pessoal docente é constituído, este ano, por 49 elementos (menos 7 do que no ano letivo 2010/2011) e que no total do pessoal não docente houve e redução de 2 elementos. Relativamente ao número de professores, as variações ocorreram apenas na escola EB1 Professor Caldeira Alexandre, com o decréscimo de 4 docentes e na escola EB1 de Monte Gordo com a redução de um docente.

Quadro 6.5: Pessoal ao serviço no 1.º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Estabelecimento	2010/2011		2011/2012	
		Docente	N docente	Docente	N Docente
VRSA	EB1 António Aleixo	2	2	2	2
	EB1 Prof. Caldeira Alexandre	26	2	22	2
	EB1 São João	2	1	-	-
	EB1 Santo António	9	1	9	1
Monte Gordo	EB1 de Monte Gordo	10	1	9	-
Vila N. de Cacela	EB1 Manuel Cabanas	7	3	7	3
Total		56	10	49	8

Ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico existem 36 crianças com necessidades educativas especiais, em particular ao nível das funções mentais (intelectual, linguagem, emocional e psicossocial). Do total, 33 (92%) pertencem ao Agrupamento de Escolas D. José I e 3 (8%) pertencem ao Agrupamento de Escolas de VRSA. (Quadro 6.6).

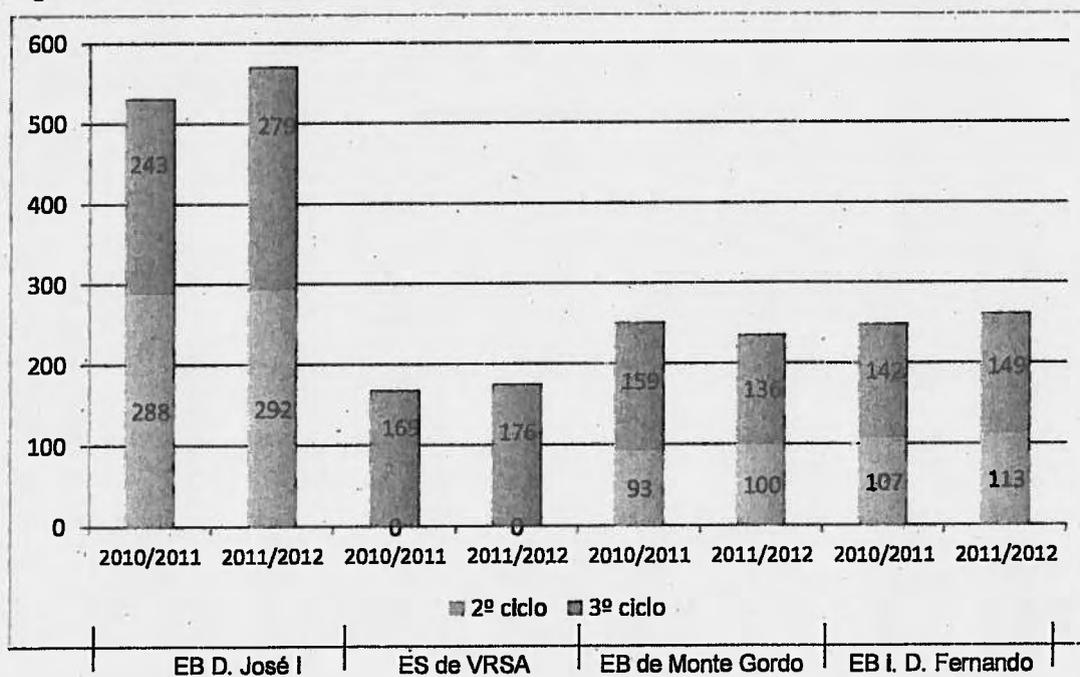
Quadro 6.6: Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Agrupamento de escolas	2010/2011		2011/2012	
	Nº de alunos	Deficiência ao nível de:	Nº de alunos	Deficiência ao nível de:
D. José I	26	Audição -2 Intelectual -3 Linguagem - 9 Emocional -4 Psicossocial -6 Neuromuscular esquelética -2	33	Audição -2 Intelectual -10 Linguagem - 9 Emocional -5 Psicossocial -6 Neuromuscular esquelética-1
VRSA	1	Psicossocial - 1	3	Intelectual -2 Psicossocial - 1
Total	27	-	36	-

6.3.3. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

O 2.º e o 3.º Ciclo do Ensino Básico são assegurados pelos dois agrupamentos dos quais fazem parte: EB D. José I e Escola Secundária com 3º Ciclo de VRSA ambas localizadas na sede do Concelho; a EB de Monte Gordo localizada na freguesia de Monte Gordo e a EB Infante D. Fernando localizada na freguesia de Vila Nova de Cacela. No ano letivo 2011/2012 frequentaram os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico 1.179 alunos (não engloba as turmas CEF e PIEF), mais 73 do que no ano passado. A Figura 6.1 apresenta o número de alunos por ciclo nos dois anos (inclui os alunos das turmas CEF e PIEF) nas quatro escolas, mostrando que em todas elas, exceto na Escola de Monte Gordo, houve um aumento no número de alunos.

Figura 6.1: Alunos do 2.º e do 3.º Ciclo do Ensino Básico por escola

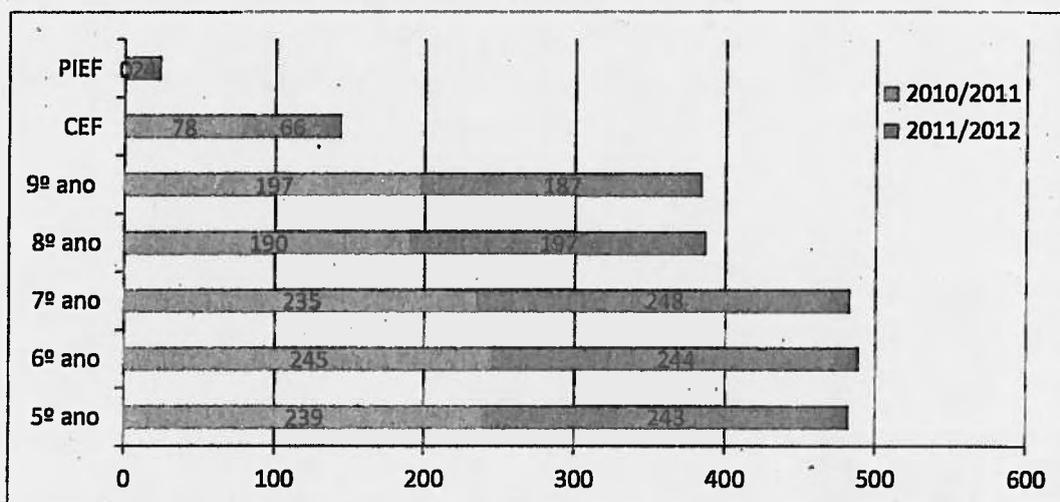


No Quadro 6.7 desagrega-se a informação ao nível das escolas e dos ciclos de ensino, e dele se infere que os aumentos mais acentuados se registaram no 3.º Ciclo na EB D. José I e na Escola Secundária de VRSA, e que a maior variação negativa ocorreu no 2.º Ciclo e no 3º ciclo na EB de Monte Gordo. Uma análise mais detalhada, por anos, como consta da Figura 6.2, permite visualizar as variações do número de alunos por ano e por estabelecimento, não se registando grandes variações entre os dois anos letivos.

Quadro 6.7: Alunos do 2.º e do 3.º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Estabelecimento	Ciclo	2010/2011		2011/2012	
			Nº de alunos	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de turmas
VRSA	EB D. José I	2º	288	12	275	12
		3º	217	11	270	12
		PCA (2º ciclo)	-	-	13	1
	Escola Secundária	2º	-	-	-	-
3º		145	6	176	7	
Monte Gordo	EB de Monte Gordo	2º	89	4	99	5
		3º	118	5	95	5
VN de Cacela	EB Infante D. Fernando	2º	107	5	113	5
		3º	142	6	138	7
Total			1106	49	1179	54

Figura 6.2: Alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico por ano



Na EB2.3 D. José I, excetuando o 6.º ano e o 8º anos de escolaridade, todos os outros níveis de ensino sofreram uma redução no número de alunos entre os dois anos letivos, ainda que mais acentuada no 5º ano (decréscimo de 13 alunos). Já em Monte Gordo, comparativamente com o ano letivo 2010/2011, o número de alunos decresceu nos dois anos do 2º ciclo de forma pouco significativa e de forma bastante acentuada ao nível do 8º ano, tendo aumentado significativamente no 7º ano e no 8º. Em Vila Nova de Cacela, o número de alunos aumentou em todos os anos, à exceção do 6.º, em que teve uma redução de 17 alunos, e no 7.º, que registou um decréscimo pouco significativo. Quanto à Escola Secundária, o número de alunos do 3.º Ciclo só diminuiu no 7.º ano. É de notar que algumas das variações registadas,

relativamente ao decréscimo de alunos no 3º ciclo resultaram da transferência destes para turmas de Cursos de Educação e Formação (CEF). Quanto às turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), apesar de alguns dos alunos que as integram virem do ensino regular, a maior parte são jovens que tinham abandonado a escola há um ou mais anos.

No que diz respeito ao aproveitamento escolar no ano letivo transato, a Quadro 6.8 mostra que o Agrupamento D. José I registou, em termos gerais, as taxas de sucesso mais elevadas ao nível do 1º ciclo, 5º ano e 9º ano ao passo que o agrupamento de escolas de VRSA apresenta maior sucesso nos alunos do 6º ano ao 8º ano.

Quadro 6.8: Aproveitamento escolar no ano letivo 2010/2011

	Agrupamentos de Escolas			
	D. José I		Vila Real de Santo António	
	2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
9º ano	90,2%	71,7%	81,6%	71,7%
8º ano	87,0%	87,9%	82,5%	92,1%
7º ano	70,7%	64,5%	80,6%	80,4%
6º ano	83,0%	79,7%	93,3%	90,0%
5º ano	87,9%	91,0%	88,9%	74,5%
4º ano	94,1%	92,7%	88,9%	77,1%
3º ano	93,2%	98,4%	96,9%	94,7%
2º ano	82,9%	84,1%	90,0%	64,7%
1º ano	99,5%	99,4%	96,8%	92,9%

Da análise por anos conclui-se que as taxas de aprovação foram particularmente elevadas no 1º ciclo e no 2.º Ciclo, à exceção do 4º ano e do 5º ano no AE de VRSA. Quanto ao 3.º Ciclo, as taxas de aprovação apresentam valores próximos dos 80% à exceção do 8º ano no AE de VRSA em que a taxa de sucesso ultrapassou os 90% e neste agrupamento a taxa de sucesso no 9º ano foi cerca de 70%. Comparando a evolução das taxas de aproveitamento entre os dois anos letivos registou-se uma diminuição significativa ao nível do 2º ano, no AE de VRSA assim com também no 4º ano e 5º ano e 9º ano, salientando-se que neste agrupamento houve um aumento desta taxa ao nível do 8º ano. Quanto ao AED. José I observa-se uma diminuição das taxas de aproveitamento escolar mais relevantes ao nível do 7º ano e 9º ano ao passo que houve um aumento mais significativo no 3º ano e no 5º ano.

Quanto ao pessoal ao serviço, o Quadro 6.9 mostra que o corpo docente das quatro escolas do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico é composto por 265 professores, e o pessoal não docente por 98 pessoas. Quanto ao pessoal docente, e comparando o ano letivo em curso com o anterior, há a registar uma redução de 6 professores no AE D. José I, apesar do nº de alunos ter aumentado neste agrupamento. É de salientar que há docentes a lecionar nas duas escolas do agrupamento. No AE de VRSA o número de docentes manteve-se sem alterações. Quanto ao pessoal não docente, o mesmo Quadro mostra que se manteve praticamente inalterado.

Quadro 6.9: Pessoal ao serviço no 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico

Agrupamento	Estabelecimento	Pessoal Docente		Pessoal não Docente	
		2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
Agr. de Escolas de VRSA	Escola Secundária	127	127	30	30
	Escola Infante D. Fernando	34	34	15	14
Agr. D. José I	Escola D. José I	78	71	37	37
	Escola Básica de Monte Gordo	31	33	17	17
Total		270	284	99	98

No ano letivo 2011/2012 existem nos 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário 72 alunos com necessidades educativas especiais, dos quais 33 no Agrupamento de Escolas D. José I e 39 no Agrupamento de Escolas de VRSA. Observa-se um aumento significativo de 19 alunos com NEE em relação ao ano letivo anterior.

Os principais problemas têm a ver com problemas ao nível das funções mentais (globais e específicas) que engloba 63 alunos (Quadro 6.10).

Quadro 6.10: Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Agrupamento	Ciclo	2010/2011		2011/2012	
		Nº de alunos	Deficiência ao nível de:	Nº de alunos	Deficiência ao nível de:
Agr. de Escolas de VRSA	2º e 3º	17	Psicossocial - 8 Intelectual - 4 Linguagem - 7	25	Intelectual - 13 Audição - 1 Linguagem - 8 Neuromuscular esquelética - 2 Aparelho cardiorrespiratório - 1
	Secundário	4	Intelectual - 2 Neuromuscular esquelética - 2	14	Intelectual - 11 Linguagem - 1 Emocional - 1 Aparelho cardiorrespiratório - 1
Agr. D. José I	2º e 3º	32	Intelectual - 7 Linguagem - 10 Emocional - 9 Psicossocial - 2 Neuromuscular esquelética - 1 Aparelho cardiorrespiratório - 2 Multideficiência - 1	33	Intelectual - 5 Linguagem - 14 Emocional - 8 Psicossocial - 2 Neuromuscular esquelética - 1 Aparelho cardiorrespiratório - 1 Multideficiência - 1 Audição - 1
Total		53		72	

6.3.4. Ensino Secundário

Conforme foi referido, o Ensino Secundário é ministrado unicamente na Escola Secundária com 3.º Ciclo de Vila Real de Santo António, atualmente sede do agrupamento, uma escola que acolhe a população escolar dos municípios de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim.

O Quadro 6.11 apresenta a informação com o número de alunos do 10.º ao 12.º ano de escolaridade. Comparando os dois anos letivos, constata-se que o número total de alunos é ligeiramente superior este ano, devido aos acréscimos registados nos 10.º e 12.º anos. Assim, no ano letivo de 2010/2011 a escola era frequentada por 734 alunos do Ensino Secundário (distribuídos por 38 turmas), ao passo que no último ano letivo a escola acolheu 675 estudantes em 36 turmas, o que corresponde a um decréscimo de 8%.

Quanto aos cursos, para além dos de carácter geral, são ministrados cursos profissionais e, nos 10.º e 11.º anos, também cursos tecnológicos. O Quadro 6.10 mostra também que os cursos Científico-humanísticos são os mais procurados, embora os cursos profissionais absorvam uma proporção bastante significativa dos alunos do Ensino Secundário.

Por outro lado, as taxas de sucesso por curso reunidas no Quadro 6.10 traduzem o aproveitamento escolar alcançado no ensino secundário no município de Vila Real de Santo António nos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012. É de salientar que as taxas mais baixas estão associadas, com alguma regularidade, à desistência por parte dos alunos que integraram cursos que não teriam sido a sua primeira opção.

Quadro 6.11: Cursos do Ensino Secundário

Ano	Curso	Descrição	2010/2011			2011/2012		
			Nº alunos	Nº turmas	Aprov. escolar	Nº alunos	Nº turmas	Aprov. Escolar
10º	Científico Humanístico	Ciências e Tecnologias	78	3	82,1%	71	3	73,2%
		Artes Visuais	29	1	93,1%	21	1	66,7%
		Línguas e Humanidades	46	2	71,7%	43	2	87,4%
	Tecnológico	Tecnológico Desporto	29	1	72,4%	--	--	--
	Profissional	Téc. de Frio Climatização	25	1	88,0%	--	--	--
		Animador Sociocultural	48	2	99,6%	30	1	100%
		Inst. de Cordas e Teclas	15	1	46,7%	--	--	--
		Inst. de Sopro Percussão	7	1	85,7%	--	--	--
		Técnico de Turismo	19	1	26,3%	--	--	--
		Téc. Apoio Gestão Desportiva	-	-	-	25	1	100%
		Téc. Energias Renováveis – Sistemas Solares	-	-	-	26	1	96,2%
		Técnico Organização Eventos	-	-	-	28	1	78,6%
	Total do 10º ano			296	13		244	10
11º	Científico Humanístico	Ciências e Tecnologias	87	3	58,6%	76	3	75,0%
		Artes Visuais	21	1	76,2%	33	1	72,7%
		Línguas e Humanidades	45	2	73,3%	41	2	82,9%
	Tecnológico	Desporto	--	--	--	23	1	82,6%
	Profissionais	Energias Renováveis	22	1	81,8%	--	--	--
		Informática de Gestão	8	1	75,0%	--	--	--
		Animador Sociocultural	19	1	78,9%	28	2	100%
		Seg. Salvamento Meio Aquático	6	1	100%	--	--	--
		Téc. de Gestão Program. Sist. Informáticos	9	1	100%	-	-	-
		Inst. de Cordas e Teclas	4	1	75,0%	9	1	89,9%
		Inst. de Sopro Percussão	3	1	100%	6	1	100%
		Téc. Frio Climatização	--	--	--	16	1	100%
	Téc. Turismo	--	--	--	4	1	75,0%	
Total do 11º ano			224	13		236	13	
12º	Científico Humanístico	Ciências e Tecnologias	87	3	49,4%	73	3	45,2%
		Artes Visuais	25	1	48,0%	17	1	52,9%
		Línguas e Humanidades	46	2	60,9%	43	2	55,8%
		Ciências Socioeconómicas	12	1	33,3%	--	--	--
	Profissional	Técnico Gestão (121)	11	1	45,5%	--	--	--
		Téc. de Instalações Eléctricas	10	1	20,0%	--	--	--
		Técnico de Turismo	6	1	83,3%	--	--	--
		Animador Sociocultural	11	1	90,9%	17	1	52,9%
		Seg. Salvamento Meio Aquático	6	1	33,3%	2	1	0,0%
		Energias Renováveis	--	--	--	23	1	34,8%
		Téc. Informática Gestão	--	--	--	6	1	50,0%
		Téc. de Gestão Program. Sist. Informáticos	--	--	--	10	1	20,0%
		Inst. de Cordas e Teclas	--	--	--	1	1	100%
Inst. de Sopro Percussão	--	--	--	3	1	100%		
Total do 12º ano			194	12		195	13	
Total			734	38		675	36	

6.3.5. Educação e Formação de Jovens e Adultos

Os dois agrupamentos asseguram cursos de educação e formação de jovens e adultos. Estes cursos (para adultos) têm uma forte procura mas as respostas ao nível das escolas têm vindo a diminuir. Conforme mostra o Quadro 6.12 houve um aumento do número de alunos nas turmas CEF sendo que a EB de Monte Gordo integrou o maior número de alunos em ambos os anos letivos, relativamente às outras escolas. A taxa de aproveitamento nos CEF, neste último ano letivo, foi de 86,3%. As turmas PIEF surgiram como última resposta à reintegração de jovens no sistema educativo. O número de alunos que frequentaram estas turmas, nas escolas de Monte Gordo e D. José I não é relevante mas, ainda assim, contribuiu para apoiar muitos jovens e suas famílias ao nível de várias competências sociais, nomeadamente as escolares já que a taxa de aproveitamento foi de 82,6%.

É de salientar que muitos alunos que frequentam o RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) se inscreveram em anos letivos anteriores estando a aguardar vaga para diagnóstico das respetivas competências escolares. Conforme mostra o Quadro 6.13 os cursos mais procurados são os RVCC, que absorvem 37,7% do total, seguidos, a grande distância, dos cursos EFA.

Quadro 6.12: Alunos dos Cursos de Educação e Formação (CEF) e do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

Agrupamento	Estabelecimento	Ciclo	Nº alunos dos CEF/ Nº de turmas				Nº de alunos dos PIEF/ Nº de turmas			
			2010/2011		2011/2012		2010/2011		2011/2012	
Agrupamento de Escolas de VRSA	Escola Secundária	3º	-	-	24	2	-	-	-	-
	E B Infante D. Fernando	2º	-	-	-	-	-	-	-	-
		3º	-	-	11	1	-	-	-	-
Agrupamento de Escolas D. José I	E B D. José I	2º	-	-	-	-	4	1	4	1
		3º	22	3	-	-	9	2	7	1
	E B de Monte Gordo	2º	-	-	-	-	2	1	1	1
		3º	32	3	34	2	9	2	7	1
Total			54	6	69	5	24	6	19	4

Quadro 6.13: Alunos dos Cursos de Educação e Formação de Adultos

Curso/Programa	Ano	Nº de alunos/ nº de turmas			
		2010/2011		2011/2012	
EFA	B3	23	1	9	1
	NS	160	8	67	4
	Módulos	128	9	84	9
	PPFL	-	-	52	2
RVCC	Inscrições	96	-	64	-
	Frequência	89	-	117	-
	Desistências	19	-	15	-
Competências básicas		-	-	112	8
Total		513	18	520	24

6.3.6. Ensino Profissional - Escola de Hotelaria e Turismo

Em Vila Real de Santo António existe apenas um estabelecimento de Ensino Profissional, a Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António, que funciona sob a responsabilidade do Instituto do Turismo de Portugal, IP.

Os cursos oferecidos são os seguintes:

-Nível IV: Técnicas de Cozinha/Pastelaria e Técnicas de Serviço de Restauração e Bebidas, que têm a duração de 3 anos e dão equivalência ao 12.º ano de escolaridade;

- Nível V: Gestão e Produção de Cozinha, com duração de 1 ano e 6 meses, e que confere aos seus titulares um Diploma de Especialização e reconhecimento de créditos no Ensino superior (ECTS).

No ano letivo 2010/2011, os cursos de Técnicas de Cozinha/Pastelaria e de Técnicas de Serviço de Restauração e Bebidas funcionaram apenas no 1.º ano, frequentados por 35 alunos. No ano letivo 2011/2012, funcionaram o 1.º e o 2.º ano, com um total de 78 alunos, repartidos conforme o Quadro 6.15.

Quanto ao Curso de Gestão e Produção de Cozinha, em 2010/2011 contou com 30 alunos (14 respetantes ao curso que iniciou em 2009/2010 e 16 novos alunos). No ano letivo 2011/2012 este curso teve a frequência de 37 alunos (12 relativos ao curso do ano letivo anterior e 25 novos alunos) - Quadro 6.14.

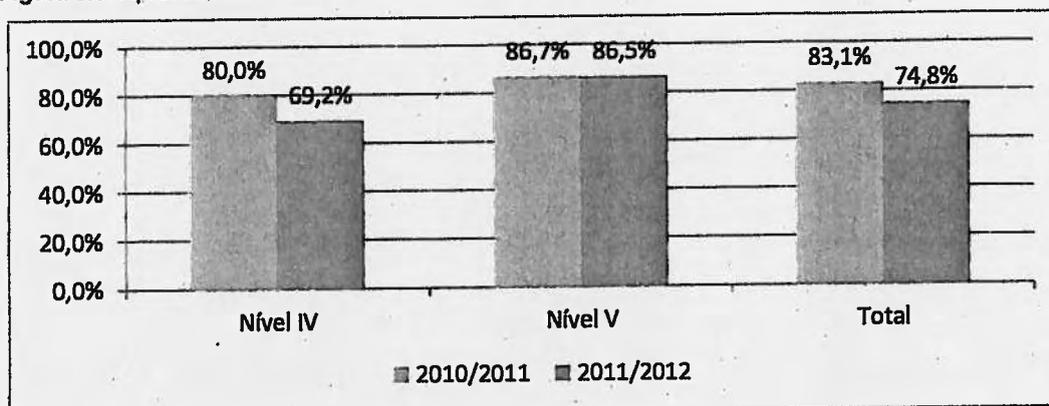
Quadro 6.14: Alunos da Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António

Nível	Curso	Ano	N.º de turmas		N.º de alunos	
			2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
IV	Técnicas de Cozinha Pastelaria	1.º	1	1	19	25
		2.º		1		21
		3.º				
	Técnicas de Restauração e Bebidas	1.º	1	1	16	21
		2.º		1		11
		3.º				
V	Gestão e Produção de Cozinha	---	2	2	30	37
Total			4	6	65	115

Fonte: Turismo de Portugal

Quanto à taxa de aprovação, os dados referentes a 2010/2011 indicam que a mesma foi "bastante" satisfatória, tendo atingido a taxa global de 83,1%. No que diz respeito ao ano letivo 2011/2012 esta taxa baixou para os 74,8%, conforme ilustra a Figura 6.3. Nesta contas incluem-se não só os alunos que reprovaram por aproveitamento e/ou assiduidade, mas também os que desistiram por inadaptação, questões pessoais e financeiras. Este último motivo ganhou especial importância no ano letivo 2011/2012 totalizando cerca de 7% das desistências.

Figura 6.3: Aproveitamento escolar



Fonte: Turismo de Portugal

O corpo docente da Escola foi composto no ano letivo 2010/2011 e 2011/2012 por 17 formadores. Quanto ao pessoal não docente, o número manteve-se também estável nos dois períodos – 3 pessoas (Quadro 6.15).

No que concerne a alunos com apoio escolar (Figura 6.4), verifica-se que o número aumentou de 25 em 2010/2011 para 44 em 2011/2012 (apenas escalões 1, 2 e 3).

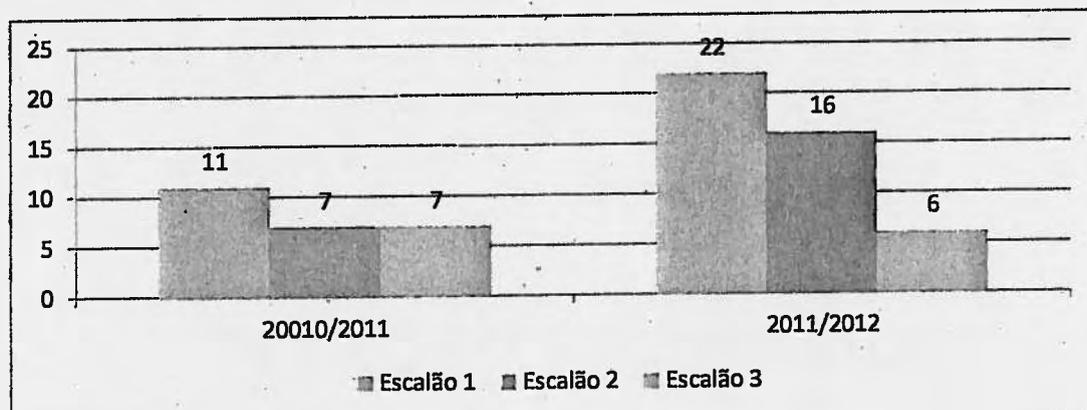
A Escola de Hotelaria e Turismo desempenha, igualmente, uma importante, tarefa no desenvolvimento de ações de responsabilidade social, designadamente com a doação de bens alimentares à Santa Casa da Misericórdia e à Associação Mão Amiga e com a realização de jantares de angariação de fundos, como foi exemplo o jantar de solidariedade para a aquisição de um equipamento para Creche de Santo António.

Quadro 6.15: Pessoal ao serviço na Escola

Tipo	2010/2011	2011/2012
Pessoal docente:	17	17
ME	1	1
FI	2	2
FE	14	14
Pessoal não Docente	3	3
Total	20	20

Fonte: Turismo de Portugal

Figura 6.4: N.º de alunos com apoio escolar



Fonte: Turismo de Portugal

6.4. Ação escolar do Ministério da Educação

6.4.1. Descrição geral

No âmbito da transferência de competências do Estado para a Administração Local em matéria de educação, a maioria dos apoios de ação social escolar são atualmente prestados pela autarquia. No entanto, atendendo a que no município de Vila Real de Santo António ainda não houve uma transferência completa de competências, a ação social escolar ao nível do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico mantém-se ainda da responsabilidade da Administração Central, pelo que a descrição dos apoios concedidos a esses níveis de ensino se incluirá neste capítulo. Quanto aos apoios prestados ao ensino pré-escolar e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, serão tratados na parte dedicada à intervenção da autarquia em matéria de ação social e educativa.

Assim, no que diz respeito ao 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico, o Quadro 6.16 mostra que o número de alunos que beneficiam de apoios sociais diminuiu ligeiramente, assim como o seu peso relativo, tendo passado de 55% do total em 2010/2011 para 51% no ano 2011/2012.

Ao nível das escolas, a EB de Monte Gordo é a que regista pior situação, já que 77% dos seus alunos são carenciados. Na posição inversa, ainda que com quase 31% dos alunos carenciados, estão a Escola Secundária e 38% na EB Infante D. Fernando. Quanto à evolução de 2010/2011 para 2011/2012, o acréscimo mais acentuado ocorreu na EB de Monte Gordo (9%) ao passo que nas outras escolas registou-se um decréscimo no total de apoios sociais concedidos a estudantes.

Na repartição por escalões, observa-se que os estudantes abrangidos pelo escalão A, na globalidade, excedem o total dos que pertencem ao escalão B.

Quadro 6.16: Alunos com apoio social escolar no 2.º e 3.º Ciclo e ensino secundário

Agrupamento	Estabelecimento	Ciclo	2010/2011			2011/2012		
			Escalão A	Escalão B	Total	Escalão A	Escalão B	Total
Agr. Escolas de VRSA	Escola Secundária	3º	25	33	58	26	36	62
	EB Infante D. Fernando	2º	19	18	37	28	14	42
		3º	34	37	71	28	30	58
Agr. de Escolas D. José I	Escola EB D. José I	2º	98	69	167	89	63	152
		3º	81	66	147	66	67	133
	Escola EB de Monte Gordo	2º	43	20	63	43	29	72
		3º	55	48	103	38	46	84
Total			355	291	646	318	285	603

6.4.2 Ensino Especializado - Conservatório Regional de VRSA

A associação de Conservatório Regional de Vila Real de Santo António é um Estabelecimento de Ensino Artístico Especializado que pertence à Rede de Escolas da Direção Regional de Educação do Algarve ao abrigo do Decreto – Lei 553/80 D.R. nº 270, Série I de 1980-11-21.

Assim sendo, esta Escola de Ensino Artístico Especializado Cooperativo é abrangida por um contrato de Patrocínio que possibilita a frequência dos alunos ao Regime de Iniciação II dos 6 aos 10 anos, ao Regime básico Articulado e ao Regime Básico Supletivo.

Os cursos estão aprovados pelo Ministério da Educação, podendo assim, os alunos obter, no final do Curso, um Certificado de Habilitações correspondente ao Curso Básico de Música.

No âmbito das suas competências do Conservatório Regional de Vila Real de Santo António, são ministrados os cursos oficiais de Piano, Guitarra, Violino, Contrabaixo, Acordeão, Saxofone, Trompete, Trompa de Harmonia, Flauta transversal, Clarinete e Percussão.

Além dos Cursos oficiais, o Conservatório Regional de Vila Real de Santo António ainda ministra os cursos livres de Canto, Violoncelo, Bateria, Guitarra Elétrica e Baixo Elétrico.

Além dos Cursos de Preparatório, Iniciação I, Iniciação II, Ensino Básico Articulado, Básico Supletivo e Curso Livre, o Conservatório Regional de Vila Real de Santo António ministra ainda aulas do Curso Profissional de Instrumentistas de Cordas e Teclas de Nível III e Sopros e Percussão de Nível III aos alunos da Escola Secundária de Vila Real de Santo António.

Os Cursos Preparatório, Iniciação I, Curso Livre e Dança (Ballet, Jazz, Contemporâneo) não são subsidiados pelo Ministério da Educação. Os Cursos Básico articulado e Básico Supletivo obedecem ao Despacho nº 17932/2001, de 3 de Julho, na redação que lhe é dada pelo Despacho nº 15897/2009, de 13 de Julho, esclarece os critérios de financiamento dos estabelecimentos Particulares e Cooperativos do Ensino da Música, garantindo a equidade no acesso a este tipo de formação e a qualidade do Ensino, assim como a legibilidade e a transparência na concessão de apoios financeiros aos alunos que frequentam este ensino contemplados pelo contrato de Patrocínio.

Com estas novas regras do Ministério da Educação, muitos dos alunos do Conservatório Regional de Vila Real de Santo António, deixaram de ser contemplados no Contrato de Patrocínio no Regime Básico Supletivo e passaram a ser contemplados por uma bolsa de estudo do Município de Vila Real de Santo António, a qual foi cancelada no ano de 2010.

O Quadro 6.17 mostra que o número de pessoas ao serviço (docentes e não docentes) não sofreu qualquer variação do anterior para o presente ano letivo. No que concerne ao Curso Oficial, o programa educativo é definido pelo Conservatório Nacional de Lisboa e o diploma atribuído é reconhecido pelo Ministério da Educação.

O curso é constituído pelos graus Preparatório, Iniciação I, Iniciação II e Básico, a frequentar em dois tipos de regime, o regime supletivo ou regime articulado. No primeiro não há correspondência entre a idade e o nível de ensino na escola regular. Em oposição, no segundo existe correspondência entre o grau do Conservatório e o ano da escola regular.

No ano letivo 2011/2012 o Curso Oficial do Conservatório é frequentado por 223 alunos dos quais 51 alunos no grau Preparatório, 90 alunos no grau Iniciação I, 54 alunos no grau Iniciação II, 103 alunos no grau Básico - Regime Supletivo e 113 alunos no grau Básico - Regime Articulado (Quadro 6.18).

Quadro 6.17: Pessoal ao serviço no Curso Livre

	Pessoal Docente		Pessoal não docente	
	2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
Dança	2	2	2	2
Música	16	13	2	2

Quadro 6.18: Número de alunos a frequentar o Curso Oficial

Graus		2010/2011	2011/2012
Preparatório (4 aos 6 anos)		50	51
Iniciação I (5 aos 6 anos)	Aulas de Instrumento (individuais p/aluno – 50 min)	28	30
	Aulas de Formação Musical	28	30
	Aulas de Classe Conjunto Coral	28	30
Iniciação II (6 aos 10 anos)	Aulas de Instrumento (Individuais p/aluno – 50 min)	15	18
	Aulas de Formação Musical	15	18
	Aulas de Classe Conjunto Coral	15	18
Básico - Regime Articulado	Aulas de Instrumento	31	28
	Aulas de Formação Musical	31	28
	Aulas de Classe Conjunto Coral	31	28
	Aulas de Classe Conjunto de Acordeão	1	1
	Aulas de Classe Conjunto de Cordas	18	18
Básico - Regime Supletivo	Aulas de Instrumento	32	29
	Aulas de Formação Musical	32	29
	Aulas de Classe Conjunto Coral	32	29
	Aulas de Classe Conjunto de Acordeão	14	14
	Aulas de Classe Conjunto de Cordas	12	12
Total		221	223

Neste caso, o pessoal docente afeto ao serviço variou ligeiramente entre os dois anos letivos, ao passo que o pessoal não docente se manteve inalterado (Quadro 6.19).

Quadro 6.19: Pessoal ao serviço no Curso Oficial

Graus		Pessoal docente		Pessoal não docente	
		2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
Preparatório		4	4		
Iniciação I	Aulas de Instrumento	7	6		
	Aulas de Formação Musical	2	2		
	Aulas de Conjunto	4	3		
Iniciação II	Aulas de Instrumento	6	5		
	Aulas de Formação Musical	1	1		
	Aulas de Conjunto	2	2		
Básico – Regime Articulado	Aulas de Instrumento	11	10		
	Aulas de Formação Musical	2	2		
	Aulas de Classe Conjunto Coral	2	2	2	2
	Aulas de Classe Conjunto Acordeão	1	1		
	Aulas de Classe Conjunto de Cordas	3	2		
Básico – Regime Supletivo	Aulas de Instrumento	11	10		
	Aulas de Formação Musical	2	2		
	Aulas de Classe Conjunto Coral	2	2		
	Aulas de Classe Conjunto Acordeão	1	1		
	Aulas de Classe Conjunto de Cordas	3	2		
Aulas de Classe Conjunto Orquestral		3	2		
Total				2	2

Por fim, o Conservatório ministra dois cursos profissionais de nível 3: o Curso Profissional de Instrumentista de Cordas e Teclas, frequentado este ano letivo por 10 alunos, e o Curso Profissional de Instrumentista de Sopro e Percussão, com 8 alunos (Quadro 6.20). A informação acerca do pessoal ao serviço está organizada no Quadro 6.21. A variação do pessoal docente no ano letivo em curso segue a tendência do número de alunos inscritos em ambos os cursos.

Quadro 6.20: Alunos dos Cursos Profissionais

Curso	Nº de alunos	
	2010/2011	2011/2012
Curso Profissional de Instrumentista de Cordas e Teclas	20	10
Curso Profissional de Instrumentista de Sopro e Percussão	10	8
Total	30	18

Quadro 6.21: Pessoal ao serviço nos Cursos Profissionais

Curso	Pessoal Docente		Pessoal não docente	
	2010/2011	2011/2012	2010/2011	2011/2012
Curso Profissional de Instrumentista de Cordas e Teclas	6	5	2	2
Curso Profissional de Instrumentista de Sopro e Percussão	7	6	2	2
Total	13	11	4	4

7. Saúde

O direito à proteção da saúde está reconhecido na Constituição da República Portuguesa, e assenta num conjunto de valores fundamentais como a dignidade humana, a equidade, a ética e a solidariedade. Em termos legislativos foram estabelecidos direitos mais específicos, nomeadamente na Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90, de 24 de Agosto) e no Estatuto Hospitalar (Decreto-Lei n.º 48357, de 27 de Abril de 1968).

Ao nível da Administração Central, o Ministério da Saúde "é o departamento governamental que tem por missão definir a política nacional de saúde, exercer as correspondentes funções normativas e promover a respetiva execução e avaliar os resultados" (Lei Orgânica do Ministério de Saúde).

A materialização dos objetivos da proteção da saúde individual e coletiva que cabe ao Estado exerce-se através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), "conjunto ordenado e hierarquizado de instituições e de serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde, funcionando sob a superintendência ou a tutela do Ministro da Saúde" (artigo 1.º do Anexo do Estatuto do SNS).

Integram o SNS as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde sob a superintendência ou tutela do Ministério da Saúde (hospitais, unidades locais de saúde e centros de saúde, agrupamentos de centros de saúde).

O SNS organiza-se em cinco administrações regionais de saúde (ARS) cuja área de atuação corresponde a cada uma das cinco NUTS II. Estas ARS "têm por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde e cumprir e fazer cumprir o Plano Nacional de Saúde na sua área de intervenção".

Para além do SNS, existem variados subsistemas de saúde, instituições de saúde de natureza privada e profissionais em regime liberal.

7.1. O sistema de saúde no Algarve e no município

Na região do Algarve, o acompanhamento e a avaliação da execução da política de saúde definidas pelo Governo são da competência da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS Algarve, IP).

A rede pública de cuidados primários do Algarve é constituída por três Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)⁵ com 16 Centros de Saúde e 68 Extensões de Saúde.

A rede pública de cuidados hospitalares é constituída por um hospital do Setor Público Administrativo, o Hospital de Faro, EPE, e por um hospital do Setor Empresarial do Estado, o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE (que integrou o Hospital do Barlavento Algarvio e o Hospital de Lagos). Estas unidades hospitalares asseguram os Serviços de Urgência para adultos, crianças e recém-nascidos e as Unidades de Acidente Vascular Cerebral (AVC), integradas nas Vias Verdes Nacionais do AVC e enfarte agudo do miocárdio. Adicionalmente, existem na região outros serviços responsáveis pela implementação de políticas setoriais e programas de saúde verticais, designadamente: o Centro de Diagnóstico Pneumológico (análise epidemiológica e controlo da Tuberculose), a Delegação Regional do Algarve do Instituto da Droga e da Toxicodependência, a Delegação Regional do Algarve do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), o Centro de Aconselhamento e Detecção precoce da infeção pelo VIH-SIDA.

Para responder às necessidades das pessoas idosas e cidadãos em situação de dependência existe a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) (Decreto-Lei n.º 101/06, de 6 de Junho), cuja implementação na região do Algarve se iniciou em 2006. Também em 2006 entrou em funcionamento, em regime de parceria público-privada, uma nova unidade de saúde, o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (CMFR Sul), em São Brás de Alportel.

Conforme se disse, o Algarve está dividido em três Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), sendo que o município de Vila Real de Santo António compõe, juntamente com os municípios de Alcoutim, Castro Marim e Tavira, o ACES Sotavento (sedeado em Tavira). O ACES é composto por Unidades Funcionais que desenvolvem atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados. Desenvolve também atividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo e avaliação dos resultados e participa na formação de diversos grupos profissionais.

Em Vila Real de Santo António existem as seguintes unidades funcionais:

Unidade de Saúde Familiar (USF) Guadiana – presta cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais constituídas por médicos, por enfermeiros e por pessoal administrativo. Tem por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados à população da freguesia de Monte Gordo, parte da população de VRSA e toda a população do município de Castro Marim.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Real Clinic – tem estrutura idêntica

⁵ Os ACES (Decreto-Lei n.º 28/2008) são serviços de saúde com autonomia administrativa, compostos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde e têm por missão assegurar a prestação de cuidados de saúde primários à população da área geográfica.

à da USF e presta cuidados personalizados à restante população de VRSA e a toda a população da freguesia de Vila Nova de Cacela. Garante a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos cuidados de saúde e é composta por médicos, enfermeiros e administrativos não integrados na USF.

Polo da Unidade de Saúde Pública (USP) do ACES – funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES em que se integra, competindo-lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos, e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de autoridade de saúde. A equipa de VRSA é composta por um médico de saúde pública, duas técnicas de saúde ambiental, uma higienista oral e uma administrativa.

Unidade de Cuidados da Comunidade (UCC) Santo António Arenilha – presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. Atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. O alvo da sua intervenção é a população dos municípios de VRSA, Castro Marim e Alcoutim. A equipa da UCC é composta por enfermeiros, assistentes sociais, fisioterapeutas, um dietista e um administrativo.

Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) – unidade comum para os quatro Centros de Saúde que presta serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais referidas anteriormente e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares. A equipa da URAP é composta por um pediatra, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, técnicos de radiologia, cardiopneumologia e outros profissionais não afetos totalmente a outras unidades funcionais.

Nas instalações do Centro de Saúde em VRSA funciona também a Unidade de Longa Duração e Manutenção com 18 camas, sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António. Funciona ainda no Centro de Saúde o Serviço de Urgência Básica⁶ do ACES Sotavento, aberto 24 horas por dia, 7 dias por semana, à população dos municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António.

No âmbito da RNCCI, o ACES Sotavento integra duas equipas de Cuidados Continuados Integrados (domiciliários) (Centros de Saúde de Vila Real de Santo António/ e Castro Marim) e a Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Palliativos (Centros de Saúde de Alcoutim/Castro Marim/ Vila Real Santo António/Tavira).

Funciona ainda no Centro de Saúde um polo do Instituto da Droga e da Toxicodpendência.

⁶ O Serviço de Urgência Básica (SUB) corresponde ao "primeiro nível de acolhimento a situações de urgência, podendo, como valor indicativo, estar sediado numa área de influência que abranja uma população superior a 40.000 habitantes em que, pelo menos para uma parte, a acessibilidade em condições normais seja superior a sessenta minutos em relação ao serviço de urgência médico-cirúrgico ou polivalente mais próximo" (Despacho n.º 727/2007, de 15 de Janeiro).

7.2. Dados da saúde em VRSA

Um dos constrangimentos observados no tratamento da informação prende-se com a dificuldade de obtenção de dados a nível concelhio, dado que as unidades funcionais têm como utentes populações de áreas geográficas de diferentes concelhos. Ainda assim uma análise por unidade funcional permite inferir, em traços globais, a situação no município de Vila Real de Santo António, tanto mais que para algumas estatísticas é possível identificar especificamente a realidade concelhia na sua totalidade.

Unidade de Saúde Familiar (USF) Guadiana

A área geográfica de atuação da USF Guadiana inclui todo o concelho de Castro Marim, a freguesia de Monte Gordo e parte da freguesia de Vila Real de Santo António no município de VRSA.

A USF Guadiana desenvolve-se em dois polos no concelho de Castro Marim (Castro Marim e Aitura), e outros dois no município de VRSA (em Vila Real de Santo António e Monte Gordo).

Iniciou funções em 1/8/2009, tendo presentemente 16.294 inscritos a quem presta cuidados de saúde personalizados, disponibilizando os serviços que integram a carteira básica de serviços prevista na lei e as carteiras adicionais "Consulta de podologia e quiropodia em utentes Diabéticos" e "Consultas de Medicina e Enfermagem aos utentes inscritos nas freguesias de Azinhal e de Odeleite".

No Quadro 7.1 estão registados os valores relativos ao desempenho assistencial da USF Guadiana em 2011.

Quadro 7.1: Desempenho assistencial global da USF Guadiana em 2011

Tipo de assistência	Nº
Consultas de enfermagem	87252
Intervenções de enfermagem	59798
Domicílios de enfermagem	151
Consultas médicas presenciais	52666
Contactos indiretos	17784
Domicílios médicos	100
Consultas de Diabetes	4511
Primeiras consultas de Diabetes	908
Consultas de Saúde Infantil	4824
Primeiras consultas de Saúde Infantil	1969
Consultas médicas de Saúde Materna	1525
Consultas de enfermagem em Saúde Materna	1765

Fonte: ACES Sotavento, Agrupamento de Centros de Saúde, 2012

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Real Clinic

A UCSP Real Clinic tem uma estrutura idêntica à da USF Guadiana e presta cuidados personalizados à restante população de VRSA e a toda a população da freguesia de Vila Nova de Cacela. Garante a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos cuidados de saúde e é composta por médicos, enfermeiros e administrativos não integrados na USF.

A UCSP Real Clinic tinha 12339 utentes inscritos em 2012 de acordo com a distribuição indicada no Quadro 7.2.

Quadro 7.2: Distribuição dos utentes da UCSP Real Clinic em 2012

Equipamento	Utentes (Nº)
UCSP Real Clinic - VRSA	8166
UCSP Real Clinic - Vila Nova de Cacela	4173
Total	12339

Fonte: ACES Sotavento, Agrupamento de Centros de Saúde, 2012

Caracterização dos utentes do Centro de Saúde de VRSA

O Quadro 7.3 diferencia os utentes inscritos na Unidade de Vila Real de Santo António (inclui Polo de USF Guadiana de Castro Marim), por sexo e idade, a 31 de Dezembro de 2011. Destaca-se um elevado número de utentes com idade superior a 60 anos (25,6%), o que revela uma população envelhecida. Observa-se por outro lado que o número de inscritos com idade inferior a 10 anos é muito reduzido, o que realça a fraca natalidade (9,7%).

Quadro 7.3: Utentes da Unidade de VRSA por classe etária em 31 Dezembro de 2011

Grupo Etário	Homens	Mulheres	Total	
0-4 anos	663	649	1312	4,6%
5-9 anos	732	723	1455	5,1%
10-14 anos	714	699	1413	4,9%
15-19 anos	698	712	1410	4,9%
20-24 anos	767	797	1564	5,4%
25-29 anos	924	886	1810	6,3%
30-34 anos	1118	1097	2215	7,7%
35-39 anos	1213	1142	2355	8,2%
40-44 anos	1101	1044	2145	7,5%
45-49 anos	1023	924	1947	6,8%
50-54 anos	983	982	1965	6,8%
55-59 anos	931	844	1775	6,2%
60-64 anos	867	883	1750	6,1%
65-69 anos	724	752	1476	5,1%
70-74 anos	619	688	1307	4,5%
75-79 anos	495	690	1185	4,1%
80-84 anos	363	519	882	3,1%
>=85 anos	255	530	785	2,7%
Total	14190	14561	28751	100,0%

Fonte: SIARS, em 19 Abril 2012

No que diz respeito aos recursos humanos, o Centro de Saúde de VRSA tinha, em 2012, uma equipa constituída por 16 médicos, 19 enfermeiros e 59 outros técnicos e auxiliares. A sede do Centro de Saúde dispunha de 12 médicos e 15 enfermeiros. Cada uma das extensões contava com uma equipa de 2 médicos e 2 enfermeiros (Quadro 7.4).

Quadro 7.4: Recursos humanos do Centro de Saúde de VRSA

	Médico	Enfermeiro	Técnico Diagnóst. e Terapêutica	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Total
Sede - VRSA	12	15	8	4	12	10	61
Extensão Monte Gordo	2	2	0	0	1	1	6
Extensão V. N. Cacela	2	2	0	0	2	1	7
Total	16	19	8	4	15	12	74

Fonte: ACES Sotavento, 2012

7.3. Equipamentos de saúde em VRSA

Neste ponto proceder-se-á a uma caracterização sumária e de conjunto dos serviços e equipamentos de saúde disponíveis no município. Informações detalhadas acerca de cada um foram remetidas para anexo, em fichas individuais.

Assim, de acordo com o levantamento realizado em 2012, existem no município de Vila Real de Santo António 11 clínicas e 9 consultórios privados que asseguram os cuidados de saúde, para além dos prestados no SNS através do Centro de Saúde de VRSA e das suas extensões. Existe ainda uma clínica imagiológica e três postos de recolha de sangue (um deles em estabelecimento especializado e os outros dois em consultório e clínica). O Quadro 7.4 apresenta o total de equipamentos recenseados em cada uma das categorias.

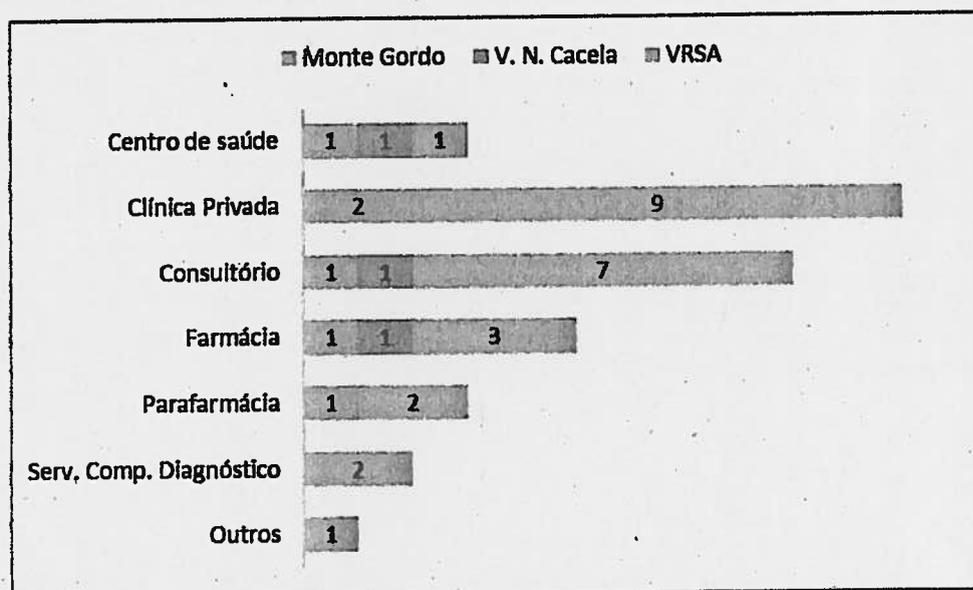
Quanto à localização dos equipamentos, a Figura 7.2 mostra que a grande maioria se situa na freguesia de Vila Real de Santo António.

Quadro 7.4: Equipamentos de saúde

Tipo de equipamento	Nº de equipamentos
Centro de saúde e extensões	3
Clínica privada	11
Consultório privado	9
Farmácia	5
Parafarmácia	3
Serviços complementares de diagnóstico	2
Outros	1

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, 2012

Figura 7.2: Equipamentos de saúde por freguesia



Fonte: Câmara Municipal de VRSA, 2012

Relativamente à medicina de especialidade, e considerando apenas a oferta privada, as

predominantes são medicina dentária (5 clínicas e 2 consultórios) e clínica geral (igualmente 5 clínicas e 2 consultórios). No Quadro 7.5 apresentam-se todas as especialidades médicas existentes no município, desagregando-se a informação consoante estejam disponíveis em clínicas ou consultórios.

Atendendo a que é na sede do município que se concentram quase todas as clínicas e consultórios privados, é também aí que está disponível grande parte da oferta de medicina de especialidade no município. Com efeito, em Monte Gordo existem apenas as especialidades de Medicina Dentária e Clínica Geral, e em Vila Nova de Cacela apenas Medicina Dentária. A oferta existente na freguesia de Vila Real de Santo António acaba, portanto, por ter como público-alvo toda a população do município.

Quadro 7.5: Oferta de Serviços de Saúde por especialidade

Especialidade	Clínica	Consultório	Total
Medicina Dentária	5	2	7
Clínica Geral	5	2	7
Psicologia	3	-	3
Ginecologia	1	1	2
Ortopedia	2	-	2
Oftalmologia	-	2	2
Cardiologia	1	-	1
Cirurgia geral	1	-	1
Dermatologia	1	-	1
Endocrinologia	1	-	1
Fisiatria	1	-	1
Fisioterapia	1	-	1
Ginecologia	1	1	2
Medicina Interna	-	1	1
Neurologia	1	-	1
Otorrinolaringologia	1	-	1
Pediatria	1	-	1
Urologia	1	-	1
Outros			
Medicina Tradicional Chinesa	1	-	1
Massagem desportiva	1	-	1
Osteopatia	1	-	1
Relaxamento	1	-	1
Terapia da Fala	1	-	1
Total	32	9	41

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, 2012

8. Segurança

O Estado tem a responsabilidade de zelar pela segurança dos cidadãos, exercendo-a através do Ministério da Administração Interna (MAI), o departamento governamental que tem por missão a formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna, de proteção e socorro e de segurança rodoviária, entre outras. Por seu turno, o MAI prossegue as suas atribuições através dos governos civis, das forças e dos serviços de segurança e de outros serviços de administração direta.

Em Vila Real de Santo António, para garantir a segurança, atuam as duas forças de segurança (a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana), a Proteção Civil, os Bombeiros e a Polícia Marítima, força policial armada que integra a Autoridade Marítima Nacional.

8.1. Polícia de Segurança Pública

A Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Vila Real de Santo António depende orgânica e funcionalmente do Comando da PSP de Faro, sede distrital responsável pela emissão de ordens e diretivas gerais de atuação e procedimento operacional e pela prestação do necessário apoio administrativo e logístico.

A área de jurisdição da Esquadra da PSP de Vila Real de Santo António corresponde a grande parte da área urbana de Vila Real de Santo António.

No que concerne aos recursos humanos, à data de 31 de Dezembro de 2011 contava com um efetivo de 62 elementos, sendo dois do sexo feminino.

Os dados disponibilizados no Quadro 8.1 mostram que o total de crimes registado por esta autoridade decresceram significativamente em 2011 relativamente a 2010, mas mantendo-se estável durante o primeiro semestre de 2012 relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Quadro 8.1: Crimes registados pela PSP em VRSA

	2010	2011	2012 (1º semestre)
Contra as pessoas	163	144	52
Contra o Património	164	131	85
Contra a Vida em Sociedade	125	36	10
Contra o Estado	3	1	3
Previstos em Legislação Avulsa	18	17	16
Total	473	329	166

Fonte: Polícia de Segurança Pública, Esquadra de VRSA

8.2. Guarda Nacional Republicana

Em Vila Real de Santo António, a Guarda Nacional Republicana (GNR) atua em todo o município, à exceção da cidade de Vila Real de Santo António, cuja jurisdição pertence à PSP.

A Guarda Nacional Republicana mantém no município de Vila Real de Santo António um efetivo de 91 militares, distribuídos pelo Posto Territorial e Sub Destacamento da Unidade de Controlo Costeiro.

No que concerne ao Posto Territorial em 31 de Dezembro de 2012, contava com um efetivo de 32 militares.

Quanto à criminalidade registada por esta força de segurança (Quadro 8.2), os dados mostram que o número total de crimes se manteve praticamente inalterado em 2012 relativamente a 2011 (562 contra 560). No entanto, no mesmo período, registaram-se alterações significativas no total de alguns tipos de crimes a começar pelo aumento de cerca de 137% dos crimes contra a vida em sociedade, mas também nos crimes contra ao Estado (81,8%). A descida mais significativa registou-se nos crimes contra o património (14,1%). De salientar também que apesar desta descida, os crimes contra o património representam ainda 56,6% do total das ocorrências registadas.

Quadro 8.2: Crimes registados pela GNR em VRSA em 2011 e 2012

	2011	2012	Variação 2011-2012	
	Nº	Nº	Nº	%
Contra as pessoas	103	92	-11	-10,7%
Contra o Património	370	318	-52	-14,1%
Contra a Vida em Sociedade	30	71	41	136,7%
Contra o Estado	11	20	9	81,8%
Previstos em Legislação Avulsa	46	61	15	32,6%
Total	560	562	2	0,4%

Fonte: Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Faro

Dados relativos à violência doméstica contra cônjuge ou análogos (Quadro 8.3) mostram que os agentes ou suspeitos desses crimes são na sua esmagadora maioria do sexo masculino e com uma idade superior a 25 anos. Por outro lado os lesados ou ofendidos são na sua esmagadora maioria do sexo feminino e também com uma idade superior a 25 anos.

Quadro 8.3: Violência doméstica contra cônjuges ou análogos

Período	Notícias de crimes	Agente/Suspeito					Lesado/Ofendido				
		Sexo		Idade			Sexo		Idade		
		M	F	0-15 anos	16-24 anos	25 e + anos	M	F	0-15 anos	16-24 anos	25 e + anos
2011	24	20	4	0	1	23	4	20	0	1	23
2012	19	16	3	0	1	18	3	16	0	1	18

Fonte: Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Faro

8.3. Polícia Marítima

A área de jurisdição da capitania do porto de Vila Real de Santo António, da responsabilidade da Polícia Marítima, estende-se desde Mértola até à foz do Rio Guadiana, e desde aí até Cacela Velha, abrangendo a orla costeira e até 12 milhas da costa. A Polícia Marítima atua também na defesa de recursos na Zona Económica Exclusiva, isto é, até 200 milhas da costa.

Atualmente, o efetivo da capitania do porto de VRSA é composto por 15 pessoas: 13 agentes, um chefe e um comandante.

A Polícia Marítima registou 232 ocorrências em 2012 número significativamente mais elevado do que as 171 ocorrências registadas em 2011 (Quadro 8.4).

No que concerne às infrações, há a destacar, pela sua importância relativa no total, as relacionadas com a atividade da pesca (116 em 2011 e 194 em 2012). Estas infrações podem dever-se a inúmeros fatores, nomeadamente à existência de irregularidades na documentação das embarcações, na tripulação, nos meios de salvamento, nas malhagens das redes, ou a artes de pesca não licenciadas, Atividades ilegais a bordo, etc.

As demais infrações puníveis pela Polícia Marítima podem referir-se às licenças para atividades sazonais nas praias, à atuação dos nadadores salvadores, ao estacionamento de viaturas em zonas dunares, entre muitas outras.

Quadro 8.4: Ocorrências registadas pela Polícia Marítima em VRSA

Ocorrências	2011	2012	Variação 2011-2012	
	Nº	Nº	Nº	%
Infrações	116	194	78	67,2%
Crimes	55	38	-17	-30,9%
Total	171	232	61	35,7%

Fonte: Comando Local da Polícia Marítima de Vila Real de Santo António

Além das infrações, a Polícia Marítima tem também, e à semelhança das demais forças policiais, competência para o registo de crimes cometidos contra as pessoas, o património, a vida em sociedade, o Estado ou outros, previstos em legislação avulsa, quando cometidos na sua área de jurisdição.

No âmbito dessa competência, a Polícia Marítima de VRSA registou 38 crimes em 2012, um número muito inferior aos 55 registados em 2011 (Quadro 8.5). Os crimes contra o património representaram em 2012 81,6% do total de crimes e em 2011 essa percentagem ascendeu a 89,1%.

Quadro 8.5: Crimes registados pela Polícia Marítima em VRSA

Crimes	2011	2012
Contra as pessoas	5	5
Contra o património	49	31
Contra o Estado	-	1
Tráfico de estupefacientes	1	1
Total	55	38

Fonte: Comando Local da Polícia Marítima de Vila Real de Santo António

8.4. Serviço Municipal de Proteção Civil

"A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram" (www.prociv.pt).

A Proteção Civil organiza-se ao nível nacional, regional e municipal. Deste modo, a condução da política de proteção civil é da competência do Governo, competindo, depois, aos governadores civis, a responsabilidade distrital dessa política e aos presidentes das câmaras municipais a responsabilidade municipal, cabendo-lhes desencadear as Ações adequadas a cada caso onde este serviço deva intervir.

São agentes da Proteção Civil os corpos de bombeiros, as forças de segurança, as Forças Armadas, as autoridades marítima e aeronáutica, o INEM e demais serviços de saúde e os sapadores florestais. Também a Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com estes organismos, funções de proteção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Em Vila Real de Santo António, os recursos humanos afetos diretamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) são em número de nove, desde 2011: três técnicos e um coordenador, e uma Equipa de 5 Sapadores Florestais.

As ocorrências registadas em 2012 ascenderam a 230, o que representa um aumento de cerca de 8,5% relativamente ao total do ano anterior. Trata-se essencialmente de episódios relacionados com situações meteorológicas adversas, de Ações de prevenção e vigilância, derrocadas, incêndios (em área urbana e rural) e rede de água e esgotos (Quadro 8.6). Refira-se, no entanto, que o número de Ações relacionadas com a recolha de animais e também as relacionadas com a rede de água em 2012, mais do que duplicou relativamente a 2011.

Quadro 8.6: Ocorrências registadas pelo SMPC em VRSA

Família da Ocorrência	2011	2012
Situação meteorológica adversa	33	13
Vigilância e prevenções	33	37
Derrocadas / abatimentos	20	21
Incêndios urbanos	19	19
Incêndios rurais	17	20
Rede de água	16	36
Esgotos	15	18
Animais	11	27
Equipamentos	10	6
Acidentes	8	7
Apoio social	8	9
Falsos alertas	6	2
Outros - Via pública	5	8
Busca / salvamentos	3	0
Conflitos legais	2	1
Matérias perigosas	2	0
Inspecções / verificações	2	2
Inundações	1	0
Reclamações	1	0
Exercícios	0	2
Águas Pluviais	0	1
Ações Voluntariado	0	1
Total de ocorrências	212	230

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil

8.5. Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António foi fundado em 1890, e tem como área geográfica de atuação este município e o de Castro Marim.

No âmbito das suas atribuições, os Bombeiros Voluntários asseguram cinco valências: serviço de incêndios, serviço de saúde (prestação de socorro e assistência a doentes, feridos e sinistrados, incluindo o transporte para unidades hospitalares), serviço de desencarceramento, serviço de socorro a náufragos e serviço de salvamento e resgate.

No que concerne aos recursos humanos, a corporação conta atualmente com 50 profissionais, dos quais 42 são bombeiros e os 8 restantes asseguram serviços diversos: bar, limpeza, manutenção e oficina. Conta ainda com 117 voluntários, sendo 82 bombeiros, dos quais 42 são Profissionais e 35 da Escolinha (6 aos 16 anos).

Relativamente aos recursos físicos, o Corpo de Bombeiros dispõe de 16 ambulâncias, de 9 veículos destinados ao combate a incêndios, de duas viaturas de desencarceramento e de uma para o serviço de socorro a náufragos, serviço para o qual conta ainda com 3 barcos.

A nível financeiro, o Corpo de Bombeiros Voluntários do município recebe um subsídio da autarquia, um subsídio do Estado, e tem ainda como receitas as provenientes de alguns serviços prestados, nomeadamente o transporte de doentes e o arrendamento do antigo quartel dos Bombeiros.

No que concerne aos alertas recebidos (Quadro 8.7), verificou-se um aumento muito significativo durante o ano de 2012 relativamente a anos anteriores (mais 83,4% em relação a 2008).

Relativamente ao número médio de Bombeiros por serviço efetuado, constata-se, sem surpresas, que esse valor desce significativamente em 2012 associado ao aumento muito significativo de alertas recebidos. O mesmo se passa em relação ao número médio de viaturas por ocorrência que desce de 1,4 em 2008 para 1,1 em 2012.

Quadro 8.7: Total de alertas anuais recebidos pelos Bombeiros Voluntários de VRSA

	2006	2008	2012
Alertas recebidos	1348	1226	2248
Nº médio de bombeiros por ocorrência	3,1	3,2	2,4
Nº médio de viaturas por ocorrência	1,2	1,4	1,1

Fonte: Bombeiros Voluntários de VRSA

8.6. APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, pessoa coletiva de utilidade pública reconhecida que tem como objetivo estatutário e missão social a prestação de serviços gratuitos às vítimas de crime, bem como seus familiares e/ou amigos, prestando-lhes informação, aconselhamento e apoio emocional, jurídico, psicológico e social.

A missão da APAV é apoiar as vítimas de crime, e seus familiares e/ou amigos, prestando-lhes serviços de qualidade.

A APAV apoia vítimas de todos os tipos de crime (e seus familiares e/ou amigos), embora predominem estatisticamente as vítimas de crimes contra as pessoas com existência de violência (maus tratos; ameaças; crimes sexuais, violência doméstica; raptos e sequestros e muitos outros). Estão a ser apoiadas cada vez mais vítimas (e seus familiares e/ou amigos) de crimes de furto (por esticção, de/e em veículo motorizado, por carteirista, em casa por arrombamento), de roubo, de dano, de burla, de abuso de confiança, de falsificação de documentos, e outros crimes contra a propriedade; assim como de crimes de homicídio (voluntário consumado, por negligência em acidente de viação), de abuso de autoridade e discriminação racial. A APAV dispõe atualmente do *know-how* para o apoio especializado a vítimas de diferentes tipos de crime de acordo com padrões de qualidade e rigor reconhecidos nacional e internacionalmente.

A Região do Algarve possuiu o maior número de gabinetes de apoio à vítima da APAV, nomeadamente Faro, Albufeira, Portimão, Loulé e Tavira. O Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira fica sediado no concelho de Tavira abrangendo uma área de intervenção de Vila Real de Santo António até Faro (uma vez que o outro gabinete existente no sotavento algarvio é o de Faro).

À semelhança das restantes unidades orgânicas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o GAV de Tavira, presta, de forma gratuita e confidencial, apoio psicológico, jurídico e social aos cidadãos vítimas de crime, bem aos seus familiares e/ou amigos. O apoio é garantido pela gestora e técnicos/as de apoio à vítima (TAV) voluntários e estagiários, integrados numa equipa especializada em Psicologia, Direito e Serviço Social. Ao longo do exercício das suas funções, frequentam diversas ações e cursos de formação promovidos pelo Centro de Formação da APAV [entidade formadora acreditada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)]. Para além da formação, que a equipa adquire esta também efetua diversas ações de informação e de sensibilização, bem como ações de formação em diversos estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, nas Forças de Segurança e noutros recursos/serviços da comunidade local.

Ao longo dos 12 anos de existência do GAV de Tavira, apoiou centenas de pessoas vítimas de crime, bem como seus familiares e amigos/as, na sua maioria mulheres vítimas de violência doméstica com filhos menores e residentes em habitação social, maioritariamente residentes no concelho de Tavira e em seguida residentes no concelho de Vila Real de Santo António.

No decorrer do ano de 2011 foram abertos novos 127 processos de apoio, destes 127 processos de apoio 40 são residentes no concelho de Vila Real de Santo António e no 1º

semestre de 2012 66 novos processos de apoio, sendo 10 do concelho de Vila Real de Santo António.

Contudo, este número não reflete inteiramente o nível de atividade da APAV já que existem processos que se encontram ativos de um ano para outro e processos que recorrem aos diferentes apoios do gabinete. Para além disso, cada processo tem mais que uma pessoa a ser apoiada (familiares e amigos) e atendimentos subsequentes, realizando-se em média mensalmente 20 a 30 atendimentos subsequentes.

III - A AÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Em Vila Real de Santo António, a política de ação social é executada pela Divisão de Ação Social e pela Sociedade de Gestão Urbana, EM. e beneficia do acompanhamento direto do Presidente da Câmara e da Vereadora de Ação Social

A Divisão de Ação Social (DAS) divide-se em cinco núcleos, nomeadamente Núcleo de Ação Social, Núcleo de Programas Sociais, Núcleo de Habitação Social, Núcleo de Gestão de Espaços Sociais e Núcleo de Interligação a Entidades Sociais, todos apoiados pela Secção Administrativa e coordenados por uma Chefe de Divisão.

A Sociedade de Gestão Urbana, EM foi criada em 2007, cabendo-lhe, no domínio da ação social, a gestão da Casa do Avô e o apoio à recuperação de casas degradadas.

A Proteção social é uma das áreas em que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António tem investido mais recursos, com o objetivo de proporcionar a todos os munícipes condições de vida mais dignas e de melhorar a sua qualidade de vida.

Entre essas iniciativas há a destacar, desde logo, a ação da autarquia no domínio da habitação, e que passa não só pela gestão dos bairros sociais mas também pelo apoio à recuperação de casas degradadas (camarárias e particulares).

Visando igualmente abranger toda a população, a autarquia gere o serviço de reparações domésticas VRSA Amiga, disponibiliza transporte gratuito no autocarro social, dinamiza o Banco Local de Voluntariado, e criou, mais recentemente, uma agência de combate à crise, a AGARRA, que presta auxílio económico imediato aos mais carenciados.

Também destinados a toda a população, são de destacar os esforços da autarquia na promoção da saúde e bem-estar físico e psíquico dos munícipes, assegurando o acesso rápido a consultas de especialidade, prestando apoio psíquico e pedagógico através do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicológica e proporcionando o acesso gratuito a sessões de hidroterapia e reabilitação aos munícipes carenciados.

Nesta parte do relatório descrevem-se, de forma detalhada, os apoios que a Câmara tem vindo a afetar a cada uma destas áreas de intervenção. Atendendo a que as políticas de ação social podem ser classificadas e descritas de acordo com o grupo-alvo a que se dirigem, apresentam-se primeiro as iniciativas dirigidas à população em geral, analisando-se depois as que se destinam a grupos específicos.

9. Habitação

Para melhor enquadrar a ação desenvolvida pela autarquia na área da habitação, começar-se-á por fazer uma breve caracterização do parque habitacional de Vila Real de Santo António, tanto na ótica dos edifícios como na ótica dos alojamentos.

Em seguida, abordar-se-á detalhadamente a questão da habitação social e o papel decisivo que a Câmara assume nesta área.

Finalmente apresentar-se-ão os dados relativos aos apoios à recuperação de casas degradadas bem como os do recente programa de apoio ao arrendamento habitacional.

9.1. O parque habitacional de Vila Real de Santo António

Os dados mais recentes relativos a edifícios e alojamentos são já os que resultaram do V Recenseamento Geral da Habitação, de 2011.

Em 2011 recensearam-se no município de VRSA 8.148 edifícios (Quadro 9.1), o que representa um acréscimo de 23% relativamente a 2001, Idêntico ao registado no Algarve, e ambos muito superiores ao do país (12,1%). Ao nível das freguesias, destaca-se o acentuado crescimento registado em Vila Nova de Cacela (44%).

Quadro 9.1: Edifícios recenseados

	Edifícios			Variação 2001-2011
	1991	2001	2011	
Município	5.400	6.625	8.148	22,99%
Monte Gordo	1.381	1.509	1.649	9,28%
VRSA	2.410	2.499	2.719	8,80%
V. N. de Cacela	1.809	2.617	3.780	44,44%
Algarve	139.694	160.543	198.860	23,87%
Portugal	2.861.719	3.160.043	3.543.595	12,14%

Fonte: INE, Censos

No que concerne aos alojamentos, há que distinguir os familiares (quando se destina a alojar, normalmente, apenas uma família) dos coletivos e os clássicos dos precários, ou seja, dos locais ocupados por pessoas e que não satisfazem inteiramente as condições de alojamento clássico, como barracas, alojamentos móveis, etc.

Assim, de acordo com o V Recenseamento da Habitação existem em VRSA perto de 20.000 alojamentos (Quadro 9.2). Daqui se infere uma média de 2,4 alojamentos por edifício, valor que representa um crescimento de 15% face a 2001. A comparação com os dados dos censos de 2001 permite verificar que o total de alojamentos familiares cresceu mais do dobro do que a nível nacional, e a um ritmo também bastante mais intenso do que no Algarve. Do total de alojamentos recenseados, 19.625 são familiares (Quadro 9.3). Refira-se que o número de alojamentos precários baixou drasticamente nesta década, regressando aos valores de 1991.

Quadro 9.2: Alojamentos recenseados

	Alojamentos			Variação 2001-2011	Alojamentos por edifício			Variação 2001-2011
	1991	2001	2011		1991	2001	2011	
Município	9.384	13.920	19.664	41,3%	1,7	2,1	2,4	14,9%
Monte Gordo	2.994	4.373	6.045	38,2%	2,2	2,9	3,7	26,5%
VRSA	4.194	5.464	8.040	47,1%	1,7	2,2	3,0	35,2%
V. N. de Cacela	2.198	4.083	5.579	36,6%	1,4	1,6	1,5	-5,4%
Algarve	213.007	278.418	379.937	36,5%	1,5	1,7	1,9	10,2%
Portugal	4.193.923	5.054.922	5.877.991	16,3%	1,5	1,6	1,7	3,7%

Fonte: INE, Censos

Quadro 9.3: Alojamentos segundo o tipo

	VRSA			Algarve			Portugal		
	2001	2011	Variação (%)	2001	2011	Variação (%)	2001	2011	Variação (%)
Alojamentos familiares	13.873	19.625	41%	277.680	378.161	36%	5.046.744	5.865.390	16%
Clássicos	13.809	19.608	42%	276.093	377.394	37%	5.019.425	5.858.439	17%
Precários	64	17	-73%	1.587	767	-52%	27.319	6.951	-75%
Alojamentos coletivos	47	39	-17%	738	1.776	141%	8.178	12.601	54%
Total de alojamentos	13.920	19.664	41%	278.418	379.937	36%	5.054.922	5.877.991	16%

Fonte: INE, Censos

No Quadro 9.4 desagrega-se a informação municipal ao nível da freguesia. Vila Real de Santo António é a que apresenta o maior parque habitacional (mais de 8000 alojamentos) e foi também a que mais cresceu entre 2001 e 2011.

Analisando agora a forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (Figura 9.1), apercebemo-nos que os alojamentos para habitação secundária constituem a maioria do parque habitacional do município.

Quadro 9.4: Alojamentos segundo o tipo por freguesia

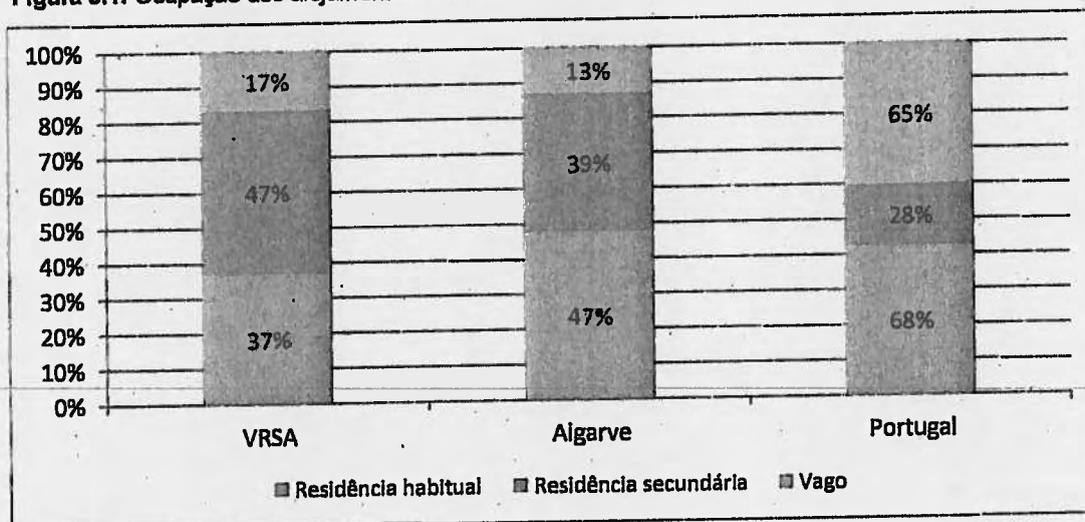
	Vila Real de Santo António			Monte Gordo			Vila Nova de Cacela		
	2011	2001	Variação (%)	2011	2001	Variação (%)	2011	2001	Variação (%)
Alojamentos familiares	8.026	5.450	47%	6.029	4.351	39%	5.570	4.072	37%
Clássicos	8.012	5.403	48%	6.027	4.348	39%	5.569	4.058	37%
Precários	14	47	-70%	2	3	-33%	1	14	-93%
Alojamentos coletivos	14	14	0%	16	22	-27%	9	11	-18%
Total de alojamentos	8.040	5.464	47%	6.045	4.373	38%	5.579	4.083	37%

Fonte: INE, Censos

O peso dos alojamentos de uso sazonal em VRSA continua a aumentar, tendo registado um acréscimo de 25% entre 2001 e 2011 maior do que os de residência habitual.

A informação desagregada ao nível das freguesias (Quadro 9.5) permite perceber como se reparte o peso dos alojamentos destinados ao turismo pelo município. Monte Gordo assume uma posição de destaque, com 76% dos alojamentos ocupados classificados como habitação secundária, mas também como a freguesia onde o número de alojamentos vagos mais aumentou na última década (mais de 20 vezes). Inversamente, Vila Nova de Cacela é a freguesia onde a habitação para uso sazonal tem menos expressão, embora também aí represente 35% dos alojamentos ocupados.

Figura 9.1: Ocupação dos alojamentos familiares



Fonte: INE, Censos

Quadro 9.5: Ocupação dos alojamentos familiares clássicos por freguesia

	Município		Monte Gordo		V. N. de Cacela		VRSA	
	2011	Varição 2001-2011	2011	Varição 2001-2011	2011	Varição 2001-2011	2011	Varição 2001-2011
Ocupados	16.346	22%	4.694	10%	4.515	17%	7.137	36%
Residência habitual	7.218	19%	1.137	-4%	1.513	18%	4.568	26%
Uso sazonal ou secundário	9.128	25%	3.557	15%	3.002	16%	2.569	59%
Vagos	3.279	868%	1.335	1954%	1.055	438%	889	436%
Total de alojamentos familiares clássicos	19.625	42%	6.029	39%	5.570	37%	8.026	49%

Fonte: INE, Censos

9.2. Habitação social

À semelhança do que acontece um pouco por toda a costa algarvia, também em Vila Real de Santo António a forte procura de habitação para uso sazonal está na origem de uma especulação imobiliária que eleva os preços dos imóveis para fasquias proibitivas para uma camada considerável da população. Ao mesmo tempo, a fraca oferta de emprego e a dependência excessiva do turismo estão na base de um contexto socioeconómico pouco favorável, onde a pobreza e a exclusão afetam uma parte significativa da população de todas as idades. Por estes motivos, a habitação social assume um peso considerável em Vila Real de Santo António, representando 13% do total de alojamentos familiares.

A Portaria n.º 580/83 de 17 de Maio definiu, pela primeira vez em Portugal, o conceito de habitação social, determinando que:

“1.º São consideradas habitações sociais as habitações de custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma.

2.º Nos termos do número anterior, são consideradas habitações de custos controlados as que obedecem aos limites de área bruta fixados para cada tipologia no n.º 3 e aos limites de custos de construção previstos no n.º 8⁷.

O diploma fixava, assim, limites ao custo de construção, às áreas e ao preço de venda das habitações sociais (artigo 15.º).

A necessidade de atualização destes parâmetros levou à revogação do diploma, com a publicação da Portaria n.º 828/88 de 29 de Dezembro. Contudo, também esta foi entretanto revogada, sendo a Portaria n.º 500/97 a que vigora Atualmente. O diploma dispõe, no seu artigo 1.º, que são consideradas habitações de custos controlados:

- a) “As promovidas com o apoio do Estado que obedecem aos parâmetros, limites e valores estabelecidos na presente portaria;
- b) As unidades residenciais para realojamento de populações, desde que justificados pelo promotor o seu dimensionamento e necessidade”.

É, pois, esta Portaria que Atualmente estabelece os intervalos para as áreas brutas por tipologia do fogo e os preços de venda destas habitações.

Assim, de acordo com o n.º 2 da referida Portaria, “as habitações a custos controlados devem ter como referência, de acordo com a respetiva tipologia, as seguintes áreas brutas” (Quadro 9.6).

No município de Vila Real de Santo António, as habitações sociais não apresentam uma tipologia superior a T3.

Quanto ao preço de venda, que “compreende o custo de construção e os encargos relativos

⁷ O custo médio da construção por metro quadrado de área bruta em empreendimentos de habitação social terá, por limite máximo, o que conste de portaria a publicar anualmente pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes até 30 de Novembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.

ao terreno, projeto, infraestruturas e demais custos financeiros, administrativos, fiscais (incluindo IVA), de comercialização e margem", é fixado de acordo com o artigo 11.º do diploma e determinado pelo custo direto de construção por metro quadrado de área bruta e pela zona do país (a cada uma das três zonas definidas no diploma é atribuído um coeficiente).

Assim, no município, o preço de venda das habitações a custos controlados é calculado de acordo com a seguinte fórmula: $1,60 \text{ CDC/m}^2\text{Ab}$, onde $\text{CDC/m}^2\text{Ab}$ é o custo direto de construção por metro quadrado de área bruta e 1,60 o coeficiente aplicável à zona onde o município se inclui.

Em Vila Real de Santo António, as primeiras habitações de cariz social surgem na sequência da chegada do comboio, em 1906. No início dos anos 50 foi construído o primeiro bairro social com o apoio da Câmara Municipal, designado Bairro Operário do Lazareto. As primeiras ocupações deste bairro datam do ano de 1952. Durante os anos 60 foi construído o Bairro da Caixa de Previdência, pelo Instituto de Segurança Social. Atualmente, a maioria das habitações dos dois bairros encontram-se vendidas aos arrendatários. Em relação a este último bairro, importa mencionar que as frações de arrendamento, 38, pertencem à Câmara Municipal em resultado de um protocolo firmado em 2008. Anos depois, por iniciativa do Fundo Fomento Habitação, foi construído o Bairro do Farol, atualmente propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP.

Outros, como o Bairro da Associação de Moradores "Povo Unido", em Monte Gordo, e o Bairro 28 de Junho, em Vila Real de Santo António, resultaram da atividade do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), criado pouco tempo depois do 25 de Abril por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social.

Quadro 9.6: Áreas brutas por tipologia

Tipologias	T0	T1	T2	T3	T4	T5
Área bruta (m ²)						
Mínima	36	52	72	91	105	122
Máxima	50	65	85	105	114	130

Fonte: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

O objetivo do SAAL era apoiar as populações que viviam em situação de precariedade através de um serviço descentralizado de ajuda técnica prestada por equipas que atuavam no terreno, ajudando na construção ou reconstrução de casas e infraestruturas para garantir melhores condições habitacionais às populações. Assentava na ajuda direta aos moradores que, por iniciativa própria, através de comissões de moradores ou cooperativas de habitação, pretendiam construir uma habitação condigna.

Efetivamente, depois do 25 de Abril surgiram vários movimentos populares que se foram organizando em associações e cooperativas de moradores, e foi desse tipo de iniciativa que surgiram outros bairros sociais no município. Exemplos disso são o Bairro da Cooperativa Chasfa, o Bairro da Cooperativa Pombalina e o Bairro "Os Ideais".

Em simultâneo, a autarquia foi, ao longo dos tempos, construindo bairros de habitação a custos controlados, detendo, aliás, a maior parte da habitação social do município.

Deste modo, a par dos bairros até aqui mencionados, integram a habitação social do município onze bairros camarários, quatro bairros construídos por iniciativa de outras entidades,

nomeadamente a Igreja, os Bombeiros e a Guarda Nacional Republicana, e ainda os alojamentos construídos pelos próprios moradores em terrenos cedidos pela autarquia.

Constata-se, assim, que muitos dos bairros aqui apresentados como habitação social não foram construídos pela Câmara Municipal, mas sim por entidades de âmbito local, regional e até nacional. Contudo, tendo em consideração as definições legais de habitação a custos controlados que têm vindo a vigorar ao longo dos tempos, todos eles se inserem nessa tipologia, pelo que podemos dizer que é este conjunto de bairros que constitui, no final de 2009, a habitação social de Vila Real de Santo António.

9.2.1. Caracterização da habitação social do município

A habitação social de Vila Real de Santo António é atualmente composta por 24 bairros sociais, com 1.857 fogos de habitação.

Dela fazem parte, como se disse, as habitações camarárias e os bairros construídos por outras entidades, nomeadamente cooperativas de moradores e entidades públicas de âmbito local e nacional.

O Quadro 9.7 apresenta em detalhe o número de bairros e o total de fogos para cada uma das entidades envolvidas na construção de habitação social em Vila Real de Santo António.

Da sua leitura conclui-se que a autarquia foi responsável pela construção de quase 46% dos bairros sociais, que concentram 36,2% dos fogos existentes. A Câmara Municipal foi igualmente responsável pela atribuição de 552 lotes de terreno (500 depois do 25 de Abril de 1974 e 52 em 2004), a um preço simbólico, para autoconstrução de habitação própria e permanente na freguesia de Monte Gordo⁸.

Os restantes bairros de habitação social resultaram da iniciativa da população, que se associou em cooperativas, e da intervenção de outras entidades.

Ao todo, estes 24 bairros são constituídos por um total de 1.857 fogos, o que corresponde a 13,4% do total de alojamentos familiares clássicos de Vila Real de Santo António. É, portanto, indiscutível o peso da habitação a custos controlados no município.

Ao nível das freguesias (Quadro 9.8), Vila Real de Santo António, com mais de 1.000 fogos, é a que regista maior peso de habitação social (quase 1/5 do seu parque habitacional). Pelo contrário, em Vila Nova de Cacela a proporção de habitação social é irrisória.

Quadro 9.7: Bairros e fogos por entidade construtora

Entidade Construtora	Bairros		Fogos	
	Nº	%	Nº	%
Câmara Municipal	11	45,8	660	35,54
Cooperativas	3	12,5	164	8,83
Projeto SAAL	2	8,3	213	11,47
Outras entidades	6	25	268	14,43
Autoconstrução	2	8,3	552	29,73
Total	24	100	1857	100

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social, 2012

Quadro 9.8: Peso da habitação social no parque habitacional por freguesia

	Alojamentos familiares		%
	Total	Habitação social	
VRSA	8.026	1.034	19,1%
Monte Gordo	6.029	763	17,5%
V. N. de Cacela	5.570	60	1,5%
Município	19.625	1.857	13,4%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social e INE, Censos 2011

Dos valores apresentados no Quadro 9.8 infere-se a distribuição geográfica dos bairros sociais no município. Assim, dos 24 bairros, 16 localizam-se na freguesia de Vila Real de Santo António, 6 em Monte Gordo e 2 em Vila Nova de Cacela. O Quadro 9.9 resume a informação relativa aos bairros sociais e fogos por freguesia.

A taxa de ocupação das habitações propriedade do município é de 99,23%, uma vez que existem 3 fogos devolutos. Tomando como referência os dados dos Censos de 2011, deduz-se que estes 1.857 fogos de habitação social albergam 25% das famílias residentes em Vila Real de Santo António. No Quadro 9.10 a análise faz-se ao nível da freguesia, ficando claro que em Monte Gordo a habitação social aloja bem mais de metade das famílias residentes, e em Vila Real de Santo António mais de 1/4.

Traçado o panorama geral da habitação social no município, importa agora detalhar a análise à escala dos bairros. Neste sentido, o Quadro 9.11 apresenta os bairros de habitação social, por freguesia, indicando-se entidade promotora, o ano de construção e o número de fogos.

De acordo com a lei, a habitação a custos controlados pode destinar-se à venda ou ao arrendamento. Em Vila Real de Santo António, cerca de 75% dos fogos foram vendidos a custos controlados e os restantes 25% beneficiam do regime de renda apolada, instituída pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio.

Quadro 9.9: Habitação social por freguesia

	Bairros		Fogos	
	N.º	%	N.º	%
VRSA	16	66,7%	1.034	55,7%
Monte Gordo	6	25%	763	41,1%
V. N. de Cacela	2	8,3%	60	3,2%
Município	24	100%	1.857	100%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

Quadro 9.10: Famílias residentes em habitação social por freguesia

	Famílias (N.º)		%
	Total	Habitação social	
VRSA	4.656	1.034	27,5%
Monte Gordo	1.199	763	61,5%
Vila Nova de Cacela	1.598	60	4,5%
Município	7.453	1.857	29,3%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social e INE, Censos 2011

Quadro 9.11: Bairros de habitação social por freguesia

Bairros Sociais	Freguesia	Ano de Construção	Construção	N.º Fogos
Bairro do Encalhe (112)	VRSA	1982	Camarário	112
Bairro dos 160 fogos		2004	Camarário	160
Bairro da Barquinha (144)		1993	Camarário	144
Bairro Caminhos de Ferro (48)		2004	Camarário	48
Bairro Operário (52)		1952*	Camarário	52
Bairro camarário da Rua Padre Jorge Leiria		1950	Camarário	12
Bairro da CP		1909	CP	13
Associação 28 de Junho		1975	Projeto SAAL*	80
Cooperativa Pombalina		1978	Cooperativa	80
Cooperativa "Chasfa"		1978	Cooperativa	60
Bairro "Os Ideais"		1982	Cooperativa	24
Bairro da Guarda Fiscal		Sem Informação	GNR	24
Património dos Pobres		Sem Informação	Igreja	6
Bairro dos Bombeiros		Sem Informação	Bombeiros	13
Bairro da Caixa (propriedade da Segurança Social)		1967	Seg. Social	102
Bairro Fundo Fomento da Habitação		1988*	IGAPHE/INH	104
Bairro dos Navegantes		1993	Camarário	36
Bairro Sol Nascente		1993	Camarário	36
Associação Moradores "Povo Unido"		Monte Gordo	1975	Projeto SAAL
Património dos Pobres	Sem Informação		Igreja	6
Sertão	1980		Autoconstrução	500
Sertão (Lotes para autoconstrução)	2001		Autoconstrução	52
Bairro da Manta Rota	Vila Nova de Cacela	1993	Camarário	36
Bairro Social dos 24 fogos		1983*	Camarário	24
Total de fogos de habitação social no Município				1857

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

O Quadro 9.12 apresenta, para cada bairro, o número de fogos arrendados e vendidos aos seus inquilinos⁸.

É de referir que os 13 fogos que foram construídos pela CP são, atualmente, propriedade da Autarquia, bem como os fogos de arrendamento do Bairro da Caixa de Previdência. Assim, do total de 1.857 fogos de habitação social no concelho, 393 fogos são propriedade da Câmara Municipal e estão atribuídos a agregados familiares carenciados em regime de arrendamento social: 324 em regime de renda apoiada, 65 em regime de renda social e 4 regime de renda condicionada.

Uma vez que no que concerne à habitação arrendada apenas foi possível recolher informação relativa aos bairros camarários, é apenas sobre esses que incidirá a análise que se segue.

⁸ A informação que consta do Quadro 9.12 está atualizada para os bairros camarários; nos outros casos reporta-se a 2006 por não estar disponível informação mais recente.

Quadro 9.12: Fogos de habitação social segundo o regime de propriedade

Bairros Sociais	Freguesia	Construção	N.º de fogos		
			Total	Vendidos	Não vendidos
Bairro do Encalhe (112)	VRSA	Camarário	112	88	23
Bairro dos 160 fogos		Camarário	160	15	145
Bairro da Barquinha (144)		Camarário	144	68	76
Bairro Caminhos de Ferro (48)		Camarário	48	10	38
Bairro Operário (52)		Camarário	52	49	3
Bairro camarário da Rua Padre Jorge Leiria		Camarário	12	12	0
Bairro da CP		Camarário	13		13
Associação 28 de Junho		Projeto SAAL*	80	80	
Cooperativa Pombalina		Cooperativa	80	80	
Cooperativa "Chasfa"		Cooperativa	60	60	
Bairro "Os Ideais"		Cooperativa	24	24	
Bairro da Guarda Fiscal		GNR	24	24	
Património dos Pobres		Igreja	6	6	
Bairro dos Bombeiros		Bombeiros	13		
Bairro da Caixa		Seg. Social	102	65	37
Bairro Fundo Fomento da Habitação		IGAPHE/INH	108	1	107
Bairro dos Navegantes		Camarário	36		36
Bairro Sol Nascente		Monte Gordo	Camarário	36	36
Associação Moradores "Povo Unido"	Projeto SAAL		133	133	
Património dos Pobres	Igreja		6	6	
Sertão	Autoconstrução		500	500	
Sertão (Lotes para autoconstrução)	Autoconstrução		52	52	
Bairro da Manta Rota	Vila Nova de Caceia	Camarário	36	18	18
Bairro Social dos 24 fogos		Camarário	24	23	1
Outras não integradas em bairros	VRSA/Monte Gordo	Camarário	3		3
Total de fogos de habitação social no Município				1864	500

* Data de ocupação

O Quadro 9.13 apresenta o número de fogos arrendados por freguesia, permitindo constatar que enquanto em Vila Real de Santo António mais de metade da habitação social está arrendada, nas outras duas freguesias ela é essencialmente de compra.

Quadro 9.13: Fogos propriedade do Município por freguesia

Freguesias	Nº	%
VRSA	336	85,5
Monte Gordo	38	9,7
Vila Nova de Caceia	19	4,8
Município	393	100

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

Pelo arrendamento destas habitações, a autarquia recebe rendas mensais que variam entre 0,35 €

e 241,02 €, o que equivale a uma média de 35,48 € por fogo⁹.

Da leitura do Quadro 9.14 pode concluir-se que mais de ¼ das casas em regime de renda apoiada pagam uma renda mensal inferior a 10€ e que 80% pagam uma renda mensal inferior a 50€. Salienta-se que 13,3% dos arrendatários pagam uma renda inferior ao valor mínimo estabelecido por lei.

Por seu turno, o Quadro 9.15 apresenta, por épocas de ocupação das casas pelos inquilinos atuais, os intervalos em que variam as rendas pagas à Câmara Municipal.

Quadro 9.14: Rendas pagas na habitação social

Valor da renda (em €)	Nº	%
De 0€ a 4,85€	52	13,23
De 4,86€ a 10€	63	16,03
De 11€ a 20€	79	20,1
De 21€ a 50€	123	31,3
De 51€ a 100 €	50	12,72
De 101€ a 200€	23	5,85
Mais de 200€	3	0,76
Total	393	100

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social, 2012

Quadro 9.15: Valor da renda segundo a data do arrendamento

Ano de ocupação	N.º	mais baixa (€)	mais alta (€)
Antes 1980	38	Sem informação	
1980 -1990	18	4,64	57,97
1991 - 1995	107	4,85	160,26
1996 - 2000	35	4,85	201,53
2001- 2005	156	3,64	299,03
2006 - 2010	21	4,85	184,32
2011 - 2012	18	4,85	120,31

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social, 2012

Os dados até aqui apresentados são bem reveladores da importância da habitação social no município, para a qual a procura não para de aumentar.

Para contornar o problema de acesso à habitação no município, a Câmara Municipal celebrou, em Fevereiro de 2006, um protocolo com a Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica, FCRL (FENACHE) ao abrigo do qual cedeu terrenos à UNIFARO

⁹ O valor das rendas é calculado tendo em conta as seguintes variantes: número de elementos do agregado familiar, número de dependentes (menores de 25 anos que não têm rendimentos), rendimento mensal bruto, rendimento mensal corrigido, salário mínimo e preço de construção por m² no ano de construção, não podendo exceder o valor do preço técnico, próximo do custo de construção do fogo, nem ser inferior a 1% do salário mínimo nacional (conforme disposto no decreto-lei 166/93, 7 de maio).

A renda apoiada é atualizada em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, embora possa sofrer ajustamentos sempre que exista uma alteração desse rendimento decorrente de nascimento, morte, divórcio, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros, entre outras.

- União de Cooperativas de Habitação Económica, FCRL, para a construção de sete novos empreendimentos a custos controlados (dois em Monte Gordo e cinco em VRSA), que será da responsabilidade conjunta da autarquia e da UNIFARO. No Quadro 9.16 apresenta-se o número de fogos que estavam previstos para cada um dos novos empreendimentos, bem como a sua localização.

Foram construídos os empreendimentos da Avenida da Catalunha, do Matadouro, dos Ideais, da EDP e da Rotunda, localizado junto ao Bairro Social Santo António. Até à presente data não foram atribuídos os 40 fogos municipais adquiridos ao abrigo do programa nacional Pro-habita e que terão como finalidade o arrendamento em regime de renda apoiada.

Para ocupar esses novos fogos, a autarquia recebeu mais de 1.000 pedidos. A esmagadora maioria provém de residentes no município, mas registam-se também pedidos de pessoas que residem noutros pontos do Algarve e até do país, conforme mostra o Quadro 9.17.

Quadro 9.16: Oferta futura de habitação social

Freguesia	Localização	Nº de Fogos
Monte Gordo	Avenida da Catalunha	170*
	Sertão	25
VRSA	Sítio do Matadouro	34
	Zona do Intermarché	84
	Bairro "Os Ideais"	30
	Zona da antiga EDP	28
	Junto à rotunda do Bairro dos 160 fogos	48
Total de fogos		419

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

* 112 fogos pertencem à autarquia e 58 à Cooperativa Unifaro

Quadro 9.17: Pedidos de habitação social segundo a residência dos requerentes

Localidade de residência	Pedidos	
	N.º	%
Município de VRSA	1 077	94,7%
Outro município do Algarve	24	2,1%
Outro município do país	8	0,7%
Não disponível	28	2,5%
Total	1 137	100%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

Quanto à idade dos requerentes, o Quadro 9.18 mostra que cerca de 34% dos pedidos foram efetuados por jovens até aos 30 anos, e que uma proporção semelhante proveio de pessoas com idades entre os 30 e 40 anos. A partir dos 40, o número de pedidos diminui consideravelmente, mas ainda assim registam-se alguns casos de pessoas muito idosas (com mais de 70 anos) que, vivendo em situações de precariedade, solicitaram a atribuição de uma habitação.

Por fim, no que concerne à situação profissional dos requerentes (Quadro 9.19), apesar de não existir informação disponível para uma parcela significativa dos pedidos, constata-se que a

maioria (59%) está empregada.

É de salientar que os pedidos de habitação têm vindo a aumentar, tendo-se registado nos últimos 3 anos mais de duas centenas de novos pedidos.

Os dados apresentados evidenciam um forte desajustamento entre a oferta e a procura de habitação social no município. Verifica-se que o número de pedidos de habitação junto da autarquia corresponde a 4,31 vezes mais do que a oferta existente (310 fogos construídos). Até ao momento foram vendidos 120 fogos a custos controlados e com estatuto fiscal: 7 na freguesia de VRSA e 113 em Monte Gordo (Cooperativa Unifaro, 2012).

Quadro 9.18: Pedidos de habitação social segundo a idade dos requerentes

Idade do requerente	Pedidos	
	N.º	%
Até aos 30	390	34,3%
Dos 31 aos 40 anos	358	31,5%
Dos 41 aos 50 anos	197	17,3%
Dos 51 aos 60 anos	106	9,3%
Dos 61 aos 70 anos	48	4,2%
Mais de 70 anos	29	2,6%
Não disponível	9	0,8%
Total	1137	100%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social, 2009

Quadro 9.19: Pedidos de habitação social segundo a atividade dos requerentes

Situação profissional atual	Pedidos	
	N.º	%
Empregado	671	59%
Desempregado	227	20%
Doméstica	6	0,5%
Reformado	39	3,4%
Estudante	1	0,1%
Não disponível	193	17%
Total	1137	100%

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social, 2009

É de salientar que os pedidos de habitação têm vindo a aumentar, tendo-se registado nos últimos 3 anos mais de duas centenas de novos pedidos.

Os dados apresentados evidenciam um forte desajustamento entre a oferta e a procura de habitação social no município. Verifica-se que o número de pedidos de habitação junto da autarquia corresponde a 4,31 vezes mais do que a oferta existente (310 fogos construídos).

Até ao momento foram vendidos 120 fogos a custos controlados e com estatuto fiscal, conforme o Quadro 9.20:

Quadro 9.20: Fogos vendidos por freguesia

Freguesia	Fogos vendidos
VRSA	7
Monte Gordo	113
Total	120

Fonte: Cooperativa Unifaro, 2012

9.2.1.1. Resultados do recenseamento em 6 bairros sociais

Nos anos de 2011 e 2012 foram realizados pela Divisão de Ação Social, os recenseamentos dos Bairros Sociais da Barquinha, Manta Rota, Navegantes, Caixa, Santo António e Caminhos-de-Ferro, por forma a se obter uma informação atual e abrangente da população residente dos referidos bairros, tendo em conta algumas particularidades, conforme a seguinte exposição.

Importa mencionar que os recenseamentos foram realizados mediante a aplicação de um questionário, porta-a-porta, aos agregados familiares residentes, sendo este composto por perguntas abertas e fechadas de resposta múltipla, tendo sido a análise e tratamento dos resultados obtidos realizada com recurso ao programa Excel.

o Bairro Social da Barquinha (72 fogos)

O Bairro Social da Barquinha situa-se na freguesia de Vila Real de Santo António, sendo constituído por 16 lotes, cada um com 9 fogos (total de 144 fogos), sendo 8 lotes de arrendamento, 3 lotes mistos e 5 lotes particulares. Ressalva-se que na totalidade existem 76 fogos em regime de arrendamento.

É de salientar que foram efetuados 71 questionários, apenas às frações em regime de arrendamento, abrangendo 93,4% das famílias residentes, as restantes 5 entrevistas não foram realizadas por impossibilidade em contactar os arrendatários, bem como a falta de comparência e resposta dos mesmos aos ofícios enviados.

De acordo com os dados obtidos, no que respeita a caracterização dos agregados familiares, verificou-se que os fogos recenseados são compostos por 71 famílias, o que corresponde à totalidade de 193 pessoas, sendo de salientar que a dimensão do agregado familiar, em média é cerca de 2,6 pessoas.

Em relação à escolaridade dos residentes maiores de 18 anos, verificou-se que 29% dos residentes tinham o 1º ciclo; 21,3% tinham o 3º ciclo; 9,4% o 2º ciclo e o 1º ciclo incompleto; 8,1% o ensino secundário e 7,5% não tinham qualquer instrução. Pelo exposto, verificou-se a existência de um número significativo de inquiridos apenas com o 1.º ciclo (baixa escolaridade), o que se deve, essencialmente, ao fato da população inquirida encontrar-se envelhecida.

No que respeita a situação profissional dos residentes inquiridos verificou-se que 35,3% das pessoas encontravam-se empregadas e 21,2% desempregadas.

Quanto à relação entre a dimensão da família e a tipologia da habitação (Índice de ocupação), verificou-se que existe, maioritariamente, habitações em sublotação (48%), seguindo-se habitações com lotação equilibrada (45%) e apenas 7% em sobrelotação.

Em relação ao estado de conservação da habitação, apurou-se que 46,5% dos inquiridos consideraram que a habitação onde residem encontrava-se em bom estado de conservação, 42,25% mencionaram que a habitação encontrava-se num estado razoável e apenas 11,3% considerou que a habitação onde residia se encontrava em mau estado de conservação.

Relativamente aos problemas evidenciados no espaço comum (interior do lote), os moradores mencionaram, na maioria, a falta de limpeza e a acomodação de bicicletas no hall de entrada.

No que concerne ao espaço exterior envolvente ao presente bairro, é de salientar que o ponto positivo mais reportado pelos inquiridos referiu-se ao fato de ser um bairro sossegado. Por outro lado, o ponto negativo, mais evidenciado, foi a falta de limpeza.

- **Bairro Social da Manta Rota**

O Bairro Social da Manta Rota situa-se na freguesia de Vila Nova de Cacela, sendo constituído por 4 lotes, com 9 fogos cada lote (total de 36 fogos), sendo 2 em regime de arrendamento (corresponde a 18 fogos).

Este recenseamento abrangeu 94,44% dos alojamentos e reuniu informação sobre 17 famílias, o que correspondeu a um total de 52 pessoas, sendo de salientar que a dimensão do agregado familiar, em média é cerca de 3 pessoas.

No que respeita à idade dos inquiridos, verificou-se que se trata de uma população sobretudo adulta, com maior incidência nas faixas etárias entre idades os 47-70 anos e, praticamente, sem expressão nas faixas etárias entre 0-10 anos.

Em relação à escolaridade dos residentes maiores de 18 anos, verificou-se que 25% dos inquiridos não tinham instrução nem completaram o 1.º ciclo; 35% tinham o 1.º ciclo; 21% dos inquiridos possuíam o 2.º ciclo, seguindo-se 13% dos inquiridos com o 3.º ciclo de escolaridade e 4% com o ensino secundário.

No que respeita à situação profissional dos residentes inquiridos verificou-se que 44,2% das pessoas encontravam-se empregadas e 19,2% desempregadas.

Quanto à relação entre a dimensão da família e a tipologia da habitação (Índice de ocupação), verificou-se que uma grande parte das famílias inquiridas vivia em sobrelotação (47%), seguindo-se 41,18% de famílias com tipologia adequada à dimensão do seu agregado familiar e 17,6% que se encontravam em sobrelotação.

Relativamente ao estado de conservação da habitação, apurou-se que 22% dos inquiridos consideraram que a habitação onde residiam encontrava-se em bom estado de conservação, 61% dos inquiridos mencionaram que a habitação encontrava-se num estado razoável e 11% em mau estado de conservação.

Quanto ao espaço comum (interior do lote), os moradores deram maior evidência aos problemas com o barulho e falta de limpeza com os canídeos.

No que concerne ao espaço exterior envolvente ao presente bairro, é de salientar que o ponto positivo mais reportado pelos inquiridos foi a limpeza do bairro. Por outro lado, o ponto negativo, maioritariamente, mencionado foi a degradação das fachadas.

- **Bairro Social dos Navegantes**

O Bairro dos Navegantes localiza-se na freguesia de Monte Gordo, sendo constituído por 36 fogos, em regime de arrendamento, distribuídos por 4 lotes e no total por 153 pessoas.

A dimensão média dos agregados familiares deste bairro é de cerca de 5 pessoas.

Verificou-se que em 48,6% dos fogos existe uma situação de sobrelotação, o que significa que as habitações são de reduzida dimensão para o número de elementos dos agregados familiares que as habitam.

Apurou-se ainda que se trata de uma população jovem, na qual 1/3 dos indivíduos tinham 20 ou menos anos, contrariando a tendência da estrutura etária da população portuguesa, onde as faixas etárias mais envelhecidas apresentam maior representatividade.

A maioria dos residentes em idade adulta possuía o 1.º ciclo do ensino básico completo (39,3%) e 30,8% concluiu o 2.º ciclo. Verificou-se igualmente que 12,1% da população não possuía o 1º ciclo completo. Estes dados permitiram concluir que as habitações literárias dos adultos são baixas.

Em relação à distribuição da população residente segundo a sua ocupação, apurou-se que 37,9% da população desempenhava uma atividade profissional remunerada, 22,2% era estudante e 20,3% apresentava-se na condição de desempregado.

Em termos da perceção do estado de conservação das habitações, aproximadamente, metade das famílias considerou que a habitação se encontrava em bom estado de conservação (49%) e cerca de ¼ dos moradores considerava que a sua habitação se encontrava em razoável estado de conservação. Em contrapartida, 17% tinham a opinião de que a sua habitação apresentava-se em mau estado de conservação. É de sublinhar que, do grupo de moradores que considerou o estado de conservação da sua habitação como mau, todos indicaram não terem sido efetuadas obras de intervenção na mesma. No entanto, atualmente, uma destas habitações já foi alvo de obras por parte da autarquia.

Os problemas no interior do lote mais focados pelos moradores relacionaram-se com a falta de manutenção do edificado e com a limpeza.

Em relação aos aspetos positivos e negativos do bairro, metade dos moradores inquiridos não responderam ou não consideraram existir nada de positivo, o que denota uma ausência de gosto e identificação pelo bairro onde residem. Os aspetos positivos mais focados foram a realização das obras e pinturas das fachadas dos lotes (14%).

O aspeto negativo com maior peso na população inquirida foi a má ocupação do espaço exterior por parte das famílias de etnia cigana, dificultando os acessos às entradas dos lotes (17%).

- **Bairro Social da Caixa**

O Bairro Social da Caixa situa-se na cidade de Vila Real de Santo António e foi construído pelo Instituto da Segurança Social, durante a década de 60, sendo constituído por 102 fogos, divididos em 7 blocos e em 17 setores. Dos 102 fogos, 37 são propriedade da autarquia sendo os restantes propriedade de particulares. O estudo da DAS baseou as suas conclusões num questionário aplicado a 86 famílias, num total de 227 pessoas.

O número médio de elementos por família é de cerca de 3 pessoas, o que significa que o Bairro da Caixa é constituído, maioritariamente, por famílias de pequenas dimensões.

Trata-se de uma pirâmide etária envelhecida em que a faixa etária mais representada é a dos 61 aos 70 anos, com 45 indivíduos que correspondem, sobretudo, a residentes reformados.

Em relação à escolaridade da população adulta, constatou-se a existência de um elevado número de residentes com o 1º ciclo de escolaridade (40,9%), seguindo-se o 2.º ciclo (19,4%) e o 3.º ciclo (15,1%). É de salientar que 10,8% dos residentes não possui qualquer escolaridade. O grupo dos indivíduos que possui o 1º ciclo incompleto (n=13), e também na sua maioria reformado.

Quanto à situação ocupacional dos moradores do Bairro da Caixa, apurou-se que 26,4% eram trabalhadores e 18,9% encontravam-se em situação de desemprego.

Relativamente à perceção sobre o estado de conservação da habitação, uma percentagem significativa (82,4%) considerou que a casa encontrava-se em bom ou razoável estado de conservação, sendo que 17,6% dos arrendatários fez uma avaliação negativa do estado de conservação da sua casa.

Os principais problemas no interior dos lotes prendiam-se com a falta de limpeza (n=12) e a degradação do espaço comum (n=12), com maior destaque para as portas de entrada dos lotes.

Relativamente aos aspetos positivos do bairro, o principal motivo atrativo foi a relação com os vizinhos. No entanto, o conflito com alguns vizinhos constituiu igualmente o aspeto negativo com maior incidência.

• **Bairro Social Santo António (160 fogos)**

O Bairro Social Santo António (160 fogos), localizado na freguesia de Vila Real de Santo António, é constituído por 160 agregados familiares, todavia, o recenseamento apenas abrangeu 157, uma vez que 3 famílias não nos facultaram, em tempo útil, a informação necessária para precisar a sua caracterização. A população total abrangida no recenseamento corresponde a 550 pessoas.

Na dimensão dos agregados familiares, verificou-se que 25,16 % eram agregados familiares constituídos por quatro elementos, o que coincidiu com a maior percentagem de famílias nucleares (casal e dois filhos). Seguido de 23,90% famílias compostas por três elementos, coincidente com famílias monoparentais (pai/mãe e dois filhos). Constatou-se também que, neste empreendimento social, predominavam as famílias constituídas por 1 a 5 elementos, sendo que a partir de 6 elementos as percentagens apresentavam valores reduzidos.

No que concerne à distribuição da população por idades constatou-se a existência de dois "picos" nas faixas etárias compreendidas entre os 12 – 16 anos e os 40 – 44 anos. De seguida, as faixas etárias correspondentes às crianças entre os 8 – 12 anos, assim como, dos 44 – 48 anos. A maior parte da população está distribuída pelas faixas etárias entre 8 aos 24 anos de idade e, por outro lado, entre os 36 e os 52 anos de idade. A população mais idosa apresenta menor representação. Deste modo, podemos afirmar que se trata de uma população, essencialmente, jovem.

Na adequação das habitações sociais à dimensão das famílias verificou-se que 74,21 % dos fogos encontram-se adequados à dimensão dos seus ocupantes. Os casos de sublotação representavam 15,72% enquanto 10% correspondiam a casos de sobrelotação, o que permitiu concluir a existência de respostas suficientes para as situações de sobrelotação.

A população do Bairro Social 160 Fogos, em grosso modo, apresenta baixo grau de escolaridade. Aproximadamente 50% dos inquiridos localizavam-se nas categorias "sem instrução", "1º ciclo incompleto" e "1º ciclo". Sublinha-se, no entanto, que na categoria "1º ciclo incompleto" estavam incluídas crianças que, devido à sua idade, ainda não terminaram este ciclo de escolaridade. Todavia, sublinha-se que 36,31% da população encontrava-se localizada acima destes níveis, respetivamente, 21,04% possui 2º ciclo, 12,85% o 3º ciclo, 2,05 % o ensino secundário e 0,37 % grau de licenciatura.

Quanto à distribuição da população, em termos de ocupação profissional, verificou-se que 30,81% eram estudantes, 28,23 % trabalhadores e 18,27% eram desempregados.

Apenas 28,23% do universo encontrava-se ativo em termos profissionais, enquanto aproximadamente 71,04% não exercia atividade profissional, por motivos vários (tenra idade, velhice, incapacidade ou desemprego).

• **Bairro Social Caminhos-de-Ferro (48 fogos)**

O Bairro Social Caminhos-de-Ferro situa-se na freguesia de Vila Real de Santo António, sendo constituído por 6 lotes, cada um com 8 fogos, sendo que todos os lotes são mistos (arrendamento, compra e regime de propriedade resolúvel). Este Bairro Social é constituído por 48 famílias, mais concretamente, 154 residentes, no entanto, o recenseamento realizado abrangeu 47 famílias, ou seja, 153 residentes, por impossibilidade em contactar o arrendatário em causa.

No que respeita à dimensão dos agregados familiares constatou-se que existe uma maior incidência em agregados familiares constituídos por três elementos.

A população deste Bairro é, essencialmente, jovem adulta, tendo-se verificado uma maior incidência de residentes na faixa etária entre 21 e 40 anos. Em termos de escolaridade, os moradores maiores de 18 anos apresentavam, na sua maioria, baixa escolaridade (1.º ciclo) e os menores de 18 anos frequentavam, maioritariamente, o 1º ciclo.

No recenseamento verificou-se também que, em termos profissionais, 26% moradores do Bairro encontravam-se integrados no mercado de trabalho e 40 moradores encontravam-se em situação de desemprego, o que representa uma taxa de desemprego de 26%

Em termos de Índice de ocupação dos fogos inquiridos, verificou-se que a maioria encontrava-se com lotação equilibrada (51%).

Em relação ao estado de conservação das habitações inquiridas, apurou-se que a maioria dos inquiridos considerou que os fogos onde residiam apresentavam um bom estado de conservação (cerca de 49%). Os principais problemas destacados pelos inquiridos, no interior dos lotes, diziam respeito à falta de limpeza e à deterioração da porta de entrada dos mesmos.

Verificou-se ainda que, a iluminação pública foi o aspeto positivo mais evidenciado pelos moradores do Bairro e o aspeto negativo foi a falta de manutenção do terreno e edificado nas traseiras dos lotes.

9.3. Apoio à recuperação de casas degradadas

A ação da autarquia no domínio da habitação, até 16 de novembro de 2011 incidia também no apoio à recuperação de casas degradadas.

Para solicitar este apoio até à referida data, os munícipes dirigiam-se aos serviços de ação social da autarquia, a fim de realizar a instrução do pedido/processo (entrega de documentação, por exemplo comprovativos dos rendimentos do agregado familiar). Posteriormente, a equipa técnica da DAS juntamente com um Engenheiro, efetuava visita domiciliária e, na sequência desta visita, era realizada uma análise social pela equipa técnica da DAS, a estimativa orçamental e a memória descritiva por parte do Engenheiro. Estas informações, por sua vez, eram remetidas para despacho superior.

A 16 de Novembro de 2011 foi aprovada em Reunião de Câmara a proposta da Vereadora responsável pelo pelouro no sentido de, durante o ano civil em curso, suspender as fases de candidatura para se dar resposta aos processos de apoio a casas degradadas que se encontram pendentes.

Não obstante, ressalva-se que a autarquia continuou a proceder à recuperação das habitações sociais, apenas para os fogos pertencentes ao seu património, tendo no presente ano criado um conceito ímpar para este efeito. Procedeu à criação de equipas de terreno, constituídas por profissionais na área da construção civil (exemplos, servente, pedreiro, carpinteiro, eletricista, canalizador), que se encontravam em situação de desemprego e a auferir subsídio/prestação social, mediante a integração dos mesmos em programas ocupacionais. Estas equipas, por sua vez, realizam pequenas intervenções/reparações, mediante a coordenação e avaliação de um Técnico Superior em Engenharia Civil.

Este apoio destina-se a casas arrendadas à Câmara Municipal, mas também a casas particulares de munícipes cujos rendimentos não são suficientes para suportar as despesas em causa. Pode cingir-se ao fornecimento de materiais ou contemplar, para além dos materiais, a execução da obra, que é, aliás, acontecê na grande maioria dos casos¹⁰.

Assim, no que concerne aos pedidos de recuperação de casas degradadas até 16 de Novembro de 2011, as informações existentes mostram que os pedidos mais frequentes continuam a dizer respeito à reparação de coberturas e telhados, de paredes, de janelas e portas e de infiltrações, à substituição de canalizações e do sistema elétrico e a arranjos em cozinhas e WC.

Em 2010, na Divisão de Ação Social deram entrada cerca de 63 pedidos de recuperação de habitação particular degradada.

No dia 8 de Abril de 2011 foi publicado o Regulamento para apoio à habitação degradada para estratos sociais desfavorecidos no município de Vila Real de Santo António em Diário da República 2ª série, nº 70. Este regulamento foi fruto de um trabalho desenvolvido nos dois anos anteriores.

Em 2011, na Divisão de Ação Social deram entrada cerca de 13 novos pedidos de recuperação de habitação particular degradada.

Importa ressaltar que, alguns destes pedidos se enquadram na Legislação referente a Obras

¹⁰ Os dados aqui apresentados dizem respeito a obras que envolveram o fornecimento de materiais e a execução da obra.

Coercivas, uma vez que os requerentes são arrendatários de habitações particulares. São situações em que os proprietários não realizam as obras de melhoramento necessárias para restabelecer as condições de habitabilidade, tendo a Câmara de VRSA de, nos termos da Lei, interceder para a resolução das carências habitacionais.

Relativamente à recuperação de habitação social em regime de arrendamento, em 2010 registaram-se cerca de 64 pedidos. Em 2011 deram entrada cerca de 17 pedidos. Em 2012, deram entrada 16 novos pedidos.

9.4. Apoio ao arrendamento habitacional de Vila Real de Santo António

O Município de Vila Real de Santo António tem vindo a desenvolver medidas dirigidas a agregados familiares, residentes no Concelho, com carências habitacionais, tendo em conta que as respostas existentes, nomeadamente, construção de habitação social e inexistência de fogos devolutos, não conseguem suprir as inúmeras necessidades existentes.

Perante o quadro acima descrito considerou-se impreterível a implementação de uma medida social que pudesse colmatar as fragilidades e lacunas existentes a este nível, dado que os valores praticados no mercado livre para compra e arrendamento de imóveis apresentavam-se como inatingíveis para as famílias mais carenciadas e, por outro lado, a escassez e restrições dos apoios a este nível, quer por parte da Segurança Social quer por parte do Programa Porta 65.

Os factos acima descritos conduziram à emergência do Apoio ao Arrendamento Habitacional promovido pelo Município. Para operacionalização deste apoio, e por forma a garantir a atribuição do mesmo com equidade e justiça social, surgiu o Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António (ver anexo), o qual foi publicado a 3 de Dezembro de 2009, sujeito a alterações devidamente aprovadas e publicadas em DR, nos dias 2 de março de 2010, 4 de fevereiro de 2011, 24 de maio de 2011 e 20 de junho de 2012. Em síntese, este apoio consiste na atribuição de uma comparticipação para o pagamento da renda habitacional, que é atribuído durante o período de 12 meses consecutivos, podendo ser renovado por mais dois períodos de igual duração (1.ª e 2.ª renovação), sendo que a comparticipação diminui em cada renovação, salvo se ocorrem alterações significativas a nível do rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar.

Assim, no período compreendido entre o ano de 2009 (na sequência da publicação do referido Regulamento) e 2012 registaram-se os pedidos que constam do Quadro 9.21, tendo sido abrangidos os agregados que constam do Quadro 9.22.

Quadro 9.21: Pedidos de apoio ao arrendamento

Ano	Pedidos (nº)
2010	27
2011	64
2012	53
Total	134

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

Quadro 9.22: Agregados familiares beneficiários de apoio ao arrendamento habitacional, em função do ano de concessão do apoio (no período temporal de 2010 e 2011)

Ano	1.º Ano	1.ª Renovação	2.ª Renovação	Total
2010	27	0	0	27
2011	42	22	0	64
2012	13	26	14	53

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

É de salientar que, as análises dos pedidos para apoio ao arrendamento em 2010 foram antecedidas pela realização de atendimentos e visitas aos candidatos, sendo de salientar que, após a atribuição do referido apoio, foram realizadas visitas semestrais de acompanhamento a

todas as famílias beneficiárias.

Por fim, nos Quadros 9.23 e 9.24 procede-se à caracterização dos beneficiários deste apoio e dos respetivos agregados familiares.

Quadro 9.23: Distribuição dos candidatos beneficiários de apoio ao arrendamento por faixas etárias

Faixa etária	2010	2011	2012
20-30	6	12	11
31-40	8	24	16
41-50	6	15	15
51-60	3	6	4
61-70	2	4	5
71-80	2	3	2
Total	27	64	53

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

Quadro 9.24: Distribuição dos agregados familiares beneficiários de apoio ao arrendamento por tipologia familiar

Tipologia	2010	2011	2012
Isolado	5	9	10
Monoparental feminina	9	23	17
Monoparental masculino	0	1	0
Nuclear com filhos	7	17	18
Nuclear sem filhos	5	8	5
Alargada	1	4	2
Reconstituída com filhos	0	2	1
Total	27	64	53

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

10. VRSA Amiga

O "VRSA Amiga" faz parte do leque de serviços assegurados pela autarquia aos munícipes mais carenciados.

Trata-se de um serviço de reparações domésticas e de entrega e colaboração domiciliárias dirigido a pessoas com mais de 65 anos ou que, não tendo atingido essa idade, tenham dificuldades de locomoção, sejam portadores de deficiência ou sejam beneficiárias de Rendimento Social de Inserção.

O VRSA Amiga é um serviço gratuito, disponível entre as 8h00 e as 20h00, de segunda a sexta-feira, que resolve problemas como:

- Desempeno de portas e janelas;
- Reparação e substituição de torneiras, louças sanitárias, ...
- Reparação de canalizações e tubagens de água e de esgoto;
- Reparação de pavimentos cerâmicos ou de azulejos de parede;
- Pinturas e remates em paredes e tetos;
- Reparações simples de serralharia, incluindo substituição de fechaduras e chaves;
- Reparação de estores e persianas;
- Substituição de vidros partidos;
- Reparação e substituição de tomadas de eletricidade, casquilhos, lâmpadas e interruptores;
- Limpeza de coberturas, chaminés, caleiras e desobstrução de tubos de queda;
- Limpeza de quintais e canteiros;
- Entrega domiciliária, embora restringida a bens de primeira necessidade, nomeadamente alimentos, produtos de higiene pessoal, medicamentos e correio;
- Ligação, afinação e sintonização de televisores, vídeos e outros equipamentos elétricos de uso corrente, bem como fornecimento de indicações básicas de utilização;
- Arrumação e mudança de localização de mobiliário e objetos pesados, recolha de velharias e fixação de objetos às paredes e tetos;
- Transporte de eletrodomésticos ou de mobiliário ligeiro para reparação e transporte de roupas para lavandaria.

Em 2012, o VRSA Amiga efetuou 791 intervenções, número comparável ao registado em 2010 e superior ao de 2011 (mais 10,6%). Mas o facto mais saliente diz respeito ao número de atendimentos que quadruplicou em 2012 relativamente a 2011 e mais do que duplicou em relação a 2010 (Quadro 10.1).

Quadro 10.1: Intervenções do serviço VRSA Amiga

Anos	N.º de intervenções	N.º de atendimentos
2010	799	1704
2011	715	928
2012	791	3872

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

11. Saúde e bem-estar

No domínio da promoção da saúde e bem-estar dos munícipes, a autarquia oferece, atualmente a possibilidade de consultas médicas de determinadas especialidades, sessões de hidroterapia e reabilitação e apoio psicológico.

Apresentam-se de seguida os dados relativos à adesão a cada uma destas iniciativas.

11.1. Bem-estar físico: consultas médicas e hidroterapia

A situação de carência económica em que vivem muitos munícipes tem consequências sobre o seu acesso aos serviços de saúde, na medida em que, não podendo pagar pela prestação de cuidados no setor privado, têm que enfrentar longos períodos de espera no SNS; isto equivaie a dizer que há pessoas que nunca foram ou há muitos anos que não recebem uma consulta de determinadas especialidades médicas.

Em resposta a esta situação, a autarquia tem promovido a inscrição dos munícipes carenciados para consultas de especialidade junto dos seus serviços de ação social.

Na base desta política, que agora abarca diversas especialidades, esteve a iniciativa lançada pelo Executivo, em 2007, de receber inscrições dos munícipes que necessitassem de uma consulta de oftalmologia e eventual cirurgia às cataratas para contornar o problema dos longos tempos de espera impostos pelo SNS.

O êxito da iniciativa foi tal que a autarquia decidiu estendê-la a outras especialidades. Assim, para além da Oftalmologia, os serviços sociais da Câmara Municipal recebem atualmente inscrições para consultas de Dermatologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Estomatologia.

Apresentam-se de seguida os dados disponíveis relativamente às inscrições recebidas para cada uma das especialidades.

• Oftalmologia

Em Abril de 2010, foi realizado um novo levantamento de informação, junto das pessoas inscritas na base de dados de Oftalmologia, de forma a conhecer qual a situação na referida data, ou seja, quais as pessoas convocadas para consulta (ou não) pelo Centro de Saúde e/ou pelo Hospital Central de Faro.

Importa mencionar que, na data em que foi realizado este levantamento estavam inscritas na referida base de dados 549 pessoas, contudo apenas se conseguiu obter informação de 483 pessoas.

Através dos referidos contactos telefónicos verificou-se que:

- No período de 2009 a 2010, o Centro de Saúde de VRSA convocou 65 pessoas para potencial inscrição no sistema alerta;
- Em 2008, o Hospital Central de Faro convocou para consulta externa de Oftalmologia 15 pessoas;
- Em 2009, o Hospital Central de Faro convocou para consulta externa de Oftalmologia 48 pessoas;
- Em 2010, o Hospital Central de Faro convocou para consulta externa de Oftalmologia 5

peessoas.

- 21 pessoas já não estavam interessadas, uma vez que já tinham o problema resolvido;
- Em 2009, 14 pessoas foram encaminhadas para consultas de oftalmologia em Lagoa;
- Uma pessoa foi encaminhada para consulta externa de oftalmologia pelo seu médico de diabetologia no Hospital Central de Faro;
- 2 pessoas foram encaminhadas para consulta externa pelo médico de família;
- 312 pessoas não foram convocadas nem pelo Centro de Saúde de Vila Real de Santo António, nem pelo Hospital Central de Faro

Pelo exposto, Importa mencionar que em Abril de 2010, a DAS continuava a enviar dados sobre os munícipes com afeções oftalmológicas inscritos na base de dados para o efeito, para o Centro de Saúde de Vila Real de Santo António, para potencial inscrição no sistema alerta, tendo reencaminhado, após uma reunião realizado com o Centro de Saúde, as crianças e adolescentes inscritos (47) na referida base de dados, para uma triagem mais célere e eficiente.

O Quadro 11.1 resume a informação relativa aos 549 munícipes inscritos em abril de 2010, por género em função da freguesia de residência. Em Dezembro de 2010 encontravam-se inscritas na referida base de dados 573 pessoas.

Quadro 11.1: Inscritos na base de dados de oftalmologia

Freguesias	Feminino	Masculino	Total
Vila Real de Santo António	219	113	332
Monte Gordo	87	43	130
Vila Nova de Cacela	53	34	87

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

• Estomatologia

Quando foram abertas as inscrições para consultas de estomatologia, os cerca de 800 pedidos que lhe chegaram levaram a autarquia a tomar consciência de que o Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO), dirigido a grávidas, crianças até aos 16 anos e idosos beneficiários do complemento solidário para idosos era manifestamente insuficiente para suprir as necessidades dos munícipes. Perante este cenário, para além do mero encaminhamento dos munícipes para consultas de medicina dentária, o Executivo decidiu lançar o programa "VRSA a Sorrir", com a assinatura de um protocolo, a 25 de Setembro de 2009, com seis clínicas dentárias e médicos dentistas do município (4 de VRSA, 1 de Monte Gordo e 1 de Vila Nova de Cacela) que visava assegurar tratamentos dentários à população carenciada que se inscreveu. A iniciativa prolongar-se-ia até se esgotar o orçamento de 300.000€ definido pela autarquia para esta medida.

Esta iniciativa surge, como se disse acima, na senda de outras medidas que a autarquia tem vindo a tomar em prol dos mais carenciados no que respeita aos cuidados de saúde.

Neste caso, o objetivo é o alargamento do apoio aos estratos já beneficiados pelo PNPSO e beneficiar munícipes que, não estando abrangidos pelo Programa, vivem em situação de carência económica que lhes impede o acesso a consultas de estomatologia no setor privado.

Para a autarquia trabalha um médico dentista que faz as consultas de avaliação. Conforme esta primeira avaliação, os munícipes são encaminhados para as clínicas que farão o agendamento das consultas.

Para que possam beneficiar deste apoio, é requisito obrigatório que os munícipes sejam titulares dos Cartões VRSA Social ou Família, sendo as participações dos tratamentos de 100% (cartão social classe C e família ouro), 75% (cartão social classe b e família prata) e de 50% (cartão social classe A e família bronze), cartões esses que são atribuídos consoante os rendimentos per capita do agregado familiar e sempre e só em casos em que este é igual ou inferior a 50% do salário mínimo nacional.

Como se pode observar (Quadro 11.2), dos 540 Inscritos no final de 2012, 403 (74,6%) beneficiavam de uma participação de 100% nos tratamentos.

Do total de 540 inscritos, 156 já receberam tratamentos dentários e 64 já concluíram todos os tratamentos previstos, isto é, encontram-se reabilitados no que diz respeito à sua saúde oral.

Quadro 11.2: Nº de inscritos consoante a percentagem de participação nos tratamentos

	Taxa de participação			Total
	100%	75%	50%	
Nº inscritos	403	105	32	540

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Constata-se, por outro lado, que mais de metade dos inscritos reside na freguesia de Vila Real de Santo António, e que o número de mulheres inscritas representa 60,9% do total de inscritos (Quadro 11.3).

Quadro 11.3: Inscritos por sexo segundo a freguesia de residência

	Mulheres	Homens	Total
Monte Gordo	73	34	107
Vila Nova de Cacela	107	74	181
Vila Real de Santo António	149	103	252
Total	329	211	540

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

• Outras especialidades: Dermatologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Diabetes

Para além de inscrições para consultas de oftalmologia e estomatologia, a Câmara Municipal recebe atualmente inscrições para consultas de dermatologia, ortopedia e otorrinolaringologia. Apresenta-se de seguida a informação disponível relativamente a cada uma das especialidades.

Em relação às especialidades de dermatologia, no primeiro trimestre de 2010 realizaram-se 43 atendimentos às pessoas inscritas na base de dados, no momento em que se encontravam inscritos 59 munícipes.

Estas pessoas foram encaminhadas para o Centro de Saúde de VRSA, conforme procedimento Instituído entre a Câmara e o referido Centro de Saúde. Não obstante, importa mencionar que casos pontuais beneficiaram de tratamentos nos Serviços Médicos Cubanos.

Em Dezembro de 2010 encontravam-se inscritas 60 pessoas.

O Quadro 11.4 apresenta a distribuição dos munícipes inscritos, em Dezembro de 2010, por género em função da freguesia de residência.

Quadro 11.4: Inscritos na base de dados de dermatologia em Dezembro de 2010

Freguesias	Feminino	Masculino	Total
Vila Real de Santo António	21	11	32
Monte Gordo	6	4	10
Vila Nova de Cacela	14	4	18
Total	41	19	60

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

Para as consultas de otorrinolaringologia, no primeiro trimestre de 2010 efetuaram-se 31 atendimentos aos munícipes inscritos na base de dados de Otorrinolaringologia, tendo por base um universo de 40 pessoas inscritas (Quadro 11.5).

De entre as pessoas que apresentaram problemas auditivos (27), ressalva-se que 6 pessoas já tinham ido ao Instituto Jacob em Lisboa, com o auxílio da Câmara de VRSA, e já tinham reunido os respetivos orçamentos (portanto encontravam-se munidos de todos os documentos necessários para instrução de pedido para aparelho auditivo na Segurança Social); 19 pessoas ainda não tinham ido ao Instituto, estando com dificuldades muito significativas a nível da audição; 1 pessoa tinha sido encaminhada para o Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Central de Faro, estando a aguardar por consulta externa; e 1 pessoa evidenciava problemas na fala, devido aos problemas de audição (tratava-se de um adolescente).

Na sequência da análise realizada aos dados recolhidos, procedeu-se ao encaminhamento destes munícipes para o Centro de Saúde e continuou-se a organizar grupos de pessoas com problemas auditivos para o Instituto Jacob, para que pudessem realizar um exame auditivo gratuito e com validade para entregar no Instituto de Segurança Social, no âmbito dos apoios a ajudas técnicas.

Construiu-se, em seguida, um documento com todas as fases/etapas e informações descritas, aquando da ida ao Instituto Jacob, para realização do pedido na Segurança Social. Este documento, por sua vez, foi entregue a todos os munícipes que realizaram o exame no Instituto Jacob, tendo-se explicado a todos, as etapas a percorrer e monitorizado o percurso das mesmas, até à realização do pedido na Segurança Social.

Em Dezembro de 2010 encontravam-se inscritas na base de dados de otorrinolaringologia 58 pessoas.

Quadro 11.5: Inscritos na base de dados de otorrinolaringologia no 1º trimestre de 2010

Freguesias	Feminino	Masculino	Total
Vila Real de Santo António	16	6	22
Monte Gordo	2	4	6
Vila Nova de Cacela	5	7	12
Total	23	17	40

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

• O protocolo entre o município de Vila Real de Santo António e o município de La Playa

À data de elaboração do Diagnóstico Social anterior, já tinham sido encaminhadas para tratamento médico em Cuba, 9 grupos de pessoas que puderam assim beneficiar do protocolo estabelecido em 2007 entre o município de Vila Real de Santo António e o município de La

Playa (Quadro 11.6).

Quadro 11.6: Grupos de viagem a Cuba

Grupo	Data de partida	N.º de pessoas
1.º	23 Ago. 2007	11
2.º	22 Set. 2007	18
3.º	18 Fev. 2008	28
4.º	25 Fev. 2008	50
5.º	29 Fev. 2008	50
6.º	1 Jun. 2008	25
7.º	25 Jul. 2008	24
8.º	24 Nov. 2008	31
9.º	28 Abr. 2009	4 *
Total		237

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

* Estas 4 pessoas foram inseridas num grupo de 31 munícipes que se deslocaram a Cuba para tratamento de outras patologias, ao abrigo do alargamento do protocolo estabelecido com Playa a outras especialidades.

Mais recentemente, foram encaminhadas para tratamento em Cuba mais 26 pessoas repartidas em 4 grupos que viajaram em datas diferentes conforme se pode observar no Quadro 11.7.

Quadro 11.7: Grupos de viagem a Cuba em 2011 e 2012

Grupo	Ano	N.º pessoas	N.º acompanhantes
10.º grupo	Junho 2010	19	7
11.º grupo	Janeiro 2011	3	2
12.º grupo	Setembro 2011	2	2
13.º grupo	Março 2012	2	0
Total		26	11

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

O 10º Grupo foi, de longe, o mais numeroso e com uma repartição equilibrada entre homens e mulheres (9 e 10, respetivamente).

Verifica-se por outro lado que a repartição por faixa etária também é relativamente homogénea pois se por um lado os beneficiários com mais de 50 anos de idade representam 42% do total, os beneficiários com menos de 35 anos são também em número significativo, representando 26% do total (Quadro 11.8).

As problemáticas alvo de Intervenção do 10º Grupo são as que constam do Quadro 11.9, destacando-se a área da Reabilitação – Ortopedia que constitui cerca de metade dos casos.

Quadro 11.8: Distribuição por género e faixa etária do 10º grupo

	Feminino	Masculino	Total
Até 20 anos	1	1	2
21 aos 35 anos	1	2	3
36 aos 50 anos	3	3	6
51 aos 65 anos	3	0	3
Mais de 65 anos	2	3	5
Total	10	9	19

Quadro 11.9: Distribuição da problemática alvo de intervenção do 10º grupo

	10º grupo
Reabilitação - Ortopedia	9
Dermatologia	6
Oftalmologia	4
Total	19

Fonte: Câmara Municipal de VRSA, Divisão de Ação Social

Os outros grupos eram constituídos por um número reduzido de pessoas:

O 11º Grupo tinha 3 beneficiários, todos de sexo masculino e que beneficiaram de intervenções no âmbito da reabilitação – ortopedia

O 12º Grupo era constituído por 2 pessoas de género masculino (as quais tinham 35 e 36 anos) e as intervenções foram no âmbito da reabilitação – ortopedia e oftalmologia, respetivamente.

O 13º Grupo, também constituído por 2 pessoas de género masculino (as quais tinham 61 e 65 anos) e as intervenções foram no âmbito da reabilitação – ortopedia e doença oncológica na área da urologia, respetivamente.

Com base no projeto "Operacion Milagro", o município apresentou uma candidatura ao Prémio Autarquias no âmbito dos Prémios do Hospital do Futuro 2009/2010 que mereceu o 2º lugar de classificação.

• Hidroterapia /Reabilitação nas piscinas municipais

Ao nível da promoção da saúde e bem-estar, a autarquia tem vindo a possibilitar a frequência de sessões de hidroterapia e reabilitação, a título gratuito, a munícipes com vulnerabilidade económica e que façam prova que necessitam deste tipo de tratamento.

Entre Janeiro de 2011 e Março de 2012 beneficiaram deste apoio 4 munícipes (2 homens e 2 mulheres), sendo o apoio requerido por motivos de saúde ou de deficiência.

Em relação às idades dos beneficiários, 1 tem menos de 20 anos, 2 têm entre 21 e 40, 1 tem entre 41 e 60 anos e outro tem mais de 60 anos. No que concerne à freguesia de residência, 2 munícipes residem em Vila Real de Santo António, um em Monte Gordo e outro em Vila Nova de Cacela.

11.2. Bem-estar psíquico: Núcleo de Estudos e Intervenção Psicológica

O Núcleo de Estudos e Intervenção Psicológica (NEIP), criado a 3 de Outubro de 2007, visa promover o bem-estar psicológico e o desenvolvimento pessoal e intelectual, através de um serviço de intervenção prática em vários domínios (educação, família, formação de profissionais e técnicos de saúde, etc.), informar sobre diversos temas ligados à área da psicologia e divulgar notícias relacionadas com a psicologia e com outras temáticas relevantes para esta área.

Este grupo de psicólogos atua mediante uma filosofia de serviço público através das três Juntas de Freguesia pertencentes ao município de Vila Real de Santo António.

O NEIP funciona de forma descentralizada, prestando serviços nas três freguesias do município. O Quadro 11.10 resume a atividade do Núcleo durante o ano de 2011.

Quadro 11.10: Atividade do NEIP em 2011

	Consultas	Processos	Utentes novos
VRSA	1.374		
Casa da criança	268	16	
Junta de freguesia	1.106	60	39
Monte Gordo	487	57	
Vila Nova de Cacela	1.560	72	49
Total	3.421		

Fonte: Núcleo de Estudos e Intervenção Psicológica.

11.3. Saúde, bem-estar e desporto

Das iniciativas que contribuem para a melhoria da saúde e bem-estar e qualidade das pessoas estão sem dúvida também todas aquelas que visam promover o desporto e uma vida saudável. Nesta perspetiva importa referir os três principais projetos promovidos pela Divisão de Desporto e Saúde da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António para o ano letivo 2012/2013.

11.3.1. Centro de Marcha e Corrida – Alunos inscritos 120

Aberto a toda a comunidade, um dos objetivos do CMC é apoiar todos os munícipes que regularmente praticam a marcha ou corrida não orientada e que pretendam ser aconselhados de modo a tirar mais proveito do seu treino. O centro presta acompanhamento técnico às segundas, quartas e sextas-feiras, entre as 18h30 e as 19h30. Pretende-se que o apoio seja feito em função de uma avaliação inicial, que permitirá direcionar o plano de treino de acordo com as características de cada praticante. O ponto de encontro está semanalmente marcado para a entrada da Nave Desportiva, no complexo Desportivo de VRSA, sempre às 18h30. Os praticantes devem levar roupa desportiva confortável, sapatos cómodos para caminhar/correr e uma garrafa de água pequena. Também é possível aos participantes equiparem-se no local.

11.3.2 Projeto Anda+ - Programa de atividade física de combate à obesidade infantil e Juvenil. (20 inscritos)

É um projeto em parceria com o Centro de Saúde de VRSA em que os jovens são avaliados por uma equipa multidisciplinar (Médico de família; Dietista e Especialista em Desporto) e depois são encaminhados para este projeto Anda +.

Acontece 2 vezes por semana em sessões de 90 minutos nas instalações do complexo desportivo. O grande objetivo é alteração do estilo de vida destes jovens com excesso de peso.

As Atividades desportivas ministradas são diversificadas e estão adaptadas a este tipo de população.

11.3.3 Escola Sócio Desportiva de Vila Real de Santo António e Castro Marim (100 inscritos)

É um projeto sócio desportivo cuja finalidade é aproveitar os valores do desporto para facilitar a integração de alunos que manifestam alguns tipos de dificuldades.

É uma parceria entre as autarquias de VRSA, de Castro Marim e a Fundação Real Madrid. As modalidades praticadas são o Basquetebol e o Futebol. Existem turmas em Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Cacela e Castro Marim. Os treinos /aulas são dados pelos professores de Educação Física dos dois municípios.

12. Universidade dos Tempos Livres

A Universidade dos Tempos Livres de VRSA é uma instituição que entrou em funcionamento em 2002 e que atualmente tomou a designação de Akivida – atividades Culturais, Educação, Cidadania e Serviços de VRSA.

No ano letivo de 2012-2013 estavam inscritos na Akivida 660 alunos repartidos por seis polos (Quadro 12.1). A maior parte dos alunos frequenta o polo de Vila Real de Santo António (74,8% do total).

Quadro 12.1: Inscritos na UTL por polo

	VRSA	Monte Gordo	Aldeia Nova	Vila Nova de Cacela	Manta Rota	Corte A. Martins	Total
Alunos inscritos	494	59	19	19	61	8	680
Cursos	30	8	7	7	8	1	62

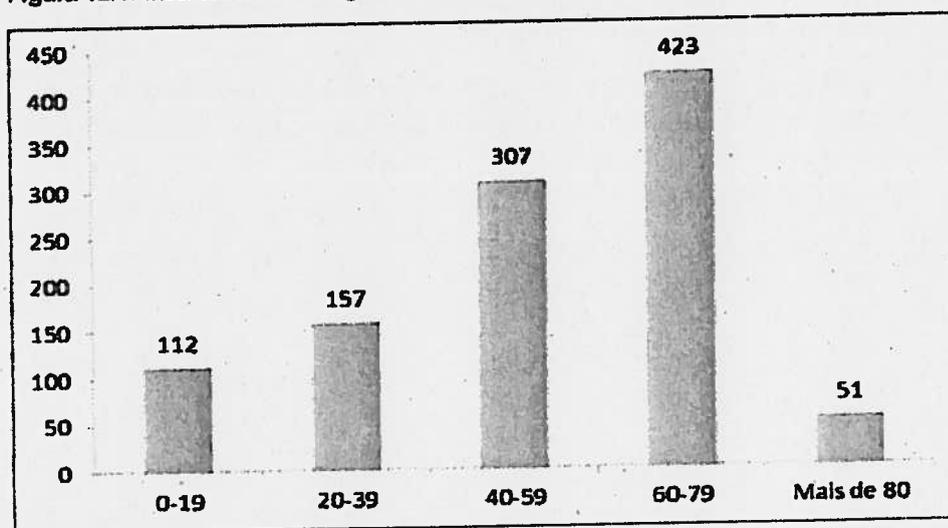
Fonte: Akivida

Com base nos dados relativos ao ano letivo 2009-2010 e analisando os grupos etários pelos quais se repartem os formandos (Figura 12.1), constata-se que o grupo mais representado é o das pessoas com idades entre os 60 e os 79 anos (37%), seguido do grupo de pessoas entre os 40 e os 59 (27%).

Ainda relativamente ao ano letivo 2009-2010, verifica-se que o grau de escolaridade dos formandos é muito heterogéneo, conforme mostra a Figura 12.2. Apesar da elevada proporção de alunos que frequentaram apenas o Ensino primário, cerca de 25% dos alunos em relação aos quais se tem informação estudaram até ao 12º ano e 22% frequentaram o Ensino Médio e Superior.

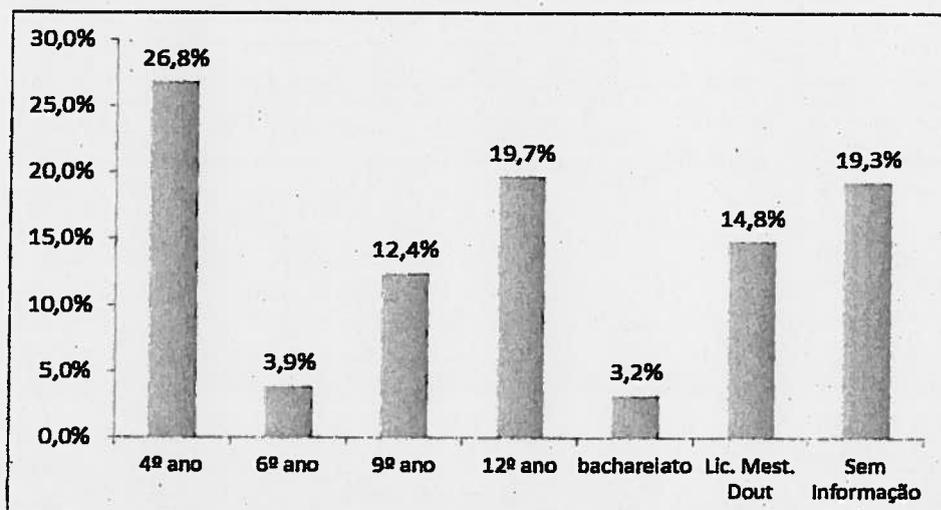
Esta diversidade de qualificações é um bom indicador para avaliar até que ponto a UTL tem alcançado os objetivos a que se propôs, nomeadamente promover a aprendizagem ao longo da vida, independentemente do grau académico ou nível socioeconómico dos seus alunos.

Figura 12.1: Inscritos na UTL segundo a idade, 2009/2010



Fonte: Universidade dos Tempos Livres de VRSA

Figura 12.2: Nível de escolaridade dos formandos, 2009/2010



Fonte: Universidade dos Tempos Livres de VRSA

No que concerne aos cursos oferecidos pela UTL, a oferta varia de ano para ano, também consoante a procura que se vai manifestando. No ano letivo de 2012/2013, abriram 31 cursos, que podem agrupar-se em nove áreas de formação diferentes (Quadro 12.2).

Como se pode constatar no Quadro 12.3, os cursos mais frequentados são os cursos de informática (202 inscritos) e Artes Decorativas (117). Além destes e por representarem também uma parte significativa da procura, destacam-se outros nove cursos que contam com mais de 50 inscritos: Educação Física (97), Bordados Tradicionais (80), Pintura a Óleo (73), Inglês (67), Português para Estrangeiros (58), Guitarra (57) e Tapeçaria Bordada e Arraiolos (55)

Quadro 12.2: Número de cursos e de formandos por área de formação, 2009/2010

Área de formação	Curso	Formandos	
	N.º	N.º	%
Alimentar	2	30	2,7%
Artes	5	243	21,8%
Cultura Geral	3	33	3,0%
Atividade Física	5	186	16,7%
Línguas	5	159	14,3%
Música	3	87	7,8%
Têxtil	5	159	14,3%
Informática	1	202	18,2%
Outros	2	13	1,2%
Total	31	1112	100,0%

Fonte: Universidade dos Tempos Livres de VRSA

Inversamente, os menos frequentados (com menos de 10 alunos) são os cursos de História Local (8), Renda bilros (8), Russo (5), Macramé (2) e Alfabetização (2).

Quadro 12.3: Número de formandos por curso e polo, 2012-2013

Área de Formação	Curso	VRSA	Monte Gordo	Aldeia Nova	V. Nova de Cacela	Manta Rota	Corte A. Martins	Total
		Nº de Formandos por curso						
Alimentar	Culinária	17						17
	Dietética e alimentação saudável	13						13
Artes	Artes Aplicadas	13						13
	Artes Decorativas	47	12	9	34	16		118
	Pintura a Óleo	73						73
	Pintura e Desenho	18						18
	Técnicas de Cerâmica e vidro	21						21
Cultura Geral	Cidadania e Mundo Atual	7		7				14
	História da Cultura	11						11
	História Local	8						8
Atividade Física	Educação Física	54	9		13	21		97
	Educação Física Sénior	21						21
	Equitação	19						19
	Ginástica Localizada	24	1					25
	Yoga		24					24
Línguas	Alemão	13						13
	Espanhol	16						16
	Inglês	50		10		7		67
	Português para Estrangeiros	50	8					58
	Russos	5						5
Música	Bateria	19						19
	Guitarra	40		5		12		57
	Guitarra Elétrica	11						11
Têxtil	Bordador Tradicionais	31	10		18	21		80
	Estilismo e Confeção	14						14
	Macramé	2						2
	Renda de Bilros	8						8
	Tapeçaria Bordada e Arralolos	25	4		14	12		55
Outros	Alfabetização	2						2
	Desenho e Construção Naval	11						11
	Informática	127	10	8	27	22	8	202
	Total	770	78	39	106	111	8	1112

Fonte: Akivida

Nota: O total de inscritos excede o total de formandos, porque há formandos que frequentam vários cursos.

Ao serviço da UTL estão atualmente 45 formadores, cuja distribuição por grupos etários está representada no Quadro 12.4. Trata-se de um grupo relativamente jovem no qual os formadores com menos de 40 anos representam quase 58% do total de formadores.

Quadro 12.4: Idade dos formadores por grupos etários, 2012/2013

Grupo etário		De 21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total
Formadores	Nº	6	20	8	2	9	45
	%	13,3%	44,5%	17,8%	4,4%	20,0%	100,0%

Fonte: Akivida

13. Autocarro social

O autocarro social é um serviço gratuito que pretende colmatar as falhas sentidas por determinados grupos da população, em especial os doentes e idosos residentes em zonas não abrangidas pela rede de transporte público¹¹.

Este serviço permite pois melhorar a qualidade de vida em termos de acesso aos centros urbanos do município, principalmente para os munícipes de idade mais avançada que residem em zonas isoladas.

O Autocarro Sono município que os indicadores reunidos no Quadro 13.1 permitem aferir.

Quadro 13.1: itinerários do autocarro social

Circuitos	Viagens (nº)	Passageiros (nº)	Horários	Dias da semana	Distância média entre Paragens (m)	Distância por Percurso (m)	Total km por ano	Tempo médio por percurso (min.)
Circuito 1	5	23403	8:45	De Segunda a Sexta	963	17,3	20803	36
			9:30					
			10:10					
			10:40					
			11:15					
Circuito 2	3	4066	7:00	De Segunda a Sexta	891	16,0	11519	16
			10:00					
			12:00					
Circuito 3	3	3718	7:30	De Segunda a Sexta	1576	11,6	8381	25
			10:30					
			12:30					
Circuito 4	2	2803	8:00	De Segunda a Sexta	1075	9,4	4525	20
			11:00					
Circuito 5	1	969	9:10	Domingo	1285	24,4	2304	32
			Regresso					
Circuito 6	1	974	10:00	Domingo	1404	14,0	1344	30
			Regresso					
		35933					48876	

Fonte: "Diagnóstico geral do Autocarro Social", Câmara Municipal de VRSA, Setembro de 2012

Os autocarros afetos a estes serviços são veículos com uma lotação de 27 pessoas e percorrem 6 itinerários distintos, sendo que cinco deles estão implementados na freguesia de Vila Nova de Cacela, pois é a maior freguesia do município e também aquela que tem menor cobertura de transportes públicos.

Circuito nº 1

Este circuito abrange as freguesias de Vila Real de Santo António e de Monte Gordo e entre a primeira e a última paragem tem uma extensão de 17,3 km, viagem cuja duração é de cerca de 36 minutos.

¹¹ Para mais informações consultar o "Diagnóstico geral do Autocarro Social", documento da Câmara de Vila Real de Santo António datado de Setembro de 2012

Este circuito realiza-se durante os dias úteis da semana, cinco vezes por dia, durante o período da manhã.

Circuito 2

Este circuito na Freguesia de Vila Nova de Cacela e cada viagem tem uma extensão de 15,9 km que são percorridos em cerca de 16 minutos.

Este circuito realiza-se durante os dias úteis da semana, três vezes por dia, durante o período da manhã.

Circuito 3

O circuito 3 está igualmente implantado em Vila Nova de Cacela, realizando-se durante os dias úteis da semana, três vezes por dia, durante o período da manhã. Cada viagem tem uma extensão de 14,1 km que são percorridos em cerca de 25 minutos.

Circuito 4

Este circuito também está implementado em Vila Nova de Cacela, realizando-se nos dias úteis, duas vezes por dia, durante a manhã. Cada viagem tem uma extensão de 9,6 km que são percorridos em cerca de 20 minutos.

Circuito 5.

Este circuito realiza-se em Vila Nova de Cacela, apenas ao Domingo, uma vez por dia, durante a manhã. Cada viagem tem uma extensão de 24,4 km que são percorridos em cerca de 32 minutos.

Circuito 6

À semelhança do anterior, este circuito realiza-se em Vila Nova de Cacela, apenas ao Domingo, uma vez por dia, durante a manhã. Cada viagem tem uma extensão de 14 km que são percorridos em cerca de 30 minutos.

14. AGARRA

A AGARRA - Agência de Combate à Crise, criada em Dezembro de 2008, foi uma das respostas da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António para enfrentar as consequências que a crise económica atual teve na vida de muitos munícipes, agravando severamente situações de pobreza e exclusão social já existentes e originando novos casos.

A Agência constitui uma iniciativa pioneira a nível autárquico, atuando em duas vertentes: ação social e desenvolvimento económico. A nível da ação social, a AGARRA tem como objetivo congregar o apoio social já existente e implementar novas medidas, como o apoio à subsistência de famílias sem outros auxílios e o apoio ao arrendamento habitacional, por exemplo. Ao nível do desenvolvimento económico, visa prestar apoio em três áreas: emprego e formação profissional, empresas e promoção económica do município.

Até ao momento, a ação da AGARRA tem-se centrado no apoio direto a famílias carenciadas que solicitam ajuda à autarquia ou no seu encaminhamento para três IPSS do município (Associação de Beneficência Mão Amiga, Santa Casa da Misericórdia e Delegação da Cruz Vermelha de VRSA). Trata-se, portanto, de um serviço de auxílio e apoio imediato a casos de pobreza extrema e de grandes dificuldades económicas, que chegam cada vez em maior número aos serviços sociais da autarquia.

Este apoio direto consiste na atribuição de vales, para a compra de bens de primeira necessidade, que os seus beneficiários podem descontar nas mercearias e supermercados com os quais a autarquia estabeleceu protocolo, e no encaminhamento para instituições que visam a prestação de apoio alimentar mensal em géneros ou refeições confeccionadas. Em ambos os casos procede-se à avaliação mensal dos apoios, que terminam quando se considera que as famílias já reúnem condições de subsistência sem necessidade de apoios externos.

Ao nível da Ação social, a AGARRA promove ainda a reinserção social e profissional de munícipes em situação de exclusão, promovendo Planos Ocupacionais e a formação de desempregados, apoiando a criação do próprio emprego e desburocratizando os processos, por exemplo.

A informação disponível relativamente à atividade da AGARRA diz, todavia, apenas respeito às ajudas imediatas prestadas pela autarquia aos munícipes que, enfrentando situações graves de carência económica, procuram este apoio.

Quadro 14.1: Famílias apoiadas

Período	Famílias apoiadas (nº)
4º Trimestre 2012	38
3º Trimestre 2012	24
2º Trimestre 2012	64
1º Trimestre 2012	80
4º Trimestre 2011	67
3º Trimestre 2011	34
2º Trimestre 2011	21
1º Trimestre 2011	39

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

Entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2012 beneficiaram deste apoio 367 famílias. Ressalva-se que pode existir a repetição de famílias, uma vez que este tipo de apoio é renovável mensalmente e os agregados familiares podem ser apoiados mais do que uma vez. De realçar que é feito um acompanhamento dos casos apoiados e uma avaliação mensal, no sentido de se averiguar se a necessidade desta ajuda se mantém ou não, sendo que uma parte considerável das famílias beneficia deste apoio durante largos meses.

Entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2012, foram atribuídos 1.095 vales de supermercado, perfazendo uma ajuda total de 10.340 €.

Quadro 14.2: Número de vales atribuídos

Período	Vales atribuídos (nº)
4º Trimestre 2012	135
3º Trimestre 2012	78
2º Trimestre 2012	185
1º Trimestre 2012	246
4º Trimestre 2011	156
3º Trimestre 2011	105
2º Trimestre 2011	61
1º Trimestre 2011	129
Total	1095

Fonte: Câmara Municipal de VRSA

Quadro 14.3: Valor despendido em vales

Período	Valor despendido em vales (€)
4º Trimestre 2012	1245€
3º Trimestre 2012	725€
2º Trimestre 2012	1520€
1º Trimestre 2012	2115€
4º Trimestre 2011	2235€
3º Trimestre 2011	935€
2º Trimestre 2011	530€
1º Trimestre 2011	1035€
Total	10340€

Fonte: Câmara Municipal de VRSA.

Outra das incumbências da AGARRA é o encaminhamento de casos sociais que solicitam ajuda à autarquia para as IPSS "Mão Amiga", Santa Casa da Misericórdia e Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa.

Entre Janeiro de 2011 e Março de 2012 foram efetuados 16 encaminhamentos, dos quais 12 para a "Mão Amiga" e os restantes 4 para a Cruz Vermelha. Neste caso, o apoio prestado passa quase sempre pela atribuição de cabazes mensais de bens alimentares (Quadro 14.4) ou de serviço de refeições ao domicílio a pessoas que não têm condições físicas para cozinhar nem para se deslocar às instituições para aí tomar as refeições.

De realçar que foram ainda efetuados diversos encaminhamento para as cantinas sociais da Santa Casa da Misericórdia e da Associação de Beneficência Mão Amiga.

Quadro 14.4: Cabazes mensais atribuídos

	Mão Amiga	CVP	TOTAL
Cabaz Mensal de Géneros Alimentares	12	4	16

Fonte: Câmara Municipal de VRSA.

15. Banco Local de Voluntariado

O Banco Local de Voluntariado pretende ser uma estrutura de encontro entre as entidades do município disponíveis para acolher voluntários e os indivíduos motivados para prestar esse serviço. Esta iniciativa, dinamizada pela autarquia através da sua Divisão de Ação Social, procura assim constituir o elo de ligação entre a oferta e a procura de serviços de voluntariado.

O protocolo entre a autarquia e o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, que visa a criação oficial do Banco Local de Voluntariado de VRSA, foi assinado no dia 3 de Fevereiro de 2010.

O Banco funciona nas instalações da Divisão de Ação Social do município e a equipa é composta por técnicos. Relativamente ao modo de funcionamento, há um conjunto de procedimentos a seguir que se iniciam com a inscrição das entidades promotoras e dos indivíduos candidatos ao voluntariado numa base de dados. Uma vez efetuada a inscrição segue-se a fase da entrevista onde se validam as informações que constam da ficha e se define o perfil do voluntário, nomeadamente as suas motivações, aptidões e preferências. Este diagnóstico permite um melhor encaminhamento do voluntário, adaptando-se suas aspirações às necessidades da entidade que o acolhe.

Na etapa seguinte organiza-se uma reunião entre o voluntário, um representante da entidade onde irá decorrer a prestação do serviço e um técnico do Banco com o objetivo de esclarecer os direitos e deveres de ambas as partes e as condições em que o programa de voluntariado será desenvolvido. As atividades desenvolvidas serão acompanhadas por um responsável da entidade promotora e periodicamente haverá lugar a uma avaliação para aferir o grau de satisfação das partes.

Segundo a Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro, que consagra as Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado, são direitos do voluntário possuir um cartão de identificação, receber formação, estar coberto por seguro (da responsabilidade da entidade promotora), ser reembolsado pelas despesas que efetuar com as Atividades, ter um programa de voluntariado, desempenhar o trabalho em condições de higiene e segurança e receber um certificado. Entre os deveres a respeitar destacam-se a necessidade de cumprir os princípios deontológicos, respeitar as normas de funcionamento da entidade, participar em formações, atuar com empenho e espírito de solidariedade, cumprir o programa de voluntariado e fazer uma boa utilização dos recursos.

Atualmente, o Banco Local de Voluntariado conta com um total de 42 voluntários ativos, e o Banco de Voluntariado Juvenil contabiliza 200 voluntários, compreendidos maioritariamente entre o escalão etário 16 a 20 anos. Quanto às entidades recetoras, atualmente estão inscritas as 9 seguintes: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de VRSA, Santa Casa da Misericórdia de VRSA, Junta de Freguesia de Monte Gordo, GUADI - Centro de Animais, INOVINTER - Centro de Formação e Inovação Tecnológica, Associação de Beneficência "Mão Amiga", Associação de Beneficência "A Manta". Associação Pais em Rede do Baixo Guadiana e Associação Sonhar.

Para além do enquadramento dos voluntários em entidades, o BLV também realiza ou colabora em diversas atividades, de âmbito desportivo, social, ambiental, cultural, entre outras, tendo estado envolvido em 16 atividades em 2011, cinco das quais por projeto próprio:

- "Limpar Portugal" - Limpeza de zonas protegidas em Monte Gordo e Cacela Velha.
- "Mercado Solidário" - mercado de trocas.
- "Vamos Cair o Património"- Caição do muro e escadas de Cacela Velha.
- Seminário " Os sentidos do Voluntariado" - Encontro dos BLV do Algarve em Tavira.
- Convívio de encerramento do Ano Internacional do Voluntariado.

No ano de 2012 o Banco de Voluntariado participou em 18 ações de voluntariado, 11 das quais como entidade promotora:

- "Voluntariado escolar" (apoio no refeitório escolar e na vigilância durante o período de recreio).
- Projeto de "Acompanhamento ao estudo" – dirigido a crianças e jovens acompanhados pela CPCJ.
- "Atelier de expressão plástica" para crianças e jovens do Projeto Escolhas Vivas – INOVINTER.
- Apoio às atividades desenvolvidas pelo Projeto Escolhas Vivas – INOVINTER.
- Apoio à loja de venda de objetos/roupas em segunda mão, da Associação Sonhar.
- Coast Watch - realização de um percurso a pé, de cerca de 2 km, ao longo do qual são preenchidos questionários, onde são registados alguns dados sobre o observado no terreno, desde geologia, ordenamento do território, existência de resíduos, fauna e flora, etc.
- "Limpar Portugal" -Limpeza de zonas protegidas em Cacela Velha.
- "Mercado de Trocas" – Realização de 2 Mercados que promovem a troca de produtos, sem a existência de moeda.
- Programa Bandeira Azul – Realização de questionários sobre este projeto.
- Marcha Corrida – Apoio logístico à realização desta atividade desportiva.
- Florestar Portugal – Plantação de árvores em zona específica do concelho.
- Banco Alimentar Contra a Fome – Participação de voluntários nas duas recolhas de alimentos realizadas nos supermercados do concelho.
- "Encontros de voluntariado" do Banco de Voluntariado de Vila Real de Santo António – Foram realizados 4 encontros ao longo do ano.

16. Infância e Juventude

No domínio da infância e juventude, a ação da autarquia passa essencialmente pela intervenção no setor da Educação, nomeadamente no campo da ação escolar, decorrente da transferência de competências para os municípios, e pela ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Real de Santo António (CPCJ), de que a Câmara Municipal faz parte.

16.1. Ação escolar

O Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, consagra as normas relativas à transferência das competências em matéria de ação social escolar para os municípios, nomeadamente: refeitórios, alojamento em agregados familiares e auxílios económicos destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino primário e do ciclo preparatório TV, oficial, particular ou cooperativo, com contrato de associação. Estes auxílios económicos destinam-se a compartilhar as despesas escolares do aluno e materializam-se nos subsídios para alimentação, para alojamento em agregado familiar, para livros e material escolar e para equipamento contra a chuva e o frio.

Mais tarde, a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro veio enquadrar a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais em consonância com os princípios da descentralização administrativa e de autonomia do poder local.

Assim, no que respeita à educação é da "competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos, destinados nomeadamente à construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico" (artigo 19.º).

Relativamente à educação pré-escolar e ao ensino básico, os municípios são ainda responsáveis pelo transporte escolar, pelos refeitórios, pelo alojamento de alunos, pela participação na ação social escolar, pela dinamização de Atividades complementares de ação educativa, pelo apoio à educação extraescolar e pela gestão do pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. As juntas de freguesia, em particular, têm entre as suas competências o fornecimento de material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e estabelecimentos de educação pré-escolar, conforme disposto na Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro¹².

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho definiu o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Assim, em termos gerais, é da incumbência dos municípios gerir o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; assegurar a componente de apoio à família ao pré-escolar (fornecimento de refeições e prolongamento de horário) e as Atividades de enriquecimento curricular¹³ no 1.º Ciclo do Ensino

¹² A Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro constitui a primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

¹³ Consideram-se atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação". (Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho, artigo 11.º)

Básico; gerir o parque escolar no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico; apoiar na ação social escolar nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e assegurar os transportes escolares do 3.º Ciclo do Ensino Básico.

No âmbito da ação social escolar os municípios são responsáveis pela implementação de medidas de natureza socioeducativa, pela gestão de refeitórios e fornecimento de refeições.

O Decreto-lei nº 55/2009 de 2 de Março define o regime jurídico para a atribuição e funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, tendo por base os princípios de equidade, discriminação positiva e de solidariedade social, efetivando assim o direito constitucional de acesso à educação e à igualdade de oportunidades. O acesso e os valores dos apoios de ação social escolar dependem da condição socioeconómica do agregado familiar, nomeadamente do seu posicionamento no escalão de rendimento para efeitos de concessão do abono de família.

Em Vila Real de Santo António, o Regulamento Orgânico da Câmara Municipal define as atribuições do município no que respeita à educação, a desenvolver através da Divisão de Educação e Juventude, e particularmente através do Núcleo de Formação e Gestão dos Espaços Escolares.

Destacam-se, entre outras, as seguintes Ações: elaborar diagnósticos relativos à situação escolar, assegurar as devidas condições para o adequado funcionamento dos estabelecimentos da rede pública de educação pré-escolar e ensino básico; fomentar atividades de ligação escola-comunidade; estabelecer contactos regulares com os agentes educativos; garantir o funcionamento dos refeitórios escolares e as atividades de desporto escolar; organizar a rede de transportes escolares.

Para o ano letivo 2012-2013, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António continua a apoiar nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo, nos seguintes parâmetros:

- Manutenção e apetrechamento destes estabelecimentos de ensino;
- Recursos humanos;
- Refeições escolares;
- Transportes escolares;
- Prolongamento de horário no ensino pré-escolar;
- Atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo;
- Auxílios económicos para aquisição de livros e material escolar para os alunos carenciados;
- Visitas de estudo a todas as turmas destes níveis de ensino;
- Atribuição de verbas para material de desgaste.
- Apoio logístico em atividades de complemento curricular.

• Refeições

Os municípios, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo, recebem do Ministério da Educação apoio financeiro no valor máximo de 0,58€ por aluno/refeição (Despacho n.º 18987/2009).

O Município de Vila Real de Santo António assegura as refeições dos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo deste concelho. O fornecimento destas refeições é efetuado nos refeitórios escolares, dois deles são geridos pela autarquia e os restantes pelos Agrupamentos de escolas, aos quais a autarquia paga as refeições fornecidas, ao abrigo de um protocolo entre estas entidades.

O custo da refeição é subsidiado na totalidade aos alunos do escalão A (escalão 1 do Abono de Família) e financiado em 50% aos alunos do escalão B (escalão 2 do Abono de Família).

Conforme se pode observar no Quadro 16.1, no ano letivo 2012-2013, usufruem de refeições escolares 344 alunos do pré-escolar (83% do total) e 552 alunos do 1º ciclo (63% do total).

Quadro 16.1: Alunos com almoço no Ensino Pré-escolar e 1º ciclo

Estabelecimento	Total Alunos pré-escolar	Alunos do pré-escolar que usufruem refeições		Total Alunos do 1º ciclo	Alunos do 1º ciclo que usufruem refeições	
	Nº	Nº	%	Nº	Nº	%
EB1/JI Caldeira Alexandre	50	42	84%	325	183	56%
EB1/JI António Aleixo	50	33	66%	45	30	67%
EB1 de Santo António	120	104	87%	177	119	67%
EB1/JI Monte Gordo	49	39	80%	184	100	54%
EB1/JI Manuel Cabanas	75	67	89%	150	120	80%
Total	344	285	83%	881	552	63%

Componente de apoio à família

A componente de apoio à família no ensino pré-escolar é composta pelos serviços de refeição e prolongamento de horário de forma gratuita após as atividades letivas.

No Quadro 16.2 constam os dados relativos ao número de alunos que no ensino pré-escolar beneficia de prolongamento de horário no ano letivo 2012-2013

Quadro 16.2: Alunos do Ensino Pré-escolar que beneficiam de prolongamento de horário

Estabelecimento	Total Alunos do pré-escolar	Alunos do pré-escolar que usufrui de Prolongamento de horário	
	Nº	Nº	%
EB1/JI Caldeira Alexandre	50	44	88%
EB1/JI António Aleixo	50	47	94%
EB1 de Santo António	120	102	85%
EB1/JI Monte Gordo	49	38	78%
EB1/JI Manuel Cabanas	75	71	95%
Total	344	302	88%

Auxílios económicos

Aos alunos com dificuldades económicas são atribuídos auxílios económicos destinados a apoiar nas despesas relacionadas com a atividade escolar. Apesar de o Despacho n.º 18987/2009 definir os valores mínimos de comparticipação, os municípios, no âmbito das suas competências, podem aumentar e ampliar os apoios de ação social escolar destinados aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

São beneficiários de apoio os alunos cujos agregados familiares pertencem aos 1.º e 2.º escalões de rendimento para efeitos de determinação do abono de família.

No ano letivo 2012-2013, a Câmara Municipal apoiou os alunos carenciados do 1º ciclo na aquisição de livros e material escolar, Aos alunos do 1º escalão a autarquia comparticipou a totalidade dos manuais escolares e o pagamento de faturas até ao montante máximo de 20€

por aluno para material escolar. Relativamente aos alunos inseridos no 2º escalão do abono de família, o Município participou em 50% do valor dos manuais e até ao montante de 10€ para o material. O Quadro 16.3 detalha os apoios concedidos no ano letivo 2012-2013

Quadro 16.3: Alunos do 1º ciclo que beneficiam de auxílio económico

Estabelecimento	Total Alunos do 1º ciclo	Alunos carenciados 1º escalão	Alunos carenciados 1º escalão	Total alunos carenciados apoiados pela autarquia
	Nº	Nº	Nº	%
EB1/JI Caldeira Alexandre	325	75	74	46%
EB1/JI António Aleixo	45	3	5	18%
EB1 de Santo António	177	60	26	49%
EB1/JI Monte Gordo	184	58	42	54%
EB1/JI Manuel Cabanas	150	18	17	23%
Total	881	214	184	43%

Transportes escolares

O serviço de transportes escolares destina-se aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário cujo acesso não possa ser feito a pé ou quando não existe uma rede de transportes coletivos.

Para todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória o município de Vila Real de Santo António garante, quer pelo pagamento dos passes escolares, quer pelo transporte efetuado pelos autocarros camarários.

Atividades de enriquecimento curricular

No presente ano letivo, nas escolas do 1º ciclo do concelho de Vila Real de Santo António, são lecionadas as disciplinas de Inglês, Atividade Física e desportiva, Música, TIC, Ciências Divertidas e Expressão Plástica, no âmbito do programa das Atividades de Enriquecimento Curricular. A exercer estas funções nas escolas, a autarquia disponibilizou os recursos:

- 10 Professores para lecionar a atividade de Inglês;
- 14 Professores para lecionar a Atividade Física e Desportiva;
- 3 Professores para lecionar a atividade de Ciências Divertidas;
- 4 Professores para lecionar a atividade de Expressão Plástica;
- 2 Professores para lecionar a atividade de Música;
- 5 Professores para lecionar a atividade de TIC.

Bolsa de Estudo, de Mérito e de Investigação

O processo de atribuição de bolsas de estudo no ano letivo de 2011/2012 foi suspenso por imperativos legais, nomeadamente, o disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. De acordo com o diploma legal referido, e em conjugação com a conjuntura financeira existente, o Município de VRSA ficou impedido de assumir novos compromissos a nível financeiro, o que inviabilizou a atribuição de bolsas de estudo, bolsas de mérito e de investigação.

Nestes termos, e porque não houve deliberação da câmara municipal a aprovar o apoio a alunos no ano letivo de 2011/2012, ficou sem efeito a atribuição de qualquer montante.

Quanto ao ano letivo de 2012/2013 a atribuição de bolsas de estudo, de mérito e de investigação manter-se-á suspensa até futura alteração das condicionantes legais e financeiras aplicáveis.

16.2. Comissão de proteção de Crianças e Jovens em Perigo de VRSA

A Comissão de proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) é uma instituição oficial não judicial, dotada de autonomia funcional, que atua a nível concelhio para promover os direitos de criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetarem a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Assim, à semelhança de todas as outras, também a CPCJ de Vila Real de Santo António intervém em situações de perigo para crianças e jovens, nomeadamente abandono, negligência, abandono escolar, maus-tratos (físicos e psicológicos), abuso sexual, trabalho infantil, mendicância, exposição a modelos de comportamento desviante, práticas de facto qualificado como crime por criança/jovem com idade inferior a 12 anos, uso de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas, entre outras condutas desviantes.

A Comissão é composta por um conjunto de entidades e técnicos que atuam a partir do conhecimento das situações de crianças e jovens em perigo que lhes chegam através dos próprios visados, da sua família ou vizinhos, de qualquer cidadão que a denuncie, da CPCJ ou de entidades que intervenham na área da infância e juventude.

Ao longo de 2011 a CPCJ de VRSA acompanhou 172 processos de crianças e jovens, dos quais 81 transitaram de anos anteriores, 6 reaberturas e 85 foram instaurados pela primeira vez nesse ano. (Quadro 16.4)

Quadro 16.4: Total de crianças e jovens abrangidos

Processos	Crianças e jovens	
	Nº	%
Transitados	81	47,1
Instaurados	85	49,4
Reabertos	6	3,5
Arquivados	99	57,6
Total	172	100,0
Total ativos	73	42,0

Fonte: CPCJ de VRSA

Constata-se que a maioria das crianças e jovens acompanhados em 2011 pertencem ao sexo masculino, sendo o grupo etário dos 15 aos 17 anos o mais representativo (Quadro 16.5).

Quadro 16.5: Crianças e jovens acompanhados por escalão etário e género

	Género		Total	%	Crianças com deficiência
	Masculino	Feminino			
0 a 2 anos	10	11	21	12%	
3 a 5 anos	15	13	28	17%	
6 a 8 anos	18	11	27	16%	
9 a 10 anos	8	7	15	9%	
11 a 14 anos	14	10	24	14%	1
15 a 17 anos	27	21	48	28%	
18 a 21 anos	3	3	6	4%	
Total	93	76	169	100%	1

CPCJ de VRSA

Cerca de 28% das crianças é natural do município e 21% são crianças de outros concelhos.

país (Quadro 16.6). No entanto desconhece-se a naturalidade da maioria (53%), uma vez que os novos documentos de identificação (cartão de cidadão) não fazem referência a esse dado.

Quadro 16.6: Crianças e jovens acompanhados segundo a naturalidade

Naturalidade	Crianças e jovens	
	N.º	%
VRSA	38	22%
Outros municípios do país	36	21%
PALOP	3	2%
Outros países	2	1%
Desconhecida	91	53%
Total	172	100%

Fonte: CPCJ de VRSA

Por outro lado, constata-se que apenas 13 crianças até aos 5 anos de idade frequentam estruturas de apoio socioeducativo (Quadro 16.7) o que representa menos de metade do total de crianças incluídas neste escalão etário.

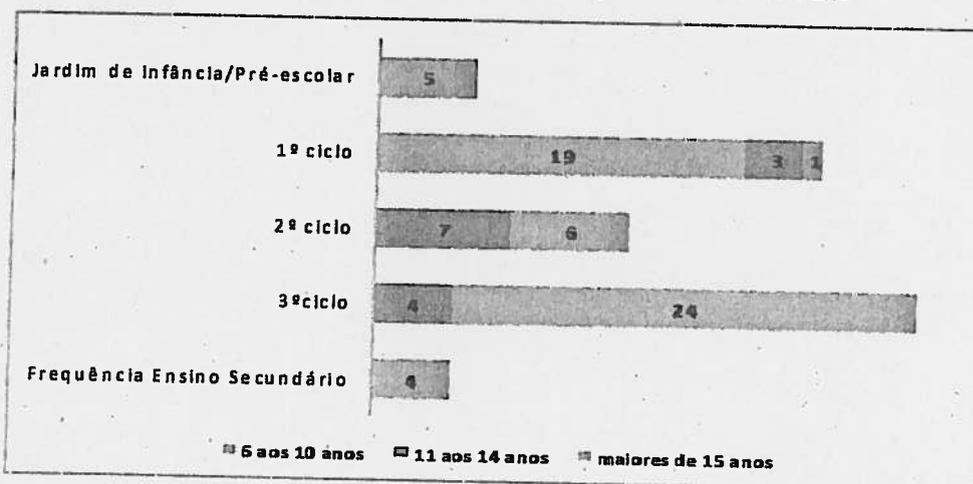
Quadro 16.7: Enquadramento socioeducativo de crianças até aos 5 anos

Apoio Socioeducativo	Crianças	
	N.º	%
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Rede Pública	4	31%
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - IPSS	3	23%
Creche - IPSS	4	31%
ATL - lucrativo	1	8%
Atividade Desportiva Regular com Enquadramento (Clube, Associação Desportiva, Outros)	1	8%
Total	13	100%

Fonte: CPCJ de VRSA

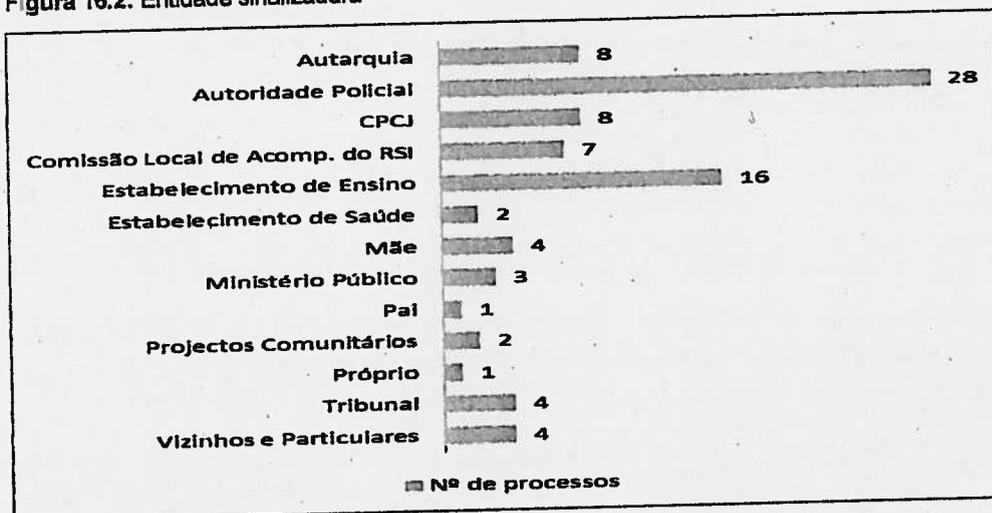
No que concerne ao nível de ensino verifica-se que o mais numeroso é o das crianças que frequenta o 3º ciclo, seguido de perto pelo conjunto que frequenta o 1º ciclo (Figura 16.1).

Figura 16.1: Enquadramento socioeducativo de crianças e jovens maiores de 6 anos



Quanto à entidade que sinalizou e participou a situação à CPCJ, a Figura 16.2 mostra que em 28 dos 88 casos (32%) a situação foi referenciada pelas autoridades policiais, e que em 8 casos foi a própria CPCJ que os sinalizou.

Figura 16.2: Entidade sinalizadora



Fonte: CPCJ de VRSA

Relativamente aos motivos de intervenção da Comissão, o Quadro 16.8 mostra que as situações de violência doméstica por parte dos progenitores, a negligência, e o abandono escolar foram as principais razões que estiveram na base da ação da CPCJ.

Quadro 16.8: Motivos de intervenção

Motivo	Crianças e jovens por grupo etário											%
	0 - 5		6 - 10		11 - 14		+ de 15		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M+F	
Abandonada ou entregue a si própria	0	1	0	0	0	0	0	2	0	3	3	3%
Abandono escolar	1	1	0	0	2	1	5	4	8	6	14	16%
Absentismo escolar	0	0	0	1	1	0	2	2	3	3	6	7%
Abuso sexual	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1%
Ausência permanente de suporte familiar	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1%
Ausência temporária de suporte familiar	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1%
Bullying	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1%
Criança ou jovem assume comportamentos desadequados para a idade	1	0	0	2	1	0	2	2	4	4	8	9%
Crianças e jovens não acompanhados	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1%
Exposição a modelos de comportamento desviante	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	2	2%
Mau trato físico	0	2	0	0	0	0	0	1	0	3	3	3%
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	2	1	0	0	1	0	0	0	3	1	4	5%
Negligência	5	3	2	2	1	1	0	0	8	6	14	16%
Outras situações de perigo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1%
Prática de facto qualificado pela lei penal como crime	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1%
Privação de relações afetivas e contactos sociais	2	1	1	1	0	0	0	0	3	2	5	6%
Violência doméstica	2	8	4	5	0	2	1	0	7	15	22	25%
Total	14	17	10	11	7	6	11	12	42	46	88	100%

Fonte: CPCJ de VRSA

Dos processos reabertos e instaurados pela primeira vez em 2011, quase todos dizem respeito

a crianças que vivem com a família biológica, embora exista uma grande heterogeneidade nos tipos de agregados em causa, conforme mostra o Quadro 16.9 Com efeito, 26% das crianças vivem em famílias nucleares e a mesma percentagem vive com família monoparental feminina, verificando-se ainda um número significativo de famílias reconstituídas.

Quadro 16.9: Caracterização familiar

Tipologia do agregado	Crianças e jovens	
	Nº	%
Família nuclear	29	26%
Família monoparental masculina	2	2%
Família Monoparental feminina	29	26%
Família com mais de um núcleo	11	10%
Família reconstituída	20	18%
Desconhecido	19	17%
Total	110	100%

Fonte: CPCJ de VRSA

Por fim, no que concerne aos processos arquivados em 2011, constata-se que em 35% dos casos o arquivamento se deveu à extinção da situação de perigo (maioritariamente por intervenção da comissão) e que 13% foram remetidos a tribunal, por retirada de consentimento para a intervenção. O Quadro 16.10 apresenta detalhadamente os motivos que estiveram na base do arquivamento dos 97 processos em causa.

Quadro 16.10: Motivo de arquivamento dos processos

Motivo	Processos	
	N.º	%
A Situação de Perigo já não se confirma	7	7%
A Situação de Perigo já não subsiste	34	35%
Abertura de Processo indevidamente por Informação incorreta na sinalização	1	1%
Cessaçao da Medida - Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste	4	4%
Cessaçao da Medida - O jovem atingiu a maioridade ou completou 21 anos	1	1%
Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude	7	7%
O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos	1	1%
Por ter passado a residir fora do território nacional	4	4%
Remessa de Processo a Tribunal - Ausência de Consentimento para Intervenção	11	11%
Remessa de Processo a Tribunal - Indisponibilidade de Meios para Aplicar / Executar a Medida	2	2%
Remessa de Processo a Tribunal - Não Cumprimento Reiterado do Acordo de Promoção e Proteção	4	4%
Remessa de Processo a Tribunal - Retirada de Consentimento para Intervenção	13	13%
Remessa de Processo a Tribunal - Sinalização a Tribunal Competente	8	8%
Total	97	100%

Fonte: CPCJ de VRSA

17. Famílias

No sentido de apoiar as famílias carenciadas, a autarquia lançou duas iniciativas, o Cartão da Família e a Tarifa familiar da água, que proporcionam uma redução nos encargos com a utilização de um conjunto de serviços públicos, no primeiro caso, e com o consumo doméstico de água, em particular, no segundo.

• Cartão da Família

No que concerne ao Cartão da Família, está disponível desde Dezembro de 2007 e destina-se a famílias em situação de carência económica com residência permanente. Este apoio social está disponível em três classes: Ouro, Prata e Bronze.

O objetivo é facilitar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social a determinados bens e serviços, alargando os instrumentos que possam diminuir as situações de carência e ajudar a inverter tendências de exclusão.

Deste modo, de acordo com o novo regulamento, a classe Ouro será atribuída a agregados cujo rendimento mensal per capita seja igual ou inferior a 65 % do salário mínimo nacional (SMN); a classe Prata, aos agregados com rendimento mensal per capita igual ou inferior a 80 % do SMN e a classe Bronze às famílias com rendimento mensal per capita igual ou inferior ao valor do SMN.

Quanto aos benefícios, o Cartão Família Ouro proporciona acesso à tarifa social nas tarifas fixas de abastecimento de água, resíduos sólidos e saneamento básico; desconto no valor de utilização de equipamentos municipais, nestes se compreendendo, designadamente, as piscinas municipais, equipamentos desportivos, de recreio e lazer, espetáculos culturais, desde que organizados diretamente pela Câmara Municipal, cuja utilização ou participação esteja sujeita a pagamento; redução de 40 % nos custos das taxas e licenças municipais; acesso a cuidados de natureza assistencial ou de saúde que venham a ser disponibilizados pela Câmara Municipal diretamente ou em articulação com terceiros, de carácter público, institucional ou privado, nos termos do presente regulamento; comparticipação de 50 %, sobre a parte não comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde, na medicação adquirida mediante receita médica; em função dos tratamentos necessários poderá a Câmara Municipal comparticipar nos custos de transporte, ou garantir forma de o facilitar, desde que o paciente se tenha de deslocar num raio superior a 50 km.

O Cartão da Família — Classe Prata, atribui aos seus titulares os seguintes benefícios, por agregado familiar: acesso à tarifa social nas tarifas fixas de abastecimento de água, resíduos sólidos e saneamento básico; desconto no valor de utilização de equipamentos municipais, nestes se compreendendo, designadamente, as piscinas municipais, equipamentos desportivos, de recreio e lazer, espetáculos culturais, desde que organizados diretamente pela Câmara Municipal, cuja utilização ou participação esteja sujeita a pagamento; redução de 20 % nos custos das taxas e licenças municipais; acesso a cuidados de natureza assistencial ou de saúde que venham a ser disponibilizados pela Câmara Municipal diretamente ou em articulação com terceiros, de carácter público, institucional ou privado, nos termos do presente regulamento; comparticipação de 20 %, sobre a parte não comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde, na medicação adquirida mediante receita médica; em função dos tratamentos necessários poderá a Câmara Municipal comparticipar nos custos de transporte, ou garantir forma de o facilitar, desde que o paciente se tenha de deslocar num raio superior a 50 km.

O Cartão da Família — Classe Bronze, disponibiliza aos seus titulares os seguintes benefícios, por agregado familiar: acesso à tarifa social nas tarifas fixas de abastecimento de água, resíduos sólidos e saneamento básico; desconto no valor de utilização de equipamentos municipais, neste se compreendendo, designadamente, as piscinas municipais, equipamentos desportivos, de recreio e lazer, espetáculos culturais, desde que organizados diretamente pela Câmara Municipal, cuja utilização ou participação esteja sujeita a pagamento; acesso a consultas/tratamentos de estomatologia suportados financeiramente pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, mediante relatório técnico fundamentado realizado pelos serviços competentes da Câmara Municipal, que comprove a urgência da necessidade de acesso aos mesmos, sendo o mesmo sujeito à decisão do Presidente da Câmara Municipal.

Durante os anos de 2011 e 2012 foram atribuídos, respetivamente, 335 e 330 Cartões de Família, sendo a classe de ouro claramente predominante (Quadro 17.1).

Quadro 17.1: Distribuição por classes e anos

Classe	2011	2012
Ouro	264	262
Prata	36	33
Bronze	20	19
Indeferidos	15	16
Total	335	330

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Tanto em 2011 como em 2012, maioria dos Cartões da Família foi atribuída a agregados residentes em Vila Real de Santo António (Quadro 17.2).

No ano de 2012 verificou-se uma diminuição significativa dos cartões atribuídos a agregados de Vila Nova de Cacela relativamente ao ano anterior (58 contra 72) e um ligeiro aumento dos cartões atribuídos às outras freguesias.

Quadro 17.2: Distribuição por freguesia

Freguesia	2011	2012
Vila Real de Santo António	192	196
Monte Gordo	71	76
Vila Nova de Cacela	72	58
Total	335	330

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

» Tarifa Familiar da Água

Com o objetivo de reduzir os custos com o consumo de água, despenalizando a existência de um elevado número de utentes por habitação, a autarquia dispõe de um tarifário específico destinado às famílias com 5 ou mais elementos (Quadro 17.3).

Quadro 17.3: Tarifário familiar da água

Escalação (m ³)	Agregado familiar				
	5 elementos	6 elementos	7 elementos	8 elementos	≥ 9 elementos
1.º Escalão	9	12	16	19	23
2.º Escalão	19	22	26	29	33
3.º Escalão	>19	>22	>26	>29	>33

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Em 2011 e 2012 deram entrada na autarquia um total de 63 candidaturas à Tarifa Familiar da Água, representando os agregados familiares com 5 elementos os que mais procuraram usufruir deste apoio (Quadro 17.4)

Quadro 17.4: Distribuição por nº de Elementos do Agregado Familiar

Nº de elementos do agregado familiar	Nº de agregados		
	2011	2012	Total
5 elementos	15	24	39
6 elementos	6	10	16
7 elementos	1	4	5
8 elementos	1	0	1
9 elementos	2	0	2
Total	25	38	63

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

18. Idosos – Casa do Avô

No quadro das políticas sociais que tem vindo a definir para o município, o Executivo tem demonstrado particular preocupação com a terceira idade. Assim, foram implementadas várias iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida dos idosos, das quais se destaca a Casa do Avô. Este é um espaço inovador, particularmente destinado à integração da população residente com mais de 65 anos de idade. A Casa do Avô tem como finalidade tratar, apoiar e acompanhar os utentes com eficiência, promovendo a sua satisfação, respeitando a respetiva dignidade e favorecendo a melhoria contínua da qualidade de vida.

Este espaço constitui um importante apoio formal que os utentes recebem no sentido de colmatar a ausência de relacionamento pessoal e social.

A relação de ajuda com o utente não tem como objetivo mudar o seu estilo de vida nem levá-lo a fingir que se adapta. Consiste sim, em ajudá-lo a aceitar-se tal como é, a conhecer todas as suas capacidades e limitações e a fazer os ajustes/adaptações necessários para atingir um nível mais alto possível de autonomia e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Tendo em conta estes objetivos, a Casa do Avô dispõe de um serviço multidisciplinar, onde integram especialistas das seguintes áreas: animação sociocultural, serviço social, psicologia, educação física e medicina. Os utentes contam também com aulas ministradas pelos formadores da UTL, nomeadamente Cidadania e Mundo Atual, Informática, Alfabetização, Artes Decorativas e Yoga, cujas sessões são realizadas nas instalações da própria Casa do Avô.

A Casa do Avô dispõe atualmente de dois polos: um em Vila Real de Santo António com 30 utentes e outro em Monte Gordo com 34.

Quadro 18.1: Utentes da Casa do Avô por zona de residência em 2012

Casa do Avô	Zona de Residência	N.º Utentes	%
Casa do Avô de VRSA	VRSA	24	80%
	Hortas	8	20%
Sub-total		30	100%
Casa do Avô de Monte Gordo	Monte Gordo	21	62%
	Aldeia Nova	3	9%
	V.N.Cacela	10	29%
Sub-total		34	100%
Total		64	

Fonte: Casa do Avô

De acordo com os resultados obtidos, relativamente à Casa do Avô de VRSA, verifica-se que a maioria dos utentes, 80%, são residentes em Vila Real de Santo António e apenas 20% residentes nas Hortas.

No que concerne à Casa do Avô de Monte Gordo, a zona de residência mais representativa é Monte Gordo com 62%, segue-se Vila Nova de Cacela com 29% e com apenas 8,8% Aldeia Nova.

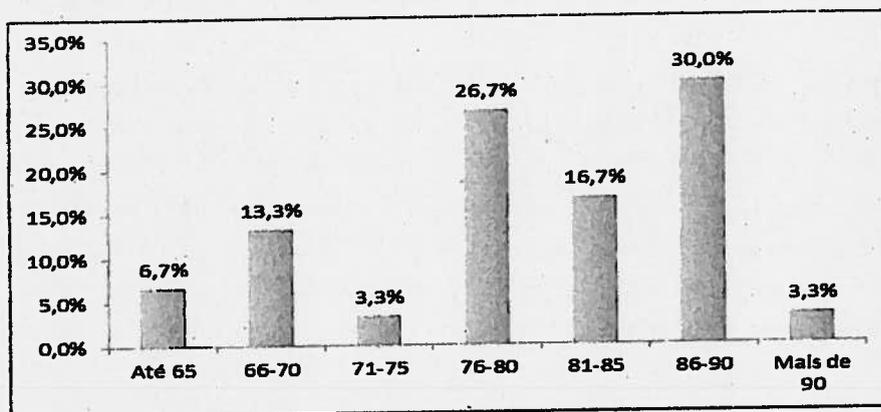
Quadro 18.2: Utentes da Casa do Avô segundo o género em 2012

Casa do Avô	Masculino	Feminino	Total
Utentes da Casa do Avô de VRSA	73%	27%	100%
Utentes da Casa do Avô de Monte Gordo	71%	29%	100%

Fonte: Casa do Avô de Monte Gordo

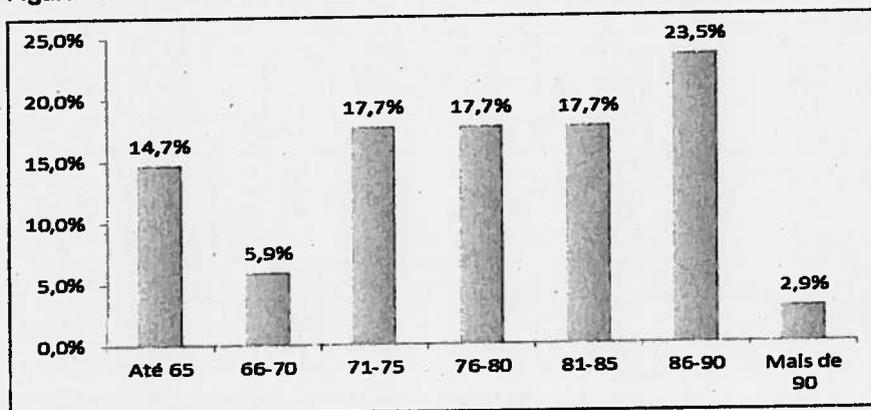
A análise efetuada segundo o género revela que, em ambas as Casas, o sexo feminino é o mais representativo com 73% em VRSA e 71% em Monte Gordo. O sexo masculino é representando na Casa de VRSA por apenas 27% e em Monte Gordo por 29%.

Figura 18.1: Utentes da Casa do Avô VRSA segundo os grupos etários



Fonte: Casa do Avô de VRSA

Figura 18.2: Utentes da Casa do Avô de Monte Gordo segundo os grupos etários



Fonte: Casa do Avô de Monte Gordo

A análise por grupos etários permite constatar que 30% dos utentes da Casa do Avô de VRSA tem idades entre os 86 e 90 anos de idade, seguindo-se o grupo dos 76 e 80 anos de idade com 26,67% e com 16,67% verifica-se o grupo etário dos 81 e 85 anos de idade. Até aos 65 anos verifica-se 6,67% dos utentes e equiparados com 3,33% encontram-se dois grupos etários entre os 71 e 75 anos e mais de 90 anos de idade.

Os utentes da Casa do Avô de Monte Gordo com idades compreendidas entre 86 e 90 anos são os mais representativos com 23,53%, equiparados estão os grupos etários dos 71 e 75 anos, 76 e 80 anos e 81 e 85 anos com 17,65 %, segue-se com 14,70 % o grupo com idades até aos 65 anos. Com 5,88 % verifica-se o grupo dos 66 e 70 anos e com mais de 90 anos de

idade encontram-se apenas 2,94 %.

Em ambas as Casas, pode verificar-se que os utentes com idades compreendidas entre 86 e 90 anos de idade assumem um peso considerável. Já aqueles, cuja idade é superior a 90 anos, se encontram em minoria.

A média de idades é de 79,8 anos na Casa do Avô de VRSA e 77,1 anos na Casa do Avô de Monte Gordo.

Cartão VRSA Social

Outro dos apoios de que beneficiam os idosos, considerados, à semelhança das famílias carenciadas, um dos grupos sociais mais vulneráveis, é o Cartão VRSA Social, através do qual podem usufruir de benefícios ou reduções de taxas na utilização dos serviços públicos locais, disponível através do Regulamento Municipal em vigor desde 23 de Janeiro de 2008, com as respetivas alterações e Declaração de Retificação nº 426/2010 de 03 de Março de 2010.

O Cartão VRSA Social destina-se aos munícipes com 60 anos ou mais, e proporciona-lhes um amplo leque de benefícios, nomeadamente: descontos na utilização dos equipamentos municipais (piscinas, ...) e em espetáculos culturais, desportivos, etc.; redução nas tarifas de abastecimento de água, recolha de RSU e águas residuais domésticas; redução do custo da ligação domiciliária de água, e outros benefícios sociais como comparticipação dos medicamentos adquirida mediante receita médica (na parte não comparticipada pelo SNS).

O Cartão está disponível em 3 classes (A, B e C), que são atribuídas em função dos rendimentos do requerente, sendo a classe A atribuída aos idosos com rendimentos relativamente mais elevados e a classe C aos idosos mais carenciados.

Entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2012 a autarquia emitiu um total de 229 Cartões VRSA social, dos quais 122 em 2011 e 107 em 2012. O Quadro 18.3 apresenta o número de cartões emitidos em cada um dos anos, por classe assim como o total de indeferidos.

Quadro 18.3: Cartões VRSA Social emitidos

Classe	2011	2012
A	29	31
B	66	59
C	16	11
Indeferidos	11	6
Total	122	107

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

O Quadro 18.4 desagrega os cartões atribuídos por freguesia durante o mesmo período.

Quadro 18.4: Cartões VRSA Social emitidos por Freguesia

Freguesia	2011	2012
Vila Real de Santo António	45	39
Monte Gordo	27	23
Vila Nova de Caceia	50	45
Total	122	107

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

ETAI – Equipa de Trabalho e Apoio ao Idoso

A necessidade de definir uma estratégia de intervenção para identificar e prevenir situações de isolamento ou de carências sociais da população idosa de Vila Real de Santo António levou à criação de uma equipa de trabalho local designada por ETAI (Equipa de Trabalho e Apoio ao Idoso) em Fevereiro de 2012.

Esta equipa, composta por representantes da Câmara Municipal, Centro de Saúde, GNR, Juntas de Freguesia, PSP e Segurança Social, tinha como primeiro objetivo realizar o levantamento dos idosos que se encontram sozinhos, sem rede de apoio familiar ou de vizinhança e/ou com necessidades específicas da idade, nomeadamente carências a nível afetivo, social, económico e de saúde, situações consideradas de risco perante a vulnerabilidade a que se encontram sujeitos.

A intervenção do ETAI teve como base um trabalho de campo destinado a preencher uma Ficha de Registo dos idosos já identificados nos distintos serviços do concelho, e tinha em vista o reconhecimento e sinalização dos idosos que pudessem encontrar-se em alguma das situações de risco acima referidas.

Estas visitas proporcionaram o conhecimento de outro tipo de situações que não se encontravam sinalizadas pelos serviços e que não constituindo no imediato uma preocupação, serviram para que se identificassem os idosos que num futuro não muito longínquo venham a necessitar de algum acompanhamento ou encaminhamento.

Recenseamento aos idosos: resultados e ensinamentos

No período de Março a Junho de 2012, foram recenseados 478 idosos dos quais 298 (62,4%) são mulheres (Quadro 18.5).

Por outro lado, a análise por grupo etário, mostra que mais de metade dos idosos (51,5%) tem uma idade compreendida entre 70 e 79 anos, seguindo-se o grupo etário dos idosos cuja idade se situa entre os 80 e os 89 anos.

Quadro 18.5: População idosa por sexo e grupo etário

Grupo etário	Masculino	Feminino	Total	
	Nº	Nº	Nº	%
60 a 69 anos	18	49	67	14,0%
70 a 79 anos	92	154	246	51,5%
80 a 89 anos	64	86	150	31,4%
≥ 90 anos	6	9	15	3,1%
Total	180	298	478	100,0%

Fonte: Recenseamento da ETAI

Finalmente, constata-se que quase metade dos recenseados (48,3%) reside na freguesia de VRSA distribuindo-se os restantes em número comparável pelas outras duas freguesias.

Quadro 18.6: População idosa recenseada por freguesia de residência

Freguesia	Total	
	Nº	%
VRSA	231	48,3%
Monte Gordo	129	27,0%
Vila Nova de Cacela	118	24,7%
Total	478	100,0%

Fonte: Recenseamento da ETAI

No decorrer do recenseamento e perante as situações apresentadas nas reuniões da ETAI realizadas durante o ano, foi possível verificar que até ao momento não foram detetadas situações de idosos em elevada vulnerabilidade social, já que a grande maioria dos idosos beneficia de um grande suporte a nível familiar e de vizinhança. São poucos aqueles que beneficiam do apoio Institucional e os que o têm preferem recorrer a valências que lhes permitam manter-se nas suas próprias casas uma vez terminado o apoio (09h às 17h).

Assim, salvo algumas exceções, a vulnerabilidade a que os idosos podem estar sujeitos é de nível baixo e provém em boa medida de condicionantes relativas à idade (questões de saúde) assim como da probabilidade de virem a sofrer algum episódio associado à segurança.

Também foi possível constatar que muitos idosos se encontram bastante informados relativamente à questão das burlas, tipo de crime muito comum nesta faixa etária, e que por isso são bastante reticentes no contacto com estranhos.

Finalmente, apesar do avançado da idade, foi possível verificar a boa forma física e mental de alguns dos idosos recenseados, com as condicionantes próprias desta faixa etária obviamente, mas que não obstante lhes tem permitido realizar a sua vida quotidiana.

Propostas de intervenção

Pelo que foi possível observar durante o período em que o recenseamento decorreu, considera-se que a questão da terceira idade é algo que não pode deixar ninguém indiferente e que deverá por isso procurar envolver e responsabilizar todos os agentes da sociedade civil, pois julga-se que os problemas apenas se poderão amenizar ou resolver com o envolvimento de todos.

A intervenção pretendida não pode surgir de forma alguma como a solução milagrosa dos problemas que muitos dos idosos sentem, sejam eles ao nível da solidão, saúde ou da segurança, julga-se que neste campo deve-se partir para uma atitude de sensatez na mitigação das carências destes idosos e conseqüente integração destes no meio social atual como alguém que apesar da idade, não se encontra no fim da linha da vida e que ainda pode com certeza dar muito de si.

Para isso é possível contar com as distintas atividades que as instituições existentes no concelho têm ao dispor para este tipo de população como forma de os poderem manter em contacto com a comunidade, de mente aberta e ocupada com dinamismos lúdico-pedagógicas que os afastem de um envelhecimento precoce. É o caso das atividades realizadas através do Centro de Saúde de VRSA, a AKIVIDA, as Casas do Avô de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e a atividade desportiva proposta pela Divisão de Desporto e Saúde da Autarquia, nomeadamente através das caminhadas.

O objetivo do apoio aqui preconizado, também não pode ser entendido e levado ao extremo do assistencialismo, pois a validade deste trabalho passará sobretudo em proporcionar aos nossos idosos a possibilidade de poderem dispor de maior qualidade de vida durante muito mais tempo e isso implicará que os nossos seniores possam continuar a ser pessoas ativas.

Para isso será fundamental fomentar a criação de uma bolsa de voluntários que realizem o levantamento dos idosos que se possam encontrar em situação de vulnerabilidade social e conseqüentemente os possam acompanhar e encaminhar para os serviços existentes no concelho.

No âmbito do voluntariado pode-se ainda tentar mobilizar os alunos do Curso de Animação sociocultural da Escola Secundária de VRSA para este tipo de trabalho.

Poderão ainda ser envolvidos nesta dinâmica os Escuteiros, os Bombeiros, a Proteção Civil e as Sociedades Vicentinas das Igrejas de Vila Real de Santo António e de Monte Gordo, os quais para além de poderem indicar algumas situações de risco podem ainda fazer o acompanhamento e/ou encaminhamento de determinadas situações, o que já acontece.

A sociedade civil poderá e terá com certeza uma palavra a dizer relativamente a este assunto pelo que deverá ser mobilizada no sentido de junto do seu meio de intervenção, procurar detetar as situações de idosos em situação de vulnerabilidade. Para este efeito seria conveniente apostar na divulgação desta ação através dos meios de comunicação local, nomeadamente jornais, rádio e no próprio site da Câmara Municipal. Essa divulgação poderá constar num convite à população a ajudar-nos a saber quantos são, quem são e do que necessitam os idosos em situação de risco (sejam eles um vizinho da sua rua, prédio ou bairro). A forma de comunicar cada uma dessas situações pode ser na Junta de Freguesia ou através de uma linha telefónica gratuita criada especificamente para o efeito.

Deverá ser aproveitado todo o trabalho já realizado pelas entidades policiais do concelho, nomeadamente pela GNR e PSP através do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade – PIPP, de forma a evitar sobrecarregar os idosos com novos registos da sua situação.

A preocupação neste levantamento deve-se centrar sobretudo na integração dos idosos nas estruturas de apoio já existentes no concelho, se esse for o seu desejo, o que não significa que essa integração deva ser total e com o conseqüente abandono da sua casa, mas deve-se centrar principalmente na implicação da família no bem-estar dos seus familiares, pois esta responsabilização não deve ser descurada. O objetivo é que as pessoas possam manter-se ativas, em comunicação com os outros e tenham à sua disposição todos os mecanismos de apoio existentes.

19. Pessoas com deficiência

A qualidade de vida e as oportunidades das pessoas designadas por pessoas portadoras de deficiência refletem não só as condições gerais de vida e as políticas socioeconômicas que têm caracterizado as diferentes épocas ao longo da história, como também as representações e construções sociais que vigoram acerca da deficiência.

Em termos culturais, sociológicos e políticos, o problema da deficiência não diverge em muito dos problemas que se têm colocado em relação ao gênero, à cor da pele ou à discriminação de certas minorias de que a história está repleta de exemplos, a não ser na forma particular, como até certa altura, as próprias pessoas com deficiências e as suas famílias viviam aquela idiosincrasia como sendo uma fatalidade e com algum sentimento de culpa associado.

O intenso e alargado movimento social que tem sido levado a cabo, assim como as diversas iniciativas em favor do valor da pessoa e dos direitos humanos, do respeito pela diversidade, da luta contra a discriminação, o progressivo avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos e da investigação, bem como a crescente consciência social e responsabilidade política e a progressiva participação das pessoas com deficiência em muito têm contribuído para que profundas mudanças se tenham processado nas últimas décadas.

Porém, o efetivo bem-estar e o pleno exercício dos seus direitos continua longe de ser uma realidade, persistindo uma imagem desvalorizada e desvalorizante das pessoas que vivem com diferentes tipos e graus de limitações nas suas atividades.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde "*considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica suscetível de provocar restrições de capacidade, pode estar considerada em situação de desvantagem para o exercício de atividades consideradas normais, tendo em conta a idade, o sexo, e os fatores socioculturais dominantes.*"

A deficiência representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica. Estas perdas ou alterações podem ser temporárias ou permanentes, representando a exteriorização de um estado patológico e, em princípio, refletem perturbações a nível orgânico. Neste sentido, pode-se mencionar que a deficiência pode refletir-se numa incapacidade, ou seja, na restrição ou falta de capacidade para realizar uma atividade dentro dos limites considerados normais para o ser humano.

A expressão "pessoa com deficiência" pode ser atribuída a pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência, nomeadamente de locomoção, perceção, pensamento ou relação social.

Assim, as várias deficiências podem agrupar-se em quatro conjuntos distintos, sendo eles:

- Deficiência visual (perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, com caráter definitivo, não sendo suscetível de ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e/ou tratamento clínico ou cirúrgico).
- Deficiência motora (disfunção física ou motora, a qual poderá ser de caráter congénito ou adquirido; esta disfunção irá afetar o indivíduo, no que diz respeito à mobilidade, à coordenação motora ou à fala. Este tipo de deficiência pode decorrer de lesões neurológicas, neuro-musculares e ortopédicas).

- Deficiência mental (problemas que ocorrem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais).

- Deficiência auditiva (perda parcial ou total da capacidade de ouvir).

O impacto das deficiências físicas é sobretudo importante nas incapacidades relacionadas com aspetos de mobilidade e autonomia, enquanto as deficiências psíquicas e sensoriais produzem impacto sobre as capacidades relacionadas com o comportamento e a comunicação ou seja, as que representam maior relevância no plano de integração social.

Diagnóstico Municipal da Deficiência

Segundo os Censos de 2011, em Portugal existem cerca de 636.059 pessoas com deficiência, numa população residente de 10,3 milhões de indivíduos. Concretamente no município de Vila Real de Santo António, as pessoas portadoras de deficiência correspondem a cerca de 4,5% da população residente.

A tipologia das deficiências e a variedade dos graus de incapacidade provocada por estas tornam a temática da deficiência, num sentido amplo, uma área de intervenção complexa e de difícil abordagem.

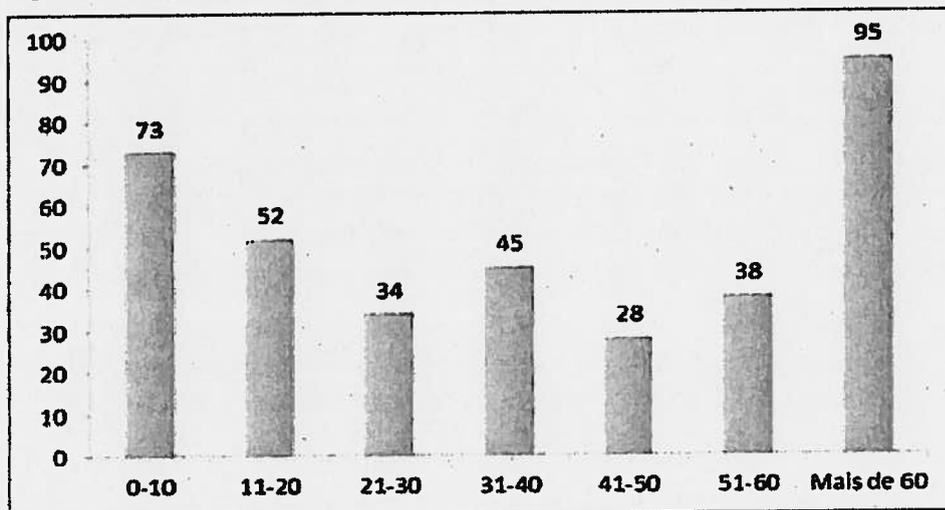
Quadro 19.1: População residente em VRSA portadora de deficiência segundo o género em 2012

	Masculino	Feminino	Total
População portadora de deficiência	62%	38%	100%

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Diagnóstico Social da Deficiência 2012

A maioria das pessoas com deficiência enquadra-se no grupo etário + de 60 anos (95), seguindo-se os escalões dos 0-10 anos (73), dos 11-20 anos (52) e a dos 31-40 anos (45).

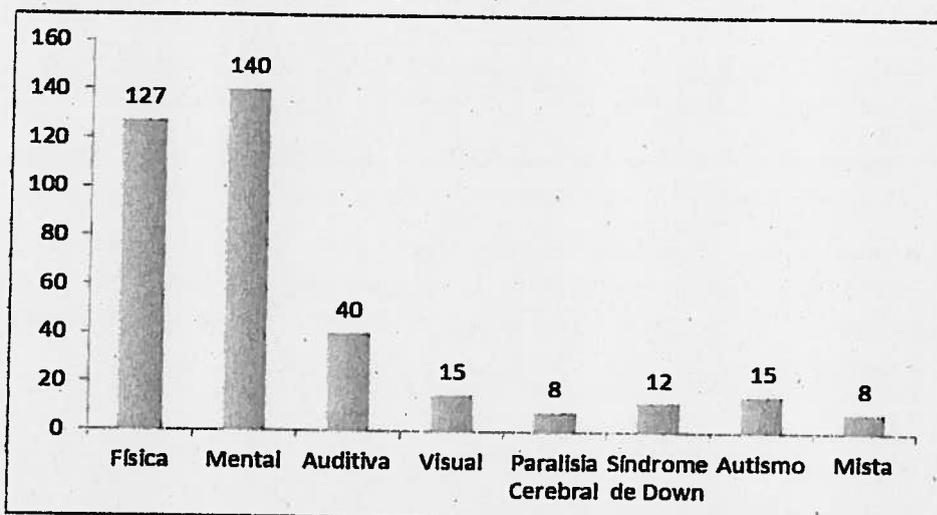
Figura 19.1: População residente em VRSA portadora de deficiência segundo a faixa etária em 2012



Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Diagnóstico Social da Deficiência 2012

Para proceder à análise da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência foram definidos oito tipos de incapacidade, nomeadamente: física, mental, auditiva, visual, paralisia cerebral, síndrome de Down, autismo e deficiência mista (pessoas portadoras de mais do que um tipo de deficiência).

Figura 19.2: População residente segundo o tipo de deficiência



Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

A deficiência mental é a que toma maiores proporções no município, com cerca de 39%, seguindo-se a deficiência física com 35%. A deficiência auditiva atinge os 11% e a deficiência visual e o espectro de autismo cerca de 4%.

• Terapia da Fala

No que concerne à terapia da fala, no âmbito do contrato de prestação de serviços entre a autarquia e o Centro Médico de Reabilitação de VRSA, em vigor desde Abril de 2010, podem beneficiar de sessões os munícipes que vivam em situação de carência económica comprovada e a quem esta necessidade seja atestada por um médico.

Ao abrigo deste contrato, entre Janeiro de 2011 e Março de 2012, frequentaram estas sessões 26 munícipes.

• Transporte da População portadora de Deficiência

A autarquia assegura a viagem entre o município e a instituição, em Tavira, numa carrinha que a própria Fundação Irene Rolo cedeu à Câmara Municipal para o efeito, suportando os custos com combustível e de manutenção da viatura e disponibilizando um motorista.

No entanto, como os lugares disponíveis nesta carrinha se tornaram insuficientes para transportar todos os munícipes que frequentam a Fundação, a autarquia paga aos Bombeiros Voluntários a deslocação diária de 6 pessoas. Os alunos que tenham condições para deslocar-se até à Fundação em transporte público beneficiam de uma comparticipação na aquisição do passe social.

A Câmara Municipal presta, ainda, apoio no pagamento de passes sociais para munícipes com deficiência, oriundos de VRSA, e que frequentem a Fundação Irene Rolo e a ASMAL.

• Projeto "Lazer e Tempos Livres para Cidadãos com Mobilidade Reduzida – Uma Praia para Todos"

Através de um conjunto de ações como lugares de estacionamento gratuito, rampas de acesso, instalações sanitárias adequadas e condições de mobilidade no areal e na água através de veículos próprios (tiraló), pretende-se tornar as praias do município acessíveis às pessoas com

mobllidade condicionada, proporcionando-lhes conforto e fomentando o convívio e a ocupação do tempo livre em condições de segurança e comodidade.

Este projeto funciona atualmente durante a época balnear no concelho de Vila Real de Santo António, nomeadamente nas praias: "Os 3 Pauzinhos", Monte Gordo, Lota e Manta Rota.

Durante a época balnear de 2011 o número de beneficiários desta iniciativa foi de 677 pessoas, predominando os utentes do sexo masculino (54% contra 46% do sexo feminino).

Por outro lado, a análise da distribuição do número de utentes por grupo etário (Quadro 19.2) revela que apesar dos muito jovens (menos de 16 anos) apenas representarem 6% total, o conjunto de beneficiados é ainda assim bastante jovem, pois 62% do total tem uma idade compreendida entre 16 e 45 anos.

Refira-se por último que dos 677 utentes apenas 46 são estrangeiros (29 espanhóis, 14 irlandeses e 3 franceses) sendo os restantes 631 portugueses (93,2%).

Quadro 19.2: Distribuição dos utentes por grupo etário

Grupo etário	Utentes
	%
0 a 15 anos	6%
16 a 30 anos	23%
31 a 45 anos	39%
46 a 60 anos	14%
61 a 75 anos	8%
Total	100%

Fonte:

• Banco de Ajudas Técnicas

Procurando implementar uma política de proximidade às pessoas que mais precisam, através de medidas concretas que lhe permitam caminhar em direção a uma vida mais digna, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António implementou o Banco de Ajudas Técnicas, de acordo com o Regulamento Municipal de Funcionamento do Banco de Ajudas Técnicas do Município de Vila Real de Santo António, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 129 de 7 de Julho de 2011.

O Banco de Ajudas Técnicas do Município de Vila Real de Santo António pretende dar resposta às pessoas cuja situação de saúde imponha a utilização de serviços, produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas de produção especializado, atenuando as dificuldades de mobilidade e facultando uma melhoria de cuidados e qualidade de vida.

O Banco de Ajudas Técnicas do Concelho de Vila Real de Santo António destina -se a todas as pessoas em situação de dependência, residentes no concelho de Vila Real de Santo António e que pertençam a agregados familiares com dificuldades financeiras. Destina-se, ainda, a IPSS's ou Associações, que comprovem a necessidade do equipamento para o melhor funcionamento das valências que possuem.

Os objetivos deste apoio são:

Proporcionar apoio a pessoas em situação de dependência permanente ou temporária, cuja situação de saúde requiera a utilização de ajudas técnicas;

Minorar as dificuldades de mobilidade;

Melhorar os cuidados na dependência de terceiros;

Envolver a família e a comunidade através da doação de material relativo aos cuidados de dependência e/ou mobilidade, cuja utilização deixou de ser uma necessidade.

Entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2012, 9 municípios beneficiaram da atribuição de material, nomeadamente:

6 Cadeiras de Rodas (uma elétrica); 2 Camas articuladas; 2 Suporte para sanita; 1 Mesa/Tabuleiro.

Durante o mesmo período também foi atribuído a 10 entidades um conjunto diversificado de material, nomeadamente:

50 Cadeiras de rodas; 27 andarilhos; 32 almofadas (cadeiras de rodas); 15 cadeiras de banho; 5 camas; 15 tabuleiros; 18 collants elásticos e contornos de meia; 11 cotoveleiras, coxas elásticas e joelheiras; 12 Sandálias e outro calçado; 10 chupetas.

• Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência

Procurando apostar na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiências ou incapacidade e das suas famílias através da promoção da igualdade de oportunidades e da plena participação social e económica, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Instituto Nacional para a Reabilitação estabeleceram um protocolo de cooperação com o objetivo de criar um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD).

O Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD) é um serviço que se propõe prestar às pessoas com deficiências ou incapacidade e suas famílias uma informação acessível, personalizada, global e integrada sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta e fortalecendo as suas capacidades para assumirem, nas respetivas comunidades, os direitos e deveres cívicos inerentes a qualquer cidadão.

Os objetivos do Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD) são:

- Atender os cidadãos com deficiência ou incapacidade e respetivas famílias;
- Prestar informação sobre os direitos, benefícios e recursos existentes;
- Proceder ao seu correto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas, que poderão responder às suas questões;
- Desenvolver e valorizar as parcerias locais para encontrar soluções mais eficazes, que respondam às suas necessidades;
- Divulgar boas práticas de atendimento do cidadão com deficiência ou incapacidade;
- Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local da situação das pessoas com deficiência ou incapacidade, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.

Ao Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD) podem recorrer:

- Pessoas com deficiências ou incapacidade e respetivas famílias;
- Técnicos que intervêm na área da prevenção, reabilitação e integração comunitária das pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Instituições e serviços que desenvolvam qualquer tipo de atividade no domínio da prevenção, habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiências ou incapacidades;
- Qualquer cidadão que necessite de Informação nas áreas referidas.

Para dar a conhecer o SIM-PD foram realizadas diversas campanhas de divulgação, nomeadamente através dos meios de comunicação locais e regionais, flyers e junto das entidades do município.

• Guia de Recursos para Pessoas com Deficiência

Após a realização do Diagnóstico Municipal da Deficiência e tendo em vista facilitar o acesso, em igualdade de oportunidades, à informação, foi elaborado um Guia de Recursos para Pessoas com Deficiência e suas famílias.

O documento desdobra-se em onze capítulos, nomeadamente, referências de base; proteção social/segurança social; saúde, educação; formação e emprego; autarquia; fiscalidade; habitação; produtos de apoio (ajudas técnicas); outras informações; outros apoios.

20. Toxicodependentes e população reclusa

Os apoios da autarquia que visam a população toxicodependente são os seguintes:

- **Comparticipação Financeira no Internamento em Comunidades Terapêuticas**

Este apoio que consiste no encaminhamento e pagamento de internamento em comunidades terapêuticas na parte não comparticipada pelo Instituto da Droga e Toxicodependência – IDT (20%), a municípios com carências económicas, tendo no ano de 2011 apoiado 4 municípios e no ano de 2012 o apoio estendeu-se a mais dois municípios.

- **Transporte:**

São ainda transportados pacientes para os internamentos.

- **Ações de Sensibilização:**

São realizadas sessões de esclarecimento sobre prevenção/consumo de drogas, dirigidas a públicos específicos e em parceria com outras instituições, nomeadamente Escolas, Instituto Segurança Social – núcleo local e Instituto da Toxicodependência. Durante 2011 foram realizadas 2 sessões e em 2012 foram realizadas mais 3 sessões.

No que respeita à população toxicodependente, refira-se também que o Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP. tem em VRSA uma consulta descentralizada, pertencente à Equipa Especializada de Tratamento do Sotavento, sediada em Olhão, cujo início de funcionamento data de 1992, e para a qual desloca semanalmente uma equipa de técnicos constituída por médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social e administrativo, que a asseguram no Centro de Saúde.

São seguidas nesta consulta pessoas com problemas relacionados com dependências de substâncias ilícitas, nomeadamente a heroína, como de substância lícitas, principalmente o álcool, e até dependências sem substância, como os casos de jogo patológico, dependência da internet, entre outras situações.

No ano de 2010, foram realizadas 50 primeiras consultas (o que corresponde a 50 novos utentes) e 4.722 consultas de seguimento, o que corresponde a um total de 4.772 consultas realizadas, tendo-se verificado a existência de 299 utentes ativos. Comparativamente ao ano de 2004, verifica-se um aumento do movimento que corresponde ao acréscimo de 38% em primeiras consultas, 17,5% em consultas de seguimento, 17,7% no total de consultas e 12,7% no total de utentes ativos.

Segundo os dados do IDT, VRSA registou uma taxa de incidência média anual no quinquénio 2006-2010 superior à média algarvia e, além do mais, crescente de ano para ano.

Por fim, em relação à problemática do VIH/SIDA, Toxicodependência, Sexualidade, Sem-abrigo, Imigrantes e Minorias Étnicas, destaca-se o papel do MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida, com sede em Faro. Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública, em funcionamento desde 1992, cujo principal objetivo é a prestação de serviços à comunidade, no âmbito das questões acima mencionadas.

No âmbito da resposta social Equipas de Intervenção direta - Guadiana, regida pelo Acordo de Cooperação, de 01 de Março de 2000, entre a Instituição e o Centro Distrital de Segurança Social, o MAPS interveio no ano de 2011 e primeiro trimestre de 2012 no concelho de Vila Real

de Santo António, através das seguintes Atividades:

- Realização de 3 ações de Sensibilização/Informação na área da Prevenção do consumo de Substâncias Psicoativas, na Escola Secundária de Vila Real de Santo António, envolvendo 17 alunos;
- Realização de 3 ações de Sensibilização/Informação na área da Educação Sexual, na Escola Secundária de Vila Real de Santo António, envolvendo um universo de 42 alunos;
- Intervenção Direta a 35 trabalhadores sexuais, através de apoio na distribuição de 5105 preservativos masculinos e 489 preservativos femininos; no encaminhamento para estruturas de saúde, com um total de 19 encaminhamentos; na realização de 26 ações de educação/sensibilização na área da saúde sexual e reprodutiva e na concretização de 9 apoios

21. Comunidade Cigana

21.1. Mediador municipal

O Município de Vila Real de Santo António integra o Projeto Mediadores Municipais, promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Esta iniciativa teve como principal objetivo promover a melhoria no acesso da comunidade cigana aos serviços e vice-versa, possibilitando uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos serviços, instituições e respostas sociais, com vista à resolução de alguns problemas existentes e, conseqüentemente, uma integração estruturada desta comunidade na nossa sociedade/concelho.

A aprovação da candidatura permitiu criar um novo posto de trabalho, destinado a uma pessoa da comunidade cigana, a qual assegura a realização de diversas atividades dirigidas à comunidade cigana.

Até à presente data foram realizadas diversas ações, nomeadamente:

- Reuniões com entidades parceiras, com vista à apresentação do trabalho a desenvolver pelo mediador e averiguação de necessidades sentidas.
- Acompanhamento de visitas domiciliárias, com o objetivo de adquirir conhecimentos e métodos de intervenção.
- Participação em atividades dinamizadas pela Divisão de Ação Social, com o intuito de adquirir conhecimentos e sensibilizar a comunidade a participar nas atividades.
- Pesquisa sobre conceitos teóricos, que permitem a melhor execução do trabalho de recenseamento a executar com as famílias da comunidade cigana residentes no município.
- Aplicação de instrumento de trabalho – inquérito, com vista à recolha de dados que permitam conhecer e caracterizar as famílias da comunidade cigana residentes no Bairro Social do Encalhe e beneficiárias do Apoio ao Arrendamento Habitacional.
- Frequência em curso de informática, com vista ao enriquecimento pessoal e maior domínio de programas Word, Power Point e Excel.
- Apresentação do livro a História do Ciganinho Chico, para crianças do Projeto Escolhas Vivas e das escolas do concelho.

Em Outubro de 2012 o mediador municipal começou a colaborar com a equipa do Projeto Escolhas Vivas, em diversas atividades, nomeadamente nas áreas de Educação Social, Gabinete Psicossocial e Espaço Cidnet.

Presentemente, verifica-se um aumento de confiança e aposta por parte das entidades parceiras na figura do mediador municipal, o que tem sido verificado através dos contactos estabelecidos por estas entidades para apoio na resolução de casos com famílias da comunidade cigana. Importa no entanto frisar que, a intervenção do mediador passa sobretudo pela sensibilização e descodificação da linguagem utilizada pelas entidades, possibilitando assim uma comunicação mais eficaz.

21.2. Recenseamento da Comunidade Cigana

O recenseamento da comunidade cigana residente no concelho de Vila Real de Santo António surgiu da necessidade de conhecer mais pormenorizadamente esta população, com vista nomeadamente à definição de estratégias e medidas de intervenção que procurem contemplar a integração estruturada desta comunidade na sociedade civil.

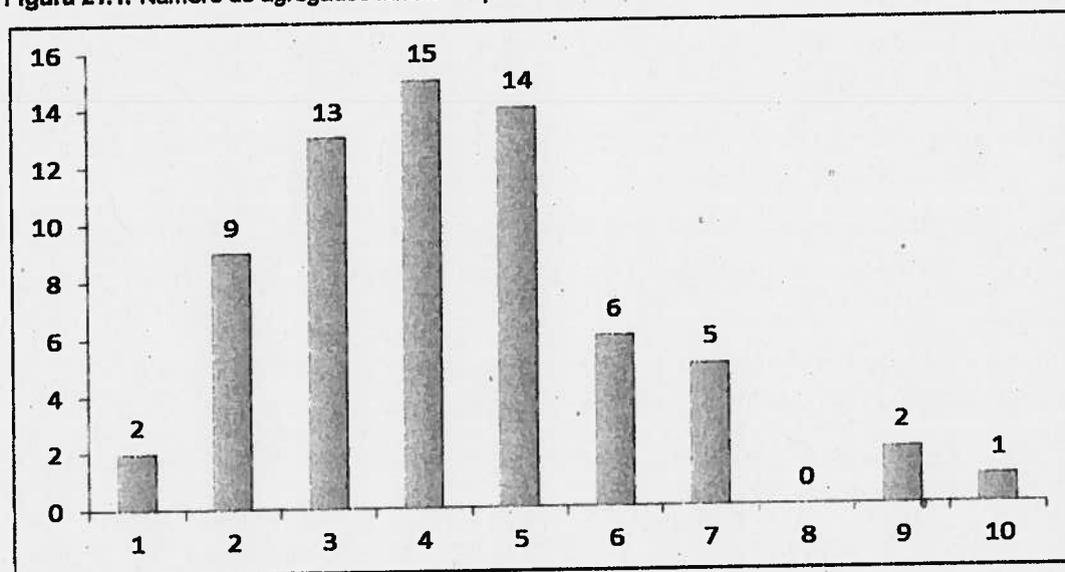
O universo do estudo abrangeu um total de 288 indivíduos repartidos por 67 agregados familiares.

O recenseamento teve por base a realização de um inquérito por questionário que proporcionou um conjunto significativo de resultados, nomeadamente:

A população cigana vila-realense é maioritariamente nativa do concelho (57 dos 67 agregados), está alojada em habitação e é predominantemente constituída por mulheres (53%).

Os agregados compostos por 4, 5 e 3 elementos, são os mais numerosos (22,4%, 20,9% e 19,4%, respetivamente) (Figura 21.1), sendo que as famílias nucleares com filhos constituem também a maioria dos agregados (51%).

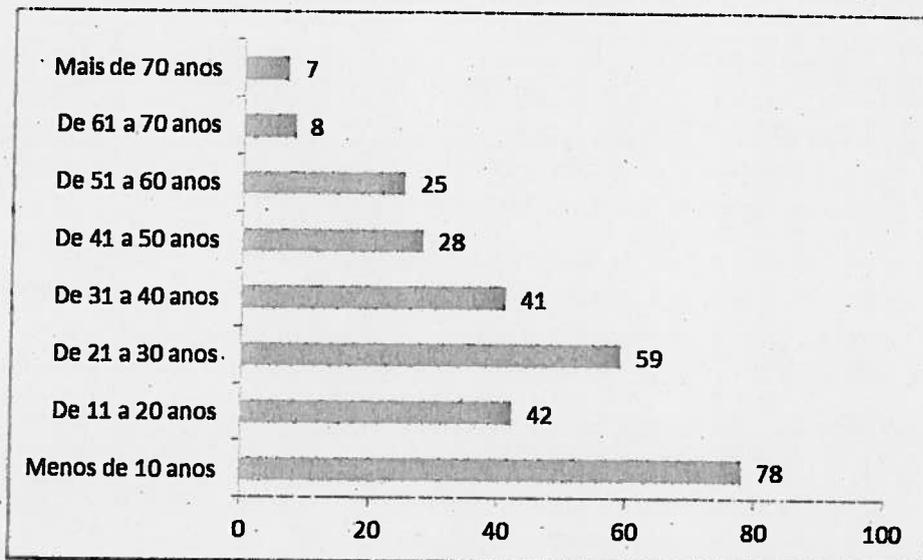
Figura 21.1: Número de agregados familiares por dimensão



Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

A análise da estrutura da população cigana revela que se trata de uma população muito jovem na qual o número de indivíduos até 20 anos representa 41,7% do total e os indivíduos com a idade compreendida entre os 21 e os 60 anos constituem a maioria com 51,3 % do total da população (Figura 21.2).

Figura 21.2: Distribuição da população por grupos etários



Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Existe um muito elevado número de casais em união de fato (160 indivíduos em comparação com os 9 casados com registo), unidos através do casamento dito "natural ou tradicional", assente nas tradições ciganas que tem como principais especificidades, a duração ampla do evento (dois a mais dias) e o convite a todos os membros da comunidade cigana em geral;

O nível de habilitações literárias é baixo, existindo um número de significativo de indivíduos sem qualquer instrução (33 dos 183 inquiridos) ou apenas com o 1.º ciclo (74 indivíduos dos quais 7 com 1.º ciclo incompleto). De algum modo esta situação corresponde à ideia comum no seio da comunidade de que a escola não tem utilidade prática, sendo apenas necessária para aprender a ler, escrever e somar, competências estas adquiridas com o 1.º ciclo.

A análise dos motivos para abandonar o sistema de ensino revela que o principal fator de abandono são as questões culturais/familiares (53 respostas), nomeadamente, o casamento precoce, o medo da convivência entre etnias, a perspectiva de que o jovem deve começar o mais cedo possível a dar um contributo activo para o rendimento familiar, a nomadicidade, entre outros hábitos e costumes desta comunidade.

Significativo foi também o número de respostas que recolheu o factor sem interesse/sem utilidade para explicar o abandono escolar (37 resposta) e o Factor dificuldades financeiras (30 respostas).

Também é frequente a opinião de que a formação profissional tem pouco interesse e utilidade, constatando-se que apenas 5 dos 183 inquiridos possui algum tipo de formação. No entanto o interesse em frequentar uma nova formação é relativamente elevado (37,7% dos inquiridos) e manifesta-se preponderantemente nos indivíduos do sexo feminino que apontam a cozinha e a costura como as áreas de maior interesse.

A taxa de desemprego na população em idade ativa ultrapassa os 60%, valor que é superior ao triplo da taxa de desemprego do município no período em que decorreu o recenseamento. Além disso no conjunto de desempregados a única experiência profissional existente é a da venda ambulante.

Os que estão ativos, por sua vez, têm como atividade predominante a venda ambulante (41 num total de 50), o que se traduz na ausência de um percurso profissional evolutivo. Este perfil dificulta a integração profissional desta comunidade.

Questionados sobre o valor dos seus rendimentos, 48 agregados (19 não responderam) indicaram valores muito baixos, entre 0 e 963 euros mensais, dos quais 37 (77,1%) se situam abaixo dos 500 euros. Independentemente dos valores declarados ficarem aquém dos valores reais, a verdade é que a situação de debilidade financeira é inquestionável.

Quanto a apoios, a comunidade recorre de forma mais significativa a apoios que possam traduzir-se em rendimento, caso concreto da medida de RSI ou de apoio ao arrendamento, e/ou aquisição de habitação. Os apoios de atribuição de bens são encarados com alguma relutância pela comunidade.

Os alojamentos são conseguidos na sua maioria através de medidas/apoios/projetos de cariz social, sendo que não é visível a pretensão de aquisição de habitação própria pelos elementos da comunidade. Os residentes em habitação social da autarquia têm rendas mensais inferiores a 50€, sendo que a maioria tem valores inferiores a 10€/mês.

Na generalidade, os alojamentos apresentam um estado de conservação satisfatório e são providos de infraestruturas (saneamento básico e casa de banho).

A adequação das famílias aos alojamentos revela-se maioritariamente adequada, existindo no entanto dezanove situações de sobrelotação. Estas situações devem-se ao aumento do número de elementos no agregado familiar, sendo importante ressaltar que nesta comunidade quando ocorre casamento, a mulher passa a residir com a família do futuro conjugue, dado que não existe a intenção de adquirir habitação própria.

Toda a comunidade está inscrita no centro de saúde e possui médico de família. Foram conseguidas informações satisfatórias no que respeita ao plano de vacinação.

Finalmente constata-se a ausência de participação da comunidade cigana em ações ou atividades de cariz cívico, sendo também notório o seu desinteresse.

22. Contratos-programa com as instituições do município

No sentido de permitir uma melhor intervenção e articulação dos meios existentes, a autarquia celebra anualmente contratos-programa com algumas instituições do município, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de VRSA, a Associação de Beneficência "Mão Amiga", a Delegação de Vila Real de Santo António da Cruz Vermelha Portuguesa a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, a Associação Sociocultural para o Desenvolvimento da Freguesia de Vila Nova de Cacela "Começar", a Associação "Ginásio de Letras e a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos. O orçamento para estas entidades rondou os 806.506,50€ nos anos de 2010 e 2011, não tendo sido realizados quaisquer contratos-programa durante o ano de 2012.

São estes contratos-programa que permitem dar cobertura a pedidos pontuais de auxílio que chegam aos serviços sociais da Câmara e que não estão abrangidos pelas medidas de ação social implementadas pela autarquia. Nestes casos, as ajudas são prestadas através das IPSS com as quais a autarquia tem estes contratos-programa, e nos quais são, logo à partida, consagradas verbas para este tipo de apoios.

Em paralelo, foi prevista, para 2010, a atribuição de 17.100,00€ em subsídios únicos à Associação dos Cegos e Ambíopes de Portugal – Delegação do Algarve, à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral - Núcleo de Faro, à Paróquia Nossa Senhora das Dores e à Paróquia Nossa Senhora da Encarnação.

23. Outros apoios

23.1. Projeto Alimentar

Considerando o período de carência e exclusão social com que muitas famílias se deparam, foi celebrado entre a Câmara Municipal e dois restaurantes do concelho, um acordo de cooperação para fornecimento de refeições gratuitas a munícipes individuais ou agregados familiares, carenciados de alimentação.

Durante o ano de 2012, sete munícipes carenciados beneficiaram de um total de 262 refeições.

23.2. Protocolo entre a Câmara Municipal de VRSA e a DECO

Em meados de 2011, a Câmara de VRSA assinou um Protocolo de cooperação com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, o qual entrou em vigor no dia 1 de Junho de 2011, tendo estado vigente durante um ano.

Este protocolo visou, por um lado, ajudar as famílias a gerir e poupar os seus recursos económicos de forma mais eficiente, através do recurso a um conjunto de estratégias, fundamentais, para uma boa gestão das finanças pessoais e familiares. E, por outro, ajudou a Câmara Municipal a criar um espaço municipal de apoio e de esclarecimento ao Sobre Endividado, durante a vigência do protocolo, onde foram ajudadas muitas famílias a renegociar as suas dívidas, mediante a intermediação da DECO. Sendo de ressaltar que o suprarreferido possibilitou a emergência de inúmeras situações de pagamento razoáveis e concretizáveis, quer para os devedores (nossos munícipes), quer para as Entidades Credoras.

Pelo exposto, segue no quadro abaixo a estatística referente aos atendimentos agendados e efetivamente realizados, no período de Junho de 2011 a Março de 2012. Importa mencionar que o desfasamento existente deve-se à falta de comparência dos próprios munícipes aos atendimentos previamente agendados com os mesmos.

Quadro: 23.1: Cronograma dos atendimentos realizados em conjunto com a DECO

Data	Atendimentos agendados (Nº)	Atendimentos realizados (Nº)
Junho de 2011	27	16
Julho de 2011	13	9
Agosto de 2011	14	11
Setembro de 2011	16	9
Outubro de 2011	15	8
Novembro de 2011	24	17
Dezembro de 2011	15	10
Janeiro de 2012	13	9
Fevereiro de 2012	12	8
Março de 2012	15	11
Total	164	108

IV - A AÇÃO SOCIAL DO TERCEIRO SETOR

Para além do setor público, através da administração central e local, também o setor cooperativo tem um papel determinante no apoio social e económico aos munícipes com fracos recursos ou em situação de exclusão.

Assim, nesta parte do relatório descreve-se a atividade recente das principais Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do município, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, a Associação de Beneficência Mão Amiga e a Delegação da Cruz Vermelha¹⁴, que tão significativamente contribuem para a promoção da coesão social e da melhoria das condições de vida dos mais carenciados.

Para além das IPSS, dedica-se também um ponto a associações locais que, tendo como suporte o voluntarismo social, local e comunitário, e substituindo, nalguns casos, o próprio Estado, desenvolvem várias iniciativas no sentido de apoiar os mais desfavorecidos e de manter as tradições do município, nomeadamente "A Manta", a Associação "Começar", a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos e a Associação de Pescadores de Pesca Artesanal de Monte Gordo.

Para além destas associações, de cariz mais social, existe em Vila Real de Santo António um vasto leque de associações culturais, recreativas e desportivas que também serão apresentadas neste diagnóstico, pelo papel que desempenham na promoção da cultura e do desporto.

¹⁴ Em rigor, a Cruz Vermelha é uma instituição humanitária não governamental, embora aqui se equipare a IPSS.

24. IPSS e Associações Locais

24.1. Respostas sociais em VRSA: uma visão de conjunto

As IPSS asseguram a oferta de respostas sociais¹⁵ no município. Essa oferta consiste, atualmente, em 10 equipamentos distintos que prestam um total de 17 respostas sociais.

O Quadro 24.1 apresenta a repartição dessas respostas por área de intervenção e o número de equipamentos.

Da leitura do Quadro 24.1 constatamos que perto de 60% das respostas sociais existentes em Vila Real de Santo António são dirigidas aos idosos.

Quadro 24.1: Equipamentos e respostas sociais

Área de intervenção	Respostas sociais		Equipamentos
	N.º	%	N.º
Infância e juventude	4	23,5%	3
Família e comunidade	3	17,7%	2
População idosa	10	58,8%	5
Total	17	100%	10

Fonte: MTSS, Carta Social 2013

No que diz respeito à localização dos equipamentos, o Quadro 24.2 mostra que a cidade de Vila Real de Santo António concentra a grande maioria destes equipamentos, absorvendo 76% da oferta total existente no município.

Por fim, o Quadro 24.3 apresenta em detalhe as respostas sociais existentes em cada freguesia, segundo a população a que se dirigem. Constata-se que em Vila Nova de Cacela, a freguesia mais envelhecida do município, com 20% da população com pelo menos 65 anos, as três respostas sociais existentes são precisamente dirigidas a esta camada da população. Constata-se ainda que também em Vila Real de Santo António as respostas sociais à terceira idade representam cerca de metade das existentes.

Em anexo constam as fichas de identificação de cada um destes equipamentos sociais, com informação física da instituição, natureza jurídica, horário, capacidade e utentes atuais.

Uma vez apresentado um quadro-resumo da oferta social existente no município, nos pontos seguintes descreve-se mais detalhadamente a atividade da Santa Casa da Misericórdia, da Associação de Beneficência Mão Amiga e da Delegação da Cruz Vermelha, entidades que asseguram as respostas sociais referidas.

Quadro 24.2: Distribuição geográfica das respostas sociais

Freguesia	Respostas sociais		Equipamentos
	N.º	%	N.º
Monte Gordo	1	6%	1
Vila Nova de Cacela	3	18%	1
Vila Real de Santo António	13	76%	8
Município	17	100%	10

Fonte: MTSS, Carta Social 2013

¹⁵ Resposta social (ou valência): resposta de ação social dada, direta ou indiretamente, às carências sociais.

Quadro 24.3: Distribuição geográfica das respostas sociais

População-alvo	Tipologia	Freguesia			Município
		Monte Gordo	Vila Nova Cacela	VRSA	
Infância e juventude	Creche	1		1	2
	Centro de Atividades de Tempos Livres			1	1
	Centro de Acolhimento Temporário			1	1
Família e comunidade	Atendimento/Acompanhamento Social			1	1
	Refeitório/Cantina Social			1	1
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA			1	1
População idosa	Apoio Domiciliário Integrado			1	1
	Centro de dia		1	2	3
	Lar de Idosos		1	1	2
	Serviço de Apoio Domiciliário		1	3	4
Total		1	3	13	17

Fonte: MTSS, Carta Social 2013

24.2. Santa Casa da Misericórdia

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António foi fundada a 5 de Maio de 1928. Desde a sua criação, e até Abril de 1976, a ação da Santa Casa cingia-se à prestação de cuidados de saúde no Hospital Marquês de Pombal. No entanto, nessa data o Hospital passou a integrar a rede nacional de equipamentos de saúde pública e, com esta reestruturação, a instituição ficou privada de qualquer atuação.

Assim, para evitar a sua dissolução, a solução encontrada foi a integração do Centro Social Nossa Senhora da Encarnação, sediado na Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António, na Santa Casa da Misericórdia.

Deste modo, em 1976, o Jardim-de-infância "A Borboleta" passou a ser tutelado por esta instituição, e em Julho de 1978 foi inaugurado o primeiro Centro de Dia do Algarve, o Centro de Dia de Vila Real de Santo António.

Anos mais tarde, em 1987, a Santa Casa da Misericórdia criou o seu primeiro equipamento fora da sede de conceiho, com a abertura do Centro Infantil "A Cegonha" na freguesia de Monte Gordo.

1990 foi o ano de inauguração do Centro Infantil "A Borboleta", com valências de creche e jardim-de-infância, e que, mais tarde, passou também a albergar o Centro de Atividades de Tempos Livres "Arco-Iris", entretanto extinto.

No ano seguinte foi inaugurado o Lar de Idosos Dr. Alonso Vasquez, também com valência de Centro de Dia, e no final da década o Centro de Acolhimento Temporário "Gente Pequena".

Mais recentemente foram inaugurados a Unidade Residencial para Portadores de VIH, em 2001, o Lar de Idosos Dr. José Colaço Fernandes (em 2003), e, em 2007, a Unidade de Cuidados Continuados.

Deste modo, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António (SCM de VRSA) dispõe atualmente de 8 equipamentos sociais no município, que, distribuídos pelas três freguesias, visam colmatar as necessidades de apoio social de todos os grupos da população.

No Quadro 24.4 listam-se esses equipamentos segundo a população-alvo a que se dirigem, indicando-se ainda a sua localização.

Nestes 8 equipamentos funcionam atualmente 15 valências distintas, cuja data de criação se apresenta no Quadro 24.5.

Ao todo, nos vários equipamentos, na sede da instituição e na casa mortuária trabalham mais de duas centenas de pessoas, entre pessoal técnico (educadoras de infância, técnicos de serviço social e de intervenção comunitária, psicólogos, enfermeiros), administrativo e auxiliar. No Quadro 24.6 apresenta-se o pessoal ao serviço por equipamento no 1.º trimestre de 2012.

Quadro 24.4: Equipamentos sociais da SCM de VRSA

População-alvo	Equipamento	Freguesia
Infância	Centro Infantil A Borboleta	VRSA
	Centro Infantil A Cegonha	Monte Gordo
	Centro de Acolhimento Temporário "Gente Pequena"	VRSA
Idosos	Lar de Idosos Dr. Alonso Vasquez	VRSA
	Lar de Idosos Dr. José Colaço Fernandes	Vila Nova de Cacela
	Centro de Dia de Vila Real de Santo António	VRSA
Situação de dependência	Unidade de Cuidados Continuados	VRSA
Portadores de VIH	Unidade Residencial para Portadores de VIH	VRSA

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de VRSA.

Quadro 24.5: Valências dos equipamentos da SCM de VRSA

População-alvo	Equipamento	Valência	Data de criação
Infância	Centro Infantil A Borboleta	Creche	Dez-90
		Jardim-de-infância	Fev-75
	Centro Infantil A Cegonha	Creche	Jan-87
		Jardim-de-Infância	Jan-87
	Centro de Acolhimento "Gente Pequena"	Centro de Acolhimento Temporário	Mar-99
Idosos	Lar de Idosos Dr. Alonso Vasquez	Lar de Idosos	Abr-91
		Centro de Dia	Abr-91
	Lar de Idosos Dr. José Colaço Fernandes	Lar de Idosos	Jun-03
		Centro de Dia	Jun-03
		Apoio Domiciliário	Jun-03
	Centro de Dia de Vila Real de Santo António	Centro de Dia	Jul-72
		Apoio Domiciliário	Jul-78
		Apoio Domiciliário Integrado	Dez-86
Situação de dependência	Unidade de Cuidados Continuados	Unidade de Cuidados Continuados	Fev-07
Portadores de VIH	Unidade Residencial para Portadores de VIH	Unidade Residencial	Abr-01

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

No que concerne à lotação dos equipamentos, os dados disponibilizados pela SCM de VRSA, relativos ao primeiro trimestre de 2012, mostram que a capacidade instalada não está totalmente ocupada nalguns equipamentos e que apenas na creche de Santo António o número de utentes excede (e em larga medida) a capacidade disponível. O Quadro 24.7 apresenta, para cada valência, a capacidade e a lotação atual, indicando-se ainda se está atualmente sub ou sobrelotada.

Quadro 24.6. Pessoal ao serviço por equipamento em 2012

Equipamento	Nº Trabalhadores
Sede	10
Creche de Santo António	43
Jardim de Infância "A Borboleta"	22
Centro Infantil "A Cegonha"	23
Centro de Acolhimento "Gente Pequena"	21
Lar de Idosos Dr. Alonso Vasquez	33
Lar de Idosos Dr. José Colaço Fernandes	31
Centro de Dia de Vía Real de Santo António	28
Unidade de Cuidados Continuados	19
Casa Mortuária	1
Unidade Residencial para Portadores VIH	1
Total	232

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de VRSA, 2012

Quadro 24.7. Capacidade e utentes dos equipamentos da Santa Casa de Misericórdia de VRSA

População Alvo	Equipamento	Valência	Capacidade	Utentes	Lotação
Infância	Creche de Santo António	Creche	50	162	112
	Jardim de infância A Borboleta	Jardim Infância	100	100	0
	Centro Infantil A Cegonha	Creche	48	48	0
		Jardim Infância	74	48	-26
	Centro de Acolhimento Gente Pequena	Centro Acolhim. Temporário	20	20	0
Idosos	Lar Idosos Dr. Alonso Vasquez	Lar Idosos	56	56	0
		Centro de Dia	8	4	-4
	Lar Idosos Dr. José Colaço Fernandes	Lar Idosos	36	36	0
		Centro de Dia	20	16	-4
		Apoio Domiciliário	18	15	-3
	Centro de Dia de VRSA	Centro de Dia	80	35	-45
		Apoio Domiciliário	40	26	-14
		Apoio Domiciliár. Integrado	10	10	0
Situação de dependência	Unidade de Cuidados Continuados	Unid. Cuidados Continuados	18	18	0
Portadores de VIH	Unidade Residencial Portadores de VIH	Unidade Residencial	6	6	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de VRSA, 2012

A informação relativa à lotação dos equipamentos em anos anteriores traduz um acréscimo no número de utentes em grande parte das valências. O Quadro 24.8 apresenta o número de utentes em 2007, 2009, 2011 e no 1.º trimestre de 2012 e a variação ocorrida entre 2009 e 2012.

Quadro 24.8: Evolução do número de utentes dos equipamentos da SCM de VRSA

População Alvo	Equipamento	Valência	2007	2009	2011	2012	Varição 2009-2012
Infância	Creche de Santo António	Creche	x	x	104	162	162
	Jardim de infância A Borboleta	Creche	x	x	58	x	
		Jardim infância	102	77	79	100	-23
	Centro infantil A Cegonha	Creche	48	46	48	48	2
		Jardim infância	72	74	63	48	-26
Centro de Acolhim. Gente Pequena	Centro Acolhimento Temporário	21	19	20	20	1	
Idosos	Lar Idosos Dr. Alonso Vasquez	Lar Idosos	58	58	56	56	-2
		Centro de Dia	5	4	6	4	0
	Lar Idosos Dr. José Colaço Fernandes	Lar Idosos	38	37	38	36	-1
		Centro de Dia	9	8	6	16	8
		Apoio Domiciliário	17	17	17	15	-2
	Centro de Dia de VRSA	Centro de Dia	63	45	39	35	-10
		Apoio Domiciliário	40	38	37	26	-12
		Apoio Domiciliário Integrado	10	4	8	10	6
Situação de dependência	Unidade de Cuidados Continuados	Unidade Cuidados Continuados	18	18	18	18	0
Portadores de VIH	Unidade Residencial Portadores de VIH	Unidade Residencial	5	5	6	6	1

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de VRSA, 2012

24.3. Associação de Beneficência "Mão Amiga"

A Associação de Beneficência "Mão Amiga" é uma IPSS que tem como objetivo o exercício da caridade sob todas as formas possíveis, sem distinção de raça, sexo, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso (artigo 2.º dos Estatutos).

De acordo com o mesmo artigo, para realização dos seus objetivos, a Associação propõe-se criar e manter:

- A confeção de refeições para pessoas carenciadas (desde crianças a idosos);
- ações nas áreas da higiene, saúde, educação e formação moral;
- ações de ocupação de tempos livres;
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- A curto prazo, a criação de um centro de acolhimento temporário para os sem-abrigo;
- A médio prazo, a criação de um Infantário/ATL para crianças desprotegidas/carenciadas.

A Mão Amiga foi constituída por escritura notarial em Novembro de 1996 e desenvolveu precariamente as suas atividades até Julho de 1997. A partir dessa data, com o contributo da ARS Algarve, que cedeu as atuais instalações da Instituição, inauguradas a 26 de Julho de 1997, a associação começou a trabalhar em pleno, podendo assim atender mais utentes e prestar-lhes o apoio previsto nos Estatutos.

Deste modo, aquando da sua fundação, a Instituição apolava apenas utentes com grave carência económica, nomeadamente: famílias ou indivíduos sem qualquer forma rendimento proveniente de trabalho ou de apoios da Segurança Social; famílias cujos elementos de suporte se encontrassem desempregados; indivíduos ou famílias oriundas de outras regiões que se deslocassem a Vila Real de Santo António sem qualquer suporte económico e familiar; pessoas isoladas, sem laços de família, vizinhança, sem habitação ou emprego e pessoas com problemas de saúde graves que as colocassem em situação de dependência.

Atualmente, a situação é diferente, já que um significativo número dos utentes que se dirige à Associação possui rendimentos provenientes de pensões, "biscates" e trabalho precário ou é apoiado pela Segurança Social através do RSI ou de subsídios eventuais da ação social. A maioria dos utentes vive numa habitação com as mínimas condições, excetuando alguns casos de pessoas que vivem num quarto ou numa habitação degradada e pequena.

A Associação presta, atualmente, quatro tipos de serviços aos seus utentes: SAD, refeitório social (respostas sociais para as quais existe um acordo com a Segurança Social), entrega de refeições ao domicílio e atribuição de cabazes mensais de géneros alimentícios.

No que diz respeito ao SAD, trata-se de uma resposta mais vocacionada para idosos, mas que também apola população com deficiência, e para o qual a Instituição tem acordo para 18 utentes. Para além da distribuição das refeições ao domicílio (almoço e jantar), este serviço contempla a higiene pessoal dos beneficiários, o tratamento de roupas (lavar/passar a ferro), a higiene habitacional (uma ou duas vezes por semana) e até pequenas compras.

Relativamente ao refeitório social, a Mão Amiga fornece diariamente o almoço e lanche.

Ainda no âmbito deste apoio, há pessoas a quem as refeições são entregues em casa. Apesar

de o acordo com a Segurança Social contemplar apenas o almoço e o lanche, a ajuda de beneméritos permite que se forneça também o jantar em casos pontuais de comprovada grave carência económica, e que se envie, quinzenal ou mensalmente, um cabaz de bens alimentares para o pequeno-almoço.

Aos utentes do refeitório social que não possuem condições mínimas de habitabilidade, a instituição assegura o tratamento de roupas e fornece senhas para utilização do balneário público, cedidas pela Câmara Municipal, bem como os necessários produtos de higiene (champô, gel de banho, etc.)

Para o refeitório social, o acordo com a Segurança Social contempla 100 pessoas. Dele beneficiam pessoas de todas as idades, havendo um grupo significativo de pessoas sem base familiar (alcoólicos e toxicodependentes).

Em ambos os serviços a capacidade instalada está plenamente preenchida, ou seja, beneficiam do SAD 18 pessoas e do refeitório social uma centena. A grande maioria dos beneficiários é residente na freguesia de Vila Real de Santo António.

A Mão Amiga apola ainda pessoas carenciadas encaminhadas pela autarquia (nomeadamente pela AGARRA, conforme se referiu no Capítulo 14), fornecendo-lhes géneros alimentícios para confeccionarem as suas refeições em casa. São casos da chamada "fome envergonhada" a que a Instituição tenta dar resposta.

Atualmente, trabalham na Instituição 12 pessoas.

24.4. Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de VRSA

Para levar a cabo a sua missão, a Delegação assegura a abertura diária das suas instalações, com horário normal de trabalho, e desenvolve uma ativa campanha de angariação de sócios e de criação de uma bolsa de voluntários no âmbito da saúde e apoio social. Estimula, aliás, o voluntariado jovem, com projetos destinados aos mais novos.

A concretização dos objetivos definidos para a Delegação implica a realização de um conjunto de iniciativas, estipuladas numa base anual no Plano de Atividades da Instituição, e que incidem essencialmente nas vertentes de ação social e saúde.

No âmbito da saúde, a Delegação efetua parcerias com as mais diversas Instituições (Centro de Saúde, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal de VRSA, Associações, PSP, CNAD e CPCJ) para promover as seguintes atividades:

- Realização de Colóquios (prevenção do cancro da mama, deficiência mental, consequências do sono, toxicodependência e alcoolismo, doenças cardíacas, obesidade, doença bipolar).
- Rastreios à população (medição da tensão arterial, medição dos níveis de glicemia, colesterol e triglicéridos, rastreio da visão à população carenciada).
- Consultas médicas, de acupuntura e de psicologia (Clínica Geral, Psicologia Clínica e Educacional, Acupuntura para carenciados, Enfermagem).
- Apoio a eventos desportivos e culturais (Semana Europeia da Mobilidade, Mundialito e Nacionalito de Futebol, torneios desportivos de diversas modalidades, outros eventos culturais e desportivos).
- Apoio aos Postos de Praia dos municípios de VRSA e Castro Marim (Monte Gordo, Manta Rota, Altura, Retur e Praia Verde).

No campo da ação social, as principais Ações desenvolvidas em 2009 (e algumas também em anos anteriores) foram as seguintes:

- Candidatura ao Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) para os municípios de Vila Real de Santo António e Castro Marim.
- Atividades de ajuda à comunidade (recolha de alimentos junto dos supermercados locais e com o apoio do Banco Alimentar do Algarve, distribuição de roupa, angariação e distribuição de mobiliário, banco de brinquedos).
- CLAI e GIP Imigrante (atendimento e encaminhamento de casos, ajuda na procura e encaminhamento para emprego, promoção da integração dos cidadãos imigrantes, Cursos de Alfabetização de Língua Portuguesa para estrangeiros, cursos de línguas (russo, etc.) para crianças filhas de imigrantes, divulgação de culturas diferentes através de manifestações socioculturais, desenvolvimento de iniciativas no âmbito do associativismo junto dos imigrantes, comemoração de dias festivos (Natal, Páscoa, etc.), apoio social para imigrantes carenciados, reuniões entre CLAI do Algarve).
- Protocolo com escolas do município e IEFP (para integração de estagiários dos diversos cursos, para Atividades conjuntas no âmbito do social e da saúde, para divulgação da Delegação da Cruz Vermelha de VRSA).
- Protocolo com a CNAD (abertura de Núcleo de Serviço de Informação e Mediação para pessoas com Deficiência da CNAD).

- Voluntariado Jovem (Projeto “Copos quem decide és tu” – prevenção do álcool nos jovens, Projeto “A Brincar descobre como te Alimentar” – prevenção dos maus hábitos alimentares nas crianças e jovens).

A Delegação da Cruz Vermelha de VRSA dispõe de um conjunto de novos serviços:

- Serviço de Enfermagem

Desde 01 de Fevereiro de 2012 que está a funcionar um gabinete de enfermagem nas instalações da Delegação da CVP de VRSA, onde se realizam avaliações de tensão arterial; Glicémia capilar (Diabetes); Colesterol; Triglicéridos, e se fazem pensos e ministram Injetáveis. Além das referidas técnicas, realizam-se outros cuidados de Enfermagem que podem incluir deslocações ao domicílio.

- Transporte de Utentes para consultas, tratamentos e outros - “CVP em Movimento”

A fim de alargar o trabalho na vertente da ação social, a Delegação de Vila Real de Santo António iniciou em Maio de 2011 um serviço de apoio à Comunidade que consiste no transporte e acompanhamento de utentes a consultas, tratamentos ou outras deslocações que se verifiquem necessárias.

Esta atividade integra-se no Projeto “CVP em movimento” através do qual se pretende dar resposta a situações de isolamento, dependência ou solidão.

O objetivo é ir ao encontro de quem necessite de uma companhia, proporcionando-lhe apoio e uma melhor qualidade de vida. Trata-se de um transporte personalizado de utentes que se tenham de deslocar no município de VRSA ou fora dele. Desde Maio de 2011 já se realizou o transporte a 94 utentes.

Indicadores da atividade da Delegação da Cruz Vermelha de VRSA

Apesar da multiplicidade de atividades de cariz social desenvolvidas por esta Delegação da Cruz Vermelha, apenas serão objeto de análise os dados relativos ao PCCAC, ao CLAII e ao GIP.

- PCAAC - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

O PCAAC é uma ação promovida todos os anos pela Comissão Europeia e executada pelos Estados-membros. Tem como objetivo distribuir produtos alimentares às pessoas mais carenciadas da UE, utilizando, para tal, as existências de intervenção de vários produtos agrícolas no âmbito da aplicação da PAC e as resultantes do objetivo de redução das existências a um nível normal. O tipo de produtos alimentares a distribuir depende, por isso, dos produtos provenientes destes tipos de existências.

Para participar no Programa, Portugal informa a Comissão Europeia, até dia 15 de Fevereiro de cada ano, do seu interesse, cabendo depois à Comissão adotar o plano anual de distribuição desses produtos.

Podem ser beneficiários do PCAAC todas as famílias/pessoas e Instituições/utentes cuja situação de dependência social e financeira seja reconhecida com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados em 1996¹⁶. Entre Janeiro de 2011 e Março de 2012 o programa abrangeu 396 pessoas que compõem 165 agregados familiares com baixos rendimentos no município. O apoio concedido a estas famílias consiste na entrega, duas vezes por ano, dos bens alimentares que a Comissão Europeia definiu para esse ano.

¹⁶ Despacho de 06/02/96 do então Secretário de Estado da Inserção Social.

• CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

Os CLAI são espaços de acolhimento, Informação e apoio descentralizado que têm como missão proporcionar aos imigrantes respostas locais articuladas ao nível necessidades de acolhimento e integração e ajudar a responder às questões e problemas que se lhes colocam.

O CLAI de VRSA foi inaugurado em Junho de 2006 e constitui-se por uma parceria entre a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de VRSA, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural.

Ao longo de 2012 foram apoiados no CLAI de VRSA 357 imigrantes.

• GIP - Gabinete de Inserção Profissional

Os GIP foram criados pela Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro. São estruturas de apoio ao emprego que, em estreita relação com os Centros de Emprego, prestam apoio a jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Em 2012 foram atendidos e encaminhados para emprego e para ações de formação no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional 907 utentes.

• Banco Alimentar Contra a Fome - Algarve

Foram apoiadas 267 pessoas pertencentes a 100 famílias.

• Apoio aos Postos de Enfermagem de Praia (época balnear de 2012):

Presença nos municípios de VRSA e Castro Marim (praias de Monte Gordo, Manta Rota, Santo António e Praia Verde), onde foram atendidos 2200 utentes.

• Serviço de Enfermagem

Desde 01 de Fevereiro de 2012 que está a funcionar um gabinete de enfermagem nas instalações da Delegação da CVP de VRSA que realiza serviços de avaliação de tensão arterial; Glicémia capilar (Diabetes); colesterol e triglicéridos, Pensos e Injetáveis. Além dos referidos, realizamos outros cuidados de Enfermagem que podem incluir deslocações ao domicílio.

• Transporte de Utes para consultas, tratamentos e outros "CVP em Movimento"

A fim de alargar o trabalho na vertente da ação social, a Delegação de Vila Real de Santo António iniciou em Maio de 2011 um serviço de apoio à Comunidade: o transporte e acompanhamento de utentes a consultas, tratamentos ou outras deslocações que se verifiquem necessárias.

Esta atividade integra-se no projeto "CVP em movimento" através do qual se pretende dar resposta a situações de isolamento, dependência ou solidão, esperando-se assim ir ao encontro de quem necessita uma companhia, proporcionando-lhe apoio e uma melhor qualidade de vida.

Trata-se de um transporte personalizado de utentes que se tenham de deslocar no concelho de VRSA ou fora dele. Ao longo de 2012, foi realizado o transporte de 148 utentes.

24.5. As associações locais

• Associação "A Manta"

A Associação "A Manta", fundada em 1997, tem como área de intervenção a freguesia de Vila Nova de Cacela, onde está sediada.

É uma instituição de caráter cívico, beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos, que tem dois objetivos principais: primeiro, prestar apoio aos grupos mais vulneráveis da população, nomeadamente crianças, jovens, toxicodependentes, idosos, e a todas as pessoas em situação de carência económica ou exclusão social; segundo, desenvolver Atividades destinadas à preservação da identidade cultural, histórica e ambiental da freguesia.

Fazem parte da associação cerca de uma centena de colaboradores. A partir deste ano de 2010 "A Manta" passará a ter sócios inscritos.

Ao longo do ano de 2009, a Associação "A Manta" desenvolveu as seguintes Atividades: 2009 Marcha Passelo a nível regional; balles todos os 15 dias; balles de Carnaval (3 balles); balles dos Santos Populares; balles da Maia; decoração alusiva a qualquer dos eventos realizados; participação no Corso Carnavalesco; participação no Desfile Histórico no dia 13 de Maio; Festas de S. João da Degola; Banho Santo (dia 29 de Agosto); animação sociocultural; exposição etnográfica no Centro de Artes da Manta Rota; Organização do VII Festival de Folclore da Praia da Manta Rota; Rancho Folclórico da Praia da Manta Rota - participação em 4 Festivais nacionais e atuações diversas; 5.º Encontro de Jovens Acordeonistas; montagem de um presépio e árvore de Natal; Festa de Natal para as crianças; entrega de alimentos e roupa às famílias mais carenciadas da freguesia; colaboração no Banco Alimentar contra a Fome (28 e 29 de Maio).

• Associação Começar

A Associação Começar, constituída em 28 de Abril de 2006, nasceu da iniciativa de um grupo de munícipes naturais de Vila Nova de Cacela que, sentindo da parte do Executivo a vontade de apostar no desenvolvimento da freguesia, decidiram unir esforços através da constituição de uma associação que visa promover o desenvolvimento sociocultural da freguesia.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que visa participar e contribuir para o desenvolvimento sociocultural de Vila Nova de Cacela, tendo como prioridade a Intervenção no domínio social. Conta atualmente com cerca de 500 sócios.

Para alcançar os fins a que se propôs, a Associação promove ateliers de tempos livres para as crianças, presta assistência à terceira idade e promove estilos de vida saudáveis, incentivando à prática desportiva em todas as idades.

Para participar nas atividades da Associação basta que um elemento do agregado seja sócio, pagando uma quota mensal de 2€. A impossibilidade de pagamento dessa quota por carência económica não inviabiliza, no entanto, a participação nas Atividades promovidas.

A instituição tem contado, ao longo da sua existência, com o apoio da Autarquia para desenvolver os seus projetos, quer através da atribuição de verbas, quer através de parcerias.

• Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos

A Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPI) de VRSA surgiu após a

Revolução de Abril de 1974 com o propósito de defender os interesses próprios deste SETOR da sociedade, nomeadamente o direito à saúde e o direito a reformas e pensões justas que proporcionem um envelhecimento digno aos que já muito contribuíram para a sociedade de Fevereiro.

Depois de uma existência sem registo notarial, procedeu-se à sua inscrição de jure em 21 de 1979 no Cartório Notarial de VRSA, vindo a ser publicada em Diário da República a 7 de Dezembro de 1979. Para estabelecer a sua sede social, a Associação contou com o apoio do poder local, que concedeu, ad aeternum e de forma absolutamente gratuita, uma dependência do seu edifício na Rua 5 de Outubro e mais tarde na Rua da Princesa.

Tendo como base os objetivos com que foi constituída, as prioridades de ação da ARPI assentam na defesa dos direitos dos idosos, e na promoção de Ações concretas que visam a melhoria da sua qualidade de vida, designadamente encontros, convívios, passelos e debates temáticos. A Associação presta também apoio a reformados e idosos com mobilidade reduzida, e procede à medição da glicemia, do colesterol e da tensão arterial.

As principais atividades da ARPI-VRSA são as seguintes:

- Manutenção da sede de segunda a sexta-feira, proporcionando aos sócios um espaço de convívio com televisão, leitura, pedaleiras, e fornecimento de lanche.
- Realização de colóquios sobre aspetos ligados à saúde, geriatria, prevenção e segurança (em 2009 a ARPI realizou dois colóquios com a participação da PSP).
- Participação no Congresso e Assembleias-Gerais do Movimento Unitário, Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), estrutura de que a ARPI-VRSA é sócia.
- Participação em ações de defesa dos direitos e da dignidade dos reformados, por melhores reformas e pensões e pelo direito aos cuidados de saúde e à sua universalidade e ao medicamento.

Para além destas atividades, a ARPI organiza anualmente um conjunto de lanches (Dia internacional da Mulher, no dia 8 de Março; Dia do Reformado, 1 de Outubro; Páscoa; Sardinhada de Julho na Mata do Camaleão; Concurso das Papas de Milho; Natal e Matinés dançantes com lanche) assim como passelos, dos quais se destacam os seguintes:

Ponta de Sagres, Festa do Avante, Sevilha, Praia Fluvial de Alcoutim, Celebrações do 1.º de Maio em Faro, Mora ao Fluvial e Lisboa (para Ações convocadas pelo MURPI em defesa dos reformados).

A ARPI-VRSA conta atualmente com 655 sócios (580 sócios efetivos e 75 sócios colaboradores) que pagam uma quota simbólica. Estas quotas, apesar de permitirem fazer face a algumas despesas decorrentes da atividade da Associação, são claramente insuficientes para o que a Associação se propõe fazer.

Assim, a principal fonte de financiamento da Associação são os contratos-programa que celebra, todos os anos, com a Câmara Municipal de VRSA.

• Associação de Pescadores de Pesca Artesanal de Monte Gordo

Sendo o município de Vila Real de Santo António uma terra de pescadores, a Associação de Pescadores de Pesca Artesanal de Monte Gordo foi constituída com a finalidade de promover a defesa dos interesses profissionais dos seus associados e de colaborar com eles no âmbito da sua formação profissional e nos aspetos técnicos, económicos e jurídicos.

A Associação promove também atividades culturais e recreativas e presta apoio e assistência à terceira idade.

Para além destas atividades, a Associação tem colaborado com a autarquia na implementação de várias Ações anuais, das quais se destacam a organização da "Festa dos Vizinhos" em Monte Gordo, a Festa da Nossa Senhora das Dores e a Festa de Elevação de Monte Gordo a Vila.

A Associação de Pescadores de Pesca Artesanal de Monte Gordo tem atualmente 38 sócios.

• ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana

A ODIANA é uma Associação de Desenvolvimento Local, sem fins lucrativos, constituída em 2 de Novembro de 1998 pelos Municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

A área de intervenção da ODIANA incide sobre o Baixo Guadiana, mais concretamente sobre os concelhos que têm como elo de ligação o Rio Guadiana (Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António). Com uma localização periférica estratégica, abrange uma área de aproximadamente 940 km², predominantemente de baixa densidade.

A ODIANA tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da região do Baixo Guadiana, tendo vindo ao longo dos anos a desenvolver várias ações e projetos em diversos domínios de atuação: a nível económico, social, cultural, promoção e divulgação territorial, entre outros.

De uma forma geral, os serviços prestados pela ODIANA passam por:

Informação ao público e disponibilização de materiais diversos sobre o território (folhetos, brochuras, publicações, mapas,...).

Elaboração de candidaturas e execução de projetos de cooperação territorial europeia, com diversos países (na alguns destes projetos o Município de VRSA é parceiro, designadamente nos projetos de cooperação transfronteiriça).

Apoio técnico e acompanhamento a potenciais promotores de projetos de desenvolvimento para a região.

Apoio à elaboração de candidaturas ao programa PRODER (para VRSA apenas a freguesia de Vila Nova de Cacela é elegível).

Promoção e divulgação turística da região do Baixo Guadiana, designadamente através da participação em feiras nacionais e internacionais e através do recém-criado "Canal do Baixo Guadiana" (<http://www.lifecooler.com/baixoguadiana/Default.asp>).

Colaboração com os três municípios associados no desenrolar das mais diversas atividades.

Por outro lado, a ODIANA é entidade acreditada pela DGERT, pelo que está habilitada a ministrar formação profissional. Neste sentido, e na sequência da apresentação de uma

candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano, Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, tipologia de Intervenção 8.6.1. – Formação para a Inclusão, a ODIANA levou a cabo 3 ações de formação, em 2010 e 2011:

- Monitor(a) Interprete em Património cultural e natural do Baixo Guadiana;
- Cidadania e Ética Ambiental;
- Monitores de Animação Ambiental.

Estas ações de formação tiveram como público-alvo pessoas com particulares dificuldades no acesso ao sistema de ensino/formação, nomeadamente provenientes de meios particularmente desfavorecidos, famílias pouco estruturadas, com percursos pessoais problemáticos e pertencentes a grupos excluídos e/ou desfavorecidos.

A ODIANA teve também em funcionamento o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), que terminou em Agosto de 2011, que teve como principais objetivos melhorar os níveis de empregabilidade, estimular a reinserção no mercado de trabalho dos cidadãos que se encontrem em situação de precariedade ou desemprego. O Gabinete de Inserção Profissional interveio na procura ativa de emprego, no acompanhamento personalizado dos utentes desempregados, na inserção ou reinserção no mercado de trabalho, na captação de ofertas de emprego junto das entidades empregadoras, na divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação, no encaminhamento para ofertas de qualificação e divulgação e no encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo.

A ODIANA é ainda detentora do mensário Jornal do Baixo Guadiana, desde Abril de 2007. Neste âmbito são organizadas tertúlias mensais, em colaboração com as várias entidades da região, que contam habitualmente com a presença de técnicos/profissionais especializados na área e que procuram instigar a reflexão, envolver e dinamizar a comunidade local.

Ao longo destes anos a ODIANA tem também acolhido estagiários, tanto provenientes do IEFP (estágios profissionais), como da Escola Secundária de VRSA (estágios curriculares).

Por outro lado, a ODIANA desenvolve pontualmente colóquios/seminários sobre as mais diversas temáticas, sempre tendo em vista a promoção e desenvolvimento da região.

• ACRAL

A Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL), foi criada em 1979 e logo no primeiro ano da sua existência obteve a adesão de cerca de 700 novos associados, facto bem demonstrativo da receptividade encontrada junto dos comerciantes.

A ACRAL representa o comércio regional e defende os legítimos direitos dos associados, em todas as matérias que lhes respeitem, quer junto das entidades nacionais e estrangeiras, assim como junto das associações sindicais.

Para além de serviços administrativos (Livro de Reclamações, Placas para Restauração, Cadastro Comercial, Requerimentos, Mapas de Quadro de Pessoal, Preenchimento de impressos diversos, etc.) a ACRAL disponibiliza gratuitamente os seguintes serviços:

- Departamento Jurídico: Apoio aos associados para resolver problemas relacionados com a atividade comercial.
- Departamento de formação Profissional: Implementa projetos de formação profissional para os associados e seus funcionários (Gestão de loja, Vitrinismo, Técnicas de atendimento comercial, Marketing, Higiene e Segurança no trabalho, etc.)

- Departamento de Animação e Projetos Especiais: Desenvolve atividades destinadas à dinamização do comércio.
- Departamento de Imprensa: Funciona como elo de ligação entre a ACRAL e os seus associados e assegura o contacto com a Comunicação Social.

Departamento de Protocolos: Estabelece contactos com as empresas de forma a obter condições mais vantajosas para os associados da ACRAL.

Atividades desenvolvidas em 2012:

- Campanha da Mochila-Cabo Verde (recolha de material escolar, brinquedos e roupa) em Janeiro.
- Art-Home: Exposição de Têxteis Lar e Decoração em VRSA no mês de Maio.
- Apoio à Festa da Conquilha no mês de Julho.
- Organização da Festa do Marisco em Agosto/Setembro.
- Apoio à Aldela de Natal no mês de Dezembro.
- Organização de um Jantar/Debate de empresários com a presença do Presidente da Câmara de VRSA no mês de Dezembro.

(Re) Habilitar

A Associação Ginásio de Letras (AGL) é uma associação sem fins lucrativos de carácter público criada a 14 de Outubro de 2009. Desta surgiu a sua valência (Re)Habilitar, criada com a finalidade de Intervir na população de todas as faixas etárias a nível da prevenção, reabilitação, habilitação, participação, inclusão social, promovendo a sua autonomia e sucesso e ainda apoio familiar de acordo com o diagnóstico de cada utente. Os serviços prestados por esta instituição são os seguintes:

- Apoio educativo extracurricular destinado a crianças com dificuldades escolares.
- Apoio Psicológico, através do Serviço de Psicologia Clínica e Neuropsicologia que realiza a avaliação e intervenção psicológica nas crianças/adolescentes/adultos.
- Terapia da Fala, valência no quadro da qual são desenvolvidas Atividades no âmbito da prevenção, avaliação e tratamento das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita mas também outras formas de comunicação não - verbal.
- Reabilitação Psicomotora, cuja atividade incide não só ao nível da avaliação mas também ao nível da intervenção nos casos em que se justifique.
- Terapia Ocupacional, valência cujos objetivos são a avaliação, tratamento e habilitação de indivíduos com disfunção física, mental, de desenvolvimento, social e outras, utilizando técnicas terapêuticas integradas em Atividades seleccionadas.
- Hipoterapia, método terapêutico e educacional que utiliza os andamentos do cavalo, com o objetivo de desenvolvimento psicossocial recurso para crianças e indivíduos com necessidades educativas especiais, entre eles deficientes físicos, atraso mental, autismo, entre muitas outras patologias.
- .Outras atividades desenvolvidas em 2012

Durante os períodos de férias são também criados programas específicos de Atividades de tempos livres. Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades: Workshop de Doces; Passeio ao Aquashow; Passeio ao Picadeiro.

25. Associações e equipamentos desportivos e recreativos

A participação na vida associativa constitui um desafio para a sociedade atual, cada vez mais fechada no individualismo e sem tempo para a realização do bem comum.

Neste capítulo apresentam-se as principais associações culturais, recreativas e desportivas do município de Vila Real de Santo António. Em relação a todas as outras (de natureza profissional, cívica, económica, ambiental) não podemos deixar de ter em consideração a importância que desempenham na concretização de objetivos de interesse para a comunidade local e para os sócios que as integram.

25.1. Associações desportivas, recreativas e culturais

25.1.1. Clubes desportivos e associações recreativas e culturais existentes em 2012

Segundo a Divisão de Desporto e Saúde da Câmara Municipal de VRSA os clubes existentes em VRSA e as modalidades praticadas na época desportiva 2012/2013 constam do Quadro 25.1.

Quadro 25.1: Clubes existentes em VRSA e as modalidades praticadas na época 2012/2013

Academia de artes marciais do Guadiana	Judo e Jiu-Jitsu
Associação de escolinha de guarda-redes de futebol Luis Rodrigues	Futebol
Associação naval do Guadiana	Veia e canoagem
Casa do Benfica de VRSA	Futsal
Clube de Jiu-Jitsu e modalidades associadas	Judo e Jiu-Jitsu
Clube de ténis de VRSA	Ténis
Clube equestre "os amigos do cavalo"	Atividade Hípicas
Clube náutico do Guadiana	Andebol, Ginástica e Natação
Desportivo sapalense clube	Futsal
Grupo columbófilo cacelense	Columbofilia
Grupo columbófilo do Guadiana	Columbofilia
Grupo desportivo Belra Mar	Futebol
Grupo desportivo da corte António Martins	Atividades Desportivas populares
Grupo desportivo Pícnic	Atletismo e Ping Pong
Juventude Basquetebol clube	Basquetebol
Lusitano futebol clube	Futebol
Moto clube do Guadiana	Atividades Recreativas Motard
Núcleo Juvenil de VRSA	Tiro com arco
Padel clube de VRSA	Padel
Sociedade columbófila hortense	Columbofilia
Taekwondo clube de VRSA	Taekwondo

Fonte: Divisão de Desporto e Saúde da Câmara Municipal de VRSA

Por outro lado, também em 2012 foram inventariadas as seguintes Associações Culturais em Vila Real de Santo António

- Il Ato – Produções Artísticas – Trata-se de uma associação constituída na sua maioria, por jovens amadores, que se dedica ao Teatro, sobretudo na vertente do Teatro-Revista e Teatro

Infantil e que se tem destacado pela crescente qualidade e profissionalismo das produções que apresenta ao público.

- ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela – desenvolve a sua atividade no âmbito de ações específicas de conservação e desenvolvimento através de um conjunto de intervenções na área museológico-interpretativa, tendo em vista a constituição de acervo do futuro Museu da Ria de Cacela, no lançamento de estudos para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de Cacela Velha e através de ações específicas de reabilitação e valorização da Ribeira da Várzea de Cacela, dos Sapais de Cacela Velha e do cordão dunar da Manta Rota/Fábrica.
- Associação de Beneficência “A Manta” da Manta Rota – sediada na freguesia de Vila Nova de Cacela, contribui ativamente para o desenvolvimento da aldeia turística da Manta Rota e da promoção cultural no e do concelho, contando para o efeito com um rancho folclórico e um serviço de apoio de cariz social. Organiza anualmente as “Festas do São João da Degola” de 26 a 29 de Agosto, atraindo milhares de visitantes.
- Associação Cultural de Vila Real de Santo António – tem como principais objetivos a oferta de ocupação de tempos livres aos jovens, a divulgação do artesanato da região algarvia e a formação de jovens músicos. Desta associação fazem parte 2 Ranchos Folclóricos, uma Banda Filarmónica, o “Ritmos do Guadiana” – Grupo de Bombos, o Solus Vox – grupo coral infantil e a organização de Mostras de Artesanato e de Feiras de Velharias. O artesanato algarvio, aliado à doçaria regional e aos espetáculos de animação fazem parte integrante das atividades da Associação Cultural nas diversas Mostras de Artesanato promovidas ao longo do ano.
- Associação Cultural de Dança Espanhola de Vila Real de Santo António – promove a formação na área da dança clássica, tradicional e popular espanhola, divulgando o resultado da aprendizagem através da realização de espetáculos a nível nacional e internacional.
- Associação de Fotógrafos “1/4 Escuro” – esta associação tem como principal objetivo promover, desenvolver e consolidar a fotografia como manifestação de sensibilidade artística na cidade de Vila Real de Santo António e também o de representar o município nas variadíssimas atividades fotográficas que se realizam no exterior, sendo igualmente importante salientar as atividades de apoio e incentivo fotográfico à comunidade escolar.
- Associação “Rosinhas do Sul” de Vila Nova de Cacela – a atividade desta associação tem como objetivo proporcionar às crianças e jovens de Vila Nova de Cacela, atividades de ocupação dos tempos livres, através do teatro e da dança, na freguesia mais rural do concelho;
- Animashow – Associação Cultural e Recreativa – presta formação na área da dança clássica, contemporânea e moderna, divulgando o resultado da aprendizagem através da realização de espetáculos a nível nacional e internacional.
- Boneco Sabichão – Associação Cultural Bónus Frater – desenvolve a atividade no domínio do teatro de fantoches e marionetas, com participação ativa de um número considerável de jovens, divulgando os trabalhos junto das Escolas do 1º ciclo, pré-escolar e infantários.

- Companhia de Teatro “Fech’Ópano” – trabalha essencialmente na formação de jovens atores com cursos de iniciação ao teatro e artes circenses e apresenta-se ao público sobretudo, nos domínios da animação e teatro de rua.
- Confraria do Atum – nasceu em Vila Real de Santo António em 2008 e tem como principais objetivos reavivar a memória de receitas centenárias confeccionadas à base de atum e promover o atum, enquanto espécie piscícola, na vertente histórico-cultural da sua pesca e na diversidade da sua riqueza gastronómica.
- Conservatório Regional de Vila Real de Santo António – surgiu no ano de 2001, sendo um organismo destinado ao Ensino Especializado Artístico e ao acompanhamento de alunos que tenham vocação e motivação para aprender música e dança. Servir a população de Vila Real de Santo António é o seu objetivo, de modo a desenvolver a formação cultural e oferecer maiores alternativas profissionais a todos os interessados. Os cursos ministrados neste Conservatório Regional são homologados pelo Conservatório Nacional de Lisboa e Ministério da Educação.
- O Conservatório dispõe ainda, da Opus Spiritus Orchestra, composta por professores e alunos avançados da Instituição.
- “Glória Futebol Clube” de Vila Real de Santo António – associação concelhia que conta com 93 anos de existência e que integra a única sala de cinema ativa no concelho. Para além do cinema, conta com a formação da Tuna Gente Gira, grupo de música tradicional portuguesa.
- Liga dos Amigos da Galeria Manuel Cabanas – surgiu pela mão de um grupo de amigos e tem por objeto a divulgação da vida e obra do Mestre Manuel Cabanas. Nesse sentido tem vindo a desenvolver atividades cívicas, culturais e científicas, nomeadamente conferências, debates, seminários, exposições, espetáculos e outros eventos.
- Pó de Sonhos – Associação Cultural e Recreativa – Associação de atividades de tempos livres com formação na área da dança e apresentação anual de duas produções.

25.1.2. Descrição das Associações desportivas, recreativas e culturais

Para uma caracterização mais pormenorizada das associações desportivas, recreativas e culturais de VRSA recorreu-se a informação de 2009 por não haver outra mais recente.

Assim, os principais grupos desportivos e recreativos do município são apresentados resumidamente no Quadro 25.2. Apesar de a freguesia de Vila Real de Santo António concentrar a maior parte das associações (16 no total de 24), no conjunto do município verificamos que a oferta de modalidades desportivas é diversificada. Entre as principais modalidades promovidas destaca-se o futebol e a columbofilia.

Ciente da importância das associações na promoção da cultura, do desporto e das artes, a autarquia de Vila Real de Santo António atribui anualmente subsídios às associações locais. Estas solicitam o apoio apresentando o plano de Atividades e a verba distribuída destina-se a fazer face às despesas relacionadas com as Atividades desenvolvidas. No ano 2008/2009 as associações apoiadas foram as identificadas no Quadro 25.3.

Os movimentos ligados ao associativismo desempenham também um papel importante na mobilização dos jovens. No Quadro 25.3 identificam-se os quatro movimentos de associação

juvenil existentes no município.

Quadro 25.2: Grupos desportivos e recreativos do município

Designação	Modalidades	Freguesia
Clube de Ténis de Monte Gordo	Ténis	Monte Gordo
Grupo Desportivo Beira-Mar	Futebol, a nível federativo e recreativo	
Clube de Caça e Pesca Os Unidos	Caça, tiro ao prato e pesca, a nível federativo e recreativo	Vila Nova de Caceia
Associação Desportiva e Cultural da Quinta da Ria	Golfe	
Clube Desportivo e Recreativo de Corte António Martins	Petanca e futsal, a nível federativo e recreativo	
Clube "Os Matarruanos"	Caça e pesca desportiva. Gerem a reserva municipal de caça	
Grupo Columbófilo Caceiense	Columbofilia, a nível federativo	
Sociedade Recreativa Caceiense	Ciclismo, cicloturismo e futsal, petanca e ténis de mesa, a nível federativo	
Academia de Artes Marciais do Guadiana	Judo e Jiu-Jitsu	
Associação Naval do Guadiana	Vela, Canoagem, Pesca desportiva de Mar e Alto Mar, Motonáutica, Jet Ski, atividades Subaquáticas, de Recreio, Campismo e Formação Náutica	Vila Real de Santo António
Clube de Ténis de Vila Real de Santo António	Ténis e padel, a nível federativo e recreativo	
Clube Equestre Amigos do Cavalo	Equitação, a nível recreativo	
Clube Náutico do Guadiana	Andebol e ginástica, a nível federativo e recreativo	
Glória Futebol Clube	Xadrez, a nível federativo	
Grupo Columbófilo do Guadiana	Columbofilia, a nível federativo	
Grupo Desportivo Os Galitos	Cicloturismo, a nível recreativo	
Grupo Desportivo Pic-Nic	Atletismo e ténis de mesa, a nível federativo e recreativo	
Juventude Basquetebol Clube	Basquetebol, a nível federativo e recreativo	
Lusitano Futebol Clube	Futebol, a nível federativo e recreativo	
Moto Clube do Guadiana	Judo e mototurismo, a nível federativo e recreativo	
Núcleo Juvenil de Vila Real de Santo António	Tiro com arco, a nível federativo	
Sapalense Desportivo Clube	Futsal, a nível federativo	
Sociedade Columbófila Hortense	Columbofilia, a nível federativo	
Tae Kwon do Clube Vila Real de Santo António	Tae Kwon Do, a nível federativo e recreativo	

Quadro 25 3: Associações culturais apoiadas pela autarquia, 2008/2009

Designação	Descrição	Freguesia	Verba atribuída
Associação Cultural de Vila Real de S. António	Formação de folclore e música para todas as idades/Promoção do artesanato local e regional.	Vila Real de Santo António	78 000,00 €
Assoc. Cacela Viva	Divulgação da música tradicional portuguesa/Conservação de tradições ligadas a festejos populares.	Vila Nova de Cacela	23 350,00 €
Assoc. Beneficência "A Manta"	Instituição de cariz social e cultural que desenvolve diversas atividades, procurando a integração do povo de Vila Nova de Cacela, promovendo ações de cariz tradicional.	Vila Nova de Cacela	42 675,00 €
Glória Futebol Clube	Para além das atividades desportivas, promove a música tradicional portuguesa e o teatro. Tem a única sala de cinema da freguesia de Vila Real de Santo António.	Vila Real de Santo António	33 146,43 €
Assoc. de Fotógrafos Amadores ¼ Escuro	Constituída por fotógrafos amadores que têm em comum a paixão pela fotografia/Promovem a formação de jovens do 2.º ciclo do município, na área da fotografia.	Vila Real de Santo António	13 450,00 €
Associação Rosinhas do Sul	Grupo de música composto por jovens da freguesia de Vila Nova de Cacela que divulgam a sua aprendizagem nos lares de idosos e festas populares.	Vila Nova de Cacela	5 410,00 €
Associação de Escuteiros Grupo nº 60	Formação de jovens na área do escutismo. Participação em atividades direcionadas para a juventude.	Vila Real de Santo António	7 153,80 €
Associação Cultural Bónus Frater. Boneco Sabichão	Teatro de Marionetas/Divulgação junto das escolas do 1.º ciclo, pré-escolar e infantários do município/Participação ativa dos jovens.	Vila Real de Santo António	56 550,00 €
Associação Cultural de Dança Espanhola	Formação na área de Ballet e dança espanhola. Divulgação da aprendizagem a nível nacional e internacional.	Vila Real de Santo António	25 650,00 €
Sociedade Recreativa Cacelense	Ciclismo, cicloturismo e futsal, petanca e ténis de mesa, a nível federativo	Vila Nova de Cacela	5 500,00 €
Associação Cultural e Recreativa "Animashow"	Formação de jovens na área da dança contemporânea, ballet, hip hop e dança moderna.	Vila Real de Santo António	6 000,00 €
Companhia de Teatro Fech'Ópano	Promoção e divulgação do teatro nas suas mais variadas vertentes/Formação através da escola de teatro e circo.	Vila Real de Santo António	89 525,00 €
Conservatório Regional Vila Real de S. António	Formação profissional de jovens na área da música, canto e dança.	Vila Real de Santo António	80 675,00 €
ADRIP – Assoc. de Defesa e Reabilitação do Património de Cacela	Ações de preservação e reabilitação do património cultural e natural de Cacela.	Vila Nova de Cacela	31 346,45 €
Confraria do Atum	Associação gastronómica algarvia que visa promover e valorizar os produtos do Atum.	Vila Real de Santo António	35 350,00 €
Total		Total	533 781,68 €

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2009

Quadro 25.4: Associativismo Jovem no Município de Vila Real de Santo António

Grupos	Descrição	Freguesia
Rosinhas do Sul (Teatro Juvenil)	Grupo de música que divulga a sua aprendizagem nos lares de idosos e festas populares.	Vila Nova de Cacela
Associação Juvenil "Ganda Cena"	Promoção e colaboração em atividades de âmbito sociocultural e solidariedade social.	Vila Real de Santo António
Núcleo Juvenil de Vila Real de Santo António	Promoção do desporto.	
Associação de Escuteiros de Vila Real de Santo António	Associação educativa para jovens.	

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2009

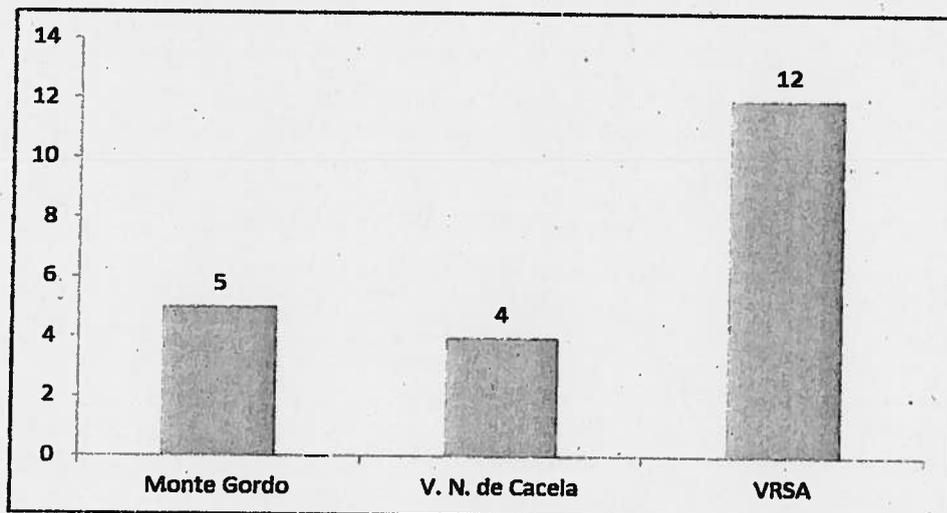
25.2. Equipamentos desportivos, recreativos e culturais

Os equipamentos desportivos e recreativos localizam-se em maior número na freguesia de Vila Real de Santo António (Figura 25.1) e permitem aos seus utilizadores a prática de modalidades diversificadas (Quadro 25.5).

Quanto aos equipamentos culturais (Quadro 25.6) constata-se a sua ausência na freguesia de Monte Gordo. No caso de Vila Nova de Cacela os equipamentos existentes destinam-se à divulgação do património arqueológico, cultural e ambiental da freguesia.

Por último, no Quadro 25.7 estão inscritos as despesas efetuadas por VRSA em Atividades culturais e de desporto no ano de 2011. O total de 2,342 milhões de euros corresponde por inteira à soma das despesas correntes da autarquia pois nesse ano não se registaram despesas de capital nas atividades culturais e de desporto. Grande parte da despesa foi efetuada na área dos Jogos e desportos e as Atividades socioculturais (39,1% e 30,6% da despesa total, respetivamente).

Figura 25.1: Equipamentos desportivos/recreativos por freguesia



Quadro 25.5: Equipamentos desportivos/recreativos do município

Equipamentos	Descrição	Freguesia
Campo de Futebol do Beira-Mar de Monte Gordo	Campo de futebol	Monte Gordo
Clube de Ténis de Monte Gordo	Dois campos de ténis, em piso semi-rápido	
EB2.3 de Monte Gordo	Ginásio e polidesportivo aptos para a prática de basquetebol, andebol, voleibol, futsal e ginástica e para as atividades de enriquecimento curricular para alunos do 1.º ciclo	
Hotel Alcazar	Campo de ténis aberto ao público em geral	
Hotel Apartamentos Dunamar - Health Club	Equipamentos abertos ao público em geral: natação em piscina interior, sala de fitness, musculação e piscina, sauna, jacuzzi e banho turco, massagem parcial e fisioterapia.	
Iberótel	Piscina interior e exterior e ginásio com várias máquinas de fitness	
EB2,3 de Vila Nova de Cacela	Ginásio e polidesportivo aptos para a prática de basquetebol, andebol, voleibol, futsal e ginástica, que podem ser alugados a particulares. Atividades extracurriculares para crianças do 1.º ciclo	Vila Nova de Cacela
EB1 Manuel Cabanas	Um polidesportivo, onde são desenvolvidas atividades físicas e desportivas	
EB1 São João (Manta Rota)	Espaço de recreio, onde são desenvolvidas atividades físicas e desportivas	
Polidesportivo I e II da Manta Rota	Campo de ténis, futsal e mini-basquetebol, ao ar livre	
Quinta da Ria - Empreendimentos do Algarve, SA	Campo de golfe	
Monte Rei Golfe e Country Club	Campo de golfe	
Campo Francisco Gomes Socorro	Campo de futebol	Vila Real de Santo António
Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António	Um dos oito Centros desportivos de Alto Rendimento da IAAF, - Campos do Clube de Ténis de Vila Real de Santo António - Estádio Municipal e infraestruturas adjacentes - Nave Desportiva - Pavilhão Municipal	
Escola Secundária de Vila Real de Santo António	Dois ginásios que podem ser alugados a grupos ou clubes para a prática desportiva. A Escola dispõe de três campos de futebol e futsal, três campos de basquetebol, um campo de voleibol e um campo de corfebol. É possível a prática de andebol, futsal, basquetebol, futebol, corfebol, badmington, voleibol, ginástica, Tae Kwon Do e aeróbica. Atualmente, há atividades regulares de Tae Kwon Do, ginástica de manutenção e aeróbica.	
EB1 São Cristóvão (Hortas)	Espaço de recreio, onde são desenvolvidas atividades físicas e desportivas	
EB1 António Aleixo	Espaço de recreio, onde são desenvolvidas atividades físicas e desportivas	
EB2,3 D. José I	O pavilhão e os campos desportivos podem ser cedidos ou alugados a clubes e grupos particulares. Podem ser praticadas as modalidades de basquetebol, voleibol, futsal, andebol e tiro com arco	
EB1 Prof. Caidela Alexandre (Vila Real de Santo António)	Dois ginásios e um mini campo de jogos	
Ginásio Hortense	Ginásio privado destinado à prática de musculação e cardiofitness	
Ginásio Olympus	Ginásio privado destinado à prática de musculação	
Hotel dos Navegadores	Piscina coberta para a prática de natação, ginásio de fitness e musculação, sauna e banho turco, jacuzzi, squash, massagem e banho escocês.	
Mike's Gym	Ginásio privado destinado à prática de Salsa, Bodydance, Fit-box, Muai-Thai, Lift-Training/Total Training, Gap, Spinning (bicicleta Indoor), Body Combat, Musculação, Cardiofitness	
Piscinas Municipais	As Piscinas Municipais de Vila Real de Santo António são compostas por uma piscina desportiva; uma piscina de recreio e diversão, jacuzzi, sauna, bancada, bar / cafetaria, sala de técnicos, gabinete de imprensa, área de gabinetes, receção, vestiários, balneários, gabinete médico, arrecadação de material e ainda sala de repouso.	
Quartel dos Bombeiros de Vila Real de Santo António	Pavilhão desportivo e piscina exterior, que podem ser cedidos para a prática de modalidades diversas. Atualmente, há atividades regulares de ginástica e kempo.	

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2009

Quadro 25.6: Equipamentos culturais do município de Vila Real de Santo António

Equipamentos	Descrição	Freguesia
Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela	Núcleo científico ativo, interpretativo do território de Cacela que visa potenciar o usufruto dos patrimónios públicos de origens diversas numa perspetiva informativa, museológica, de lazer e turismo. Localiza-se em Santa Rita, pequena aldeia a 4 km de Cacela Velha.	Vila Nova de Cacela
Centro d' Artes da Manta Rota	Espaço de exposições (aberto durante o Verão).	
Centro Cultural António Aleixo	Espaço polivalente constituído por um Centro de Exposições e um Auditório. No Centro de Exposições decorrem exposições de pintura, escultura, arquitetura, fotografia, artesanato, feiras do livro e de docaria, entre outros. No Auditório tem lugar todo o tipo de manifestações nas diversas vertentes artísticas, para além de conferências, seminários, debates, workshops, lançamentos de obras literárias, discográficas, entre outros. Para além das Atividades pontuais, o Centro mantém uma programação semanal regular.	Vila Real de Santo António
Biblioteca Municipal António Vicente Campinas	Tem como principais objetivos estimular o gosto pela leitura, criar condições para a fruição da criação literária, científica e artística, conservar, valorizar e difundir o património escrito, fortalecendo a identidade cultural do município.	
Arquivo Municipal	Este espaço alberga o espólio arquivístico do município de Vila Real de Santo António. É composto por um depósito para acondicionamento de documentos, uma área técnica para tratamento físico e intelectual dos documentos, uma sala de leitura e consulta pública e duas salas de exposições – uma permanente vocacionada para a pesca e Indústria conserveira e outra para exposições temporárias.	
UTL - Universidade dos Tempos Livres	Espaço da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António onde são ministrados cursos de ocupação dos tempos livres e de educação de adultos como forma de desenvolvimento comunitário, traduzindo-se em mais-valias culturais e intelectuais para a comunidade.	

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2009

Quadro 25.7: Despesas da câmara municipal em atividades culturais e de desporto (milhares €)

	Despesa	
	1000€	%
Património	0	0,0%
Publicações e Literatura	177	7,9%
Música	398	17,7%
Artes cénicas	33	1,5%
Atividades socioculturais	688	30,8%
Recintos culturais	15	0,7%
Jogos e desportos	877	38,1%
Outros	158	6,7%
Total	2342	100,0%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve 2011

ANEXO

EQUIPAMENTOS SOCIAIS, DE SAÚDE E EDUCATIVOS

Anos Dourados

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ana Cristina Rosa Salas

Morada: Rua Jacinto José Andrade, n.º 99

Código postal: 8900-313

Telefone: 281542193

Fax: 281541823

Natureza Jurídica: Empresa

Tipo de Serviço	Serviço de Apoio Domiciliário
Área de intervenção	População idosa
Capacidade	40
Utentes	18
Trabalhadores	
Horário	
Data de criação	

Associação de Beneficência Mão Amiga

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Associação de Beneficência Mão Amiga, IPSS

Morada: Rua Dr. João Mateus Abecassis, n.º 9

Código postal: 8900-261

Telefone: 281513508

Fax: 281513507

E-Mail: amiga.associacao@sapo.pt

Natureza Jurídica: Associação de Solidariedade Social

Tipo de Serviço	Serviço de Apoio Domiciliário	Refeitório/ Cantina Social	Atendimento/ Acompanhamento Social
Área de intervenção	População idosa	Família e comunidade	Família e comunidade
Capacidade	18	100	118
Utentes	18	100	118
Trabalhadores	12		
Horário	09:00 - 17:30	09:00 - 18:00	09:30 - 17:30
Data de criação	1996		

Casa do Avô

Freguesia: Vila Real de Santo António e Monte Gordo

Instituição: Sociedade de Gestão Urbana, EM

Morada: Av. Ministro Duarte Pacheco

Código postal: 8900

Telefone: 910890116

Natureza Jurídica: Estado

	Casa do Avô de VRSA	Casa do Avô de Monte Gordo
Área de intervenção	População Idosa	População Idosa
Morada	Praceta da Urbanização Cidade-Mor	Av. da Catalunha
Capacidade	35	35
Utentes	30	34
Trabalhadores	6	5
Horário		9.00 – 18:00
Data de criação	2008	2009

Centro Comunitário de Monte Gordo

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Av. da Catalunha

Código postal: 8900-400

Telefone: 281510720

Fax: 281510729

E-mail: santamisericordia@gmail.com

Natureza Jurídica: Imandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Centro Comunitário
Área de intervenção	Família e Comunidade
Capacidade	45
Utentes	20
Trabalhadores	
Horário	
Data de criação	

Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Urb. das Laranjeiras, Rua Dr. Raul Folques Brito

Código postal: 8900-307

Telefone: 281544126

Fax: 281512224

E-mail: centrodiavrsa@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Centro de Dia	Serviço de Apoio	Apoio Domiciliário
Área de intervenção	População idosa		
Capacidade	40		
Utentes	33		
Trabalhadores	27		
Horário	08:30 - 17:30	08:30 - 17:30	08:30 - 17:30
Data de criação	1972	1978	1996

Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em VRSA

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Cruz Vermelha Portuguesa

Morada: Av. Ministro Duarte Pacheco

Código postal: 8900-211

Telefone: 281541827

Fax: 281541827

E-Mail: dvr Santoantonio@cruzvermelha.org.pt

Natureza Jurídica: Instituição Humanitária Não-governamental

Tipo de Serviço	
Área de intervenção	Todos
Capacidade	Não aplicável
Utentes	Não aplicável
Trabalhadores	5
Horário	9:30 - 12:00 / 14:00 - 17:30
Data de criação	1981

Gente Pequena

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Av. Salgueiro Maia, Apartado 183 - Hortas

Código postal: 8900-265

Telefone: 281510130

Fax: 281510138

E-Mail: cat.gentepequena@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

	Centro de Acolhimento Temporário
Área de intervenção	Infância e juventude
Capacidade	20
Utentes	19
Trabalhadores	21
Horário	23:00 - 23:00
Data de criação	1999

Lar de Idosos Doutor Alonso Vasquez

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Av. Salgueiro Maia, Apartado 183 - Hortas

Código postal: 8900-265

Telefone: 281510130

Fax: 281510138

E-Mail: laronsovasquez@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Centro de Dia	Lar de Idosos
Área de intervenção	População idosa	População idosa
Capacidade	8	56
Utentes	4	56
Trabalhadores	34	
Horário	08:00 - 19:00	23:00 - 23:00
Data de criação	1991	

Lar de Idosos Dr. José Colaço Fernandes

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Rua da Europa - Manta Rota

Código postal: 8900-038

Telefone: 281950510

Fax: 281510138

E-mail: larcolacofernandes@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar de Idosos
Área de intervenção	População idosa	População idosa	População idosa
Capacidade	18	20	37
Utentes	15	17	37
Trabalhadores	34		
Horário	08:00 - 17:00	09:00 - 19:00	23:00 - 23:00
Data de criação	2003		

Unidade de Cuidados Continuados

Freguesia: Vila Real de Santo António.

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Rua Santo António de Arenilha

Código postal: 8900-275

Telefone: 281544178

Fax: 281544178

E-Mail: uccvrsa@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Unidade de Cuidados Continuados
Área de intervenção	População em situação de dependência
Capacidade	18
Utentes	18
Trabalhadores	18
Horário	23:00 - 23:00
Data de criação	2007

Unidade Residencial para Portadores de VIH

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Rua Dr. Oliveira Martins, n.º 39

Código postal: 8900-295

Telefone: 966148587 – 281544126

Fax: 281510138

E-mail: centrodiavrsa@gmail.com

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Residência para Pessoas com VIH/SIDA
Área de intervenção	Família e comunidade
Capacidade	6
Utentes	6
Trabalhadores	1
Horário	23:00 - 23:00
Data de criação	2001

Centro de Saúde de Vila Real de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Saúde

Morada: Av. Ministro Duarte Pacheco

Código postal: 8900-211

Telefone: 281530270

Natureza Jurídica: Estado

Observações: A informação relativa aos recursos humanos reporta-se a 2008

Tipo de Serviço	Centro de saúde
Pessoas ao serviço	61
Médicos	12
Enfermeiros	15
Técnicos de Terapêutica e Diagnóstico	8
Técnico Superior	4
Assistente Técnico	12
Assistente Operacional	10

Centro de Saúde de Vila Real de Santo António - Extensão de Monte Gordo

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Ministério da Saúde

Morada: Projeto Saal

Código postal: 8900-411

Telefone: 281542252

Natureza Jurídica: Estado

Observações: A informação relativa aos recursos humanos reporta-se a 2008

Tipo de Serviço	Centro de saúde
Pessoas ao serviço	6
Médicos	2
Enfermeiros	2
Assistente Técnico	1
Assistente Operacional	1

Centro de Saúde de Vila Real de Santo António - Extensão de Vila Nova de Cacela

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Ministério da Saúde

Morada: Sítio da Coutada

Código postal: 8900-027

Telefone: 281951232

Natureza Jurídica: Estado

Observações: A informação relativa aos recursos humanos reporta-se a 2008

Tipo de Serviço	Centro de saúde
Pessoas ao serviço	7
Médicos	2
Enfermeiros	2
Assistente Técnico	2
Assistente Operacional	1

Centro Médico

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Paula Flório Lopes, Sociedade Unipessoal, Lda.

Morada: Urb. Cidade Real, Lote 13, R/C Dto.

Código postal: 8900

Telefone: 281512221

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Massagem desportiva/ Relaxamento/ Psicologia/ Ortopedia/ Osteopatia
Pessoas ao serviço	12
Médicos	1
Técnicos	5 Terapeutas da Fala/ 2 Psicólogos/ 1 Massagista/ 1 Fisioterapeuta/ 1 Osteopata
Auxiliares	1
Data de criação	2000

Climedal

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Climedal - Clínica Médica do Algarve, Lda.

Morada: Av. Ministro Duarte Pacheco, n.º 60, R/C

Código postal: 8900-211

Telefone: 281541540

E-Mail: fmilitao@sapo.pt

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Clínica Geral/ Psicologia/ Posto de colheita de sangue
Pessoas ao serviço	5
Médicos	1
Técnicos	1 Enfermeiro/ 1 Psicólogo
Auxiliares	1
Data de criação	1997

Clínica Dentária de Monte Gordo

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Clínica Dentária de Monte Gordo, Lda.

Morada: Rua Tristão Vaz Teixeira, n.º 16

Código postal: 8900-470

Telefone: 281543141

E-Mail: cmddmg@hotmail.com

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	9
Médicos	7
Técnicos	0
Auxiliares	2
Data de criação	2005

Clínica Dentária Garcia & Gioso

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica Dentária Garcia & Gioso, Lda.

Morada: Rua General Humberto Delgado, Lote 2, Loja A

Código postal: 8900-102

Telefone: 281513285

E-Mail: garciagioso@sapo.pt

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	9
Médicos	7
Técnicos	0
Auxiliares	3
Rececionistas	1
Data de criação	1999

Clínica Dentária Santa Catarina

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica Médica e Dentária Santa Catarina, Lda.

Morada: Rua 5 de Outubro, Bloco 5, 1.º Esq., Centro Comercial ISR

Código postal: 8900-238

Telefone: 281541611

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	2
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	1
Data de criação	1997

Clínica Dentária São Bento

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica Dentária São Bento, Lda.

Morada: Rua Jacinto José de Andrade, Lote 5

Código postal: 8900-313

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	2
Médicos	2
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	1999

Clínica do Sotavento - Medicina Complementar

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Abilio Faria

Morada: Rua General Humberto Delgado, n.º 25 A

Código postal: 8900-309

Telefone: 912258080

E-Mail: abiliofaria@iol.pt

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Tradicional Chinesa
Pessoas ao serviço	1
Médicos	0
Técnicos	1 Acupuntor
Auxiliares	0
Data de criação	2004

Clínica O Anjo - Consultório Dentário

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica O Anjo, Lda.

Morada: E.N. 125, Sítio do Pena - Hortas

Código postal: 8900-406

Telefone: 281541997

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	1
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	1988

Clínica Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica Santo António, Lda.

Morada: Rua João de Deus, n.º 104, R/C

Código postal: 8900-314

Telefone: 281541209

E-Mail: clinicaantonio@sapo.pt

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Clínica Geral/ Cirurgia Geral/ Dermatologia/ Endocrinologia/ Cardiologia/ Ginecologia/ Neurologia/ Ortopedia/ Otorrinolaringologia/ Pediatria/ Urologia/ Psicologia/ Enfermagem/ Fisioterapia
Pessoas ao serviço	18
Médicos	14
Técnicos	3
Auxiliares	1
Data de criação	1990

Clínica São Cristóvão

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Clínica de Medicina Física e de Reabilitação de Olhão, Lda.

Morada: Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 82 B

Código postal: 8900-294

Telefone: 281512659

E-Mail: csc_vrsa@hotmail.com

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Fisiatria Fisioterapia/ Terapia da Fala
Pessoas ao serviço	10
Médicos	1
Técnicos	3 Fisioterapeutas/ 1 Terapeuta da Fala/ 1 Psicóloga/ 1 Nutricionista
Auxiliares	1
Rececionistas	2
Data de criação	1993

Consultório Médico de Oftalmologia

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Consultório de Oftalmologia

Morada: Rua 5 de Outubro, Bloco 5, Centro Comercial ISR

Código postal: 8900-238

Telefone: 281513343

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Clínica Privada
Especialidade (s)	Oftalmologia
Pessoas ao serviço	2
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	1
Data de criação	

Consultório Médico Dr. Carlos Pinto

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Carlos Pinto

Morada: Rua D. Fuas Roupinho, n.º 19

Código postal: 8900-447

Telefone: 281542056

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Clínica Geral
Pessoas ao serviço	1
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	

Consultório Médico Dr. João Fernandes

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: João Fernandes

Morada: Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 50

Código postal: 8900-289

Telefone: 281544120

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Clínica Geral – Posto de Colheita de Sangue
Pessoas ao serviço	2
Médicos	1
Técnicos	1 Enfermeiro
Auxiliares	0
Data de criação	1989

Consultório Médico Dr. José Cunha Monteiro

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: José Cunha Monteiro

Morada: Rua José Barão, n.º 36

Código postal: 8900-316

Telefone: 281543452

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Clínica Geral
Pessoas ao serviço	1
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	1970

Consultório Médico Dr. José L. Viana

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: José L. Viana

Morada: Rua Catarina Eufémia, n.º 21

Código postal: 8900-255

Telefone: 281512528

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Ginecologia
Pessoas ao serviço	1
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	

Consultório Médico Dr. Norbert Krupp

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Norbert Krupp

Morada: Rua Novas Avenidas, Bloco 2B

Código postal: 8900-067

Telefone: 281951067

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	4
Médicos	1
Técnicos	1 Enfermeiro
Auxiliares	2
Data de criação	1991

Consultório Médico Dr. Ramirez Fernandes

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Consultório Ramirez Fernandes, Lda

Morada: Rua João de Deus, n.º 64, 2.º andar

Código postal: 8900-314

Telefone: 281544011

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Medicina Dentária
Pessoas ao serviço	7
Médicos	4
Técnicos	0
Auxiliares	3
Data de criação	2004

Consultório Médico Dr. Robert J. Popken

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: PMA Popken - Serviços de Grupo, Lda.

Morada: Rua Jornal do Algarve, n.º 59

Código postal: 8900-315

Telefone: 282356034 / 919654531

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Medicina interna – Clínica Geral
Pessoas ao serviço	2
Médicos	1
Técnicos	1 Enfermeiro
Auxiliares	0
Data de criação	2002

Consultório Médico Dr. Serge Conceição

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Serge Conceição

Morada: Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 21

Código postal: 8900-294

Telefone: 281543566

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Clínica Geral
Pessoas ao serviço	1
Médicos	1
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	1982

Óptica Médica Oeiras

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Oeiras & Oeiras, Lda.

Morada: Rua 5 de Outubro, Bloco 3, Centro Comercial ISR

Código postal: 8900-238

Telefone: 281510180

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Consultório
Especialidade (s)	Oftalmologia
Pessoas ao serviço	2
Médicos	2
Técnicos	0
Auxiliares	0
Data de criação	

Imagens Médicas do Guadiana

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Imagens Médicas do Guadiana, Lda.

Morada: Av. Ministro Duarte Pacheco, n.º 19, R/C Dto.

Código postal: 8900-330

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Serviços Complementares de Diagnóstico
Especialidade (s)	Raio X/ Ecografia/ Mamografia
Pessoas ao serviço	6
Médicos	1
Técnicos	2 Técnicos de Radiologia
Auxiliares	3
Data de criação	1999

Laboratório de Análises Clínicas - Posto de recolha

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Laboratório de Análises Clínicas Dra. Maria Lurdes Rufino Ferreira, Lda.

Morada: Rua Catarina Eufémia, n.º 21

Código postal: 8900-255

Telefone: 281512528

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Serviços Complementares de Diagnóstico
Especialidade (s)	Posto de Colheita de Sangue
Pessoas ao serviço	3
Médicos	0
Técnicos	1 Enfermeiro
Auxiliares	2
Data de criação	

Farmácia Cacela

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Telma Sofia da Cruz Cavaco

Morada: Rua Dr. José Colaço Fernandes

Código postal 8900-018

Telefone: 281952353

E-Mail: telma.cavaco@farmaciacacela.com

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Farmácia
Pessoas ao Serviço	4
Farmacêuticos	3
Técnicos	2 Técnicos de Farmácia
Auxiliares	1
Data de Criação	1964

Farmácia Carmo

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Gamboa e Evangelista, Lda.

Morada: Rua António Capa, n.º 17 e 19

Código postal: 8900-246

Telefone: 281543731

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Farmácia
Pessoas ao Serviço	7
Farmacêuticos	2
Técnicos	4 Técnicos de Farmácia
Auxiliares	0
Data de Criação	1976

Farmácia Carrilho

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Gamboa Evangelista, Lda.

Morada: Largo Marquês de Pombal, n.º 1

Código postal: 8900-231

Telefone: 281543049

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Farmácia
Pessoas ao Serviço	6
Farmacêuticos	2
Técnicos	4 Técnicos de Farmácia
Auxiliares	0
Data de Criação	2009

Farmácia Internacional

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Caetano, Dias e Pereira, Lda.

Morada: Rua Pedro Álvares Cabral, n.º 27

Código postal: 8900-465

Telefone: 281542112

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Farmácia
Pessoas ao Serviço	9
Farmacêuticos	2
Técnicos	4 Técnicos de Farmácia
Auxiliares	3
Data de Criação	2006

Farmácia Pombalina

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Sociedade Farmacêutica Pombalina, Lda.

Morada: Rua dos Bombeiros Voluntários, Lojas 10 e 10-A

Código postal: 8900-322

Telefone: 281543064

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Farmácia
Pessoas ao Serviço	5
Farmacêuticos	3
Técnicos	3 Técnicos de Farmácia
Auxiliares	1
Data de Criação	1939

Medipharma

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Ana Sofia Ramos Silva

Morada: Alameda da Índia, Loja 2 - Edifício Katavento

Código postal: 8900-440

Telefone: 281543550

E-Mail: a.sofia9@hotmail.com

Natureza Jurídica: Empresário em Nome Individual

Tipo de Serviço	Parafarmácia
Pessoas ao Serviço	2
Farmacêuticos	1
Técnicos	1 Técnico de Vendas
Auxiliares	1
Data de Criação	2010

Pharmacon

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Vilasana, Lda.

Morada: Rua Eça Queirós, n.º 6

Código postal: 8900-304

Telefone: 281512445

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Parafarmácia
Pessoas ao Serviço	2
Farmacêuticos	0
Técnicos	2
Auxiliares	0
Data de Criação	2008

Vita, Saúde e Beleza

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Verdeprática, Saúde e Beleza, Lda.

Morada: Urb. Horta das Meninas, Lote 7 R/C A

Código postal: 8900-240

Natureza Jurídica: Sociedade por Quotas

Tipo de Serviço	Parafarmácia
Pessoas ao Serviço	2
Farmacêuticos	0
Técnicos	2
Auxiliares	0
Data de Criação	2007

Centro Infantil A Borboleta

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Urb. das Laranjeiras, Rua Dr. Raul Folques Brito

Código postal: 8900-307

Telefone: 281542247

Fax: 281510138

E-mail:

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Creche	Jardim-de-Infância
Alunos Inscritos 2009/ 2010	78	100
Pessoas por docente	23	
Data de criação	1990	1975

Centro Infantil A Cegonha

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Santa Casa da Misericórdia de VRSA

Morada: Rua Nova de Lisboa

Código postal: 8900-438

Telefone: 281544668

Fax: 281544668

E-mail:

Natureza Jurídica: Irmandade da Misericórdia

Tipo de Serviço	Creche	Jardim-de-Infância
Alunos Inscritos 2009/ 2010	45	74
Pessoas docente	31	
Pessoal não docente		
Data de criação	1987	

Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância António Aleixo

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Bairro do Lazareto

Código postal: 8900-909

Telefone: 281511473

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	nº	
			Pessoal docente	Pessoal não docente
2011/2012	88	4	5	9

Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Monte Gordo n.º 1

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Largo das Escolas – Monte Gordo

Código postal: 8900

Telefone: 281510760

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	nº	
			Pessoal docente	Pessoal não docente
2011/2012	220	10	13	13

Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância Manuel Cabanas

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Largo Manuel Cabanas – Vila Nova de Cacela

Código postal: 8900-067

Telefone: 281952775

Fax: 281512899

E-mail: executivo@esvrsa.com

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	169	9	7	17

Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância Prof. Caldeira Alexandre

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Av. Duarte Pacheco, n.º 3

Código postal: 8900-211

Telefone: 281544136

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	416	20	30	19

Escola Básica do 1.º Ciclo de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Rua Manuel Caldeira - Hortas

Código postal: 8900

Telefone: 281512555

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	298	13	16	22

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. José I

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Rua de Santo António da Arenilha

Código postal: 8900-275

Telefone: 281510150

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	552	30	77	40

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Monte Gordo

Freguesia: Monte Gordo

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Largo das Escolas – Monte Gordo

Código postal: 8900

Telefone: 281510760

Fax: 281510155

E-mail: agrupamento.vrsa@aedji.pt

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	248	25	30	20

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Infante D. Fernando

Freguesia: Vila Nova de Cacela

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Largo Manuel Cabanas

Código postal: 9900-067

Telefone: 281950500

Fax: 281512899

E-mail: executivo@esvrsa.com

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	239	16	22	17

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Vila Real de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Ministério da Educação

Morada: Rua Dr. José Campos Coroa

Código postal: 8900-207

Telefone: 281511563

Fax: 281512899

E-mail: executivo@esvrsa.com

Natureza Jurídica: Estado

Ano letivo	Alunos	Salas	Pessoal docente	Pessoal não docente
	nº			
2011/2012	1010	80	131	27

Escola de Hotelaria e Turismo de Vila Real de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Turismo de Portugal, Ministério da Economia e Inovação

Morada: Rua Teófilo Braga

Código postal: 8900-303

Telefone: 281001110

Fax: 281001149

E-mail: ehtvrsa@turismodeportugal.pt

Natureza Jurídica: Estado

Valências	Ensino profissional
Alunos Inscritos 2009/2010	53
Pessoas docente	18
Pessoal não docente	1
Data de criação	2006

Polo de Formação Profissional de Vila Real de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Morada: Rua Catarina Eufémia, 53-A

Código postal: 8900-263

Telefone: 281510940

Fax: 281511133

E-mail:

Natureza Jurídica: Estado

Valências	Ensino profissional
Alunos Inscritos 2009/ 2010	62
Pessoas docente	42
Data de criação	1987

Bichinho do Saber

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Bichinho do Saber

Morada: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro

Código postal: 8900-276

Telefone: 962450601

E-mail: bichinhosaber.ass@sapo.pt

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Valências	Centro de estudo
Alunos Inscritos 2009/ 2010	46
Pessoas docente	3
Pessoal não docente	3
Data de criação	2005

Conservatório Regional de Vila Real de Santo António

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Conservatório Regional de Vila Real de Santo António

Morada: Av. da República, Edifício Parodi, n.º 11

Código postal: 8900-201

Telefone: 281542475

Fax: 281542475

E-mail: corevrsa@gmail.com

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Valências	Diversas
Alunos Inscritos 2009/ 2010	558
Pessoas docente	20
Pessoal não docente	2
Data de criação	2001

Aktivida – Atividades Culturais, Educação, Cidadania e Serviços de VRSA

Freguesia: Vila Real de Santo António

Instituição: Aktivida – Atividades Culturais, Educação, Cidadania e Serviços de VRSA

Morada: Rua Dr. João Mateus Abecassis, n.º 9

Código postal: 8900

Telefone: 281513508

E-Mail:

Natureza Jurídica: Privada

Morada	Polo de VRSA	Polo de Monte Gordo		Polo de Vila Nova de Cacela		
	Rua Dr. António Passos	Av. da Catalunha	Aldeia Nova	Corte António Martins	Manta Rota Centro Artes e Oficinas	Vila Nova de Cacela
Alunos inscritos 2011/2012	424	78	26	8	96	95
Pessoal docente	42 Formadores					
Pessoal não docente	11 (1 responsável pedagógico em regime de voluntariado, 2 técnicos administrativos, 4 auxiliares de serviços gerais)					
Data de criação	2000	2000	2005	2007	2000	2000